

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAMILA DE JESUS SILVA

**A NOVA ESQUERDA E SUA ATUAÇÃO REGIONAL: A AÇÃO
POPULAR EM GOIÁS**

Camila de Jesus Silva
Orientador: David Maciel

Goiânia
Abril, 2016



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):		Camila de Jesus Silva	
E-mail:		camilajesilva@gmail.com	
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?		☒ Sim	☐ Não
Vínculo empregatício do autor		Bolsista	
Agência de fomento:		Coordenação de Aperfeiç. de Pessoal de Nível Superior	Sigla: Capes
País:	Brasil	UF:	GO CNPJ: 00889834/0001-08
Título: "A Nova Esquerda e sua atuação regional: a Ação Popular em Goiás"			
Palavras-chave:		Ação Popular, Goiás, Esquerda brasileira, Ditadura Militar, Golpe de 1964.	
Título em outra língua:		"The New Left and its regional acting: Ação Popular in Goiás"	
Palavras-chave em outra língua:		Ação Popular, Goiás, Brazilian Left, Military Dictatorship, Coup 1964.	
Área de concentração:		Culturas, Fronteiras e Identidades.	
Data defesa: (dd/mm/aaaa)		01/04/2016	
Programa de Pós-Graduação:		Programa de Pós Graduação em História	
Orientador (a):		David Maciel	
E-mail:		macieldavid@ig.com.br	
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Camila de Jesus Silva
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 29/04/2016.

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

CAMILA DE JESUS SILVA

**A NOVA ESQUERDA E SUA ATUAÇÃO REGIONAL: A AÇÃO
POPULAR EM GOIÁS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

Orientação: David Maciel.

Goiânia
Abril, 2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

de Jesus Silva, Camila

A Nova Esquerda e sua atuação regional [manuscrito] : a Ação Popular
em Goiás / Camila de Jesus Silva. - 2016.

CLVI, 156 f.

Orientador: Prof. Dr. David Maciel.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de História (FH) , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2016.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas.

1. Ação Popular. 2. Goiás . 3. Esquerda brasileira. 4. Ditadura Militar.
5. Golpe de 1964. I. Maciel, David , orient. II. Título.

CAMILA DE JESUS SILVA

**A NOVA ESQUERDA E SUA ATUAÇÃO REGIONAL: A AÇÃO
POPULAR EM GOIÁS**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do Título de Mestre em História, aprovada em _____ / _____ / 2014, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. David Maciel – FH/UFG (presidente)

Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati – FCS/UFG (membro titular)

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto – FH/UFG (membro titular)

Profa. Dra. Alcilene Cavalcante – FH/UFG (membro suplente)

Goiânia
Abril, 2016

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi desenvolvida à partir do apoio e contribuição de professores, amigos e familiares, estes que devidamente merecem esta breve nota de agradecimento.

Agradeço ao professor David Maciel, que me acompanha nessa caminhada desde a graduação, quando surgiu o primeiro esboço de nosso tema de pesquisa. São pelo menos sete anos de aulas, indicações de leituras, esclarecimentos e revisões de texto, que, certamente, contribuíram muito para o meu amadurecimento acadêmico, principalmente nos dois últimos anos de mestrado. Igualmente manifesto a minha gratidão aos professores João Alberto e Alcilene Cavalcante, que aceitaram a fazer parte da banca examinadora (respectivamente, membro titular e suplente) e que tanto contribuíram com suas pertinentes considerações, na véspera da qualificação. Também agradeço ao professor Flávio Munhoz Sofiati, não apenas por aceitar compor nossa banca examinadora, como membro titular, mas também por ter contribuído para o desempenho da pesquisa, presenteando-me com o seu livro.

Agradeço pela contribuição do professor Reginaldo Benedito Dias, professor da Universidade Estadual de Maringá, por ter me presenteado sua obra, que é o primeiro trabalho sobre a atuação regional da Ação Popular, no Brasil, e pela elucidação de algumas dúvidas.

Sou grata, principalmente à todos os(as) ex-militantes da Ação Popular, em Goiás, que consentiram em dar entrevistas. São eles(as): Márcia Jorge; Annete Scotti Rabelo; Nilva Maria G. Coelho; Maria Aparecida G. Skorupski; Mário Sérgio Dayrell; Gilberto Franco Teixeira; João Rabelo dos Santos; Uassy Gomes da Silva; Juarez Ferraz de Maia; Jackson Luiz P. Machado; Euler Ivo e Alda Maria Borges Cunha. A importância desses participantes não resume-se à transmissão de suas experiências, pois, muitas vezes, foi através deles, que conseguimos chegar a outros participantes. Agradeço à Margarida do Amaral Silva, do Comitê de Ética em Pesquisa, da UFG, que com muita solicitude sempre esclareceu minhas dúvidas com relação aos critérios éticos da pesquisa. Igualmente agradeço ao Otto Filgueiras, pelas informações repassadas, quando estive em Goiânia, esclarecendo muitos pontos nebulosos sobre a AP.

Aos meus pais, Antonio e Maria, que sempre me ampararam, em todos os momentos da vida, principalmente nas dificuldades surgidas no mestrado e aos meus tios (quase pais/mães), Nadir e Moacir, que também sempre manifestaram muita preocupação e empatia

nos meus caminhos trilhados. Igualmente sou grata à minha irmã Kelly e cunhado Kadu, pelo apoio dado em diversos momentos.

Ao meu querido namorado Marcello, que, com todo amor e carinho do mundo, me acalentou nos momentos de desânimo e adversidades, sempre incentivando-me e acompanhando-me nos acervos e viagens, mostrando-me que o mundo pode ser melhor na melhor das companhias. Agradeço também a toda a sua família, que me acolheu e incentivou nos piores momentos.

Sou grata à Tereza Cristina Favaro, por ter me indicado e acompanhado em acervos, de forma sempre solícita e bem humorada, mas principalmente pela divulgação da sua Tese de Doutorado, que também foi uma importante bibliografia para o desenvolvimento de nosso trabalho.

Agradeço o apoio das amigas antigas, como Alessandra Silva, Liliana Alves, Amanda Karla, Letícia Soares, Hober Lopes e Elisa Caetano, que me agradeceram com o prazer de suas conversas quando tudo parecia tão maçante e triste. Ao mesmo tempo, agradeço às amigas recentes, Alcilene Cavalcante, Ceila Portilho, Carla Damiao e Céline Clemente, que me mostraram que é preciso lutar contra toda a opressão e desigualdade, para que o mundo retome a cor e tornemo-nos pessoas melhores.

Por fim, agradeço à CAPES, pela bolsa de estudos recebida durante os dois anos de pesquisa. Sem ela, nosso trabalho ficaria comprometido.

E nuvens Lá no mata-borrão do céu. Chupavam manchas torturadas. Que sufoco, Louco! O bêbado com chapéu-coco. Fazia irreverências mil Pra noite do Brasil. Meu Brasil Que sonha com a volta Do irmão do Henfil. Com tanta gente que partiu. Num rabo de foguete. Chora A nossa Pátria Mãe gentil. Choram Marias E Clarices No solo do Brasil. Mas sei, que uma dor Assim pungente Não há de ser inutilmente. A esperança Dança na corda bamba De sombrinha E em cada passo Dessa linha Pode se machucar. Azar! A esperança equilibrista Sabe que o show De todo artista Tem que continuar...”

(João Bosco e Aldir Blanc)

RESUMO

A NOVA ESQUERDA E SUA ATUAÇÃO REGIONAL: A AÇÃO POPULAR EM GOIÁS

A nossa pesquisa visa compreender a atuação da militância da Ação Popular, no estado de Goiás, durante toda a sua trajetória, esta que inicia-se em 1963 e encerra-se no início de 1972, devido ao fechamento do cerco às organizações da Nova Esquerda brasileira por parte dos órgãos de repressão à serviço da Ditadura Militar. Diante de tal objetivo, à partir das bases ideológicas comuns que suscitaram o surgimento e desenvolvimento da organização nos vários estados do Brasil, como o *Cristianismo da Libertação*, o ideário *Nacional Popular* e o *Partido Político*, procuramos perceber não apenas as semelhanças manifestadas pelo partido, na região, em relação ao seu eixo político, mas principalmente as suas particularidades. À fim de averiguarmos devidamente o conjunto da atividade desses sujeitos políticos, recorreremos aos documentos oficiais expedidos pelos serviços de inteligência informação, vinculados ao sistema de *Terrorismo de Estado*, sustentado pelo Regime Militar brasileiro, mas principalmente às fontes orais provenientes de entrevistas concedidas à própria autora. À partir da análise dessas fontes documentais, buscamos apurar a repercussão que surtiram diversos processos externos, por exemplo o Golpe de 1964, sempre questionando a influência da constante mudança de orientação política por parte da direção nacional e como ela foi aplicada, plena ou parcialmente, na Ação Popular, em Goiás.

Palavras-chave: *Ação Popular, Goiás, Esquerda brasileira, Ditadura Militar, Golpe de 1964.*

ABSTRACT

THE NEW LEFT AND ITS REGIONAL ACTING: AÇÃO POPULAR IN GOIÁS

Our work aims to understand the role of the Ação Popular militancy in the state of Goiás, throughout its entire history, that starts in 1963 and ends in early 1972, due to the close in siege to the Brazilian New Left organizations by the repression agencies at the service of the Military Dictatorship. On this purpose, from the common ideological basis leading to the emergence and development of the organization in several states of Brazil, as the Liberation Christianity, the National People's minds and the Political Party, we seek to understand, not only the similarities expressed by the party, in the region, in relation to its political axis, but mainly its peculiarities. In order to properly Investigate the whole activity of these political subjects, we used the official documents issued by the information intelligence services, linked to the State Terrorism system, supported by the Brazilian military regime, but mostly to oral sources from interviews gave to the author herself. From the analysis of documentary sources, we seek to determine the impact which have had many external processes, for example the Coup in 1964, always questioning the influence of everlasting changes in policy guidance by the national leadership and how it was applied, fully or partially, the Ação Popular, in Goiás.

Keywords: *Ação Popular; Goiás; Brazilian left; Military Dictatorship; Coup 1964.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – A AÇÃO POPULAR NO CONTEXTO NACIONAL.....	24
1.1. A gestação de um movimento político híbrido.....	24
1.2. A Ação Católica.....	25
1.2.1. A Ação Católica Brasileira.....	29
1.2.1. A JUC.....	33
1.2.2. Os movimentos de Cultura Popular e o MEB.....	40
1.3. A Ação Popular: A trajetória de um movimento político-partidário.....	46
1.3.1. O primeiro ano.....	46
1.3.2. O impacto do Golpe Militar.....	48
1.3.3. A integração na produção ou a proletarianização dos militantes.....	64
1.3.4. Entre o COLINA e a VAR- PALMARES.....	70
1.3.5. O AI-5 e a intensificação do Terrorismo de Estado.....	71
1.3.6. O caminho para o fim.....	74
1.4. A Ação Popular enquanto partido político.....	78
CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DA AÇÃO POPULAR EM GOIÁS (1960-1967): DA JUC À INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO.....	85
2.1. A Juventude Católica e seus campos de atuação (1960- 1963).....	85
2.1.1. Entre a fé e as práticas sociais.....	85
2.1.2. O MEB e a influência dos movimentos de cultura popular.....	89
2.1.3. A ligação da Juventude Católica com o Governo Mauro Borges e o nascimento da AP: o ICP.....	92
2.1.4. A repercussão do Golpe Militar sobre a AP, em Goiás.....	99
2.2. A reestruturação do partido e a retomada das atividades.....	102
2.2.1. A atuação da AP por meio do MEB e o movimento de Itauçu.....	102
2.3. O deslocamento dos militantes goianos em função da política de integração na produção.....	111

CAPÍTULO III – DA REORGANIZAÇÃO À CRISE FINAL: A AP RESTRITA AO MOVIMENTO ESTUDANTIL (1967-1971)

3.1. A reorganização do movimento estudantil e da AP, em Goiás.....	116
3.1.1. A importância dos estudantes secundaristas.....	116
3.1.2. A Ação Popular e o espírito da juventude de 1968.....	125
3.3. O PRT, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores.....	135
3.4. O segundo hiato rompido pelos universitários e a derrocada definitiva.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	150

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho, intitulado *A nova esquerda e sua atuação regional: a Ação Popular em Goiás*, tem por objeto de estudo a atuação do movimento e partido político Ação Popular, no estado de Goiás, entre 1963 e 1971, período que abrange a formação do seu primeiro quadro de militantes na região até o momento em que essa estrutura, depois de vários abalos, é desmantelada por completo pela ação da polícia política do Regime Militar brasileiro. Para tal análise, procuramos abarcar os diversos eventos e processos que compõem a trajetória dessa militância, entrevendo não apenas o seu alinhamento perante o desempenho do movimento à nível nacional, mas também possíveis particularidades. Ao mesmo tempo, buscamos visualizar os trabalhos da organização, no estado, em relação a um sistema mais amplo, ou seja, o contexto nacional no Pré e Pós Golpe Militar de 1964, no qual inserem-se as organizações da *Nova Esquerda* brasileira. É importante ressaltarmos, que, em nossa análise, tal terminologia refere-se às organizações e partidos clandestinos de esquerda que fizeram oposição ao Partido Comunista Brasileiro, propondo-se a dirigir a classe trabalhadora na construção do socialismo. Diante disso, a expressão *nova* significa somente que são tendências políticas diferentes, e não que consideremos as anteriores como *velhas* ou *obsoletas* (REIS FILHO, 2007: 16).

Para tornar possível o desenvolvimento de nossa pesquisa, que está vinculada aos campos de História Política e Regional, utilizamo-nos de diferentes tipos de fontes documentais, principalmente: documentos teóricos formulados pela Ação Popular, pesquisados, majoritariamente, no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP (Universidade de Campinas); documentos oficiais e confidenciais expedidos pelo SNI (Serviço Nacional de Informações) e pelo CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), pesquisados no Arquivo Nacional de Brasília, sob a organização do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), denominado *Memórias Reveladas*; e depoimentos, a grande maioria levantados através de entrevistas concedidas à própria autora.

Quanto aos documentos teóricos da organização, aos quais tivemos acesso no Fundo Duarte Pereira, do AEL, a maior parte doada pelo ex-dirigente nacional da Ação Popular, congregam as principais teses e estratégias políticas defendidas pela organização durante a maior parte da sua trajetória, especificamente entre 1962 e 1971. Os textos abordados não compreendem a totalidade das concepções político-estratégicas que existiram no seio da AP, porém representam, ideologicamente, a corrente dominante que vigorou na organização, chamada *Corrente 1*, a qual veio a orientar o processo de aproximação e unificação junto ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), vislumbrando uma estratégia revolucionária inspirada na Revolução Chinesa, como veremos posteriormente (DIAS, 2003: 102-103).

Os documentos oficiais e confidenciais, aos quais recorreremos durante o texto, como já dissemos, são provenientes, principalmente, de órgãos de informação vinculados ao SNI e CISA. À partir de novembro de 2005, por um decreto assinado pelo Presidente Lula, passaram a fazer parte do Arquivo Nacional os acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, até então sob a responsabilidade da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência). A disponibilização desse extenso material, que foi organizado pelo Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil, *Memórias Reveladas*, com o intuito de reunir informações sobre a história política recente do país, representa um marco no processo de abertura e democratização do acesso à essa informação, o que inclui as nossas fontes (MEMÓRIAS REVELADAS, 2009).

O conteúdo arquivos fizeram parte de um ampla rede de repressão construída durante os anos da Ditadura Militar, no Brasil, denominada por alguns pesquisadores como *Terrorismo de Estado*. De acordo com Enrique Serra Padrós, esse foi um sistema de ascendência e disciplinamento aplicado sobre a classe trabalhadora e os grupos de oposição, no qual deu-se a intensificação da atividade das instituições coercitivas estatais e o aumento do fluxo de informações produzido pelos serviços de inteligência. Durante o Regime, foram

implantadas bases de operação de inteligência e informação que atuavam de forma conectada com os órgãos locais de repressão, possibilitando a centralização ao acesso da base de dados e, consecutivamente, as prisões (PADRÓS, 2007: 1, 6).

Com relação ao SNI, serviço de informações do qual provém a maior parte dos documentos oficiais abordados em nosso trabalho, sendo estes expedidos fundamentalmente pelas agências do Distrito Federal ou de Goiânia, era o aparelho central do SISNI (Sistema Nacional de Informações) (FICO, 2001: 81). O mesmo, foi criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, com o intuito de ser o grande fornecedor de informações às demais instituições repressivas, tendo sido idealizado e chefiado, à princípio, pelo General Golbery do Couto e Silva, o que outorgava-lhe o status de ministro de Estado (CNV, 2014: 117). Cabia à instituição a função de supervisionar e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional. No entanto, com o passar do tempo o Serviço passou a obter informações também no exterior, principalmente à respeito de exilados nos países da América Latina, como ocorreu também na vigilância dos militantes goianos (FICO, 2001: 81).

O SNI possuía jurisdição sobre vários assuntos diferentes, pois os órgãos de informação sob a sua supervisão disponibilizavam-se pelos diversos níveis e campos da administração pública. No entanto, em relação aos centros de informação vinculados aos ministérios militares, o Serviço podia apenas exercer ação normativa e doutrinária, não lhe cabendo desaprovar ou fiscalizar suas ações. Essa autonomia gerou uma atitude de condescendência em relação à responsabilidades dos crimes de lesa-humanidade cometidos, com a isenção de altos comandantes e empresas financiadoras (MACIEL, 2004: 74).

Além dos órgãos da chefia, o gabinete do ministro-chefe e uma Seção de Comunicações, o Serviço possuía uma Secretaria Administrativa, uma Inspeção Geral de Finanças, uma Agência Central e as agências regionais, as quais organizavam-se de maneira semelhante à Agência Central. À esta última cabia o supervisionamento dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis, e a proposição e execução das principais medidas de contrainformação, que posteriormente eram repassadas às outras filiais.

Todas as Forças Armadas criaram centrais de informação e inteligência vinculadas ao SISNI, e o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) foi um deles. O órgão foi criado em abril de 1970, em substituição ao Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (NuSISA), tendo herdado seu arquivo (CNV, 2014: 159-160). O órgão tinha como objetivo supervisionar e coordenar, no campo do Ministério da Aeronáutica, as atividades de informações, segurança e contrainformações, à serviço da Lei de Segurança

Nacional, além de propor ao Ministério da Aeronáutica a fixação de normas para o procedimento de tais atividades.

No entanto, a inexistência do Centro não impediu que o Ministério da Aeronáutica fomentasse investigações autônomas, atuando através de sua Subchefia de Operações e Informações, como ocorreu em Goiás, no ano de 1967, na “Operação Itauçu”, a qual falaremos com maiores detalhes no Capítulo 2.

Como já dissemos, foram criados centros de informação em cada uma das três armas, Exército, Marinha e Aeronáutica, havendo cooperação entre elas, expressa na intensa troca de informações em operações coordenadas, visando alvos comuns ou a troca de presos políticos para interrogatórios. Porém, não era raro o paralelismo quanto à seleção dos alvos, havendo duplicidade das linhas de comandos, o que resultava em uma certa competição entre elas (CNV, 2014: 112; MACIEL, 2004: 74).

Nesse clima de concorrência, o SISNI não significava meramente uma estrutura voltada para o recolhimento de informações capazes de fundamentar a tomada de decisões da polícia política, mas um sistema de inteligência e incriminação que partia do pressuposto de que “ninguém estava totalmente impune ao comunismo, à subversão, ou à corrupção”, o que legitimava, inclusive, a criminalização de incautos. Nesse sentido, as técnicas de verificação e interrogatório, imbuídas de uma desconfiança sistemática, foram capazes de suscitar culpados em número proporcional ao ideal anticomunista de que os agentes estavam tomados (FICO, 2001: 100-101).

A principal técnica de acusação, utilizada por praticamente todos os serviços de informação, era a reiteração, que consistia em lançar um primeiro dado, que posteriormente (até anos depois), poderia ser usado para descreditar os antecedentes de um indivíduo. Uma simples visita feita a uma pessoa fichada como “subversiva”, “comunista”, gerava uma informação, que, futuramente poderia ser usada como agravante de uma possível afronta à Lei de Segurança Nacional.

Entretanto, essas técnicas não eram usadas somente para enquadrar inocentes. Também eram convenientes para manter a dinamicidade do sistema, atualizando os velhos casos com novos dados, demonstrando, então, a necessidade de manutenção dos órgãos de informação. Os processos eram levados por longos anos, através do acúmulo de anexos ou inquéritos, dando a impressão de vigilância constante aos envolvidos. Em Goiás, por exemplo, inclusive em relação aos documentos levantados por nós, alguns inquéritos que foram instalados logo em 1964, sobre atividade dos militantes da AP, repercutiram até a

década de 1980, havendo atualização constante de informações sobre os envolvidos (FICO, 2001: 103-104).

Portanto, como pudemos ver, de acordo com o desenvolvimento dos serviços de informação e a metodologia por eles empregada, que demonstram a falta de fiscalização e total parcialidade, cabe ao pesquisador da história recente tomar alguns critérios no uso dos documentos oficiais formulados por estas instituições. No entanto, o recurso à tais fontes é imprescindível, fundamentalmente quando falamos de grupos sociais que, de algum modo, foram vítimas da violência e perseguição imposta pelo Terrorismo de Estado. Isso justifica a importância da investigação desses documentos de forma comparada, relacionando-os à outros tipos de indícios, nesse caso específico, às fontes orais provenientes de entrevistas feitas com militantes da Ação Popular, em Goiás. Além disso, mesmo que tenha ocorrido uma significativa abertura dos arquivos, esses documentos ainda não são abundantes, principalmente no que se refere à algumas regiões do Brasil, onde provavelmente essas instituições receberam menor fiscalização, suscitando ainda mais a necessidade das fontes orais. Em nosso trabalho, as fontes orais não são tomadas como um mero recurso. Elas são as fontes principais, afinal, os entrevistados e depoentes são sujeitos que integraram a militância da AP no estado, contribuindo para dar corpo e voz à esse movimento e partido político. É à partir dessas vozes que nos orientamos na investigação dos demais documentos, buscando desconstruir a versão oficial construída pelo Estado brasileiro sobre essas organizações, que tiveram um importante papel de denúncia e resistência à Ditadura Militar.

De acordo com Michael Pollak (1989: 4-5) o recurso às fontes orais, teórica e metodologicamente sistematizado pela história oral, é importante porque coloca em primeiro plano a visão de grupos marginalizados durante um determinado processo histórico, fazendo emergir memórias *subterrâneas* que contrapõem a memória oficial por anos imposta pelo Estado. O aflorar dessas lembranças *clandestinas*, até então silenciadas, comprova a dicotomia ideológica existente entre a nova esquerda brasileira e o Estado Militar brasileiro que pretendia ser hegemônico.

O silêncio de grupos sociais oprimidos e marginalizados tem razões bastante complexas. Primeiramente, no caso específico de nosso objeto, esses sujeitos políticos precisam de um interlocutor ou de uma mídia que dê vazão às suas concepções à respeito do partido e do contexto histórico ao qual vivenciaram. Em segundo lugar, costuma-se levar em consideração o interesse da sociedade pelo tema e a real relevância em retomar assuntos dolentes, à muito internalizados.

O aumento do interesse pelos temas relacionados à Ditadura Militar brasileira, instaurada em 1964, remete a 2004, ano em que Golpe completava 40 anos. À partir de então, a obras que rememoram inclusive as organizações da nova esquerda, que passaram a ser vistas como formações de apaixonados e corajosos jovens que lutaram contra o violento regime imposto, engrossaram a bibliografia, culminando com a publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, de iniciativa do Governo Federal, em 2014. No entanto, é importante citarmos que, antes disso, já haviam importantes projetos no sentido de denúncia e cobrança, por parte da sociedade civil, em relação às violações aos direitos humanos praticadas pelo sistema repressivo durante a ditadura, como o Projeto Brasil Nunca Mais, criado em 1979 por parte um grupo de religiosos e advogados, e hoje disponibilizada extensa documentação sobre o período em acervo online; a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, órgão estatal instituído em 1995, com o intuito de averiguar casos referentes aos desaparecidos políticos; as diversas comissões estaduais da verdade que foram implantadas antes mesmo da comissão nacional.

São, no mínimo, dez anos de relativo avanço do interesse da sociedade brasileira sobre o assunto, entretanto, alguns envolvidos ainda preferem não relatar suas experiências, o que também aconteceu em nossa pesquisa, com a negação de participação de pelo menos dois ex-militantes da AP, no estado. Essa evasão pode ter razões variadas, porém, como sabemos, tais memórias são permeadas por experiências traumáticas, relacionadas à clandestinidade, à perseguição, aos sequestros, à tortura e/ou à prisão, situação a qual, em muitos casos preferiu-se calar e tentar esquecer (POLLAK, 1989: 7).

Mesmo em relação àqueles que se pronunciaram, que através da escuta ou do depoimento expuseram suas concepções acerca de tal atividade política, é fundamental que historiador esteja atento à especificidade das falas. Lembrando que a memória coletiva, nesse caso a que congrega as experiências dos militantes da AP, também é composta por pontos de vista particulares e individuais. Essas lembranças, antes proibidas e indizíveis, frequentemente são carregadas de *lacunas* e silêncios, que nem sempre significam esquecimento, podendo representar receio de repreensão pelas informações repassadas, exposição a mal-entendidos, entre outras razões. A conjuntura atual, política e social, também é um ponto de relevância, levando-nos a considerar de que forma o presente condiciona o passado. De acordo com a situação, lembra-se de determinados eventos, dos quais são ressaltados apenas alguns aspectos, deformando e reinterpretando o passado (POLLAK, 1989: 8-9).

Essa seletividade é comum em todo o tipo de memória, individual, coletiva, familiar, nacional, inclusive partidária. O que está em conflito em relação ao relato dessas experiências

não é apenas a identidade dos militantes da AP enquanto grupo, mas também como indivíduos. No entanto, de acordo com Verena Alberti, tais limitações não desmerecem em nada o depoimento se o pesquisador for capaz de levar em consideração os motivos das possíveis divergências e lacunas, partindo do lugar de fala de cada sujeito (ALBERTI, 2005: 19, 30). Em segundo lugar, mesmo que as principais fontes de análise do nosso objeto sejam as orais, é imprescindível a consulta das fontes já existentes sobre o tema em questão, de forma comparada. Este paradigma, que auxilia na verificação de coerência e credibilidade nos discursos não foi aplicado apenas às fontes oficiais formuladas pelos serviços de informação, mas à todos os tipos de fontes utilizados por nós no trabalho, inclusive aos documentos teóricos oriundos da direção nacional da Ação Popular.

Ao todo, trabalhamos com 14 depoimentos de ex-militantes da AP, em Goiás, à partir do Segundo Capítulo. Desses relatos, 12 são provenientes de entrevistas concedidas à própria autora pelos seguintes participantes: Alda Maria Borges Cunha; Annete Scotti Rabelo; Mário Sérgio Dayrell; Uassy Gomes da Silva; João Rabelo dos Santos; Gilberto Franco Teixeira; Jackson Luiz Pinheiro Machado; Juarez Ferraz de Maia; Euler Ivo Vieira; Maria Aparecida Guimarães Skorupski; Márcia Jorge e Nilva Maria Gomes Coelho. Para nos permitir a organização dessas informações e, respectivamente, a sua análise, como já mencionamos, utilizamo-nos da metodologia específica sistematizada pela história oral, esta que, de acordo com Alberti, pode ser empregada em diversas áreas das ciências humanas, inclusive em campos distintos da pesquisa histórica. De acordo com este artifício, o tipo de entrevistas às quais recorreremos foram as *temáticas*, que são aquelas que visam prioritariamente obter informações sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, apropriadas ao nosso objeto, que requer um pontos relativamente definidos na trajetória de vida dos depoentes (ALBERTI, 2005: 17-19, 37-38). Dessa forma, durante as entrevistas orientamo-nos por um questionário variável de perguntas, mas que convergiam em alguns pontos, como: “Fale sobre o início de sua militância na esquerda. Por que ela aconteceu e quais valores e ideais a influenciaram”; “Quanto à organização da qual você fez parte, a Ação Popular, como ela agia na nossa região? O que determinou sua opção por ela?”; “Quais funções você desempenhou dentro dessa organização? Havia uma distinção clara de funções dentro do grupo? Havia preferências por alguma característica específica dos militantes? Existia hierarquia?”; “Para você, a atuação da AP em Goiás teve alguma particularidade em relação à suas práticas no plano nacional? Quais?”.

Como já dissemos, durante o processo de investigação de nossas fontes procuramos analisar as suas diversas formas de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que analisamos a

sua coerência interna. Depois de cumprida tal tarefa, nos preocupamos com a narrativa que daria corpo a nosso trabalho. Para tal, recorreremos ao tipo de exposição sistematizado pelo método da *totalidade* de Karl Marx. De acordo com Jacob Gorender, este paradigma designa que toda construção histórica deve buscar abranger um conjunto, de forma que todas as suas partes articulem-se de modo a constituir uma “totalidade orgânica”, não justapondo-se de forma mecânica. Logo, as categorias devem ser abordadas não de forma sucessiva e cronológica, como aparecem na realidade, mas “conforme as relações internas de suas determinações essenciais, no quadro da sociedade” (GORENDER, 1996: 25).

Por isso, antes de entrarmos na trajetória da Ação Popular em Goiás, em um primeiro momento, no Capítulo 1, abordaremos os processos, que vem desde o início da década de 1960, que contribuíram diretamente para o surgimento da organização e influenciaram as suas formas iniciais de atuação política. Diante disso, tentamos perceber a interação dos militantes da JUC, e de outros movimentos de jovens da Ação Católica Brasileira, junto à outras frentes de atividades que objetivavam um projeto de conscientização política entre as massas, como o MEB (Movimento de Educação de Base) e os movimentos de cultura popular – os CPCs (Centro Popular de Cultura), da UNE (União Nacional dos Estudantes) e Movimento de Cultura Popular – e como isso repercutiu diretamente nos primeiros anos da militância da AP. Ao mesmo tempo, fazemos uma análise da história da organização no plano nacional, de forma a melhor compreender o seu desenvolvimento no âmbito regional, em Goiás. Dessa forma, procuramos averiguar como as orientações teórico-ideológicas da AP, contribuíram para o desenvolvimento da trajetória do movimento e partido político, em meio à conjuntura nacional, regida pela Ditadura Militar, e até o seu desmantelamento, em 1974.

Diante deste quadro, verificamos que o percurso da Ação Popular, no Brasil, é permeado por três fenômenos ideológicos: o *cristianismo da libertação*, o *nacional-popular* e *partido político*. A militância da organização esteve imbuída das ideias características do movimento teológico latino-americano do cristianismo da libertação, principalmente nos seus primeiros anos. De acordo com Michael Löwy, ela surgiu no Brasil, no início dos anos 60, entre setores do clero e de leigos vinculados à ACB, à partir de uma variação da Doutrina Social da Igreja. Esta apregoava novas formas de prática religiosa e uma reflexão espiritual diretamente ligada às questões sociais, integrando, em maior ou menor grau, alguns elementos do marxismo. No entanto, esta apropriação deu-se de forma bastante seletiva, assimilando a crítica ao capitalismo e rejeitando o ateísmo (LÖWY, 2007: 411-413). Nesse mesmo contexto, e de forma inter-relacionada, manifestou-se na AP a ideologia *nacional-popular*, esta que foi assimilada, principalmente, devido à aproximação de seus militantes perante os

movimentos de cultura popular e o MEB, igualmente uma entidade da Católica, carregada dos ideais do cristianismo da libertação, o qual pretendia através da alfabetização uma conscientização política que permitisse a emancipação social. Segundo Daniel Pécault, o pensamento nacional-popular remete a um forte sentimento anti-imperialista, principalmente contra o imperialismo norte-americano, que, por sua vez, reconhecia como principal sujeito político, o protagonista da libertação nacional, o povo, ou as massas populares (PÉCAULT, 1990: 99). Este pensamento foi mais duradouro na AP do que o primeiro, pois, após o Golpe de 1964, muitos militantes que vinham dos movimentos de ACB tenderam desvincular-se da organização, enquanto o viés nacionalista nunca foi dissolvido.

Com relação ao conceito de *partido político*, a direção da Ação Popular, manifestada através dos documentos teóricos, definiria a organização como um partido apenas a partir de 1967, quando adere definitivamente pelo marxismo-leninismo, através da via maoísta. No entanto, desde a sua fundação, em 1963, quando afirmava-se ainda um *movimento*, a organização já pretendia ser uma *vanguarda*, no sentido de orientar as classes sociais subalternas na construção do socialismo. Ao mesmo tempo, após o Golpe, a AP rapidamente abandona o sistema organizativo das coordenações para estruturar-se nos *comandos*, princípio organizativo de partido político muito semelhante aos *comitês*, sistematizados por Lênin. Por fim, à partir da análise prévia dos principais documentos teóricos da organização, sob o fundamento do conceito de partido político de Antonio Gramsci, defendemos que a Ação Popular, sempre foi um partido, pois, para o cientista político, o que essencialmente caracteriza esse tipo de organismo é a intensão de constituir um mecanismo de representação da vontade coletiva, de forma a organizá-la para um determinado fim político (GRAMSCI, 2000: 13-16). Dessa forma, tal conceito é inerente à organização desde os seus primórdios.

Estes conceitos serão melhor abordados no decorrer do texto e recorreremos a eles com frequência para referir-nos à Ação Popular, inclusive em relação à militância regional de Goiás.

Na segunda e terceira sessões daremos início ao tratamento do nosso objeto de pesquisa, propriamente. Através de uma abordagem mais adensada, fundamentada sobretudo na análise documental das fontes oficiais, expedidas pelos serviços de informação, e das fontes orais, começamos pela atuação na JUC, em Goiás, à partir do início da década de 1960, e a sua aproximação perante outros movimentos, dos quais recebera forte influência ideológica, por exemplo da UNE, dos CPCs, do MCP e do MEB, fundamentalmente.

Essas relações se dão durante o mandato de Mauro Borges, governador que pretendia modernizar Goiás através de seus projetos de desenvolvimento, os quais incluíam a criação do

CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado). Dentro desta autarquia paraestatal também funcionava o ICP (Instituto de Cultura Popular), órgão dirigido, em sua maioria, por militantes da Ação Popular, em Goiânia, que coordenaram a maior parte das atividades políticas do movimento, no ano de 1963, de dentro daquela instituição. No entanto, com o Golpe de 1964, o CERNE e, concomitantemente, o ICP, foram desmantelados pela atuação repressiva do Estado Militar, fazendo com que muitos militantes da organização fossem perseguidos e presos (CUNHA, 2015; DAYRELL, 2015; SILVA, 2015).

Depois de um pequeno período de estagnação, o partido retomaria as atividades principalmente por intermédio do MEB, com o qual uniu forças no projeto de organização e conscientização política dos trabalhadores rurais, na região de Itauçu, de forma a preparar as condições para o levante guerrilheiro. Porém, no ano de 1967, diante de denúncias feitas por parte dos fazendeiros da região e da intensificação da atividade dos serviços de informação, o movimento também é desarticulado, culminando com a prisão em massa de vários camponeses e militantes da AP, no estado. Devido a isso, os envolvidos que estavam mais visados pela polícia, especialmente os dirigentes do Comitê Seccional, entraram compulsoriamente na clandestinidade, já no sentido de seguirem o caminho da proletarianização dos militantes (CUNHA, 2015; RABELO, 2015).

Nesse período em que a direção, composta por profissionais liberais e universitários, se concentrava na organização do movimento em Itauçu, o movimento estudantil, no estado, era reerguido principalmente pela atuação dos estudantes secundaristas, em sua maioria, também militantes da AP. Nesse sentido, a ação política desses jovens tornava-se cada vez mais combativa, em consonância à radicalização surtida no movimento estudantil nacional e outros movimentos sociais, no ano de 1968. No entanto, ao mesmo tempo em que esses estudantes tornavam-se mais aguerridos no combate à ditadura, eram também atraídos pelas tendências militaristas da nova esquerda brasileira, o que aconteceu também em Goiás. No início do ano de 1969, a AP, no estado, perdia a grande maioria de seus quadros, devido à desvinculação da maioria dos secundaristas do partido ou por conta do recrudescimento da repressão estatal, culminando prisões e a generalização da tortura, o que deu-se após o AI-5 (Ato Institucional número 5) (MACHADO, 2015; MAIA, 2015).

Depois desse novo abalo na organização, a organização vem a se reestruturar em 1970, dessa vez, com a participação quase exclusiva de estudantes universitários, indo na contramão da nova orientação do partido, que recomendava a arregimentação preferencial de operários e camponeses. No entanto, a Ação Popular encerraria definitivamente a sua militância, em Goiás, ao final de 1971, início de 1972, com nova investida da polícia política.

Este quadro extremamente resumido que levantamos remete à atuação regional da Ação Popular no estado de Goiás, onde a organização também deteve uma expressiva militância, partindo das principais tendências e orientações da direção nacional. Porém, procuramos nos atentar sempre para possíveis particularidades e contradições perante a esse desenvolvimento mais geral. Através disso, levantamos aqui algumas possíveis especificidades, diga-se em relação ao eixo Belo Horizonte-Rio-São Paulo, e alguns eventos mais marcantes, que são: a) em Goiás, o grosso da atuação da AP junto aos trabalhadores deu-se fundamentalmente através dos movimentos de cultura popular e do MEB no meio rural, que, depois do Golpe de 1964, tomaram uma perspectiva de conscientização política com o intuito de instalação de focos guerrilheiros; b) com a desarticulação dessa iniciativa pela repressão do Regime Militar e da aproximação perante a linha chinesa, as atividades do partido passaram a concentrar-se fundamentalmente no movimento estudantil da capital goiana, com participação majoritária dos estudantes secundaristas; c) com a saída de praticamente todo esse quadro, no início de 1969, e estando a maior parte dos antigos dirigentes já na clandestinidade, em outros estados, a militância ficou resumida às atividades do movimento universitário, desarticulando-se precocemente no início de 1972, diante de nova investida, dessa vez muito mais intensa, da coerção do Estado; d) em Goiás, a formação teórica dos militantes ficou prejudicada devido à perseguição policial constante e massiva, impedindo a distribuição dos documentos teóricos formulados pelo partido e a realização de cursos e debates para o estudo adequado dos mesmos.

Para averiguarmos a trajetória da militância da Ação Popular, em Goiás, recorreremos fundamentalmente às fontes orais, providas de entrevistas feitas com ex-militantes da organização e alguns depoimentos, e às fontes oficiais, ou seja, relatórios de IPM expedidos pelos serviços de informação. Organizamos uma ampla e relevante documentação, para possibilitar-nos a adequada investigação do nosso objeto, porém, ficam ainda muitas indagações. Como já dissemos anteriormente, a quantidade de entrevistados foi limitada por algumas razões: alguns ex-militantes não quiseram dar entrevista, seja devido à distância, ou por razões pessoais; outros estão impossibilitados devido à estado de doença e infelizmente outros já não estão entre nós. Desse modo, formou-se um verdadeiro hiato em alguns momentos da nossa narrativa. Da mesma forma, os documentos formulados pelos serviços de informação não abrangem todo o percurso da AP, no estado, o que demonstra claramente uma maior expedição de dados apenas sobre as atividades mais incisivas fomentadas pela organização, como por exemplo sobre as atividades em Itauçu e as agitações de 1968.

Por isso, é possível que surjam algumas lacunas durante o texto, inclusive devido à reduzida tipologia documental a qual utilizamos. Entretanto, especificamente para o nosso tema, no seu enquadramento temporal, regional e político, acreditamos que a escolha de tais fontes seja adequada, ressaltando que tratam-se de dados inéditos. Até o momento, não existe produção semelhante sobre a atuação de determinadas organizações de esquerda, que atuaram em Goiás, na década de 60 e 70. Durante os últimos anos tem-se percebido o aumento do interesse por essa temática. Especificamente sobre a militância da Ação Popular em diferentes regiões do Brasil temos os seguintes trabalhos: *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*, de Reginaldo Dias; *A Ação Popular no Rio Grande do Sul: 1962-1972*, de Cristiane Dias; *Experiências de solidariedade e política – CB22 – A Ação Popular no Jardim Zaíra (1958-1970)*, de Sandra Carvalho; *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*, de Cristiane Santana; *Serra dos perigosos. Guerrilha e índios no sertão de Alagoas*, de Amaro Silva; e *Militantes Operários e Operários militantes: A experiência da integração na produção na história da Ação Popular (1965-1970)*, de Monica Oliveira.

Como pudemos ver, ainda não houve uma investigação pormenorizada à respeito da atuação da AP em Goiás, como procuramos fazer neste trabalho, e os trabalhos mais abrangentes sobre a esquerda goiana relegam um papel irrelevante à organização, o que vimos, em nossa pesquisa, não corresponder à realidade. Acreditamos que tal iniciativa seja de extrema relevância primeiramente para dar visibilidade a esses sujeitos políticos, que engajaram-se pelas causas sociais e compuseram importante foco de resistência à Ditadura Militar brasileira. Em segundo lugar, tal abordagem possibilita não apenas o enriquecimento da produção sobre as organizações de esquerda no contexto regional goiano, mas também no nacional, por trazer à tona vastas experiências que estão intimamente conectadas com o desenvolvimento da esquerda brasileira, contribuindo para que tal período não caia no esquecimento, desmentindo tentativas de falsificação da história por parte de grupos que pedem o retorno do Regime Militar, na conjuntura atual. Esse trabalho contribuiu para verificarmos que a temática à respeito das esquerdas brasileiras, que surgiram no início da década de 1960, e o contexto ditatorial que seguiu-se à esse clima de efervescência política, ainda estão longe serem esgotados, principalmente no que se refere à experiências regionais, carregadas de expressividade, mas relegadas à margem da história nacional.

Esperamos que nosso trabalho venha a colaborar para que a história política da esquerda no estado de Goiás não caia no esquecimento, principalmente a história dos militantes que ousaram lutar por um país melhor.

CAPÍTULO I – A AÇÃO POPULAR NO CONTEXTO NACIONAL

1.1. A gestação de um movimento político híbrido

A Ação Popular, fundada oficialmente em 1963, de forma resumida, foi um movimento político de esquerda não-confessional, composto, inicialmente, sobretudo pelos quadros da juventude católica brasileira, e que futuramente tornar-se-ia uma organização de tipo marxista-leninista.

O surgimento deste movimento já suscita uma série de questionamentos devido à combinação de elementos distintos em um mesmo processo, que, à primeira vista, podem parecer um tanto dicotômicos e conflitantes, como “catolicismo” e “esquerda política”. Entretanto, o surgimento de movimentos como este, como diz Michael Löwy, no texto *Cristianismo da libertação e marxismo* (2007: 411), é apenas a “ponta visível do iceberg”, pois, na verdade, fizeram parte de um movimento teológico latino-americano que, por sua

vez, configurou-se em um vasto movimento cultural que no Brasil apareceria no início dos anos 60, antes de qualquer outro país da América-Latina (LÖWY, 2007: 411, 415).

Todavia, para que possamos compreender minimamente esse processo, é necessário que revisitemos as principais bases de sustentação e influência iniciais desta experiência política em particular. Assim, poderemos perceber que a proposta revolucionária da AP e a doutrina religiosa do catolicismo – esta que passou por uma série transformações, no âmbito conceitual e institucional desde o fim do século XIX – afinal, possuíam “homologias estruturais” que facilitavam, de certa forma, uma convergência eletiva. Algumas afinidades perceptíveis entre o pensamento católico brasileiro, da década de 60, e a análise marxista são: a adesão a valores comunitários, em oposição ao individualismo liberal; uma doutrina de tipo humanista; a crítica ao capitalismo e liberalismo; a solidariedade com o pobre e oprimido; e uma certa utopia do futuro (LÖWY, 2007: 413-414). Porém, a simpatia por parte de alguns grupos de leigos e do próprio clero pelo pensamento marxista, em alguns momentos, não impediu que a alta hierarquia da Igreja condenasse o socialismo, o comunismo e, logo, a sua teoria, como afirmava o decreto do Santo Ofício de 1949 do papa Pio XII, depois confirmado pelo papa João XXIII, em 1959: “Todos os católicos que votarem [...] ou se filiarem em partidos comunistas, escreverem livros filo-comunistas, ou revistas estão excluídos dos sacramentos. Os que defenderem, propagarem ou declararem o materialismo dos comunistas também estão excomungados automaticamente” (PAPA PIO XII apud MONTFORT, 2015).

Tal condenação e proibição não impediu a formação e desenvolvimento de uma corrente sócio religiosa ampla que, no Brasil dar-se-ia no início da década de 60 e culminaria na década seguinte com a teologia da libertação. Entretanto, o que nos interessa aqui é a caracterização de um dos processos históricos específicos que se desenvolveram na esteira do chamado “cristianismo da libertação”, que foi o surgimento da Ação Popular, movimento formado, a princípio, pela maioria da Juventude Universitária Católica (JUC), movimento da juventude católica no qual seriam encontradas as sementes desse tipo particular de cristianismo (LÖWY, 2007: 415).

Mas para entrevermos com maior detalhe e clareza a história da Ação Popular (AP), é fundamental que retomemos brevemente a constituição de uma instituição católica, que desenvolveu-se a nível mundial e foi o berço de todas estas transformações: a Ação Católica.

1.2. A Ação Católica

No século XIX, tem início o processo de reação da Igreja Católica aos pretensos *erros* da Modernidade e aos movimentos revolucionários *sem deus*, diga-se os movimentos de trabalhadores fundamentados no marxismo e no anarquismo. Esta tinha por objetivo principal reafirmar a autoridade da Igreja perante às mudanças políticas e sociais do período através de uma política que procurava impor a autoridade papal, ao mesmo tempo em que recorria a medidas voltadas para a reconquista dos fiéis, ora à esquerda, ora à direita, esta última que igualmente passara a desafiar o pensamento católico, elevando a importância do pensamento científico sobre o teológico, principalmente durante a corrente positivista (SOFIATI, 2012: 37; DUARTE, 2010: 7).

É neste momento que irrompe a chamada Doutrina Social da Igreja, inaugurada com a publicação da encíclica *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII, retomada e ampliada em documentos pontifícios posteriores. As encíclicas sociais, principal meio de difusão das diretrizes da Igreja a respeito das questões sociais, em sentido amplo, podem ser consideradas instrumentos do catolicismo em resposta aos problemas sociais gerados pela modernidade combatida, que, todavia, deveriam ser solucionados na base da caridade e do assistencialismo (DUARTE, 2010: 8). A *Rerum Novarum* carregava a representação desses pressupostos, pois é o primeiro documento da instituição a denunciar as terríveis condições de miséria dos trabalhadores, no fim do século XIX, iniciada com a industrialização no século anterior. Nela reconhecia-se o aumento exponencial da concentração de riqueza e, devido a isso, a possibilidade da relação entre patrões e operários resultar em um “temível conflito”. Todavia, era definitivamente descartada a “solução socialista” para tais problemas sociais, negando tanto o anseio de construção de uma sociedade igualitária e sem classes sociais, quanto a aniquilação da base principal desse tipo de sociedade, a propriedade privada (DUARTE, 2010: 8), como podemos ver na declaração a seguir:

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social (PAPA LEÃO XIII, 2015).

Nesse período, a partir do momento em que a Igreja teve de encarar definitivamente o problema das massas, a questão da pobreza adquire uma importância histórica. Apresentada

nas encíclicas e alguns documentos autorizados, essa problemática era tratada da seguinte forma: toda a propriedade privada seria de “direito natural” inviolável; os pobres deveriam aceitar a sua condição e não tentar mudá-la; porém, a esmola deveria ser um dever; “a questão social” seria “antes de mais nada, moral e religiosa, não econômica, devendo ser revolvida através da caridade cristã”, ou seja, de uma prática assistencial (GRAMSCI, 2007: 153).

Antonio Gramsci (2007), nos cadernos escritos no cárcere, em Turim, mais especificamente no Caderno 20, no qual o intelectual faz breves reflexões sobre a Ação Católica e outras tendências católicas daquele momento, afirmava que esta teria nascido a partir de 1848, embora não precise exatamente uma data, reconhecendo que esta foi reorganizada por Pio XI, nomeado papa em 1922. No contexto imediato a 1848, uma crise político-intelectual era superada pela vitória do liberalismo e formavam-se na Europa, segundo o intelectual, “partidos mais ou menos efêmeros”, muitos provavelmente socialistas, que insurgiam-se contra o catolicismo. A partir deste período, então, a instituição percebe que o catolicismo e a Igreja deveriam ter um partido² político próprio a fim de buscar manter, com menos perdas possíveis, suas posições (GRAMSCI, 2007: 147). Porém, para outros pensadores deste processo, como Flávio M. Sofiati (2012: 38), foi realmente o Papa Pio XI quem lançou a Ação Católica, em 1929, favorecendo a aproximação da hierarquia com os leigos visando o controle e o direcionamento de suas ações a fim de retomar a força da Igreja Católica.

Tal organismo católico surge em uma época inaugural na história do catolicismo, na qual a Igreja passa de uma concepção totalitária – também no sentido de ser a representante majoritária de uma visão universalista do mundo – para tornar-se parcial, devendo, então constituir um partido próprio, a fim de tentar reverter a superação das massas acerca da visão religiosa do mundo. Naquele momento, a Igreja perdera o controle sobre o terreno e os meios da luta, devendo, à contragosto, aceitar o campo imposto por seus adversários, ou tomar emprestado as armas destes, ou seja, os movimentos políticos de massas. A instituição religiosa perde a autonomia dos movimentos e torna-se uma força ideológica subalterna. Por

² O conceito de partido político aqui é amplo, assim como o conceito de partido que é melhor detalhado no caderno “Maquiavel. Notas sobre o Estado e política” (GRAMSCI, 2000). Para o intelectual, de forma muito resumida, e utilizando-nos de suas próprias palavras, o partido político seria o “símbolo da vontade coletiva” e mais, “processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político” (GRAMSCI, 2000: 13). O partido moderno, então, poderia ser qualquer campo de atuação dos intelectuais orgânicos (representantes de grupos sociais específicos), com uma função “diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2001: 24-25). Desse modo, sua concepção ultrapassaria os limites do organismo legal que age dentro dos moldes impostos pela institucionalidade democrático-burguesa, enquadrando também os jornais, revistas, associações culturais, que, muitas vezes, mesmo não fazendo parte de iniciativas partidárias, podem considerar-se como tal por desempenharem função semelhante. Entretanto, nos concentraremos na explicação desta categoria em sessão posterior.

isso, já se percebia a necessidade de unir as forças liberais e conservadoras, neste caso a Igreja, a fim de conter o avanço dos partidos extremistas, ou socialistas (GRAMSCI, 2007: 152-153, 186).

Uma das características transferidas aos movimentos da Ação Católica foi a preocupação com o trabalho. Leão XIII, Papa à partir de 1878, já se posicionava contra o monopólio das atividades por parte de um grupo reduzido de patrões. O trabalho não poderia ser tomado como mercadoria, por isso a necessidade de leis justas, questão que posteriormente foi retomada por Pio XI (LIBANIO, 2005: 45). A Ação Católica, segundo Gramsci, que escreve por volta de 1930, desde o seu aparecimento fora um organismo complexo, mesmo antes da criação da Confederação Branca do Trabalho e do Partido Popular, organismos de atuação em vários países, inclusive no Brasil³, que detiveram forte ligação com a Igreja Católica. A Confederação do Trabalho era considerada parte integrante da Ação Católica, mas o Partido Popular não oficialmente. Tais meios organizativos vinham da convicção da inevitabilidade dos avanços democráticos, por isso a necessidade de organismos que não pusessem em risco a estrutura autoritária da Ação Católica, formalmente dirigida pelo Papa e os bispos. Sem as inovações democráticas introduzidas nas Confederações, afirma Gramsci, “o impulso popular teria subvertido toda a estrutura da Ação Católica, pondo em questão a autoridade absoluta das hierarquias eclesásticas” (LIBANIO, 2005: 149).

Em 1943, H. Godin e Y. Daniel lançaram o provocativo *França, País de Missão?*, indicando que a descristianização fora provocada pela industrialização. Tal constatação configurou-se na reafirmação dos desafios da Igreja. Na Bélgica, entre os anos de 1912 e 1914, o sacerdote J. Cardijn, já ensaiava um trabalho com grupos de jovens operários. Em 1925, no Primeiro Congresso da JOC (Juventude Operária Católica), em Bruxelas, com as bênçãos do próprio Pio XI, dava-se início à um apostolado de inserção entre os trabalhadores industriais. Os jovens operários evangelizavam os colegas de trabalho e, inclusive, um grupo de sacerdotes franceses vestiu o macacão de operário para evangelizar os próprios operários, levando ao extremo o projeto de inserir-se no meio. Em 1953 já eram noventa sacerdotes operários diocesanos e religiosos (LIBANIO, 2005: 46-47).

³ Segundo, Deivison Amaral, cientista social que toma o caso específico de Belo Horizonte, no Brasil a Confederação Católica do Trabalho teria surgido a partir de 1919. Sob a bandeira do catolicismo social a confederação teria atuado como associação intersindical, profissionalmente indiferenciada, limitada ao espaço urbano. Tal organismo detinha forte ligação com a Igreja, inclusive membros desta ocupavam espaços em sua administração (AMARAL, 2007: 56-57).

A Ação Católica teria uma importância especial na França, onde dispunha de pessoal mais selecionado e preparado que nos demais países⁴. As Semanas Sociais que ali ocorriam promoveram debates temáticos de interesse muito mais amplo. Igualmente, os católicos detiveram uma influência intelectual naquele país que não exerceram em outros locais, uma influência bastante centralizada e organizada na cultura laica (GRAMSCI, 2007: 234).

Todavia, ainda que em meados do século XX a linha francesa do catolicismo passasse a afirmar a necessidade e intervenção do homem na realidade social a fim de garantir as necessidades básicas da humanidade, fazendo uma certa crítica ao capitalismo, os católicos franceses não preconizavam um projeto revolucionário que levasse à derrubada da ordem burguesa vigente (DUARTE, 2010: 3). A grande premissa da Ação Católica era: “um movimento de leigos atuando sob a direção de sacerdotes especializados, seguindo as orientações expressas nos documentos pontifícios”. A seus membros não era permitido que definissem práticas autônomas e posições ideológicas independentes do rigor da Igreja. A atuação dos leigos deveria ter por objetivo a constituição de uma ordem social cristã e não a alteração por completo da realidade social a qual estava submetida a classe trabalhadora (DUARTE, 2010: 12).

Para Antonio Gramsci, a Igreja Católica passou por toda uma transformação no seu método de ação, acompanhando algumas perspectivas e ideais democráticos dos novos Estados burgueses e de alguns movimentos sociais, não porque repudiava o centralismo e as contradições sociais geradas pela modernidade, mas, alertava, para manter seus privilégios:

[...] é preciso compreender que ela está disposta a lutar apenas para defender suas particulares liberdades corporativas (de Igreja como Igreja, organização eclesiástica), ou seja, os privilégios que proclama ligados à própria essência divina: para tal defesa, a Igreja não exclui nenhum meio, nem a insurreição armada, nem o atentado individual, nem o apelo à invasão estrangeira. [...] ela reconhece todo poder de fato e, desde que este não toque em seus privilégios, legitima-o. Se, além disso, tal poder amplia os privilégios da Igreja, ela o exalta e o proclama como providencial (GRAMSCI, 2007: 193).

No entanto, não deixaram de existir conflitos entre os organismos nacionais de Ação Católica e o Vaticano, pois sua ação era limitada e constantemente contrariada pela política internacional e interna da Santa Sé. À medida em que os movimentos de Ação Católica ampliavam-se e conquistavam as massas, tendiam a representar um verdadeiro partido, um

⁴ Para Michael Löwy, a corrente sócio religiosa que se formou no Brasil, a partir da década de 60, a qual ele chama “cristianismo da libertação” teria justamente surgido primeiro aí devido ao fato de o catolicismo brasileiro sempre ter mantido relações estreitas, do ponto de vista cultural, com o catolicismo francês, que protagonizou no pós guerra correntes de esquerda de influência intelectual e social de cunho humanista, pautadas nas ideias do padre Lebreton, de Emmanouel Mournier, o movimento de padres operários e a corrente socialista do sindicato Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (LÖWY, 2007: 415).

organismo amplo de síntese da vontade coletiva com intenção de tornar-se universal, cujas diretrizes seriam ditadas pelas necessidades internas. Todavia, isso jamais aconteceu devido à intervenção constante da alta hierarquia da Igreja (GRAMSCI: 228).

1.2.1. A Ação Católica Brasileira

A Ação Católica foi lançada no Brasil em 1923 por Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, com o intuito de renovar a Igreja partindo das elites. A partir de então, estende-se para capitais como Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre (SEMERARO, 1994: 39).

Durante as primeiras décadas dessa entidade no Brasil, a ACB seguiu os movimentos da tendência europeia, mais especificamente, segundo o modelo italiano “de unificação de todas as organizações católicas leigas sob uma organização geral, estruturando-se, assim, em quatro ramos fundamentais, separados por gênero: Homens da Ação Católica; Liga Feminina de Ação Católica; Juventude Católica Brasileira (masculina); Juventude Feminina Católica” (DUARTE, 2010: 19; SOFIATI, 2012: 40). A ACB inicialmente era dirigida por Alceu Amoroso Lima, Tristão de Ataíde, outros intelectuais católicos, a maioria ligada ao integralismo (tendência política de extrema-direita e ultraconservadora), como D. Helder Câmara e o próprio Amoroso Lima, mas que posteriormente romperiam com essa vertente para aproximar-se de posições progressistas (FILGUEIRAS, 2014: 70).

O surgimento da Juventude Feminina Católica na AC foi um exemplo de como esse organismo, em específico, abriu espaço à participação das mulheres e dos jovens nos alicerces da Igreja, ainda que o laicato nunca tenha sido considerado realmente parte do corpo eclesial. O Papa Pio XI ressaltava a necessidade desses movimentos, principalmente devido à defasagem dos quadros do clero, mas alertava que deveria haver uma unidade orgânica, fazendo “de cada indivíduo um apóstolo de Cristo no ambiente social onde estiver”. No entanto, o leigo deveria ser um representante na hierarquia clerical no seio da sociedade, devendo, então, manter respeito à rígida estrutura a qual se vinculava (DUARTE, 2010: 20; SOFIATI, 2012: 38). A alta hierarquia clerical, extremamente centralizadora e autoritária, não permitiria abertura no poder aos leigos, principalmente para os jovens, que geralmente constituíam os grupos de maior questionamento. No entanto, a partir do momento em que o Vaticano concede a “recristianização da sociedade” aos movimentos de Ação Católica, estes,

ao mesmo tempo, abrem-se para a tomada de consciência a respeito da realidade (SOFIATI, 2012: 39).

A partir de 1946, diante de grandes transformações no plano internacional e nacional, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Fria, o aumento do número de países considerados socialistas e a consolidação da indústria brasileira, que altera toda uma estrutura social de classes, cresce a consciência da necessidade de se estabelecer uma Ação Católica no Brasil adequada aos problemas do país (FILGUEIRAS, 2014: 70). E a redação dos Estatutos, feita naquele mesmo ano, dava rumo a um plano de ação altamente novo e especializado. Durante a V Semana Nacional da ACB, que ocorreu em 1950, no Rio de Janeiro, chegou-se ao consenso de que os segmentos apostólicos deveriam especializar-se de acordo com o meio de atuação. Desse modo, constituíram-se, de acordo com Giovanni Semeraro, a JAC (Juventude Agrária Católica) no meio rural; a JEC (Juventude Estudantil Católica) no meio estudantil secundarista; a JIC (Juventude Independente Católica) do meio independente; a JOC (Juventude Operária Católica) atuante no meio operário; a JUC (Juventude Universitária Católica) que agiria no meio universitário e movimentos de adultos no meio operário e independente, representados pela ACO e ACI (SEMERARO, 1994: 39, 40). Mas foi a JOC quem inaugurou essa fase de especialização da AC e desempenhou forte influência na instituição no sentido de alertar a respeito das necessidades e os valores da classe trabalhadora, convertendo-se em um dos movimentos leigos mais expressivos no Brasil (SOFIATI, 2012: 41).

A Ação Católica Brasileira, assim como todo o movimento católico internacional, porém sobretudo na América Latina, também sofreria forte influência de outra grande transformação no interior da Igreja, considerada determinante para a sua renovação. Para Michael Löwy, esse processo inicia-se com a eleição do Papa João XXIII, em 1958, e concluir-se-ia com o *Concílio Vaticano II*, em 1961 (LÖWY, 2007: 414), pois manifestou, de forma mais explícita, grande sensibilidade perante os problemas contemporâneos, abrindo diálogo para outras ideologias e sensibilizando-se para a questão da pobreza no mundo subdesenvolvido (SEMERARO, 1994: 35).

Naquele momento em questão, na tentativa de vencer a realidade do subdesenvolvimento brasileiro, Juscelino Kubitschek lançou o Plano de Metas, um ambicioso projeto para o desenvolvimento econômico, apoiado principalmente em investimentos federais em setores básicos e no ingresso de capitais estrangeiros (MARINI, 2000: 20-25). O plano proporcionou, de fato, uma relativa expansão econômica, todavia, mantiveram-se e intensificaram-se alguns problemas estruturais graves. Enquanto houve um salto na indústria

brasileira, com relação à infraestrutura e à indústria leve e pesada, deu-se uma significativa atrofia do setor agrícola. A maior parte da população brasileira ainda concentrava-se no campo e os trabalhadores rurais permaneciam em condições de baixíssima produtividade, o que colocava os camponeses, analfabetos em sua maioria, em situações de subemprego e miséria, permitindo que, através de relações pré-capitalistas de produção, como o aluguel da terra, quase todo o recurso adquirido no setor agrícola fosse apropriado por um pequeno número de latifundiários. Essa estrutura, que criava uma situação de constante inflação dos insumos agrícolas, ao mesmo tempo impedia a ampliação do mercado interno para os produtos industriais. A circunstância agravou-se ainda mais quando, à partir do ano de 1960, houve o declínio do investimento do capital estrangeiro, com a saída massiva dos lucros, combinada à queda do valor das exportações agrícolas. Diante deste quadro, não houve outra alternativa, senão desvalorizar a moeda, o que dificultava ainda mais a importação de produtos essenciais e ampliava a inflação (MARINI, 2000: 20-25).

O *Concílio Vaticano II*, Concílio Ecumênico convocado pelo Papa João XXIII, em 1961, foi o que causou maior impacto na Igreja. As decisões tomadas neste, formalizadas através de uma série de decretos e declarações – que reiteravam a importância do laicato, valorizavam o diálogo com o mundo e introduziam “uma série de outras modificações que iam de encontro às aspirações sentidas e vivenciadas pela esquerda católica no Brasil” – serviram de base para um processo de mudanças que mostraram-se mais expressivas em alguns países da América Latina, especialmente o Brasil (SEMERARO, 1994: 36).

As duas encíclicas sociais, *Mater et Magistra*, de 1961, e *Pacén en Terris*, de 1963, denunciavam as contradições sociais, exigindo, em contrapartida, novas atitudes dos cristãos, no auxílio da edificação de uma sociedade universal, justa e humana, na qual seriam ultrapassadas as contraposições entre capital e trabalho, entre mundo urbano e rural, e o mundo desenvolvido e subdesenvolvido. Essa transformação do pensamento católico representou uma abertura significativa e possibilitou o fortalecimento da ala progressista dos grupos de Ação Católica em contato com os setores populares (SEMERARO, 1994: 35).

Ao contrário das encíclicas anteriores, que afirmavam ser as ideias socialistas e comunistas incompatíveis com a fé cristã, as de João XXIII pressupunham a possibilidade de coexistência dos dois ideários. Porém, o Papa deixava claro que a coexistência deveria existir apenas para promover a ação dos cristãos junto aos socialistas e comunistas em torno de objetivos comuns, a exemplo do que ocorria em países da Europa, e não visando a unificação das doutrinas (FILGUEIRAS, 2014: 72-73).

Muitos grupos do laicato, principalmente dos segmentos juvenis, interpretaram o Concílio como uma confirmação de que a Igreja deveria contribuir para a transformação do mundo. Para esses cristãos progressistas, não bastava desenvolver apenas as “consciências” individuais, mas principalmente atuar sobre as estruturas sociais, intervindo sobre os mecanismos de poder, não com o intuito de cristianizar o mundo, e sim de construir uma humanidade plena. Ao mesmo tempo, tais grupos, inclusive alguns padres, começaram a reprovar a concentração de riqueza por parte Igreja e sua associação política junto à burguesia e ao Estado, consideradas uma das maiores causas da pobreza. Ao final da década de 1950, além dos grupos da ACB, vários sacerdotes e bispos brasileiros passaram a fazer críticas abertas ao capitalismo, alegando, ao mesmo tempo, no contexto da Guerra Fria, desconfiança em relação à chamada *terceira via*, ou seja, uma política neutra de viés socialdemocrata ou centro-esquerda, amparada pelas ansiadas reformas, que desse conta de resolver o problema da desigualdade social do Brasil e da América Latina. O único caminho a ser trilhado era o do socialismo “humanista e cristão”⁵ (SEMERARO, 1994:36-38).

É justamente nesse período, entre 1955 e 1964, segundo LÖWY (apud SEMERARO, 2012: 40), que surge um comportamento totalmente novo no interior da Igreja Católica brasileira, originário nos grupos da Ação Católica Especializada, quando a ACB deixara de utilizar o modo de trabalho pautado na divisão de gênero, entre homens e mulheres, que vinha do modelo italiano, para a adotar o método francês e belga, vindo a coordenar os grupos laicos de forma voltada para o seu próprio meio social. Tal mudança culminou com o surgimento da *Esquerda Católica*, que era formada, mais ou menos, por três segmentos: “os jovens radicais, os bispos progressistas, e os progressistas nas bases”.

Esse fenômeno progressista da Igreja brasileira só teria sido possível devido ao diálogo e interação das bases laicas junto a alguns grupos da hierarquia, o que acabou transformando, concomitantemente, o próprio catolicismo. Flávio Sofiati, baseado em Maiwaring (2012: 16), diz que três fatores contribuíram para esse processo: no início da década de 1950 os bispos se aproximaram dos setores progressistas do Vaticano; a falta de padres no Brasil e, conseqüentemente, o incentivo à presença de lideranças leigas; ao contrário do que ocorria na Europa, no Brasil a oposição das alas liberais aos católicos era praticamente nula.

⁵ Falaremos mais adiante a respeito desse caminho socialista objetivado pela *esquerda cristã*.

A esquerda católica, que tomou corpo dentro dos grupos de jovens da Ação Católica, é herdeira de todo esse processo que pedia por mudanças mais radicais, pois herdou da ACE seus elementos essenciais, como:

O método ver-julgar-agir; a formação na ação; a busca pela transformação; a busca pela transformação das estruturas sociais; a criação de espaços de revisão de vida e de prática; a fé vivida no engajamento social; o espírito crítico; a opção pelos pequenos grupos; a construção de estratégia para a ação pastoral; a espiritualidade encarnada; o protagonismo juvenil; e a relativa autonomia de missão dos leigos (SOFIATI, 2012: 41).

O novo método de ação repercutiu principalmente entre a juventude católica da ACE, e, dentro desse processo, a partir de 1960, a JUC passará a desempenhar uma posição de liderança diante dos demais setores da ACB. É praticamente consensual entre os especialistas que a JUC tenha centralizado e absorvido as mudanças mais significativas daquele momento, estas que foram fonte do engajamento de todo o movimento da esquerda católica no início daqueles anos.

Gradativamente, as convicções de autonomia e de engajamento político do laicato brasileiro amadureceram, devido ao contato com a realidade dos trabalhadores rurais e urbanos, também por influência da JOC. Veio daí a necessidade de maior aproximação junto aos movimentos sociais e educativos, em detrimento da linha evangelizadora, desenvolvendo-se primordialmente os aspectos profissionais e políticos dos trabalhos (SEMERARO, 1994: 40).

1.2.2. A JUC

A base para a fundação da JUC (Juventude Universitária Católica), ocorreu por intermédio do Centro Dom Vital⁶, e seu presidente Alceu Amoroso Lima, que fundam a Associação dos Universitários Católicos (AUC), no Rio de Janeiro, em 1929. Com poucas unidades no país, esta seria integrada à Ação Católica Brasileira somente em 1937, por intermédio do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, sendo futuramente

⁶ O centro Dom Vital, fundado em 1922, tinha inspiração na *Action Française* e concentrava intelectuais católicos conservadores que defendiam um nacionalismo de direita. O centro manifestou forte apoio ao integralismo, movimento fascista brasileiro, porém, mais tarde, em 1947, na direção de dom Helder Câmara, ocorre o rompimento à tal linha, convertendo-se em símbolo do “clero progressista” brasileiro (RIDENTI, 2007: 229)

substituída pela Juventude Universitária Católica (JUC), como setor especializado desta (DUARTE, 2010: 20).

O marco que oficializa o nascimento da JUC no Brasil deu-se em 1950 na Semana Interamericana JEC-JUC, ano em que esta passou a organizar-se nacionalmente, dentro da AC, tornando-se um movimento social expressivo. Nesse momento inicial, de inserção da Igreja no mundo universitário e na política estudantil, o movimento ainda detinha uma boa convivência com a hierarquia, pois movia-se primordialmente pelas ideologias do catolicismo tradicional, tendo por objetivos primeiros o aprofundamento da fé e espiritualidade, influenciar o sistema educacional brasileiro e recristianizar a sua futura elite intelectual, concentrada no meio universitário. Desse modo, pretendia interferir diretamente no futuro do país (RIDENTI, 2007: 229; SEMERARO, 1994: 49; SOFIATI, 2012:41-43).

Entretanto, foi à partir da reorganização da ACB, com os estatutos de 1946 e 1950, que a JUC aproxima-se “das posições das esquerdas políticas do país”, deixando de ser composta, em sua maioria, por universitários que vinham dos cursos de direito, medicina e engenharia, para crescer, a partir da segunda metade de 1950, o número de estudantes que vinham dos cursos da sociologia e economia, que introduzirão uma nova problemática no movimento. Com o passar do tempo, esses jovens passam a questionar alguns elementos da doutrina católica como a passividade perante a política e à ordem estabelecida, devido à convivência com outras correntes de pensamento, mas igualmente pela familiaridade com outras teorias debatidas no interior da própria Igreja, como as obras de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin; e pela influência do pontificado do Papa João XXIII. A partir de então, são deixadas de lado as preocupações estritamente religiosas e doutrinárias, tornando-se foco as lutas pela reforma universitária e, posteriormente, pelas alterações radicais nas estruturas da sociedade brasileira (RIDENTI, 2007: 230; SEMERARO, 1994: 49; SOFIATI, 2012: 43).

Os jovens da JUC sofriam diretamente o influxo do contexto histórico dos anos 50 e 60. No plano internacional, eram vitoriosas, ou estavam em andamento, incontáveis revoltas pela independência nacional, muitas marcadas pelas ideias socialistas, como a Revolução Cubana em 1959, a independência da Argélia em 1962 e outras, além de lutas anticoloniais na África e Ásia. Todavia, é importante frisar que tais levantes revolucionários, principalmente a Revolução Cubana, não foram determinantes para o surgimento das novas organizações da esquerda brasileira e latino-americana, nos anos 60. De acordo com o sociólogo Ruy Mauro Marini, o surgimento destas era parte do mesmo clima revolucionário que impulsionara a sedição em Cuba, o que não significa que, da mesma forma, não tenham sido influenciadas

por ela (MARINI, 199-). Antes mesmo de instaurado o levante na ilha, já percebia-se a radicalização progressiva das perspectivas da JUC, o que culminaria, em 1962, com criação da Ação Popular.

Ao mesmo tempo em que os jucistas recebiam a influência dessa agitação política, destinavam duras críticas ao modelo soviético de socialismo, considerando-o burocrático e conformado à ordem estabelecida no Pós Guerra, o que ameaçava a hegemonia do seu representante no Brasil, o PCB. Devido a ingerências tais, a JUC tornou-se, entre 1959-1964, um movimento à frente dos demais setores da Igreja, inclusive da JOC, que até então detinha o protagonismo da juventude católica (RIDENTI, 2007: 230-231; SEMERARO, 1994: 50).

O suborganismo da ACB, que constituía a Juventude Universitária Católica, organizava-se basicamente em Equipe Nacional, que tinha o papel de orientar e coordenar o movimento no território nacional, e Equipes Regionais, estas que gradualmente passam por um processo de descentralização, adquirindo maior importância na dinâmica do movimento. Devido a isso, a posição de liderança, que até 1959 pertencia ao grupo de São Paulo, tendo na direção nomes como Plínio Arruda Sampaio e Paulo Gaudêncio, passou a ser desempenhada pela equipe de Belo Horizonte, tornando-se o novo centro de referência do movimento.

A equipe de Belo Horizonte contava com membros importantes, como o assistente Padre Luiz Viegas, Herbert José de Souza (Betinho), Antônio Otávio Cintra, Henrique Novaes, Paulo Haddad e Vinícius Caldeira Brant, grupo que terá papel fundamental, no Conselho de Belo Horizonte, em 1959. Nesse momento, a JUC entra em uma nova fase, que será decisiva na virada em que irrompe o movimento, assumindo responsabilidade explícita pela ação política como parte do seu programa evangélico. Além de lutas pelas reformas universitárias, o movimento abria-se para vários temas sociais, por exemplo, à realidade dos trabalhadores brasileiros (SEMERARO, 1994: 51-52).

O documento *10 anos de JUC*, publicado em 1960 no *Boletim da JUC*, que, segundo Marcelo Ridenti, avaliava do andamento da entidade no plano nacional, fazia uma autocrítica do movimento, para então deixar explícita a opção de um posicionamento inserido no social, totalmente voltado para o tempo presente, aproximando-se de uma ação maior sobre as estruturas. A história continuava a ser enxergada como construção divina, mas a atitude deveria deixar de ser passiva. Logo, ficava a segundo plano o objetivo inicial de cristianização no meio acadêmico, criando o campo de tensão entre o movimento e a hierarquia da Igreja, além das críticas constantes à autoridade eclesiástica (2007 apud SIGRIST, 1982: 39-40; 2007: 231, 232). Alda Maria Borges (2015), ex-militante da Ação Popular em Goiás, que esteve presente no Congresso dos 10 anos da JUC, realizado em julho daquele mesmo ano,

representando o movimento em Goiânia, junto a outros estudantes, confirma a mudança de perspectiva dos jucistas. Para aqueles jovens, afirmar-se cristão passava a ter um caráter revolucionário, implicando um engajamento em relação às desigualdades sociais. A própria concepção religiosa do grupo passara por uma modificação. A salvação não era mais uma conquista individual, mas coletiva.

Na ocasião do Congresso, a Regional Centro-Oeste, cuja equipe era formada majoritariamente por estudantes do curso de Ciências Sociais da UFMG, lança um documento público muito provocador: *Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro*. Neste escrito, segundo Semeraro, o capitalismo é fortemente criticado, ficando implícita a necessidade de sua superação e deixando transparecer uma certa familiaridade com o recurso teórico da análise marxista da sociedade. Na verdade, segundo o autor, as posições do movimento não limitavam-se à influência da teoria marxista e da filosofia aceita pela Igreja, existindo igualmente uma parcela de liberais e conservadores. Porém, uma parcela expressiva dos jucistas, já há algum tempo, estava ativamente ligada à esquerda brasileira, ainda que distribuíssem críticas aos grupos marxista-leninistas e às experiências de socialismo concretizadas na Europa Oriental. A partir do início dessa década a tendência de esquerda tornou-se majoritária dentro da JUC, principalmente representada pela equipe de Minas Gerais, na qual se destacaram Herbert de Souza, Vinícius Caldeira Brant, Henrique Novais, e outros, que controlavam o DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFMG (RIDENTI, 2007: 244-245; SEMERARO, 1994: 52-53).

Em 1960, a entidade deu apoio aberto a Oliveiros Guanais, um candidato da esquerda independente, para a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa era a instituição máxima do movimento estudantil nacional, que de 1950 a 1956 era controlada por setores ligados à UDN (União Democrática Nacional), mas que ao final daquela década passaria a incorporar, primordialmente, uma perspectiva de esquerda, engajada pelas reivindicações de reformas estruturais, a começar pelos problemas de sua realidade cotidiana, a universidade. Tais reivindicações iniciavam-se no plano das reformas universitárias, em busca de uma universidade mais acessível, e gradualmente, e ao mesmo tempo, passaria a preocupar-se com outros problemas sociais (DIAS, 2003: 32-33). No ano seguinte, seria lançada a candidatura de Aldo Arantes, militante da JUC e presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUC do Rio, cidade onde a esquerda da JUC também era muito forte, conseguindo a vitória por intermédio da chapa composta em aliança com membros da União da Juventude Comunista (UJC), que congregava forças progressistas e, majoritariamente, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A vitória dessa eleição inauguraria um

longo período de hegemonia⁷ da juventude católica na UNE, que se estenderia pós Golpe de 1964 (RIDENTI, 2007: 246; SEMERARO, 1994: 53).

Todavia, Dom Jaime Câmara, Cardeal do Rio de Janeiro e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1958-1963), sentindo a ameaça dos desdobramentos da JUC para a doutrina e política católica, e percebendo a aproximação de seus militantes junto aos comunistas e à União Internacional dos Estudantes, ligada a Moscou, faz uma declaração de ultimato a Aldo Arantes: deveria escolher entre permanecer no movimento de Ação Católica ou continuar com seu cargo na UNE. Arantes, então, preferiu afastar-se e dar continuidade a seu mandato, mas, com isso tinha início o processo de distanciamento dos setores de esquerda da JUC em relação à hierarquia da Igreja (RIDENTI, 2007: 246; SEMERARO, 1994:53).

A partir de então, os estudantes da JUC marcariam cada vez mais presença nas atividades da UNE e do movimento estudantil como um todo, aumentando e fortalecendo o seu envolvimento nas lutas estudantis e universitárias. Esta teve bastante representatividade no movimento estudantil não apenas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, mas também Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Sul (LIMA; ARANTES, 1984: 28-29).

No I Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE em Salvador, Bahia, os jucistas demonstraram presença em massa, influenciando fortemente nos debates e formulação de textos. Ao final do evento, foi redigido um “Manifesto” contra as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, amplamente sustentadas pela Igreja, com apoio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e da AEC (Associação dos Educadores Católicos). No mesmo ano, 1961, ocorreu o Conselho Nacional das JUC, em Natal. Nesse evento foram tratados temas como o subdesenvolvimento, socialismo, Revolução Brasileira e, na agitação dos debates, chegou-se até mesmo a se falar em revolução armada, e apresentaram, não sem choques, o documento: “O evangelho, fonte de revolução brasileira”, no qual cristaliza-se e toma forma essencial, no Brasil, o chamado “cristianismo da libertação⁸” (SEMERARO, 1994:53-54).

⁷ A palavra “hegemonia”, no seu significado mais puro, remete apenas ao sentido de “liderança”. Entretanto, essa terminologia encarnou um segundo significado no conceito de Antonio Gramsci, como um tipo específico de dominação sustentada no consenso ideológico de determinados grupos sociais, por parte de um Estado-nação, classes, instituições, entidades, partidos, etc. Como trata-se de um consenso ideológico, todavia, que sustenta-se em determinadas concessões materiais efetuadas pelos grupos e classes dominantes, desde que não envolvam os interesses principais, como afirma Gramsci: “é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que se a hegemonia ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2000: 33-34, 48).

⁸ Para Michael Lowy, o *cristianismo da libertação* foi um movimento teológico latino-americano que aparece no início dos anos 60, no Brasil, que inclui setores do clero e movimentos religiosos leigos, de Ação Católica, e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que, ao mesmo tempo, incluem: “uma prática social emancipadora,

Em reação a tais acontecimentos, a represália da Alta Hierarquia da Igreja não tarda. Em outubro do mesmo ano, a Comissão Central da CNBB publica o seguinte documento: “Diretrizes da Comissão Episcopal da ACB e do Apostolado dos Leigos para a JUC”, sintetizando uma chamada contundente para os princípios que deveriam nortear a ação de seus integrantes, em seu conjunto, alertando que a “santificação” deveria ser a prioridade dos seus participantes, ao mesmo tempo que reprovava a insubordinação às autoridades eclesásticas e a subestimação da doutrina social da Igreja. O texto reconhecia as preocupações da JUC com os problemas sociais brasileiros, mas declarava, de forma definitiva: “não é lícito apontar a cristãos o socialismo como solução de problemas econômico-sociais e políticos, nem muito menos apontá-lo como solução única. Aliás, essas observações deveriam ser óbvias a dirigentes nacionais do movimento”. Logo, depois, o documento indicava, como opção, o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Sindicalismo Rural, ligados à Igreja, como campo de atuação para os jucistas, em vez de envolverem-se nas Ligas Camponesas⁹, que também existiram em Belo Horizonte, ou os Movimentos de Cultura Popular (MCP), que vinham chamando a atenção dos universitários do movimento e eram considerados “ideologicamente mais duvidosos”. Por fim, o texto concluía que a partir de 1962 nenhum dirigente da JUC poderia concorrer a cargos de instituições políticas estudantis, nacionais ou internacionais (CNBB APUD SEMERARO, 1994: 944-950).

A preocupação central que motivou a tomada de todas essas medidas, por parte da Igreja, foi o posicionamento de esquerda que o movimento tomara e a sua aparente

novas formas de prática religiosa e uma reflexão espiritual”, que tinha como ponto de partida a *pobreza*. Uma das principais novidades desse tipo de cristianismo seria a proximidade, em maior ou menor grau, de elementos do marxismo. Porém, tal proximidade gerou, na realidade, uma integração seletiva, ou, nas palavras do autor, uma “afinidade eletiva”, pois do marxismo rejeitava-se o ateísmo materialista e era assimilada a crítica ao capitalismo, especificamente o aplicado na América Latina. Esse movimento, supostamente, teve início na JUC, mas acompanharia a formulação teórica e ideológica dos militantes da AP, mais precisamente no início da trajetória da organização, todavia, com fortes resquícios durante toda a sua trajetória (LÖWY, 2007: 411-413).

⁹ As Ligas Camponesas, criadas durante o Governo de Juscelino Kubtcheck, em uma conjuntura política e juridicamente favorável, foram organizações de trabalhadores do campo fundadas primeiramente no estado de Pernambuco, e que posteriormente espalharam-se pela Paraíba, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, entre outras regiões do país, tendo existido e atuado entre 1955 até o Golpe Militar de 1964. O movimento originalmente possuía o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), mas que foi logo foi denominada “liga” pelos setores conservadores da imprensa e da política, em referência às ligas que proliferaram-se nas periferias do Recife, entre 1945 e 1947, sob influência do PCB. A criação da primeira Liga, no Engenho Galiléia, tinha por intuito original arrecadar recursos para enterrar os mortos, até então sepultados em vala comum, entre outras necessidades assistenciais mais amplas, porém, diante da resistência e represália dos senhores daquelas terras, esta rapidamente, sob a orientação do advogado Francisco Julião, tomou novas perspectivas, engajando-se na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e pelo direito à terra. No início da década de 1960 as ligas tomaram proporção e organização inimagináveis, ganhando a simpatia de estudantes, intelectuais, e militantes de partidos de esquerda, de forma a repercutir nacionalmente (CAMARGO, 2006). Quanto ao MEB e MCP, falaremos melhor sobre esses movimentos em sessões posteriores.

aproximação perante à filosofia marxista. E para reforçar ainda mais a querela da Hierarquia da Igreja com a JUC, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto de Ação Democrática (IBAD), instituições intelectuais que estavam a serviço da direita brasileira, através da imprensa conservadora, empenharam-se em fazer oposição direta, difamando a JUC.

Os jucistas seguiram, em parte, as indicações da Igreja, participando ativamente do MEB, criado pela CNBB em parceria com o Governo Federal, porém não afastaram-se das Ligas Camponesas, ou dos Centros Populares de Cultura (CPC) e dos MCP, fundamentados no método de alfabetização Paulo Freire. Também estarão presentes na Frente Nacionalista e nas eleições para a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), junto aos marxistas. É nesse processo, entre 1961 e 1962, que os militantes da JUC, aliados a elementos da juventude católica de ACB, se atentarão para uma atividade política de esquerda de múltiplas frentes.

Naquele momento de efervescência da conjuntura brasileira, o engajamento político de caráter transformador polarizava os questionamentos essenciais dos estudantes da JUC. Das inflexões dos pensamentos do filósofo Jacques Maritain e seu conceito de *ideal histórico*, a preferência dos militantes, dessa vez, seria direcionada para os pensamentos de E. Mounier, Teilhard de Chardin e, por último, Karl Marx (SEMERARO, 1994: 57), aproximações teóricas que caracterizam o *cristianismo da libertação*.

A obra de Maritain, representante da corrente filosófica cristã francesa, que anteriormente fora muito referenciada pelos jucistas, principalmente o seu texto *Humanismo Integral*, de 1936, fora ao máximo evitada, pois tinha o humanismo como fator a contribuir à transcendência do homem, condenando todo o pensamento racionalista e naturalista, como o de Descartes, Rousseau, Kant, Freud, Hegel e Marx. O pensador preconizava a edificação de uma *nova cristandade profana* que se concretizaria segundo os princípios do ideal histórico, ideal que não estaria fundamentado no idealismo, mas na busca de uma perfeição relativa a um clima histórico, e dizia: “ideal histórico concreto não é um ser de razão, porém uma essência ideal realizável” (MARITAIN apud DUARTE, 1942: 124).

Assim como Maritain, também o filósofo francês Emmanuel Mounier via a necessidade da substituição do capitalismo por um regime comunitário pautado na sociedade *personalista*, ou seja, onde não houvesse violação de nenhum direito individual, como a propriedade privada. Todavia, Mounier se difere no sentido de uma crítica enérgica ao capitalismo, tomando o Personalismo, em alguns momentos, como fundamento de uma sociedade “socialista”, o que, na verdade, seria apenas uma apropriação do termo para

designar uma transição, mas que a mesma deveria ocorrer “de cima para baixo”, e não impulsionada pela classe trabalhadora organizada (DUARTE, 2010: 15-16). A construção teórica de Teilhard de Chardin – padre jesuíta, filósofo e paleontólogo francês, que assim como os demais autores, contribuíra para a formação do humanismo cristão francês – foi apropriada do mesmo modo, nesse momento, devido à sua visão “científica” e cristã de mundo que concebia de forma intrínseca a criação humana, de natureza metafísica-religiosa, e sua evolução. Com isso o padre demonstrava que a criação do mundo não excluía a evolução biológica, mas esta última pressupunha a primeira (SILVA, 1998: 35).

Segundo Giovanni Semeraro (1994), foram essas teorias filosóficas cristãs que “prepararam o terreno para o encontro crítico e decisivo com o pensamento dialético de Marx” (SEMERARO, 1994: 57), o que não significa que não tenham coexistido, ou que a teoria de Maritain tivesse sido definitivamente superada, todavia estas foram as referências principais daquele momento. E reitera o autor: “Os fatores religiosos serviram de base fundamental para a elaboração de um novo pensamento, com desdobramentos nas práticas, cuja significação era reconhecida inclusive por aqueles que não tiveram convivência mais direta com a Igreja antes, ou que não tinham passado por Ação Católica” (SEMERARO, 1994: 104).

A JUC teve um curto período de expansão e crescimento, que foi entre 1960 e 1962. A partir desse período, foi perdendo integrantes, primordialmente devido a transição da maioria para a Ação Popular. É fato que durante algum tempo ocorreu o fenômeno da “dupla militância”, porque vários participantes mantinham-se vinculados ao organismo católico e, ao mesmo tempo, ao novo movimento político que surgia, afinal, inicialmente ambas mantinham elementos ideológicos comuns, de acordo com o *cristianismo da libertação*. Porém, em breve se daria a ruptura, porque a JUC foi instigada e cooptada pela Igreja a retomar seu papel de movimento católico, enquanto a AP tornava-se mais combativa nas lutas sociais e políticas.

A transformação da JUC, que em um período de dez anos distanciou-se das práticas institucionalizadas do meio eclesástico, assustou a Alta Hierarquia da Igreja, obrigando esta a empenhar-se na recondução do movimento sob seu controle. Todavia, nem mesmo a repressão direcionada às instituições políticas estudantis adiantou, forçando a Igreja a dissolver tal entidade de universitários de Ação Católica, em 1968 (SEMERARO, 1994: 57).

1.2.3. Os movimentos de Cultura Popular e o MEB

A respeito de alguns movimentos que citamos de forma breve anteriormente, e que estiveram intimamente ligados à militância da JUC (assim como de alguns outros organismos juvenis da ACB), estes serão fundamentais para a atenção dos jucistas para a necessidade de criação de um movimento político desvinculado da Igreja, a Ação Popular. Os métodos consagrados por esses movimentos, que se concentrarão nos campos da cultura e alfabetização popular, muitas vezes utilizados nas práticas da própria UNE, serão ainda muito recorridos como ferramentas essenciais a serviço do projeto de *conscientização política*, nos primeiros anos da AP. Todavia, desses movimentos e seus métodos trataremos de salientar um elemento ideológico específico, este que certamente foi apropriado pela Ação Popular e, na verdade, perpassou o espírito de toda uma geração, que é o forte sentimento do *nacional-popular*.

Para Daniel Pécaut (1990), em sua relevante obra *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, foi na verdade o nacionalismo que deu a tônica da vida política daquele momento. No entanto, era um nacionalismo que em nada se assemelhava ao existente entre os anos de 1925 e 1945, pois já tomava por consenso a existência de uma nação brasileira e a necessidade de libertação desta perante o imperialismo internacional e, desta vez, reconhecia como principal sujeito político no processo de emancipação nacional o *povo*, ou as massas populares:

Ninguém mais duvidava da existência de uma nação brasileira, e não era mais preciso buscar seus sinais no *caráter* ou no *temperamento* da população, nem apelar ao Estado para forjar a sociedade. A nação estava ali, constituída em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia-a-dia contra as nações dominantes. O sentimento de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional (PÉCAUT, 1990: 99).

O CPC (Centro Popular de Cultura) originalmente foi criado em 1961, em São Paulo, por iniciativa de grupos de teatro, que tinham como primeiros membros os integrantes do Teatro de Arena, como Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, Augusto Boal e outros. Sua fundação vinha do ensejo de levar o teatro a um público mais amplo, levando-o até as ruas, sindicatos e regiões rurais. Rapidamente o centro tornar-se-ia o órgão cultural da UNE (União Nacional dos Estudantes), o que lhe daria sala permanente na sede, no Rio de Janeiro. Entretanto o mesmo conservaria relativa autonomia frente à instituição estudantil vinculada às lutas políticas, que naquele momento vinha sendo dirigida pela tendência de origem cristã-revolucionária, que criaria a AP, recebendo, ao mesmo tempo, a influência do

PCB. Naquele momento histórico “o CPC se coloca no centro de efervescência nacionalista” (PÉCAUT, 1990: 153-154).

O órgão atraiu uma série de artistas e rapidamente foram se formando numerosos CPCs locais e regionais, vindo a possuir uma diligência inclusive em Goiânia, como veremos posteriormente. Surgiram departamentos em diversas áreas culturais, destinadas às artes plásticas, à alfabetização, à distribuição de livros e discos, caminhões que transformavam-se em palco e percorriam o país para a encenação de peças. Todos esses veículos artísticos eram considerados ferramentas essenciais para a “conscientização” das massas e do “povo” brasileiro, tema recorrente para intelectuais e estudantes daquele momento. Os artistas pretendiam conquistar as massas através da “cultura popular”, que era tida como instrumento revolucionário, mas que, para Pécaut, não tinha nada de “popular”, carregando grande dose de vanguardismo e dogmatismo, pois afirmavam implicitamente o atraso da consciência popular (PÉCAUT, 1990: 154-156).

Era certo que os militantes dos CPCs se esforçavam pela politização de grupos sociais que lhes eram estranhos, constatando, com o passar do tempo, a distância social que até então negavam existir. No entanto, é provável que muitos militantes desses grupos de vanguarda, descobrindo a sociedade brasileira, tenham buscado ultrapassar os esquemas dos manuais e o modelo tradicional de militância.

O sentido empregado para a palavra “povo”, inspirado pelo ISEB e do PCB, era universal. Os membros do CPC sentindo muitas dificuldades de se fazer ouvir pelas classes populares concretas, notando que muitas vezes essas nem compareciam às manifestações artísticas, começaram a perceber que essa tratava-se de uma representação vazia (PÉCAUT, 1990: 160).

As campanhas de alfabetização também se manifestaram como representação do desejo de ir ao encontro do povo. Nesse sentido, tiveram muito impacto o MCP (Movimento de Cultura Popular), impelido primeiramente por Paulo Freire, acomodado inicialmente no Recife e que depois surtiriam núcleos em vários outros Estados; e o MEB (Movimento de Educação de Base), fundado e expandido primordialmente pela Igreja (PÉCAUT, 1990: 165).

Esses movimentos teriam menor participação de intelectuais de prestígio, ainda que o MCP também tenha se envolvido em atividades teatrais, sendo seus principais participantes sobretudo estudantes e universitários. Ambos igualmente manifestaram a intenção de “conscientização” voltada para um projeto político e também tiveram forte ressonância no mundo estudantil. A grande diferença, todavia, foi a contribuição diferenciada dos católicos no debate sobre a “cultura operária” e o “povo” (PÉCAUT, 1990: 166).

O MCP, idealizado por Paulo Freire e Germano Coelho, foi criado em 1960 com o apoio de Miguel Arraes, naquele momento prefeito de Recife e posteriormente governador de Pernambuco. No prefácio da excelente obra *Livro e leitura para adultos*, inspirada no método Paulo Freire¹⁰, Germano Coelho, um dos teóricos do MCP o apresenta como resposta do prefeito Miguel Arraes, dos vereadores, dos intelectuais e dos estudantes ao “desafio da miséria”. Como sabemos, o método de alfabetização de Paulo Freire, em sua essência, não se separa da pedagogia de “tomada de consciência” das condições sociais e políticas, desse modo, a importante cartilha intitulada *Livro de leitura para adultos*, formulada sob inspiração do método, visava suscitar uma compreensão e o maior interesse das massas pela política e chama a atenção, na lição 68, para as causas reais da “miséria do povo brasileiro”, essas que só poderiam ser solucionadas com a organização popular pela planificação da economia e as reformas de base. A alfabetização era concebida como caminho para uma cidadania ativa (BIESIEGEL apud PÉCAUT, 1990: 126)

O programa do MEB tem início em 1961 e, segundo Daniel Pécaut (1990: 167), em comparação aos demais, foi um movimento mais ambíguo devido aos vínculos com a Igreja. O movimento foi concebido durante o Governo de Jânio Quadros, que percebia a educação como elemento-chave para o fortalecimento nacional, mas em função da necessidade de formação da mão-de-obra que pretendia empregar em seu projeto desenvolvimentista. Ao mesmo tempo, a Igreja católica vinha desenvolvendo trabalhos com as Escolas Radiofônicas no Nordeste e tais experiências foram fundamentais para a criação do MEB. A utilização desse sistema educativo aplicado principalmente através das emissões radiofônicas, iniciado pelas arquidioceses de Natal, mostrou-se ajustado para a atuação nas regiões mais *atrasadas* do Brasil, principalmente no meio rural (PEIXOTO FILHO, 1985: 42-43).

A Igreja antecipar-se-ia frente à proposta governamental e, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), declara-se também interessada pela “situação temporal do povo”, reafirmando, então, o seu compromisso com a educação brasileira. Em 1961, a Confederação formulou um projeto educativo baseado nas experiências de Aracaju e

¹⁰ Segundo Carlos Brandão, antigo integrante da AP em Goiás, o Método Paulo Freire de alfabetização, descrevendo de forma muito sucinta, foi pensando e desenvolvido especificamente para o projeto de alfabetização de jovens e adultos, trabalhadores das áreas urbanas e rurais. Para tal projeto, o método de alfabetização mais usual, desenvolvido para a educação de crianças, que parte do pressuposto da formação de palavras simples que representam, no geral, nomes, frutas, animais e cores, como “Eva viu a uva”, ou seja, que “propõe uma leitura irreal da realidade social”, é descartado (BRANDÃO, s.d.: 11). A pedagogia freiriana vislumbra o estudo utilizando-se de elementos da vida cotidiana, alfabetizando adultos a partir da construção de palavras que remetem a objetos ou instrumentos do ambiente de trabalho. Na verdade, esse método é muito fluido e foi gradualmente adaptado com o passar do tempo, pois foi construído em uma comunhão de culturas entre educadores e educandos, através do conhecimento da realidade local, o lugar onde as os educandos vivem e seriam alfabetizados (BRANDÃO: 11).

Natal, posto em prática com a utilização da rede de emissoras católicas. Para que fosse viabilizado, o movimento contou com a parceria do Governo Federal, responsável pelo financiamento por meio de convênios com o Ministério de Educação e Cultura e outros órgãos administrativos (PEIXOTO FILHO, 1985: 43-45).

Assim como o MCP fundamentaria seu programa de educação popular nos textos e na metodologia de Paulo Freire, o mesmo aconteceria com o MEB, inclusive muitas de suas lideranças, inclusive em Goiás, participaram de cursos ministrados diretamente pelo educador e filósofo brasileiro (PEIXOTO FILHO, 1985: 4). Este movimento ligado à hierarquia católica era fundamentalmente voltado para a educação e não um movimento político, porém, com o passar do tempo, o próprio Freire passou a fazer relação entre educação e política nos seus textos (SEMERARO, 2007: 96). A educação popular foi tornando-se um ato político, não apenas por fundamentar-se nos escritos de Freire, mas, devido à atuação primordial de militantes dos movimentos de Ação Católica, mais precisamente da Juventude Universitária Católica (JUC), junto aos setores progressistas do clero¹¹, que procuravam conscientizar e politizar especialmente nas áreas rurais durante o trabalho de ensino. À JUC, não de forma instituída e generalizada, caberia o papel de encabeçar e guiar o movimento. Por isso, devido à esse protagonismo, o MEB não sofreu influência apenas dos ensinamentos de Freire, mas também, é claro, de parte da armação teórica que formou as ideias dos jucistas, como Jacques Maritain, Emmanuel Mounier, etc., ainda que em menor importância (PÉCAUT, 1990: 167; PEIXOTO FILHO, 1985:43-45).

Um dos aspectos dos escritos de Paulo Freire dessa época é uma concepção diferente acerca do *popular*. Afirmava a necessidade imediata da democratização das relações sociais, não referindo-se apenas à institucionalidade política. O pedagogo defendia que a educação, administrada no diálogo entre educador e educando, sofrendo revisões constantes, e não sem um certo nível de *rebeldia*, deveria ensinar a *governar-se* (FREIRE, 1959: 33). Seus textos traziam à tona a ideia de que o educando deveria ser incluído enquanto sujeito de mudanças sociais e este deveria participar ativamente na construção da democracia brasileira, e preconizava, na obra de Freire, de 1959, *Educação e atualidade brasileira*, a necessidade de: “Uma educação que possibilite ao homem discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nessa problemática” (PÉCAUT, 1990: 33). Todavia a descrença que os participantes

¹¹ A aliança que se deu entre os setores laicos da Ação Católica Brasileira, em especial a JUC, e a Alta Hierarquia da Igreja no projeto do MEB não ocorreu sem conflitos e antagonismos, devido às diferentes perspectivas desses grupos com relação a busca de soluções para as contradições sociais do país. Enquanto grande parte dos grupos progressistas do clero visavam um programa de reformas que partisse das classes dominantes, grupos mais combativos da ACB se engajavam em favor de mudanças radicais nas estruturas sociais, tendendo a uma escolha revolucionária (PEIXOTO, 1985: 45 apud LIMA, 1979).

do MEB desenvolveram perante o modelo de democracia vindo das instituições políticas e o assistencialismo, segundo Pécaut, deveu-se muito mais à impregnação das ideias e da doutrina católica. Ao mesmo tempo, o movimento caminhava para uma categorização não indiscriminada da ideia de “povo”, negando as organizações culturais como sujeitos de uma cultura popular autêntica (PÉCAUT, 1990: 168).

Baseando-se nessa linha teórica, o MEB chegou a atuar em 14 estados brasileiros, formando, entre 1961 e 1965, 380 mil alunos (RIDENTI, 2007: 249-250). Através do movimento desenvolveu-se uma gama de trabalhos de educação popular, no âmbito da alfabetização, principalmente de adultos, e mobilizações sociais de camponeses e trabalhadores rurais. Os profissionais que levaram adiante o projeto compreendiam inúmeros professores, supervisores e monitores voluntários, dentre eles, intelectuais independentes que pretendiam contribuir com a alfabetização das massas camponesas e urbanas, com os movimentos sociais e para a transformação das estruturas do país, porém teve maior peso a participação de militantes e ex-militantes da JUC e, posteriormente, de quadros da Ação Popular (PEIXOTO FILHO, 1985).

A JUC teve participação importante nas Ligas Camponesas, nos CPCs, no MCP, na UNE-Volante, no MEB, esses últimos inspirados no programa de alfabetização de Paulo Freire. Porém, com a criação da AP a intervenção política nesses setores segue outro caminho.

1.3. A Ação Popular: A trajetória de um movimento político-partidário

1.3.1. O primeiro ano

A criação da AP deu-se, em particular, no interior da JUC (Juventude Universitária Católica), porém também tiveram participação nesse processo: a JEC (Juventude Estudantil Católica), outros grupos de jovens da Ação Católica, como a JOC (Juventude Operária Católica); e grupos protestantes provenientes de igrejas influenciadas por ideias renovadoras, como as do missionário e pastor presbiteriano Richard Shaull, concentrados em organizações como a UCEB (União Cristã dos Estudantes do Brasil) e as ACAs (Associações Cristãs Acadêmicas), apesar de desempenharem uma influência muito menor. Porém, seu quadro

inicial de militantes não veio apenas das fontes cristãs, estudantes não religiosos que eram igualmente contra a política do pró-soviético Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou a “esquerda independente”, e integrantes de outras organizações de esquerda também compuseram este primeiro quadro. No entanto, é inegável que foram as lideranças da JUC que desempenharam um papel decisivo nesse processo (ARNS, 1986: 100, PEREIRA, 2001 apud RIDENTI, 2007: 242-243).

Após o início dos atritos com a Alta Hierarquia da Igreja Católica, por exemplo a CNBB, deflagrados principalmente pela eleição de Aldo Arantes para a presidência da UNE e a radicalização das perspectivas da JUC, começava a processar-se um afastamento dos setores de esquerda do movimento em relação à estrutura clerical. Foi assim que, em 1962, na primeira de três reuniões que culminaria na AP, esta realizada em São Paulo, formou-se o apelidado *Grupão*, conhecido pela sigla GAP (Grupo de Ação Popular), uma organização de transição, aprovando o texto *Estatuto Ideológico do Grupo*. O documento partia de questões ontológicas, o que é genérico ao ser humano, fundamentando-se no conceito filosófico de *consciência histórica*, afirmando, por fim, o compromisso com a Revolução Brasileira e com o socialismo democrático (DIAS, 2003: 83-84; FILGUEIRAS, 2014: 111; GRUPO, 1962).

A base social da Ação Popular se encontraria principalmente no movimento estudantil universitário, meio no qual detinha a presidência da UNE. Nesse processo inicial, a formação da UNE-Volante teria um papel fundamental, pelo fato de os dirigentes da UNE, a maioria integrantes da JUC, deslocarem-se por todo o país engajados no projeto de conscientização política dos estudantes, o que facilitou a articulação da nova organização política (RIDENTI, 2007: 246).

Logo a sigla GAP foi abandonada para não ser confundida com a organização de extrema direita Grupo de Ação Patriótica. Por isso o nome “Ação Popular” seria definido na segunda reunião, em junho de 1962, em Belo Horizonte, com representantes de 14 estados brasileiros. A AP surge oficialmente, como movimento não-confessional, em fevereiro de 1963, com a participação de aproximadamente sessenta militantes, incluindo a presença de líderes estudantis e padres, durante o Congresso de fundação que ocorrera no carnaval do mesmo ano, em Salvador, Bahia. Este se desenvolveu na Faculdade de Veterinária da UFBA, convocado devido à insistência dos militantes da cidade, que pediam por um programa de referências teóricas claras que orientasse as práticas políticas do movimento, ao mesmo tempo que solicitavam eleições para a coordenação nacional, esta que dirigiria a AP (DIAS, 2003: 84, FILGUEIRAS, 2014: 111; RIDENTI, 2007: 247).

Os principais fundadores que estiveram no I Congresso, segundo Lima e Arantes (1984: 40), foram Herbert José de Souza, Aldo Arantes, Luís Alberto Gomes de Souza, Haroldo Lima, Cosme Alves Neto, Duarte Pereira, Antônio Lins, Severo Sales, Péricles dos Santos, Maria Angélica Duro, Manoel Joaquim Barros, e outros. A princípio, a AP se organizava em instâncias municipais, regionais (com 8 regiões que incluíam 21 estados) e nacional, cada uma com uma coordenação específica. Esse sistema organizativo das *coordenações* estava carregado de elementos da herança cristã, pois apropriava-se do modelo de estruturação da JUC e dos movimentos de jovens da AC. A partir de 1965 este seria transformado no sistema de *comandos*, o que revela a influência da Revolução Cubana, e depois disso a AP se organizaria no sistema de comitês, no período de adoção do marxismo-leninismo-maoísmo. Alguns documentos da organização procuraram abordar de forma mais sistemática o funcionamento e as divisões dentro AP, esquemas que nem sempre correspondiam à prática, como, por exemplo: *Estruturação e organização do Grupo* (1963), *Histórico* (1966), *Estatutos da APML* (1971), entre outros (RIDENTI, 2007: 247).

Os primeiros membros da Coordenação Nacional da AP, eleitos no I Congresso foram: Herbert de Souza, de Minas Gerais e coordenador nacional; Severo Albuquerque Sales, da Bahia; Cosme Alves Neto, do Amazonas; e Maria Angélica Duro, do Rio Grande do Sul. Posteriormente, esta deixaria a coordenação e entrariam, a partir de 1963, Tereza Rodrigues e Sílvio Gomes de Almeida, da Guanabara; Aldo Arantes, que estava no Distrito Federal; e Luiz Alberto Gómez de Souza, do Rio Grande do Sul. Em Goiás, o primeiro coordenador regional da Ação Popular, foi Uassy Gomes da Silva (2015). Naquele momento, o integrante detinha uma posição importante na JUC de Goiânia e desempenhava a função de presidente do ICP (Instituto de Cultura Popular), organismo vinculado ao CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado), instituição criada pelo então Governador Mauro Borges, que centralizava todas as iniciativas de cultura popular no estado, como o CPC, o MEB e, inevitavelmente, algumas atividades da organização. Abordaremos melhor esses fatos na sessão posterior (GALLEJONES, 1965: 47 apud RIDENTI, 2007: 247-248).

O I Congresso da AP, de 1963, aprovou em Salvador o Documento-Base, texto que instruiu majoritariamente a ação política do movimento até mais ou menos 1968. A coordenação de Goiás, por mais que não estivesse presente no Congresso, teve fundamental importância na divulgação do documento, pois após a sua revisão e transcrição, o mesmo foi impresso nos domínios do ICP, de onde seguiu para a distribuição nos demais estados. Segundo anotações de Duarte Pereira (1963), o documento foi transcrito e aprimorado pelo Padre Henrique Vaz, a pedido de Betinho, mas tentou evitar ao máximo fazer qualquer

referência ao cristianismo, inaugurando o processo de ruptura com a JUC. Entretanto, para muitos pesquisadores, um deles Marcelo Ridenti, as ideias cristãs ainda estavam presentes, inclusive vários integrantes da AP continuariam, ao mesmo tempo, atuando na JUC. No primeiro momento do texto este já diz que o programa preconizaria uma ação baseada no método “Visão, opção e ação”, que nada mais era que uma reinterpretação do método “Ver, julgar e agir” empunhado pela JUC (RIDENTI, 2007: 248).

O Padre Vaz, segundo Betinho, foi o responsável pela parte “ideológica, teórica, filosófica” do documento fundador, mesmo que não fosse um militante orgânico da AP. Este havia recentemente assumido a cadeira de Filosofia no Seminário dos Jesuítas em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, logo, cabendo a ele o papel de mentor intelectual dessa fase. De acordo com o primeiro coordenador da AP, a parte do documento que recebeu maiores correções do padre foi a segunda, *Perspectiva filosófica: o homem e a história humana*, que retratava a perspectiva filosófica do movimento, amplamente cerceada pelo conceito de “consciência histórica”. É nessa parte que fica explícita a rejeição às concepções materialistas de análise social, pois estas seriam responsáveis por anular: “a especificidade da consciência, anulam finalmente do homem sua condição de sujeito, de pessoa. Acabam, logicamente, por somá-lo na série dos objetos. Submetem-no à mais profunda das alienações”. No entanto, eram rejeitadas, ao mesmo tempo, as concepções idealistas, pois elas igualmente “alienam o homem, alimentando-o ilusoriamente de abstrações”. A perspectiva escolhida seria, então, a “realista”, através da qual seria possível uma articulação “dialética” entre a consciência humana, a natureza e o mundo. O Padre conclui essa parte tentando sintetizar o que vinha a ser essa perspectiva realista e por qual razão recorrer-se-ia a ela (FILGUEIRAS, 2014: 113-115; RIDENTI, 2007: 245). Todavia, este trecho é bastante ambíguo e eclético, pois afirma a opção pelo socialismo, porém remete implicitamente ao humanismo cristão:

É, pois, na direção do movimento que marca a passagem da história para as estruturas de uma civilização socialista que nossa opção se situa e nossa ação se orienta. Tal direção define nossa presença ativa no processo revolucionário brasileiro. Presença que repele todo oportunismo, todo empirismo de curta visão. Que parte de uma concepção realista da história, tendo como sujeito o homem a ser reconhecido, como objeto o mundo a ser humanizado, como fim a comunidade das pessoas na transparência e na solidariedade de um mundo autenticamente humano. (AÇÃO POPULAR, 1963a: 18, 24-25).

Ao mesmo tempo, seguindo o contexto da vitória da Revolução Cubana, junto à inspiração cristã do documento diluíam-se ideias marxistas, mesmo que nenhuma das duas ficasse explícita. Nessa fase inicial da AP fica claro como nela ainda vigorava o cristianismo da libertação, que para Michael Löwy foi uma “ampla e complexa rede que ultrapassa os

limites da igreja como instituição”, caracterizando-se, como já mencionamos antes, principalmente pela integração de alguns elementos do marxismo junto à filosofia religiosa (2007: 411-412). No documento, o marxismo era tido como “expressão mais profunda e rigorosa da crítica ao capitalismo e como interpretação teórica da passagem ao socialismo”. O que realmente ficava explícito era a opção do movimento pelo socialismo como crítica imediata do capitalismo, sem ocultar sua desconfiança ao modelo russo, fazendo negação ao marxismo-leninismo, fortemente influenciada pela crise do stalinismo, impulsionada pelas declarações de Nikita Krushev¹², ainda que reconhecessem a importância de tal experiência (AÇÃO POPULAR, 1963a: 12).

O documento afirmava que, diante das experiências históricas, era claro que formas de se chegar ao socialismo poderiam ser diversas, variando de acordo com as estruturas e situação conjectural de cada país: “Os caminhos para o socialismo permanecem abertos numa larga frente de possibilidades” (AÇÃO POPULAR, 1963a: 12; DIAS, 2003: 86, 87). Devido a isso, o caminho escolhido pela AP, de início, foi o caminho de uma ideologia própria, bastante eclética, vinda da concepção de socialismo como humanismo, pois percebia que toda experiência socialista, na verdade, tinha uma inspiração humanista, preconizando logo nas primeiras linhas: “Nosso compromisso único é pois com o homem”. Logo, nenhum projeto de transformação da sociedade poderia “diminuir, sob nenhum pretexto, o homem, ou atentar à sua dignidade de norma e fim” (AÇÃO POPULAR, 1963a: 3, 13).

A análise atestava a falência da luta nacionalista, definindo como prioridade o combate ao capitalismo internacional e à implantação no Brasil do “neocapitalismo” (AÇÃO POPULAR, 1963a: 37), desqualificando, por isso o PCB e suas Teses de 1958¹³, que, resumidamente, tinham como programa máximo a luta anti-imperialista e antifeudal, principalmente contra o imperialismo norte-americano. O Partidão preconizava que, para atingir tal objetivo, seria necessária a formação de uma frente única com representantes de todas as classes sociais brasileiras verdadeiramente nacionalistas, com exceção dos grandes latifundiários, que estariam a serviço do capital internacional, e grandes responsáveis pelo

¹² Em 1956, o informe confidencial de Nikita Krushev ao XX Congresso do Partido Comunista da URSS, que denunciava uma parte dos crimes de Stalin, o qual teve versão divulgada pelo New York Times e pelo O Estado de São Paulo, desorientou toda a esquerda internacional, principalmente o movimento comunista, tendo PCB sido um dos partidos mais abalados (GORENDER, 1987: 25- 26).

¹³ No *Documento Base* não era feita uma crítica explícita ao PCB, pois o nome do partido nem mesmo foi citado, mas quando dizia que “a esquerda brasileira tem sido incapaz de libertar-se do comando da burguesia e afirmar-se como vanguarda” e também “Algumas áreas tentaram racionalizar essa tendência, postulando a necessidade de uma fase de consolidação do capitalismo como etapa necessária à revolução” fica claro que referia-se às posições do Partidão e suas teses, apresentando a AP como opção mais viável a essa prática política de etapas (AÇÃO POPULAR, 1963a: 36).

atraso das forças produtivas e das relações de produção nas áreas rurais, o que as caracterizaria, através da razão dualista, como “feudais” ou “semifeudais”¹⁴ (COMITÊ CENTRAL PCB, 1958).

Todavia, por mais que o documento fundador da AP manifestasse um compromisso com o homem, colocavam à frente, logo nos primeiros parágrafos: “com o homem brasileiro antes de tudo”, a fim de erradicar a fome, o analfabetismo e a exclusão cultural. Através dessa primeira passagem já percebemos igualmente um tom anti-imperialista do programa, este que foi melhor trabalhado nos tópicos “Perspectiva histórica mundial” e “Perspectivas latino americanas”, os quais traziam análises históricas e conjecturais. A partir dos mesmos concluía-se, que dava-se no país uma situação de dependência e de enfraquecimento da indústria nacional (que já era precária), principalmente devido aos investimentos norte-americanos, que surtiem os seguintes efeitos: “carreiam para a matriz estrangeira lucros excessivos, aumentam a capacidade ociosa ou paralisam o desenvolvimento de setores menos lucrativos ainda que prioritários, acabam por criar condições de intervenção aberta na vida social, política e mesmo cultural da nação” (AÇÃO POPULAR, 1963a: 16). E acreditavam que devido a tal quadro criavam-se as condições de luta anti-imperialista na América Latina, obrigatória para que se dessem mudanças estruturais, como alterações dos quadros de exportação e subsistência nos setores rurais, considerados, também, feudais, tendo como principal exemplo de superação dessas contradições estruturais a Revolução Cubana (AÇÃO POPULAR: 16, 33).

Entretanto, o texto definia que tais tensões não teriam resposta nas lutas dentro da ordem, fazendo oposição às práticas e intensões de reformas mediadas pelo Estado, dando

¹⁴ O PCB foi o grande introdutor da concepção etapista de modo de produção feudal no Brasil. Tal noção, que viria a influenciar igualmente outras organizações políticas da *nova esquerda* brasileira, congregada pelas organizações que fizeram críticas às teses e estratégias até então sustentadas pelo partido comunista, orientou todo o plano teórico e prático do partido, indo desde a sua fundação, até finais da década de 1960, demonstrando modificações mais ou menos significativas (DÓRIA, 1998: 204). Essa interpretação foi importada dos moldes do movimento operário europeu, basicamente das diretrizes teóricas apresentadas na III Internacional Comunista, mais especificamente do VI Congresso de 1928, este que sofrera maior imposição das ideias de Stalin. No Congresso, a definição do modo de produção *feudal* e *semifeudal* foi generalizada para caracterizar as relações de produção agrárias nos países de capitalismo tardio, pouco desenvolvido ou dependente, como era o caso dos países da América Latina. O documento de exposição das teses do evento dizia que a estratégia obrigatória a cumprir-se nesses países “coloniais e semicoloniais” seria a luta “contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional” (ANTUNES, 1995: 17-18; INTERNACIONAL COMUNISTA, 1928: 28-29). No entanto, no início da década 1980, Jacob Gorender (1980, 61-62), no texto *O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica* e também em seu livro *Escravidão Colonial* (1980), desconstrói o uso do conceito de modo de produção feudal para a sociedade brasileira, concluindo que a estrutura vigente até o século XIX foi o escravismo colonial. O desenvolvimento do capitalismo no país deu-se imediatamente a partir das bases da acumulação primitiva de capitais que este sistema lhe proporcionou, e não do feudalismo, como ocorreu na Europa. O modo de produção capitalista teria surgido a partir de então, não havendo a permanência de *resquícios feudais*, pois tal sistema produtivo nunca existiu no Brasil.

exemplo do projeto das reformas de base, implementado pelo presidente João Goulart e que alvoroçava as lutas políticas do momento:

[...] que vê as soluções das tensões através de concepções não estruturais das chamadas reformas de base. Fundamentalmente, tais esquemas constituem a tentativa de instauração de um neo-capitalismo, que permita o sucesso do desenvolvimento burguês, evitando as tensões susceptíveis de provocar, pela radicalização das massas, alteração na estrutura social e no sistema de exploração vigente (AÇÃO POPULAR: 34-35).

No entanto, a Ação Popular também vinculou-se ao impulso reformista da época. Nas eleições de 1962 manifestaram o apoio à campanha de candidatos, como Paulo de Tarso, em São Paulo, e Paulo Wright (militante da AP oriundo da igreja Presbiteriana) que elegeu-se deputado estadual pelo PDC (Partido Democrático Cristão), ao mesmo tempo que engajavam-se nas lutas pelas reformas de base, desmerecidas no documento (ARNS, 1986: 100; RIDENTI, 2007: 250). Igualmente em Goiás, antes do Golpe Militar de 1964, os militantes da AP detinham um bom relacionamento junto à política institucional, fornecendo total apoio ao projeto de desenvolvimento vislumbrado pelo Governador, ao mesmo tempo que atuavam no ICP, que ficava dentro do CERNE, um órgão criado pelo próprio Mauro Borges (DAYRELL, 2015; SILVA, 2015). Por essas razões, inclusive, podemos perceber que embora a Ação Popular evocasse um discurso à esquerda do PCB, demonstrava várias contradições e continuidades, manifestando já no primeiro documento alguns elementos que reiteravam o anti-imperialismo, e o dualismo (DIAS, 2003: 75).

Um elemento de rompimento concreto perante às antigas ideias da esquerda brasileira foi a conclusão da “impossibilidade de levar às massas uma luta que não esteja diretamente vinculada à sua situação de classe”. Aos militantes da organização caberia o papel de promover e orientar cada mobilização e, ao mesmo tempo, atuar dentro das estruturas e instituições de poder. Para tal trabalho seriam necessários e admitidos diversos instrumentos que pudessem ser utilizados como força de pressão radicalizadora, inclusive abrindo o diálogo junto a diferentes setores anti-imperialistas e revolucionários, e, ao mesmo tempo, para outros movimentos e organizações de esquerda, em combate o sectarismo. Outros movimentos teriam igual importância nesse processo, como o movimento estudantil, este que seria capaz de aliar-se às classes populares e promover a formação de uma consciência revolucionária no meio intelectual. Porém, a prioridade dos trabalhos da Ação Popular deveria dirigir-se “às organizações operárias e camponesas”, tendo esses grupos sociais como os principais sujeitos políticos do projeto revolucionário, mas também integrando a grande massa não proletarizada e não sindicalizada (AÇÃO POPULAR, 1963a: 38-40), ao contrário de outras organizações

políticas da esquerda, como a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista Leninista). De acordo com Jacob Gorender (1987:36), a POLOP, organização cujo o nascimento é contemporâneo ao da Ação Popular, por volta de 1962, foi de grande importância na renovação do marxismo no Brasil, iniciando a crítica ao reformismo e ao nacionalismo, todavia, foi incapaz de compor uma opção estratégica viável. Tal impotência prática teria resultado da recusa em participar no movimento pelas reformas de base, propostas por João Goulart, e da aspiração de uma frente de esquerda que praticamente não comportava quadros fora da classe operária. Tal comportamento teria sido, em grande medida, o responsável por colocar a organização no imobilismo, o que resultou em vários rachas, no ano de 1967.

O movimento admitia que a história não demonstrava grandes transformações sem o emprego da violência, no entanto, a tarefa urgente da revolução brasileira era a preparação revolucionária, relacionada à mobilização popular e o desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, contra a dominação capitalista, de *resquícios feudais* – o que não significava uma política de etapas, pois não afirmava ser mais urgente o desenvolvimento do capitalismo brasileiro ou as reformas, aproximando-se, nesse ponto às teses da ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) (GORENDER, 1987: 30; DIAS, 2003: 31). Ruy Mauro Marini, um dos militantes e fundadores em consonância com as linhas da organização marxista, afirmava que burguesia nacional não conseguiria de forma alguma, através de reformas dentro da legalidade do institucional, levar a sociedade brasileira à formas superiores de organização e progresso material. Como não seria possível nos marcos do sistema capitalista impedir o gradual processo de superexploração do trabalho dos brasileiros, subordinando definitivamente a economia do país ao imperialismo, não restaria “ao povo brasileiro senão um caminho: o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo” (MARINI, 2000, 99, 102).

Para o encaminhamento de tal objetivo a AP acreditava ser essencial: “O trabalho e agitação a partir de problemas concretos e a atuação através dos movimentos de cultura popular, alfabetização, etc.” que vinham demonstrando ser válidos como instrumentos de conscientização. No entanto, no campo as condições objetivas indicavam a necessidade de um tipo de trabalho distinto, mais voltado para a canalização da insatisfação existente, partindo dos problemas concretos locais, para denunciar a exploração (MARINI:39, 40). Essa parte demonstra claramente a participação de muitos de seus militantes junto aos CPC, MCP e MEB, como foi o caso dos militantes de Goiás, apropriando-se de muitos de seus métodos de trabalho e, aparentemente, até mesmo de algumas abordagens teóricas, como por exemplo a

desconfiança da noção de *povo* como o conjunto de todas as classes sociais brasileiras, como dissemos anteriormente, e também a crítica a centralismos e hierarquias.

Alguns meses depois, em abril de 1963, seria lançado um novo documento da Ação Popular intitulado *Cultura Popular*¹⁵, seguindo o fio de abordagem da parte final do *Documento Base*, que levantava rapidamente a relevância e alguns tipos de ferramentas que serviriam ao projeto de preparação revolucionária. Como vimos, os programas de cultura popular eram alguns deles.

O documento iniciava-se a perscrutar sobre o significado do conceito de cultura, reiterando o caráter filosófico e humanista dessa fase, definindo que esta seria um

processo histórico (e portanto de natureza dialética) pelo qual o homem em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo, construindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem neste mundo humano (AÇÃO POPULAR, 1963b:1).

A cultura teria um viés pessoal, pluralista e universal, por isso, possuindo um aspecto de criação e mediação. Todavia, esta seria susceptível ao elemento de conflito, que seria a dominação (AÇÃO POPULAR, 1963b: 2,3), no Brasil representada pela dependência externa, propícia à dominação política, econômica e, logo, dos meios de comunicação, responsáveis por distorcerem a realidade, moldando o comportamento popular segundo os interesses das elites, pois os meios formais de educação eram inacessíveis a maioria das camadas populares (AÇÃO POPULAR, 1963b: 4). O desafio, pois, da humanidade, principalmente naquele momento de polarização de vertentes políticas, era “fazer com que a cultura passasse de arma ideológica a instrumento de promoção do homem, ou melhor, a espaço de realização do homem em que os homens se comuniquem em termos de reconhecimento” (AÇÃO POPULAR, 1963b: 5).

Esse texto, certamente por também trazer as inflexões das tendências que permeavam os movimentos de educação e cultura popular, procurava avaliar o caráter popular da cultura, negando-se a concebê-la de forma indiscriminada. O documento afirmava que uma cultura só poderia ser dita popular se, acaso fosse comunicável ao “povo” – todavia, sem explicar quais grupos sociais seriam enquadrados por este substantivo – reforçando que seria popular “a

¹⁵ Na bibliografia específica sobre o tema, a qual tivemos acesso até o momento, o documento *Cultura Popular* não é citado. Segundo José Peixoto, ex-militante da organização em Goiás, o mesmo foi desenvolvido por Isa Guerra, uma militante da Paraíba, juntamente com outros militantes da coordenação nacional da AP. Um exemplar do mesmo está disponibilizado no acervo do NEDESC (Núcleo de Estudo e Documentação Educação, Sociedade e Cultura), situado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia. Por se tratar de um documento não abordado pela historiografia e por ser um texto fortemente relacionado com as ideias do *Documento Base* e com as práticas realizadas pelos militantes da AP em Goiás, decidimos explorá-lo de forma um tanto sucinta, mas de maneira que se relacione com esse período inicial de formulação teórico-ideológica da AP.

cultura que leva o homem a assumir a sua posição de sujeito da própria criação cultural”. Por isso mesmo, todos os instrumentos de cultura popular, como a alfabetização, teatro, cinema, etc., não seriam fins em si mesmos, mas meios de conscientização, politização e organização das massas. Em contrapartida, a Ação Popular deveria priorizar naquele momento, em 1963, o trabalho com essas ferramentas, preocupando-se com a criação das estruturas necessárias a esses trabalhos: “Devemos, em AP, ter a preocupação de criar ou estruturar um instrumental de cultura popular quando possibilidades concretas para tal se evidenciem”, desde que fossem usados os instrumentos mais adequados a cada realidade, desenvolvendo um processo de inter-relação constante entre a população (AÇÃO POPULAR, 1963b: 5).

Em determinada parte do documento são levantados os diversos tipos de instrumentos de cultura popular que existiam, com análise e detalhamento de cada um deles, a começar pelo projeto de “alfabetização”, que parece ser tomado como o principal. Para que se cumprisse o objetivo principal do trabalho de alfabetização seria imprescindível que se levasse em conta a necessidade de um material adequado (incluindo cartilhas, livros-textos para leitura complementar, manual e aritmética e cálculo, manual para professores, material audiovisual, entre outros) e a preparação dos alfabetizadores, pois diante de uma “perspectiva criadora, devemos caminhar progressivamente para ir tornando o alfabetizado em alfabetizador”. São abordados também os chamados “núcleos populares”; “teatro”, tomado com função supletiva de conscientização e politização; “praça de cultura”; “artes”; “publicações”; “festas populares” e “festivais de cultura popular”. Ao final dessa enumeração o documento fazia ressalva para a importância de se utilizar, igualmente, de instrumentos um pouco mais radicais de luta política: “Além desses oito instrumentos citados, devemos nos valer dos meios mais diretos de comunicação com o povo, através de caravanas populares, comícios-passeatas, panfletos, pichamentos, etc., que levem a uma mobilização do povo como forma de pressão popular” (AÇÃO POPULAR, 1963b: 6,7).

Mais ao fim, atestava uma debilidade e a necessidade de solucioná-la: “Sentimos a necessidade de uma coordenação nacional de CP (Cultura Popular) em AP, a fim de que as experiências regionais nesse setor possam, não somente servir de subsídios a novas experiências, como também à integração, na medida do possível, dentro de uma linha nacional”. À linha nacional também não caberia a rigidez técnico-pedagógica, devendo respeitar as especificidades concretas de cada região.

As classes sociais prioritárias às quais destinavam-se esses trabalhos, seguindo a mesma linha do *Documento Base*, seriam o setor operário, sindicatos urbanos; setores populares, bairros e favelas; e setores camponeses, referindo-se às Ligas Camponesas e aos

sindicatos rurais. Caso não existissem estruturas propícias ao trabalho de cultura popular, este deveria ser feito através das “caravanas de cultura” e dos “núcleos populares” e prosseguiram: “os próprios núcleos de escolas radiofônicas no meio camponês devem ser usados para o nosso trabalho de CP”. Nessa parte do documento fica claro o quanto o MEB e a montagem de sua estrutura foram importantes para a atuação política de muitos militantes da Ação Popular, de início. Essa tendência, que reproduziu-se em várias regiões do Brasil, também deu-se em Goiás, onde a os trabalhos da organização, principalmente, após o Golpe Militar, em 1964, seriam reestruturados à partir da atuação de militantes dentro dos quadros do movimento educacional, desenvolvendo-se, então, uma certa consonância ideológica entre os movimentos.

Quanto ao setor estudantil, o trabalho de cultura popular deveria “ser feito através dos CPCs ligados às entidades estudantis, mas tendendo sempre à não vinculação política, recebendo apenas a promoção destas entidades”. Ou seja, o trabalho de cultura popular desenvolvido pelos estudantes através dos CPCs não deveria voltar-se exclusivamente para os estudantes. Deveria ser um trabalho da AP dentro dos CPCs, por meio de uma atuação efetiva, inclusiva por meio dos encontros nacionais e regionais de CP promovidos pelas UEEs (União Estadual dos Estudantes) e pela UNE (AÇÃO POPULAR, 1963b: 8). Aqui podemos perceber como a AP atuava também por meio dos CPCs, o que realmente fazia desta organização um movimento de múltiplas “frentes”. Aos militantes era até mesmo permitido, não sem algumas ressalvas, que, a fim de facilitar aquisição de meios para o trabalho de CP, era permitido que mantivessem relações e cargos em entidades públicas (AÇÃO POPULAR, 1963a: 8-9). Veremos mais adiante, que isso aconteceu em Goiás, quando militantes expressivos da Ação Popular e do CPC, em 1963, atuavam dentro do ICP (Instituto de Cultura Popular), organismo vinculado ao CERNE, instituição governamental criada por Mauro Borges (CUNHA, 2015; DAYRELL, 2015; SILVA, 2015).

Como pudemos perceber na análise desses primeiros documentos, a organização sentia a necessidade de aproximação junto às parcelas mais abrangentes da sociedade, fora do movimento estudantil, mas ao mesmo tempo, sem abandonar as atividades junto ao meio universitário e secundarista. A verdadeira prioridade estava no trabalho com os operários e camponeses, todavia tenham conseguido certa aproximação apenas junto a esses últimos, mais propriamente devido à sua articulação no MEB, o que realmente foi um diferencial da AP quanto a sua inserção nos movimentos de massas (RIDENTI, 2007: 249-250). Também obteve certo sucesso na organização de sindicatos rurais, por exemplo, junto ao órgão estatal, criado em 1962, por João Goulart, a SUPRA (Superintendência Para a Reforma Agrária) e na

articulação pela criação da primeira diretoria da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), exemplificando, mais uma vez, sua participação na luta pelas reformas (RIDENTI: 250; DIAS, 2003: 91).

1.3.2. O impacto do Golpe Militar

Em 1 de abril de 1964, quando abateu-se o Golpe Militar sobre a sociedade brasileira, teve início um regime permeado pelo sistema de dominação e violência conhecido como *Terrorismo de Estado*. De acordo com Enrique Serra Padrós, este é um tipo de sistema instaurado em estruturas capitalistas rígidas e autoritárias à qual recorrem os grupos economicamente dominantes quando questionados ou ameaçados. Nesse contexto, durante a ditadura brasileira, foram gradativamente ampliadas as atividades dos órgãos estatais de coerção e controle, partindo do aumento o fluxo de informações fomentadas pelos serviços de inteligência. Os meios de fiscalização e divulgação foram gradativamente suprimidos e os limites constitucionais, democraticamente estabelecidos, desrespeitados (PADRÓS, 2007: 1).

Nos primeiros momentos do Golpe, com a retomada da Lei de Segurança Nacional, desencadearam-se uma série de medidas que, para D. Paulo Evaristo Arns correspondiam à uma verdadeira subversão no direito brasileiro, iniciadas por prisões e cassações, cujas vítimas variavam entre sindicalistas, parlamentares, governadores estaduais, militantes de esquerda e, inclusive, militares. Tal medida foi possível devido à instauração do Ato Institucional número 1 (AI-1), o que permitiu a intervenção em vários governos estaduais através dos IPMs (Inquéritos Policiais Militares), processos policiais específicos que possuíam a finalidade de investigar situações de corrupção e subversão (MACIEL, 2004: 42). Essas e outras iniciativas tomadas pelo Regime foram fundamentais para a unificação de diversos setores da sociedade, principalmente os que compunham a articulação civil-militar que tornou possível o golpe de estado. O então Governador de Goiás, Mauro Borges, foi um dos que participaram das articulações à favor da deposição de João Goulart e tomada do poder pelos militares e, no momento da ruptura, manifestou apoio total. No entanto, seu próprio governo foi assolado pelos inquéritos, sob a acusação de infiltração subversiva, sendo o seu mandato cassado ao final daquele mesmo ano, como veremos mais adiante (FAVARO, 2015).

Nessa conjuntura, muitos militantes e dirigentes da Ação Popular, assim como de outras organizações, foram perseguidos e presos, sendo muitos militantes goianos, principalmente os atuavam dentro da estrutura governamental, no ICP, inquiridos e presos

diversas vezes. No cenário nacional, alguns seguiram logo o caminho da clandestinidade, deixando o país, como foi o exemplo de José Serra, Herbert de Souza (o Betinho), Aldo Arantes, Padre Alípio de Freitas e Paulo Stuart Wright. Nesse período, muitos militantes que não acompanharam o processo de radicalização do movimento, ou que se desiludiram com a derrota para o Golpe, saíram da AP. Entretanto, em prol da tentativa de “reorganização do movimento”, a grande maioria dos remanescentes, organizados no “Comitê Nacional Extraordinário de AP” aprovaria, em 1965, o documento *Resolução Política*, um texto que seguia a premissa *Documento-Base*, mas que alegava declaradamente a necessidade da luta armada revolucionária, aproximando os militantes da AP do modelo cubano (AÇÃO POPULAR, 1965: 1, 18; RIDENTI, 2007: 251).

Por sua vez, o texto fazia opção explícita pelo socialismo, porém vinculava-se ainda à ideia de socialismo como humanismo, lembrando “nosso compromisso é com o homem”. Afirmava que o Documento-Base não estava superado, mas que precisava ser “conhecido e entendido, e depois urgentemente completado”. A nova resolução dizia vir para corrigir os erros e as ambiguidades dos documentos anteriores, definindo, por sua vez, uma nova estratégia e tática, sobretudo, de luta em todas as frentes, empregando todas as formas de luta, procedimento este, que vinha sendo defendido e aplicado desde antes do documento fundador. Não rompia com a concepção de resquícios feudais das forças produtivas brasileiras e continuava recusando a tese de revolução por etapas, com a necessidade de uma fase de consolidação do capitalismo¹⁶ (AÇÃO POPULAR, 1965: 2, 8, 14; DIAS, 2003: 95).

O grande diferencial deste documento é que preconizava, de forma explícita e direta, uma estratégia revolucionária em torno da conquista do poder pela via insurrecional, ainda que defendesse que o caráter da revolução brasileira seria primeiramente anti-imperialista e anti-feudal, tratando-se, então, de uma revolução socialista de libertação nacional, como parte da “revolução mundial”. A AP verificava que o ideal seria a transição de regimes políticos pela via pacífica, mas constatava que, com a instauração da Ditadura Militar no Brasil, no ano anterior, “estava fechado o caminho de tomada institucional do poder no Brasil”. Portanto, impunha-se “o combate direto e frontal ao poder” através de meios militares, especificamente “a guerra de guerrilhas”. Todavia, o documento era expressamente contra ações que se limitassem à sabotagem e terrorismo, alegando que ainda haveriam de ser criadas as condições objetivas para a implantação dos grupos guerrilheiros, como a adesão de operários,

¹⁶ Para Reginaldo Benedito Dias (2003: 75), mesmo os grupos da chamada “nova esquerda” brasileira que propunham a revolução socialista imediata sofriam influência da concepção das etapas revolucionárias, pois quase sempre suas teses definiam uma tarefa mais urgente que a própria luta armada, um outro traço da herança pecebista, já mencionada anteriormente.

camponeses e das massas, caso contrário, esses não seriam possíveis, nem teriam sucesso. Por isso, ainda seria prioritária a fase de “preparação revolucionária ativa”, definida pela necessidade de educar as massas ideologicamente, utilizando-se das formas antigas de trabalho, (“alfabetização, cultura popular, organização de comunidades, cursos, conferências, cartazes, campanhas de propaganda, encontros e seminários, livros e livretos, panfletos, imprensa legal e clandestina, conversas pessoais”, etc.) elevando seus níveis de consciência e buscando articular, ao mesmo tempo, as lutas reivindicatórias e a preparação do movimento revolucionário (AÇÃO POPULAR, 1965: 17, 41-44, 55-56, 67; DIAS, 2003: 95-97).

Na última parte da Resolução, que trata da “estratégia revolucionária”, há um comentário à caneta de Duarte Pereira, importante militante, dirigente e teórico da organização, dizendo que nesse trecho há influência das ideias de Che Guevara e Mao Tse-Tung. De fato havia uma citação de Guevara, que mencionava a possibilidade de aplicação do modelo revolucionário cubano em outras realidades, principalmente na “América subdesenvolvida”, determinando que “o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo”, com a ressalva de que “nem sempre se tem de esperar que se deem todas as condições para a revolução, o *foco* insurrecional pode ajudar a criá-las” (GUEVARA apud AÇÃO POPULAR, 1965, 63). Entretanto, havia também a referência à Mao, exemplificada no seguinte trecho:

A estratégia de resistência prolongada ante um inimigo temporariamente superior foi a única possível, pois nosso povo não estava em condições de empreender ações rápidas para uma decisão rápida, necessitava de tempo para superar suas debilidades e agravas as do inimigo (TSE-TUNG apud AÇÃO POPULAR, 1965: 61).

Todavia, não foi a *Resolução Política* que inaugurou fase da perspectiva militarista na Ação Popular, mas o primeiro volume do *Jornal Libertação*¹⁷, lançado em Julho de 1964, demonstrando a desilusão perante as vias pacíficas e legais, como podemos ver no seguinte trecho:

Com o Golpe de 1º de abril e a derrubada do Governo Goulart, os reacionários, obedientes ao imperialismo americano, demonstraram mais uma vez total desprezo pela sua própria Constituição e pelas suas próprias leis. [...] São sempre os primeiros a romper as regras do jogo democrático e a empregar a violência contra o povo. Estão, assim, ensinando ao povo a universal verdade da luta de classes: a única lei que, ao fim de tudo prevalece, é a da força armada (LIBERTAÇÃO, 1964).

¹⁷ O primeiro número do *Jornal Libertação*, na verdade, foi lançado em julho de 1964, no contexto imediato do Golpe de 64. Um forte sentimento de indignação e derrota teria favorecido a inauguração, na AP, a partir deste periódico, da perspectiva de luta armada para a Revolução brasileira, como revolução anti-imperialista e antifeudal composta por uma frente única de classes comandada por uma aliança camponesa-operaria (LIBERTAÇÃO, 1964).

O documento de 1965 com certeza foi melhor embasado e melhor divulgado, representando o avanço da inserção do marxismo na elaboração da AP, mesmo que ainda demonstrasse a existência de influências diversas e bastante ecléticas (DIAS, 2003: 97). Como pudemos perceber, esta não se pautaria apenas sob a influência da Revolução Cubana, mas também da Revolução Chinesa, todavia havia clara predominância do influxo do modelo cubano (DIAS, 2003: 97).

Essa transformação ideológica não foi acompanhada por todos os integrantes da AP, que vem a sofrer outras perdas, mas, ao mesmo tempo, conquista novos militantes, arregimentados, em sua maioria, no movimento estudantil. Gradualmente, a organização reorganizava-se amparada no seu setor de maior representatividade, que sempre foi estudantil. Entre 1966 e 1969, com o XXVIII Congresso da UNE, a organização recobriria claramente a hegemonia da entidade, elegendo sucessivos presidentes, como Antonio Xavier, Sarno, Altino Dantas, Luís Travassos e Honestino Guimarães, em aliança com militantes das dissidências armadas do PCB. Em detrimento da perseguição desencadeada ao movimento estudantil no Pós Golpe, os congressos da entidade passaram a ser realizados na clandestinidade, em cidades do interior, inclusive ocorrendo muitas vezes sob o amparo de grupos clericais, em estabelecimentos da Igreja Católica. No entanto, até 1973, ano em que Honestino Guimarães foi assassinado pela polícia, o que restara da UNE já teria sido dissolvido, resultado do recrudescimento da atividade repressora do *Terrorismo de Estado* (RIDENTI, 2007: 251-252, 255).

Na perspectiva de radicalização de outras frentes de luta social, em articulação com a estratégia da revolução brasileira, em 1966 foi formado o Movimento Contra a Ditadura (MCD), que seria o principal instrumento da luta política não armada contra o Regime Militar brasileiro. O MCD tinha um programa democrático radical, que preconizava por eleições livres e diretas; pela anistia e constituinte popular; combate ao arrocho salarial, à Lei de Greve, à repressão contra trabalhadores e estudantes; além de propor o voto nulo. O Movimento era encarado, ao mesmo tempo, como um dispositivo de penetração no meio operário, por meio do qual se atuaria no interior das fábricas e sindicatos. De fato, o mesmo tomou dimensões nacionais de movimento de massas, com ampla participação do movimento estudantil e certa adesão de operários e trabalhadores do campo, todavia, a grande maioria que compunha o movimento praticamente restringiu-se à Ação Popular e a UNE (DIAS, 2003: 98-99). O MCD foi um importante meio de pressão pela restituição dos direitos democráticos, tendo atuado em vários estados brasileiros, inclusive em Goiás, onde foi puxado

principalmente pelos militantes secundaristas da AP, como Jackson Luiz Pires Machado (MACHADO, 2015).

Ainda em 1965 ocorreu a Reunião do Comando Nacional, na qual Aldo Arantes foi escolhido o novo Coordenador no lugar de Betinho. É também nesse período que a organização passa a divulgar orientações aos militantes através do jornal mensal *Revolução*, que, em 1968, seria substituído pelo *Libertação*, periódico de 56 edições que contou, inclusive, com versões em francês, até encerrar-se em 1975 (RIDENTI, 2007: 251). Porém, há um outro jornal da organização, publicado em Belo Horizonte, em Março de 1962, intitulado com o mesmo nome *Ação Popular*, esta que seria oficializada um ano depois. Esse jornal contava com nomes importantes de militantes que viriam a ser fundadores da AP, como Betinho e Vinícius Caldeira Brant, e trazia na capa a matéria “Católicos em paz com Fidel”, o que já demonstrava um entusiasmo dos jucistas pelos desdobramentos da Revolução cubana (AÇÃO POPULAR, 1962: 1). Houve também o jornal semanal *Brasil Urgente*, criado sob a liderança de Frei Carlos Josaphat, em São Paulo, um mês após o Primeiro Congresso da AP, que foi um importante instrumento de difusão das ideias de representantes da esquerda católica, inclusive da Ação Popular, que rapidamente teria um papel predominante no jornal, mas que duraria pouco tempo (GAVIÃO, 2007: 170).

A Ação Popular, seguindo a tendência das esquerdas latino-americanas, naquele contexto, deu início ao enredamento de ações armadas. Entretanto, por mais que a *Resolução Política* condenasse atos de “sabotagem e terrorismo” efetuados de forma desconectada da estratégia de luta, em 1966 ocorrera um famoso atentado coordenado por um militante da AP. Por muito anos especulou-se a responsabilidade de outras organizações militaristas da nova esquerda, porém Jair Ferreira de Sá, expressivo dirigente da AP, revelou, em primeira mão, a autoria do evento no *Jornal da República* de 8 de Setembro de 1979, fato posteriormente confirmado por Duarte Pereira em entrevista concedida a Jacob Gorender. Na 5ª edição do livro *Combate nas Trevas*, Gorender confirma a responsabilidade do ex Padre e militante da AP, Alípio de Freitas, que posteriormente integraria o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), pela coordenação do atentado frustrado ao General Costa e Silva, em meados de 1966 (GORENDER, 1987: 112-113; RIDENTI, 2007: 252).

Como já pudemos ver, após o Golpe Militar, a AP passou por um período de retração que antecederia à sua rearticulação no cenário nacional, enviando seus principais militantes e dirigentes para o exterior. Em 1965, Alípio de Freitas e Paulo Stuart Wright, que foram enviados à Cuba e participaram de treinamento guerrilheiro, compuseram a comissão militar que aplicaria cursos de tiro e manufatura de explosivos. No ano seguinte, o ex Padre e

dirigente nacional encontrava-se no Recife quando foi anunciada a visita do então Ministro da Guerra, Costa e Silva, em campanha presidencial pelo partido governista ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Foi então que o membro da comissão militar decidiu, por conta própria, colocar em prática as técnicas apreendidas sobre atentados. A explosão ocorrida por volta das 8:30 da manhã, no dia 25 de julho, no Aeroporto dos Guararapes, causou a morte do almirante Néelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho e deixou quatorze pessoas feridas, algumas laceradas para sempre. Porém o alvo principal e sua comitiva nada sofreram, pois o voo foi cancelado e o candidato viajou de carro, mesmo, de João Pessoa para o Recife (GORENDER, 1987: 112-113).

O resultado deste atentado, que escapou ao controle da Direção Nacional, foi a rápida dissolução dos comandos armados que vinham se formando na AP. O evento também foi o responsável pelo início do questionamento do uso do *foquismo*¹⁸, fazendo com que a organização se distanciasse da linha cubana e se apegasse ao modelo estratégico chinês de guerra popular prolongada, ao mesmo tempo em que se afastava das ações armadas urbanas, em alta para boa parte da esquerda brasileira, entre 1968 e 1971 (RIDENTI, 2007: 252-253).

A AP chegou a participar da I Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), que ocorreu em Cuba, em 1967, que pretendia articular as forças revolucionárias latino-americanas, com representação dos dirigentes Betinho e Paulo Wright. Foram indicadas cinco organizações brasileiras para participar – o PCB, PCdoB, a AP, Política Operária (POLOP) e Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) – porém nem a POLOP e nem o PCB enviaram representantes e o PCdoB foi excluído devido a posicionar-se a favor da China em um jornal do partido. Os delegados da AP protestaram em defesa do PCdoB na reunião, já prenunciando o afastamento da maioria da direção em relação à Cuba e sua aproximação em relação à China e ao PCdoB (RIDENTI: 253-254).

Desde 1964, a Ação Popular vinha enviando grupos de militantes tanto para Cuba quanto para a China, que naquele momento passava pelo processo da *Revolução Cultural*, a fim de receberem treinamento. A aproximação desses grupos junto a experiências

¹⁸Éric Sachs faz uma breve definição do conceito de *foquismo* em seu texto *Luta armada e luta de classes*, fazendo referência ao livro *Revolução na Revolução*, de Régis Debray, obra que inspirou uma fração considerável da nova esquerda brasileira, à partir de 1968, por tentar formular e detalhar uma estratégia da luta guerrilheira para o continente latino-americano, à partir do modelo da Revolução Cubana. Para o autor, a guerrilha no continente não seria encabeçada por levantes camponeses. Esta se instalaria no campo, porém se daria sob o protagonismo de núcleos politizados vindos das cidades, em pequeno número. Não haveria a necessidade de formação de grandes exércitos compostos pela massa camponesa. O próprio Debray teria definido a guerrilha como um “núcleo do Exército Popular”, embora não tenha ocorrido exatamente dessa forma, exemplificando uma deformação da experiência revolucionária cubana na obra do francês (DEBRAY apud SACHS, 1968).

revolucionárias distintas deu as bases para a formação de duas linhas político-ideológicas no interior da AP, chamadas *Corrente 1* e *Corrente 2* (RIDENTI: 254-255).

A *Corrente 1* preconizava uma revolução brasileira inspirada no modelo chinês, inflexão que tornava-se explícita no documento *Esquema dos Seis Pontos*, de 1968, formulado pelo dirigente Jair Ferreira de Sá, após seu retorno da China, com apresentação de Paulo Wright. Tratava-se de um documento curto e esquemático que fazia adesão definitiva ao marxismo-leninismo sob orientação do pensamento de Mao Tse-Tung. O texto faz uma análise breve da sociedade brasileira, considerando-a semifeudal e semicolonial, tendo por inimigo principal o imperialismo (seguindo, dessa vez, um conceito de modo de produção e linha estratégica de acordo com o modelo chinês), devendo toda a organização alinhar-se, por isso, ao PCC (Partido Comunista Chinês). Por isso, o caráter da revolução brasileira deveria ser primeiramente anti-imperialista e anti-latifundiária, constituindo-se em “duas etapas em um processo ininterrupto”: “uma democrática e uma socialista”. A revolução nacional e democrática é que seria a tarefa do presente. Todavia, recusava a possibilidade de caminho pacífico da revolução, exaltando a estratégia militar da “guerra popular prolongada”, que seria posta em prática no cercamento das cidades pelo campo. Ao mesmo tempo fazia a negação do foquismo guevarista, tido como método burguês e revisionista. As formas de guerra a serem utilizadas seriam “guerra de guerrilhas, guerra de movimento e guerra de posição”, o que demonstra-nos, nessa última parte, um certo contato, ainda que superficial, com a teoria de Antonio Gramsci, que foi o intelectual a desenvolver estes dois conceitos (RIDENTI, 2007: 255; DIAS, 2003: 102-103; AÇÃO POPULAR, 1968: 5-6).

A *Corrente 2*, liderada por Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, ia contra o transplante mecânico dos moldes da experiência chinesa para o Brasil, representada pela primeira corrente. Em contrapartida, o grupo que divergia do núcleo dirigente lança o documento *Duas Posições*, um texto extenso e denso, para alguns intelectuais, a melhor formulação teórica da Ação Popular, que fazia a opção pelo marxismo-leninismo, mas não pela via maoísta, refutando a política de *integração na produção*, inspirada primordialmente pela experiência da *Revolução Cultural*. No geral, o texto afirmava que o modo de produção predominante no Brasil era capitalista e dependente e, por isso, o caráter da revolução brasileira deveria ser imediatamente socialista e armada, a ser deflagrada no campo, dando ao documento claro teor militarista (DIAS, 2003: 103; FILGUEIRAS, 2014: 527-535). Todavia, a luta interna instaurada na AP resultou na expulsão dos adeptos da segunda corrente, em meados de 1968, durante a I Reunião Ampliada da Direção Nacional da AP, na qual a organização se assumiu definitivamente marxista-leninista, aderindo de forma hegemônica ao

maoísmo. Os expulsos juntaram-se a dissidentes da esquerda e lideranças do ABC paulista para formar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, que aderiu à guerrilha urbana e rural, mas que rapidamente se dissolve, entre 1971 e 1972, após prisões e assassinatos de vários militantes por parte da repressão militar. O partido teve adesão no Rio de Janeiro, em São Paulo, onde se vincularam principalmente grupos de militantes da pequena burguesia da AP, e em Goiás. No estado, o movimento era organizado nos arredores das cidades de Trombas e Formoso sob a direção do ex padre Alípio de Freitas, com o apoio dos camponeses, contando também com a participação do ex-líder camponês de Trombas e Formoso e ex-deputado estadual, José Porfírio de Souza, “desaparecido” em 1971 logo após ser libertado de uma base militar de Brasília. Depois do atentado frustrado de autoria de Alípio de Freitas, este foi mandado para Goiânia, pela direção nacional, à fim de reestruturar o partido, cujos militantes mais importantes haviam sido deslocados para integrar-se na produção em outros estados. No entanto, logo ele abdicaria de tal tarefa, indo para o campo para dirigir o núcleo do PRT em Goiás, como veremos com um pouco mais de detalhes adiante (ARNS, 1986: 102; RIDENTI, 2007: 255; FILGUEIRAS, 2014: 537).

É importante ressaltarmos que o processo de adesão definitiva ao marxismo, na Ação Popular, deu-se através do pensamento de Louis Althusser, eixo teórico que possibilitou o rompimento da organização com o ideário humanista, presente desde a sua criação. O pensamento cristão progressista, que serviu de base para a formulação teórica inicial dos militantes, como já dissemos, demonstrava pontos de confluência em relação ao marxismo, principalmente quanto aos escritos do *jovem Marx*, desmerecidos por Althusser. Para o teórico marxista, através dos textos do Marx *maduro* encontrar-se-iam os elementos chave para um materialismo histórico científico, determinado nas estruturas. De acordo com entrevista de Duarte Pereira, ex-dirigente nacional, citada pelo historiador Hugo Villaça Duarte em sua dissertação de mestrado, através dos textos de Althusser os militantes da AP encontrariam um “rigoroso instrumental de análise” de pretensão cientificista, a fim de romper com o humanismo e com o passado cristão da organização. Entretanto, tal influência possuía seus limites, pois o althusserianismo não foi hegemônico na Ação Popular, sendo mais marcante no grupo de militantes que tiveram exílio na França e, de retorno, formaram a *Corrente 2*, este que logo deixaria a AP (DIAS, 2007: 175; DUARTE, 2010: 79).

A geração de Luís Travassos, Jean Marc e Honestino Guimarães, expressivas lideranças da AP na UNE, aderiu à organização somente a partir de 1964, e, em sua maioria, não teria vínculos com a sua origem cristã. Muitos militantes que entraram nesse período nunca foram da JUC, ainda que criados predominantemente na tradição católica. Apesar da

importância desses integrantes independentes, a trajetória da AP sempre esteve intimamente ligada às suas origens católicas, pois daí vinham seus principais militantes, e muitos mantinham-se religiosos. Apesar de a organização ter aderido ao marxismo *científico*, segundo Jacob Gorender, esta ainda estava apegada às suas antigas crenças: “o positivismo althusseriano não dissolveu o fundamento religioso da AP. Este fundo ficou recalcado e mascarado ao nível do consciente [...]. O maoísmo se enraizou na AP apoiado, com um dos pés, no ideário cristão e, com o outro pé, no dogmatismo de procedência althusseriana” (GORENDER, 1987: 114; RIDENTI, 2007: 256).

1.3.3. A integração na produção ou a proletarização dos militantes

Uma diretriz política da Ação Popular que ocorreria em favor da associação cristã-maoísta foi a chamada *integração na produção*, ou *proletarização* dos militantes, em sua maioria, de origem pequeno-burguesa. A linha política que passara a predominar na AP a partir de 1967, voltou sua atenção para a tentativa de inserir-se entre as bases da sociedade brasileira, sob inspiração principal da *Revolução Cultural* chinesa¹⁹, liderada por Mao Tse-Tung, mas também sob outras referências mais ou menos importantes, como a profissionalização dos militantes bolcheviques, a experiência dos revolucionários vietnamitas e dos padres operários franceses²⁰. Nesse processo, a grande maioria dos militantes e

¹⁹ Nesse mesmo período tem início a Revolução Cultural chinesa, um movimento iniciado como desdobramento do Movimento de Educação Socialista, em 1965, que tinha como objetivo a revisão da cultura. Em seu projeto inicial, o movimento passa de uma iniciativa elitista restrita ao plano acadêmico, para um movimento social, de combate aos *Quatro Velhos*: velhos hábitos; velha cultura; velhas ideias e velhos costumes. Com isso, tem ascensão o movimento estudantil nas principais universidades do país, em crítica aos métodos autoritários dos professores, à segregação da Universidade em relação da sociedade, a exclusão de operários e camponeses do ensino superior, a separação entre trabalho manual e intelectual, entre outras. Tal movimentação é apoiada e confirmada por Mao em carta a Lin Biao, em 7 de maio de 1966, também opondo-se ao sistema de ensino vigente e afirmando a necessidade de combinação entre trabalho manual e intelectual (REIS FILHO, 1981: 50-52). Posteriormente, a solução para tais reivindicações serão sintetizadas e agrupadas na *Carta de 16 Pontos*, que pregava, em suma, combinação entre trabalho manual e intelectual; além de ressaltar o papel dirigente de Mao Tse-Tung e do Exército Popular de Libertação (REIS FILHO, 1981: 53-54).

²⁰ Muitos ex-militantes, inclusive alguns ex-dirigentes da AP, acreditaram, e ainda acreditam, que tal medida tática teve influência preponderante na experiência dos padres operários franceses, pois, independentemente de suas novas pretensões marxistas, a organização teria surgido entre os movimentos de jovens da Ação Católica Brasileira, um deles a JOC (Juventude Operária Católica), um dos movimentos leigos presentes no processo de evangelização dos operários franceses. O Papa Pio XI já lamentava a perda de fiéis da classe trabalhadora por parte da Igreja, e, em 1943, H. Godin e Y. Daniel lançaram o provocativo *França, País de Missão?* identificando a descristianização provocada pela industrialização. Tal constatação configurou-se em um novo desafio para a Igreja. Na Bélgica, entre os anos de 1912 e 1914, o sacerdote J. Cardijn, já ensaiava um trabalho com grupos de jovens operários. Em 1925, no Primeiro Congresso da JOC, em Bruxelas, com as bênçãos do próprio Pio XI, dava-se início à um apostolado de inserção entre os trabalhadores industriais. Os jovens operários evangelizavam os colegas de trabalho e, inclusive, “um grupo de sacerdotes franceses vestiu o macacão de operário para

dirigentes foram enviados a trabalhar no campo e nas fábricas, a fim de gerar em sua militância uma nova consciência revolucionária, ação considerada, naquele momento, mais eficaz que qualquer debate teórico, e de arregimentar novos quadros militantes entre operários e camponeses, visando alterar, assim, a composição social da organização (GORENDER, 1987: 114; RIDENTI, 2007: 258-265).

Como dissemos, tal decisão foi tomada, perante diversas influências, inclusive cristãs, uma delas as ideias e experiências renovadoras do pastor e missionário presbiteriano Richard Shaull. Entretanto, com a adoção da AP pelo maoísmo, o agravamento da repressão e o fechamento do Regime Militar, com a implantação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, a organização acelera seu processo de proletarização, promovendo o deslocamento em massa de militantes, para também melhor protegê-los da repressão violenta do Regime. Entretanto, como afirma Marcelo Ridenti, antes mesmo de chegarem aqui informações sobre a Revolução Cultural, dirigentes já afirmavam a necessidade de profissionalização de seus quadros, tanto pela falta de recursos, quanto pela necessidade de arregimentação de quadros entre operários e camponeses, logo, preconizando a necessidade de maior identificação entre militantes e esses grupos sociais (RIDENTI, 2007: 258, 260; PEREIRA, 2004: 3).

A partir de um estudo sistematizado sobre a realidade das regiões brasileiras, feito, em maior parte, por dirigentes, foram definidas 23 frentes de trabalho, distribuídas no Pará, Maranhão, Nordeste, Bahia e Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás. Dessas 23 frentes, 16 situavam-se no campo e 7 em áreas industriais urbanas: ABC Paulista, Zona do Cacau da Bahia, Vale do Pindaré, no Maranhão, Zona da Mata de Pernambuco, entre outros. Annete Scotti Rabelo e seu marido, o dirigente seccional de Goiás, Antonio Rabelo, fizeram parte dessas pesquisas, indo para as regiões do norte do estado de Goiás e para Rio da Conceição, que hoje integra o estado de Tocantins (RABELO, 2015). Os militantes eram difundidos em razão das prioridades regionais, definidas pela AP. Até 1968, a integração geralmente era feita na própria cidade ou região de cada militante, mas, a partir de 1969, preferencialmente estes passaram a ser enviados para regiões distantes, principalmente como medida de segurança (LIMA; ARANTES, 1984: 111-112).

A orientação para os militantes enviados para o campo era que se integrassem como camponeses pobres (meeiros, rendeiros, posseiros, pequenos proprietários) ou assalariados rurais, de acordo com cada região, e para os das cidades, que procurassem bairros mais pobres

evangelizar os próprios operários”, levando ao extremo o projeto de inserir-se no meio. Em 1953 já eram noventa sacerdotes operários diocesanos e religiosos (LIBANIO, 2005: 46-47).

para morar. Tais medidas e orientações resultaram em uma série de consequências, primeiramente, segundo Arantes e Lima, a quebra dos vínculos regionais da organização. Devido ao deslocamento de dirigentes locais, algumas regiões tiveram precarizadas ou esvaziadas suas lideranças, como ocorreu na seccional de Goiânia, à partir do ano de 1968, com o deslocamento de importantes lideranças, como Antonio Rabelo e Osvaldo Rocha (RABELO, 2015, MACHADO, 2015). Em segundo lugar, as integrações resultaram no gasto acelerado dos recursos da AP. Famílias inteiras eram deslocadas para regiões distantes, abandonando ofícios bem remunerados e, muitas vezes, não conseguindo emprego de imediato. Desse modo, tiveram de apelar para doações de propriedades e bens de membros simpatizantes, fonte que, com o passar do tempo, também se esgotou. Mas o problema principal referia-se às condições de vida precárias que alguns militantes enfrentavam, principalmente nas cidades, muitos vezes passavam fome. Desse modo, a iniciativa demonstrava um resultado inverso ao esperado: “A proletarização, para muitos, tomava forma de uma pauperização, o que comprometia a base ideológica dos companheiros em questão” (LIMA; ARANTES, 1984:112-113, 113, 114). Muitos militantes saíram da AP nesse processo, pois ou não aceitaram a integração ou não conseguiram suportar a situação de precariedade.

Aldo Arantes e Haroldo Lima, que naquele momento eram dirigentes nacionais do partido e principais representantes da chamada *Corrente 1*, questionaram se o balanço geral de tais experiências foi negativo ou positivo. Os autores começam apresentando os pontos negativos, sob suas próprias interpretações, dizendo que o processo de proletarização dos militantes foi feito em negação a um debate teórico e ideológico, o que teria sido um prejuízo. Outro ponto foi o afastamento da Ação Popular perante seus grupos sociais antigos. Sob manifestações de “sectarismo e estreiteza política”, em um determinado momento, na Bahia, quase houve o afastamento forçado de toda a base estudantil, permanecendo apenas trabalhadores rurais ou fabris, o que foi revisto a tempo, segundo os autores (1984: 115).

Alguns militantes que participaram da experiência posteriormente se posicionaram perante a mesma de forma negativa, como Herbert José de Souza, o Betinho, primeiro coordenador da organização que forneceu um depoimento “carregado de mágoa”, porém fez comentários apenas de seu caso em particular, não da experiência como um todo. Considerou o período em que esteve integrado em fábrica, morando em bairro operário, “assaz negativo em sua vida”. E, ainda, segundo o ex-coordenador o processo de proletarização significava:

purgar todas as vestes de pequeno-burguês e tornar-me um operário [...]. O sentimento de culpa da pequena burguesia, o sentido de missão, o envolvimento

cultural, ideológico, e um secreto desejo que eu tinha de viver até as últimas consequências uma experiência de me identificar com o operário e o camponês me levaram a aceitar o desafio" (1978, apud RIDENTI, 2007: 261).

O mesmo relatava que, entre outras experiências frustrantes, em uma fábrica de cerâmica, no interior de São Paulo, acabou inventando um método de produção de xícaras, o que tornou sua proletarização mais proveitosa aos donos da fábrica que para os colegas de trabalho. Tal projeto teria sido um retrocesso, mesmo em relação aos primórdios da AP “que alocava os militantes no seu próprio meio de origem, onde tinham condições de fazer um trabalho político, ao invés de deslocá-los de sua cidade e círculo social” (SOUZA apud RIDENTI, 2007: 261).

Jair Ferreira de Sá, o “Dorival”, um dos principais dirigentes da AP, igualmente defensor da *Corrente 1*, e, em contrapartida, da própria integração, embora não tenha sido enviado para as fábricas ou para o campo, também fez alegações negativas ao processo, como a seguir: “O companheiro era deslocado, tinha um mês para entrar na fábrica e dois meses para puxar uma luta. Se no terceiro mês não conseguisse nada, era considerado em crise ideológica” (SÁ apud LIMA; ARANTES, 1984:114-115).

Entretanto, para Arantes e Lima, o processo de integração na produção da Ação Popular também “serviu para consolidar e ampliar importantes trabalhos populares da AP e inaugurar novas frentes em áreas trabalhadoras”. Nas frentes que obtiveram “êxito”, a cooperação de militantes integrados junto às bases por eles organizadas ou ampliadas, contribuiu para dar início a muitas lutas, consideradas de importância regional e nacional, como por exemplo, as greves dos metalúrgicos em Contagem, em Minas Gerais, e de Osasco, em São Paulo, ambas em 1968; a greve dos Assalariados Rurais da Zona da Mata e de Pernambuco, também em 68, as lutas de Pindaré, no Maranhão, os acontecimentos do 1 de Maio de 1968, em São Paulo, entre outras (LIMA; ARANTES, 1984: 115, 116). Na abordagem dos autores, foi devido aos militantes integrados que a organização das bases trabalhadores e um processo de mobilização junto às mesmas teve êxito.

O historiador Marcelo Ridenti, referindo-se à fala do ex-dirigente Duarte Pereira, afirma que essa experiência, na verdade, muito provavelmente também repercutiu na formação movimentos mais recentes, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento de oposição mais radical ao Governo Fernando Henrique, na década de 90, nasceu igualmente de ramificações da Igreja Católica, a Pastoral da Terra, sob influência da chamada Teologia da Libertação, desdobramento máximo do *cristianismo da*

libertação gerido na esquerda católica dos anos 60, representado pela JUC e consecutivamente a AP (RIDENTI, 2007: 264).

Sob a interpretação de Aroldo e Lima, em linhas gerais, os principais erros cometidos no processo foram: a generalização de um quadro que deveria ter sido parcial e voluntário, ou seja, a integração não deveria ter sido imposta aos militantes como aconteceu; a concepção de que a mesma seria a única e mais elevada forma de contato com as massas, reduzindo a importância da participação em suas lutas e da assimilação de sua ideologia. Entretanto, para os autores, embora com muitos erros, o movimento de integração na produção teve um resultado preponderantemente positivo, pois a AP deixou de ser, assim, uma organização política essencialmente estudantil, incorporando um número considerável de camponeses e operários, em regiões mais distantes; ao mesmo tempo em que suscitou em seus militantes, e na própria AP, a sensibilidade política para questões operárias e camponesas (LIMA; ARANTES, 1984: 116-117). Todavia, é importante ressaltarmos que esta é a visão de dois ex-representantes da *Corrente 1*, que, posteriormente, vieram a ser alguns dos principais defensores da incorporação dos quadros militantes do partido ao PCdoB. Diante disso, não é provável que a visão positiva dos autores com relação a tal estratégia se deva mais ao fato de que esta foi fundamental no processo de aproximação entre ambas as organizações marxista-leninista?

Muitos depoimentos mais recentes contradizem a conclusão chegada por Aldo Arantes e Haroldo Lima. Desse modo, parece-nos difícil fazer um balanço conclusivo e, de certa forma, binário, como aparenta ter ocorrido na interpretação destes dois pioneiros dos trabalhos sobre a Ação Popular. Os autores, perante sua base documental e suas próprias interpretações, parecem chegar à suas conclusões principalmente a partir de uma análise quantitativa, apresentando em sua obra, *História da Ação Popular*, mais depoimentos positivos que negativos, através de um balanço feito a partir de 120 amostras.

Parece-nos também complicado afirmar com certeza que tal processo deteve significados preponderantemente benéficos, se os depoimentos positivos parecem informar muito mais experiências pessoais construtivas, que propriamente frutos coletivos edificantes. E até que ponto tais frutos foram realmente colhidos se, em contrapartida, militantes integrados também foram presos, torturados e/ou mortos pela repressão do Regime Militar brasileiro, como foram os casos dos estudantes José Carlos Novais da Mata Machado e Rui Soares Frazão, respectivamente estudantes de Direito e de Engenharia no Recife (RIDENTI, 2007: 264-265). Jacob Gorender também afirmava que deveria ser feita uma análise mais

aprofundada sobre a questão, pois dizia que o fato de a experiência não ter sido continuada nem repetida já dava pistas de que tal política não surtiu êxito (GORENDER, 1987: 115).

Todavia, um fato desenvolvido por tal processo que parece-nos ter sido inteiramente profícuo, foi a análise e a interpretação de que a questão do trabalho não deveria se desvincular da estratégia revolucionária rumo ao socialismo, pelo contrário esta seria parte integrante e indissociável da mesma, justamente por esta ser a única propriedade dos trabalhadores, em teoria, sujeitos fundamentais da revolução.

Como já vimos anteriormente, durante o período em que a Ação Popular concentrou-se no programa de integração na produção, medida que, em teoria, foi imposta à todos os militantes, houve um esvaziamento considerável de seus quadros. Muitos integrantes da organização foram obrigados a distanciar-se dos familiares, amigos e conjugues, à fim de procurar emprego em fábricas ou no campo, de acordo com as regiões prioritárias. Não era raro a tarefa ser dada de forma incisiva e com prazo determinado, por exemplo, o militante era impelido a deixar seu lugar de origem e estar empregado em no máximo 15 dias (FILGUEIRAS, 2014). Diante de disso, muitos integrantes desligaram-se da organização, como foi o caso de uma importante militante goiana, Alda Maria Borges (CUNHA, 2015), que foi designada à integração, porém longe do seu noivo, também militante da AP. Reveremos este caso, com maiores detalhes, no capítulo 3.

Ao mesmo tempo em que muitos militantes distanciavam-se da organização em decorrência da política de proletarização, formava-se entre a nova esquerda brasileira as conhecidas organizações militaristas. Essas tendências, que concebiam o caráter da revolução brasileira como sendo imediatamente armada, seja no campo ou no meio urbano, funcionaram como verdadeiros polos de atração para uma juventude sedenta pela ação revolucionária, fascinada pela imagem da Revolução Cubana difundida por Régis Debray em seu livro *Revolução na Revolução*. O COLINA (Comandos de Libertação Nacional) e a VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) foram duas dessas organizações que cooptaram muitos militantes da AP, inclusive em Goiás, como Jackson Luiz Pires Machado e Juarez Ferraz de Maia, que vieram a desvincular-se da organização no início de 1969. Veremos, com mais detalhes, estes e outros casos, mais adiante.

1.3.4. Entre o COLINA a VAR-PALMARES

No ano de 1967, a ORM-POLOP sofreu sérias cisões em seu quadro militante nas regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Durante uma conferência feita em Minas, em abril de 1968, surgiu uma nova tendência política, que, definia o caráter da revolução por socialista, porém tal processo deveria começar de imediato através da guerra de guerrilhas (REIS FILHO, 2006: 171-172).

A princípio, a nova organização não tinha nome, no intuito de endossar um processo de fusão de vários grupos, o que consolidou-se no decorrer do ano com a incorporação de militantes dissidentes da POLOP no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, a Organização (como era referida pelos seus militantes) fez ações expropriatórias e de propaganda durante as greves operárias de Contagem. Nesse interim, surgiu o nome COLINA, de início apenas para efeito de propaganda, mas este ganhou força e acabou identificando o grupo.

Durante a sua existência, a organização teve dois periódicos de divulgação, que foram o *Piquete*, jornal distribuído em fábricas, e *América Latina*, uma revista de orientação teórica (que teve dois números) que continha traduções de textos de Regis Debrey e Che Guevara, além de artigos sobre o movimento operário e a realidade política do país, daquele momento. O Colina também divulgou textos sobre o movimento estudantil, tendo se envolvido no movimento de Belo Horizonte, no qual disputou hegemonia com a Ação Popular.

Durante o ano de 1969 muitos quadros dissidentes entraram para a organização, incluindo uma parte da POLOP do Rio Grande do Sul que não aceitou junção com o POC (Partido Operário Comunista); um pequeno núcleo de descontentes com a direção tomada pela DI-GB (Dissidência Guanabara); e militantes da APML (Ação Popular Marxista-Leninista) do Rio de Janeiro, da Bahia, Pernambuco e Goiás. Com essas adesões a organização ganhou força e junto à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), grupos advindos do PCB, da ORM-Polop e da APML, além de alguns quadros do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), movimento brizolista, no congresso de julho de 1969, em Teresópolis, fundou-se a VAR-PALMARES (REIS FILHO, 2006: 316).

No entanto, diante da fusão ainda permaneciam sérias divergências orgânicas que vinham destes grupos, sendo necessária a convocação de um novo congresso, em setembro do mesmo ano. Todavia, a nova organização não conseguiu encontrar o caminho do consenso a fim de representar todas aquelas tendências, vindo a dividir-se rapidamente. Enquanto uma parte reconstituía a VPR, a outra permanecia na VAR, com núcleos no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Como dito anteriormente, alguns quadros foram arregimentados em Goiás, principalmente entre os militantes da APML, como Jackson Luiz Pires Machado (2015), Allan Kardeck Pimentel e Juarez Ferraz de Maia

(2015). Uns foram capturados rapidamente devido ao recrudescimento do aparelho repressor do estado, após o AI-5, outros foram deslocados para o Rio de Janeiro.

Naquele segundo semestre de 1969 mais uma leva de militantes desligou-se da VAR, constituindo a Dissidência da VAR-Palmares (DVP). Novas investidas da repressão, que levaram à quase destruição do Comando Nacional. Foi realizado um II Congresso em Recife, em fevereiro de 1971, com representantes de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo, mas a organização já estava política e organicamente debilitada, não conseguindo reerguer-se. Ao final do ano, já encontrava-se praticamente desmantelada. Não obstante, a organização manteve, de forma esporádica, o jornal *União Operária* (REIS FILHO, 2006:317).

1.3.5. O AI-5 e a intensificação do Terrorismo de Estado

No ano de 1968, percebeu-se um novo avanço dos meios de pressão e mobilização social, protagonizados pelos movimentos estudantis, operários e sindicais. A representação política não fora totalmente suprimida, entrando em contradição com a estrutura autoritária. O impulso dos movimentos de oposição abriu um novo caminho para a atividade política, mesmo dentro dos limites impostos. Essa situação levou o governo militar ao aprimoramento de sua estrutura autoritária, pois as medidas aplicadas desde o início do Regime não mostraram-se suficientes para a manutenção da ordem. Esse fortalecimento da representação política abria brechas, por exemplo, para autonomizar o Congresso, os dois partidos institucionais, e alguns governos estaduais ainda liderados por civis (MACIEL, 2004: 62).

Diante da crescente autonomização da representação política, à fim de conter o movimento oposicionista, desencadeou-se uma guinada repressiva que teve início em março e abril de 1968. Com isso, verificou-se conflitos de rua que resultaram na morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, no fechamento da Frente Ampla – grupo político que congregava João Goulart, Juscelino Kubitchek e Carlos Lacerda em oposição moderada ao Regime – passando pela coerção das greves operárias e do movimento estudantil – invasão da UNB (Universidade de Brasília), em agosto, prisão dos estudantes no Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro. Para tal intuito, outras medidas foram tomadas, naquele mesmo ano, por exemplo, em maio, os menores de 18 anos envolvidos em crimes contra a segurança nacional passaram a ser responsabilizados criminalmente, para atingir o movimento estudantil

secundarista. Passeatas e greves foram proibidas em todo país, pelo próprio Governo Federal (MACIEL, 2004: 63).

O AI-5 foi editado já em um período de redução dos movimentos de oposição, principalmente depois de outubro, com a prisão de importantes líderes estudantis presentes no Congresso da UNE. Entre as principais medidas de exceção contidas no decreto estavam: permitia que o Presidente da República decretasse o recesso do Legislativo em todos os seus níveis (federal, estadual e municipal); de decretar a intervenção federal nos governos estaduais e municipais; de cassar mandatos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos; também abolia o direito de *habeas corpus* para aqueles acusados de crime contra a segurança nacional. Em 1969, a reedição da Lei de Segurança Nacional preservava a *abolição do habeas corpus* e estabelecia medidas intensivas de punição, como a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento do país. Ao mesmo tempo, foi legitimada a prisão preventiva para crimes contra a segurança nacional, a qual poderia se estender por até três meses, e o preso ficava incomunicável por 10 dias, facilitando a aplicação da tortura (MACIEL, 2004: 65).

Essa nova etapa repressiva do governo militar, mais intensiva do que as desencadeadas nos primeiros atos institucionais, aprofundou o caráter autoritário do capitalismo brasileiro e consolidou o sistema repressivo de saneamento social caracterizado pelo Terrorismo de Estado. Esse sistema, aplicado em favor da doutrina de Segurança Nacional, amparou-se fundamentalmente no discurso de uma “guerra interna” contra um inimigo comum, associado à práticas revolucionárias e subversivas, justificando o alerta constante por parte do Estado. Diante disso, usando como pretexto a luta contra “elementos subversivos” infiltrados no estado, a ala civil-militar articulada no Golpe desencadeou uma violência “abrangente, complexa e global”, partindo do próprio Estado a utilização de técnicas de repressão, como a tortura, assassinatos, a reclusão, tudo praticado à margem da regulamentação da imprensa, dos partidos políticos, da sociedade civil, esta que viu-se submetida às diretrizes de um sistema de violência, como o Terrorismo de Estado (PADRÓS, 2007: 3).

Os IPMs, desde quando foram implantados, tinham por objeto a averiguação de crimes e sua autoria, no entanto, eles vedavam à vítima a possibilidade do indiciado contestar, através de provas, as acusações a eles dirigidas. Essa premissa tornou-se ainda mais rígida após o AI-5, criando, para D. Paulo Evaristo Arns, um verdadeiro sistema de subversão do direito. À partir de 1969 o procedimento dos inquéritos de presos políticos era dividido em duas fases: a primeira dos DOI-CODIs (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) ou dos órgãos de segurança das Forças Armadas; e a segunda, em que os

presos passavam à disposição dos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) ou da Polícia Federal, à fim de “formalizar” os inquéritos. Em um primeiro momento, o preso, incomunicável, era submetido aos “interrogatórios preliminares” (173-174, 182). As confissões, ou outras declarações, eram obtidas pelos agentes policiais à partir de um interrogatório, no qual o preso, encapuzado e geralmente nu, era submetido a terríveis sevícias físicas e psicológicas, estando entre as mais usuais: os choques elétricos em várias partes do corpo, inclusive genitálias; os *pau-de-arara*; os afogamentos; as geladeiras, ambientes frios de dimensões reduzidas nos quais os presos eram submetidos por vários dias; os *telefones*, que eram fortes tapas aplicados em ambos os ouvidos ao mesmo tempo; entre várias outras técnicas utilizadas em menor escala. Muitas vezes, as informações das duas fases perdiam verossimilhança, sendo o réu, então, retornado à fase anterior, o que não significa que inexistisse a tortura no DOPS, pelo contrário (ARNS: 173-174, 182).

No entanto, o funcionamento do sistema de Terrorismo de Estado não se restringiu aos sequestros, desaparecimentos políticos e à aplicação massiva da tortura, não pautou-se apenas em atividades repressivas pontuais, mas pela imposição de uma ideia de violência organizada que estendeu-se a todas as instituições estatais, convertidas em verdadeiros mecanismos de controle, amparadas por uma situação de poder e impunidade. Sua aplicação concreta resultou em um rigoroso disciplinamento e a generalização do horror, no intuito primordial de desestruturar as organizações sociais e políticas que faziam oposição ao projeto em andamento. A curto prazo, uma boa fração desses sujeitos políticos caiu no *silêncio* e *esquecimento*, seja pelo terror instituído ou pela cooptação do estado. A passividade e a autocensura foram resultantes, mais ou menos duradouras, do temor da volta do uso da força e inviabilizaram, a curto prazo, manifestações políticas mais incisivas de resistência e de questionamento (PADRÓS, 2007: 4-5).

As práticas repressoras vinculadas ao Terrorismo de Estado, no Brasil, visaram atingir todas as organizações da esquerda brasileira, mesmo aquelas que não embrenharam-se pelo caminho armado. A Ação Popular foi uma dessas, estando alguns dos seus quadros entre os mortos e desaparecidos vitimados pelo Regime Militar, como os dirigentes Paulo Stuart Wright e Honestino Guimarães.

1.3.6. O caminho para o fim

A definição da Ação Popular pelo maoísmo e o estreitamento de relações com a China tenderam a aproximá-la do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido que era reconhecido oficialmente pelo PC chinês. Os chineses desde cedo incentivaram a união entre as duas organizações, porém ambas enfrentavam divergências de vários tipos, a começar pela trajetória ideológica. A aproximação do PCdoB com o maoísmo foi um desdobramento de sua trajetória marxista-leninista, enquanto a AP vinha de uma tradição cristã, campo no qual se deu sua afinidade pela revolução cultural proletária (RIDENTI, 2007: 265-266).

De acordo com alguns intelectuais, os militantes da AP relacionavam o igualitarismo preconizado pela Revolução Cultural chinesa, com o conceito de igualitarismo cristão e a experiência dos padres proletários franceses. De acordo com Herbert de Souza, citado por Marcelo Ridenti, a ideal de revolucionário para a Ação Popular, principalmente daquele militante em fase de proletarização, aproximava-se da visão religiosa do apóstolo. Um outro aspecto que supostamente teria contribuído para a aceitação da imagem de Mao como uma liderança do movimento comunista internacional, teria sido o culto à sua personalidade, comportamento muito próximo da sacralização (SOUZA apud RIDENTI, 2007: 264-267).

Em junho de 1969 ocorreu a II Reunião Ampliada da Direção da AP, na qual foi eleita a Comissão Executiva Provisória, dirigida por Jair Ferreira de Sá em conjunto com outros membros, como Duarte Pereira, Haroldo Lima, Aldo Arantes, José Renato Rabelo e Paulo Wright. Na prática, essa reunião daria as diretrizes de preparação do caminho para a aproximação junto ao PCdoB, não sem resistência de um determinado setor, iniciando-se uma nova fase de luta interna no interior da organização.

O clima intensificou-se na preparação da III Reunião Ampliada da Direção Nacional, em maio de 1971, formando-se uma situação de polaridade entre uma maioria identificada com o programa do PCdoB e uma minoria que fazia restrições à fusão. A partir dessa reunião, a AP também passaria a organizar-se em “comitês”, sistema próprio do modelo do centralismo democrático leninista, substituindo o sistema de comandos, instalado em 1965, sob influência do modelo cubano. Durante a reunião foi aprovado o *Programa Básico*, no intuito de alinhar ideologicamente os dois partidos. O documento que mantinha a unidade da AP sob concessões a ambos os lados, porém resultando em uma teoria ainda mais ambígua e dualista que os textos iniciais da organização. De acordo com Jacob Gorender, o partido, através da doutrinação chinesa, apropriou-se da tese que preconizava a sobrevivência de um

suposto feudalismo na sociedade brasileira, passando, então, a compreender a revolução de maneira etapista. Tal assertiva se confirma nos trechos que afirmavam a persistência, no Brasil, de uma combinação entre “relações capitalistas com relações semi-feudais e feudais”, portanto a tarefa imediata do partido, a vanguarda do proletariado, seria “unir-se também à pequena-burguesia urbana e ganhar a burguesia nacional para levar até o fim a revolução nacional e democrática do Brasil”. Todavia, ao mesmo tempo, o documento abria caminho para uma nova polêmica com o PCdoB, pois preconizava a construção e a unificação junto a um partido proletário marxista-leninista de “tipo inteiramente novo” (AÇÃO POPULAR, 1971: 9-11,15; RIDENTI, 2007: 268).

Esse trecho foi o responsável por um pequeno conflito que se deu entre as organizações, pois o Partido Comunista conclamava ser o verdadeiro herdeiro do partido proletário marxista-leninista fundado no Brasil em 1922. Ora, se o partido político idealizado já existia, não havia a necessidade de se criar um novo, mas de incorporar-se a ele (DIAS, 2003: 111).

O *Programa-Básico* oficializava o advento de uma nova Ação Popular, que passaria a chamar-se APML (Ação Popular marxista-leninista), uma organização que teria surgido de um partido pequeno-burguês para transformar-se, a partir de 1969, em uma organização política proletária marxista-leninista. À partir de então, a organização fundamentar-se-ia pelos princípios “universais” do marxismo-leninismo-maoísmo, sob a liderança de Mao Tse-Tung, criador da teoria revolucionária da “guerra popular prolongada”. O documento determinava que os militantes deveriam aderir ao estilo de trabalho “duro e vida simples”, em vínculo constante com as massas sob o princípio “lutar junto, viver junto e trabalhar junto”, viabilizando a continuidade da experiência de integração dos militantes na produção (AÇÃO POPULAR, 1971: 2,3).

Quanto à nova definição da estratégia revolucionária, a transição do capitalismo para o socialismo não seria imediata, pois exigiria uma “luta de classe dirigida, árdua e prolongada”. As etapas da revolução seriam fluidas e entrelaçadas, podendo variar de país para país dependendo das condições objetivas (grau de desenvolvimento do capitalismo e da classe operária), mas primordialmente as subjetivas (grau de consciência e organização da classe operária e das amplas massas trabalhadoras). Devido a isso, não seria necessário que todos os países passassem por uma etapa de desenvolvimento capitalista nacional. Todavia, a tarefa imediata do proletariado brasileiro e de sua vanguarda, antes da deflagração da “guerra popular prolongada”, seria a de unir-se aos camponeses e, ao mesmo tempo, à pequena burguesia, a fim e ganhar a burguesia nacional para levar até o fim a revolução, pois a etapa

inicial desta, seria da revolução nacional, democrática e popular, anti-imperialista e anti-latifundiária, sendo inclusive necessária a derrubada do estado de ditadura militar pelo qual o país passava. Ademais, o documento se contradiz nesses trechos, pois se não era necessária uma etapa de desenvolvimento do capitalismo nacional, qual a função de uma aliança com a burguesia nacional (AÇÃO POPULAR, 1971 : 8-13)? Ruy Mauro Marini, em sua obra *Dialética da Dependência*, afirmava que pensar a revolução brasileira como tarefa do presente, naquele momento (o livro foi lançado em 1973), não fazia sentido, diante da composição de forças desfavoráveis que desenvolvera-se durante a Ditadura Militar. Todavia, o intelectual e ex-militante da ORM-POLOP, alegava convictamente a não existência de uma burguesia nacional progressista, pelo contrário, todas seriam reacionárias, pois seus interesses primários eram os mesmos. Portanto, esperar uma aliança concreta junto diversas camadas da burguesia brasileira seria uma ilusão (MARINI, 2000: 100).

A partir do primeiro semestre de 1971, a luta interna que havia se instaurado na Ação Popular não pode mais ser contornada. A maioria decidiu pela incorporação ao PCdoB, decisão que seria oficializada no II Congresso da AP, mas que não ocorreu devido às dificuldades de reunião nas rígidas condições da clandestinidade, obrigatórias diante do acirramento da polícia política. Não obstante, no ano de 1972 a luta interna inflamou-se de tal forma a provocar uma ruptura. A nova organização, que reivindicava o nome de APML, composta por uma minoria de diretores, liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, obteve o apoio de alguns militantes e de Manoel da Conceição, líder camponês e membro do Comitê Central (RIDENTI, 2007: 269).

Após a depuração da minoria, em 1973, a maioria entrava em fase conclusiva das negociações de incorporação ao PCdoB. O início da Guerrilha do Araguaia e as decorrentes prisões e mortes de dirigentes do Partido Comunista tiveram efeito impulsionador da fusão, oficializada em 17 e maio de 1973, quando o bureau político do Comitê Central lançou o documento *Incorporemo-nos ao PCdoB*. A adesão da APML fortaleceu o debilitado partido, cujo pelo menos a metade do Comitê Central seria ocupado por membros da AP (RIDENTI, 2007: 269-270; GORENDER, 1987: 112-118).

A minoria conseguiu manter a segunda APML por um tempo, apesar da prisão e morte de muitos dirigentes pelo DOI-CODI, como Honestino Guimarães, Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado, inclusive do filho de missionário e pastor presbiteriano, Paulo Stuart Wright, desaparecido político desde 1973. Independentemente dessas perdas a organização seria reconstruída por volta de 1977, fazendo publicações, retomando a atuação no movimento estudantil e, com menor influência, nos movimentos populares, inclusive com

papel importante na luta pela anistia. Ao mesmo tempo, seus remanescentes engajaram-se fortemente pela eleição de representantes da oposição consentida pela ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apoiando inicialmente a candidatura de Lisâneas Maciel para Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, cristão protestante de esquerda. Ao final da década de 1980, realizou-se o II Congresso da APML, no qual a maioria decidiu continuar a organização, mas de forma integrada ao PT, para o qual os quadros remanescentes da APML foram de suma importância em sua formação. Já a minoria distribuiu-se entre Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), PCB e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de março). Apesar do fim derradeiro do partido ter ocorrido em 1981, alguns setores organizados na Bahia continuaram a reivindicar-se como APML, até meados de 1982 (ARNS, 1986: 102; RIDENTI, 2007: 271-272).

Para Antonio Gramsci, ao falarmos da história de um determinado partido político é preciso: “escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou que os criticou realisticamente”. A história de um partido político, organismo que de hegemonia ou contra hegemonia, é, ao mesmo tempo, a história de um determinado grupo social. Para o autor, escrever a história de um partido significa “nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico” (GRAMSCI, 2000: 87-88). Por isso, é importante retratarmos a composição social que deu corpo à Ação Popular.

Segundo Marcelo Ridenti, a AP, assim como os demais grupos da esquerda brasileira que fizeram oposição à Ditadura do pós 64, tinha sua base social fundamentada, primordialmente, nos jovens das classes médias intelectualizadas. O historiador, em 2002, apresentava a seguinte estatística a fim de evidenciar a composição do quadro social geral dos militantes da AP, tendo como fonte os inquéritos e processos policiais disponibilizados pelo Projeto Brasil Nunca Mais (BNM):

Tinham até 25 anos 53% dos processados pela Justiça Militar por vinculação com a AP, e 41,3% estavam na faixa entre 26 e 35 anos. Dentre os 409 processados, 123 eram estudantes (31,1%), 44 professores (10,8%), e 83 poderiam ser classificados como outros profissionais com formação superior (20,3%). Enquanto 17 processados eram lavradores (4,2%), e 56 trabalhadores manuais urbanos (13,7%) (BNM apud RIDENTI, 2007: 256).

À partir deste esboço estatístico podemos perceber que, ainda que o movimento preconizasse uma aproximação junto aos trabalhadores, entre o meio operário e camponês, e tivesse forte atuação junto aos movimentos de massas no Brasil, o lugar de maior

expressividade política da AP, em todo o país, sempre foi o movimento estudantil. Mesmo tendo designado seus militantes à campanha de proletarização, que visava alterar o caráter pequeno burguês do partido, a AP não alcançou uma significação política mais ampla e não reverteu sua composição social primordial. Todavia, uma característica, de fato, muito relevante inovadora que se desenvolveu no interior da AP foi a abertura à participação das mulheres. Ridenti afirmava que, segundo a estatística dos processos, a atuação feminina na Ação Popular estava bem acima da média das demais organizações, inserção que certamente teve impulsão na JUC.

1.4. A Ação Popular enquanto partido político

A partir do momento em que a Ação Popular começava a se esboçar, por volta de 1962, esta caracterizava-se como, segundo Otto Filgueiras: “um movimento social, ao qual intelectuais, artistas, políticos profissionais, sindicalistas, operários, camponeses e estudantes diziam pertencer, mas sem vínculo orgânico”. De forma muito eclética (o que, de certa forma, perdurou em toda a trajetória da AP) e sem rigor teórico o movimento era dirigido por Betinho, mas sob a influência de muitos outros integrantes. Devido às pressões do grupo da Bahia, no I Congresso da AP, em 1963, foi lançado o *Documento-Base*, texto igualmente eclético, pois fora formulado a várias mãos, destinado a oficializar e orientar as práticas políticas do movimento. Mesmo que o grupo baiano ansiasse pela formação de uma organização política de linha mais ou menos unificada, a coordenação também foi repassada a Betinho, que não dava importância à disposição organizativa do movimento, assim como outros militantes mais próximos a ele (FILGUEIRAS, 2014: 112). Desse modo, seu documento fundador apenas fez confirmação à linha flexível do mesmo.

Tal texto, ainda fortemente permeado pelo Cristianismo da Libertação, não fazia menção à AP como partido político, apenas deixava implícito o seu caráter de movimento, com prioridade no trabalho de organização dos operários e camponeses, fazendo crítica aos caminhos trilhados pelo Partido Comunista na URSS e no leste europeu, sob a perspectiva teórico-metodológica do marxismo-leninismo. O documento até admitia a constituição futura de um partido único socialista para a realidade brasileira, mas não no aspecto formal, e sim “no grau de participação do povo em suas direções”. Todavia, mais ao final, o texto assegurava o caráter de vanguarda do movimento: “é necessário afirmar nossa atuação em

uma integridade da luta político-ideológica e de procurar situar nossa militância na vanguarda do trabalho revolucionário” (AÇÃO POPULAR, 1963: 31, 40).

Nem mesmo o seu documento posterior, formulado no contexto do Pós-Golpe, que detinha fortes elementos militaristas, quando as atividades da organização passaram desenvolver-se na clandestinidade, o *Resolução Política*, lançado em 1965, não definia a AP enquanto partido político, mas apenas como “movimento” e “organização”, o que fica claro nos seguintes trechos: “Esta resolução visa definir uma linha política, um caminho consequente para nosso movimento”; “Por conseguinte, esta resolução visa definir uma linha política revolucionária para a nossa organização (...)” (AÇÃO POPULAR, 1965: 1). Entretanto, nele já podemos perceber uma certa inclinação ao marxismo-leninismo, ainda que sob uma postura de desconfiança crítica: “Aqui é que se deve inserir o marxismo-leninismo, como teoria política e como técnica revolucionária, bem como o movimento comunista” (AÇÃO POPULAR, 1965: 23). A importância do marxismo-leninismo agora era reconhecida, mas ainda sem fazer o rompimento com a perspectiva humanista, na intenção de: “não diminuir, sob nenhum pretexto, o homem” (AÇÃO POPULAR, 1965: 24). Porém, neste texto também o conceito de vanguarda continua presente: “nosso movimento tem por finalidade constituir-se de fato como uma vanguarda política de operários, camponeses e intelectuais revolucionários” (AÇÃO POPULAR, 1965: 49).

Como podemos ver, desde a sua oficialização concebia-se enquanto vanguarda das classes tidas como revolucionárias, porém não enquanto partido político, como se ambos os conceitos fossem avessos. Para o historiador Reginaldo Benedito Dias, a Ação Popular sempre esteve imbuída da atitude de vanguarda em relação aos movimentos sociais, pois, primeiramente, esta constituía-se como força política que dirigia a UNE (União Nacional dos Estudantes) e tinha como objetivo principal o projeto de “conscientização” das massas, a fim de elevar os níveis de politização das mesmas. No entanto, ainda que a organização fosse detentora de atitudes clássicas de uma vanguarda socialista, estas ainda estavam longe das burocratizações verificadas nos grupos marxista-leninistas da época, principalmente nos países do leste europeu (DIAS, 2003: 92).

Para Éric Sachs, em seu texto *Partido Vanguarda e Classe*, o conceito de partido nasce para o movimento operário moderno com o *Manifesto do Partido Comunista*, desenvolvido por Marx e Engels. É neste documento que nota-se pela primeira vez a intenção de “organização dos proletários como classe e, portanto, como partido político”. Entretanto, tal conceito de partido ainda não tinha tomado a essência organizativa que posteriormente viria a tomar. Segundo Sachs, o partido vislumbrado pelo Manifesto assemelhava-se mais a

um tipo de “movimento” ou “corrente”, independentemente das proporções. A preconização de uma “organização dos proletários como classe e, portanto, como partido político” ainda indicava, somente, uma necessidade histórica. A forma como esta se desenvolveria, ainda não podia ser precisada (1982: 1-2). Logo, podemos perceber que o tipo de organização desenvolvido na Ação Popular em seus primeiros anos aproximava-se mais do conceito vislumbrado pelo Manifesto Comunista, pois consistia em um movimento ou corrente ideológica que incitava para a necessidade de organização e lançamento dos trabalhadores nas lutas políticas. Ainda que, na prática, a AP já possuísse um caráter de vanguarda, percebia-se enquanto uma organização em construção que se moldaria gradualmente de acordo com as necessidades históricas e conjunturais.

A própria *Resolução Política*, de 1965, fora aprovada por um “Comitê Nacional” da AP (AÇÃO POPULAR, 1965: 16), instância organizativa partidária pensada e redefinida por Lênin. Com a constante *bolchevização* das sessões nacionais da Internacional Comunista, Stalin, a partir da III Internacional, força todos os partidos comunistas do globo copiaram na íntegra o estatuto bolchevique (pós-revolucionário), devendo todos estes, então, organizar-se em Comitês Centrais e Birôs Políticos (SACHS, 1982: 10), modelo acatado e adotado, desde então, pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro). A AP, que a princípio fazia duras críticas a como o regime soviético vinha se desenvolvendo, em 1965 acata um de seus métodos organizativos e já manifesta uma certa aproximação perante a sua teoria política: “Aqui é que se deve inserir o marxismo-leninismo, como teoria política e como técnica revolucionária, bem como o movimento comunista” (AÇÃO POPULAR, 1965: 23).

Foi apenas na *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*, de abril de 1967, que a organização manifestou a intenção de transformar-se definitivamente em um “partido revolucionário de vanguarda”, a fim de “servir ainda com mais eficiência e dedicação à causa revolucionária do povo brasileiro” (AÇÃO POPULAR, 1967: 20). Esse documento além de colocar a organização na posição de partido político, de fato, fazia adesão definitiva à teoria marxista, afirmando a importância dos escritos de Marx, Engels, Lenin e Mao Tse-Tung. Alegava que por mais que muitos integrantes da AP incentivassem o estudo do marxismo, sua formação inicial se indispunha contra tal teoria, também devido à uma visão superficial e incorreta do mesmo. A partir daquele momento, haveria a “necessidade de centralizar o debate no estudo do marxismo”, indo contra debates ecléticos do seu arcabouço teórico anterior, como Teilhard de Chardin, Emanuel Mournier, Bertrand Russel, etc. A AP já estava no caminho de adesão do marxismo-leninismo como guia teórico-organizativo, tendo

aperfeiçoamento do sistema repressivo do Regime Militar, vinculado à institucionalização do *Terrorismo de Estado*, acelerado esse processo, principalmente depois de implantado o AI-5.

Em maio de 1971, juntamente aos *Estatutos de Ação Popular marxista-leninista do Brasil*, é lançado o *Programa Básico*, documento que inaugurava uma nova fase da organização, incluindo a alteração da sigla para APMML. No texto, o grupo majoritário da AP, após o seu primeiro racha, fazia uma declaração que pretendia aproximar, mas também acabou gerando atritos com o PCdoB: “A nova Ação Popular luta pela construção de um partido do proletariado do Brasil de tipo inteiramente novo, marxista-leninista” (AÇÃO POPULAR, 1971: 15). Ora, partidos de tipo marxista-leninista já não eram de “tipo novo” há muito tempo, o que demonstra que alguns grupos dentro da AP, que contribuíram na formulação deste documento, ainda não estavam de pleno acordo com a adesão de um modelo organizativo mais rígido, próprio dos regimes aos quais faziam crítica, a princípio. Para completar a transição, a nova APMML tinha por princípio fundamental o “centralismo democrático” (AÇÃO POPULAR, 1971: 20), o paradigma de estrutura partidária esboçado por Lênin. Todavia, como pudemos perceber na apresentação do documento de 1967, essa não era a primeira vez que se fazia referência a este teórico e líder político para falar de organização partidária, o que demonstra que seus escritos há muito vinham sendo estudados e apreciados, porém com certa cautela.

O conceito de “centralismo democrático”, de forma muito resumida, foi esboçado por Lenin em 1902, no texto *Que fazer?*, escrito que tinha a intensão de perscrutar o tipo de organização revolucionária que a Rússia necessitaria naquele momento, anos antes da revolução. Lênin idealizava, de acordo com o contexto de ilegalidade na qual a socialdemocracia russa se encontrava, um tipo de organização centralizada para todo o país, que futuramente viria a agrupar em um único ataque todos os tipos de manifestações, composta de revolucionários profissionais, dirigida pelos verdadeiros chefes políticos do povo, ou seja, o partido de vanguarda. Como já dito, naquele contexto específico, a organização deveria ser a mais clandestina possível, situação não muito diferente da vivenciada no Brasil durante os anos da Ditadura Militar²¹, principalmente depois do AI-5, quando a polícia e os serviços de informação intensificaram a perseguição e vigilância, generalizando a técnica da tortura como método de obtenção de informações. As funções essenciais de uma organização clandestina deveriam estar nas mãos do menor número

²¹ Essa proximidade entre os regimes políticos autocráticos que vigoravam em ambos os países, que Carlos Nelson Coutinho, baseado no conceito gramsciano de “sociedades de tipo *oriental*”, com certeza justificou a adesão da grande maioria das novas esquerdas ao marxismo-leninismo e ao centralismo democrático, além, é claro, da herança pecebista incrustada nessas tendências (COUTINHO, 1989: 129).

possível de revolucionários profissionais, o que não significa que estes pensariam por todos. Segundo a concepção do centralismo democrático leninista, as bases, compostas por representantes das mais diversas classes, também tomariam parte ativa do movimento, possibilitando a muitos a ocupação de várias outras funções dentro do partido. Porém, o operário revolucionário deveria estar preparado para tornar-se um operário profissional – aqueles que se sobressaíssem deveriam viver por conta do partido, passando unicamente à ação clandestina (LÊNIN, 1902: 52-70).

Todavia, o texto do intelectual marxista demonstrava um pensamento um tanto sectário e elitista no que referia-se ao nível dos militantes da organização, definindo como obrigação primordial da mesma: “contribuir para formar revolucionários operários, que estejam no mesmo nível dos revolucionários intelectuais em relação à sua atividade no partido”; “dediquemos principalmente a elevar os operários ao nível dos revolucionários” (LÊNIN, 1902: 69). Ou seja, já constituía-se na organização uma elite intelectual dirigente, à qual caberia a elevação dos demais militantes das bases ao seu nível, jamais cabendo aos mesmos descer ao *nível* da “massa operária”.

Na segunda parte dos *Estatutos de Ação Popular marxista-leninista do Brasil*, eram definidos os critérios de admissão de novos militantes no partido, sob uma situação expressa de clandestinidade, assim como a realidade russa esboçada por Lênin, resultando, igualmente, na necessidade da profissionalização de alguns militantes:

Pode ser membro da organização todo o operário urbano, assalariado agrícola, camponês pobre e bem como qualquer outro revolucionário, que seja maior de 18 anos, aceite os Estatutos da APML do Brasil [...] e pague regularmente as contribuições estabelecidas. Em casos excepcionais, poderão ser recrutados candidatos a militante com menos de 18 anos de idade, a critério do Comitê imediatamente superior (AÇÃO POPULAR, 1971: 17)

É importante notarmos que não era mais levada em conta a admissão de estudantes dentro do partido, pois este pretensamente já auto definia-se como uma organização proletária depois de ter passado pelo processo de integração. A organização deveria ser rigorosamente clandestina sem deixar de divulgar sua política e ligar-se as massas.

Os princípio organizativo fundamental da nova APML, como dito anteriormente era o “centralismo democrático” que diziam ter como aspectos principais o “detalhamento”, a “rigidez” e a “hierarquização”. Segundo o documento podemos perceber que o estatuto soviético pós-revolucionário foi transposto à organização da AP, porém, certamente pela via de apropriação do maoísmo. O organismo máximo da direção era o Congresso Nacional, reunião na qual compareciam representantes de diversas regiões do país. Até a realização de

um Congresso era direção o Comitê Central. Os organismos dirigentes intermediários seriam os Congressos Regionais e Seccionais e, também, até a realização destes caberia aos respectivos Comitês a orientação. Todos os Congressos seriam convocados pelos devidos Comitês, segundo normas definidas como Comitê Central, nacional (AÇÃO POPULAR, 1971: 21).

Em depoimento fornecido a autora em 2015, a ex-militante da AP, em Goiás e em São Paulo, e hoje professora de Teoria Política na PUC-GO, Maria Aparecida G. Skorupski, confirma o paradigma organizativo que foi aplicado na Ação Popular daquele período, dando a este um aspecto realista:

O que predominava era o chamado *centralismo democrático* baseado inclusive em uma concepção leninista. Todas as instâncias eram subordinadas. Tinham o Comitê Nacional, o Comitê Regional (Estadual), o Comitê Seccional da cidade e as Células de Base. Então, o centralismo era adotado e havia subordinação, sim. Portanto a hierarquia, ela era muito forte. Muitas vezes predominava o Centralismo e o *democrático* ficava um pouquinho esquecido, porque essas coisas não funcionam de uma forma linear.

Entretanto, em nossa concepção, formulada a partir do conceito de Antonio Gramsci, a Ação Popular, mesmo antes de oficializar-se com tal nome e constituir-se enquanto um “movimento político”, sempre foi um *Partido* político.

Em notas escritas durante a prisão, o teórico político faz uma referência metafórica entre o partido e o *Príncipe* moderno, pois, assim como o segundo, o primeiro também pretende ser o “símbolo da vontade coletiva”, mas uma vontade coletiva canalizada para um determinado fim político, e dizia: “O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo, um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação”. O partido político de esquerda idealizado por Gramsci seria o *condottiero* ideal, “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (2000: 13-16).

Entretanto, o autor não concebe apenas um posicionamento de esquerda, socialista, para o partido. A formação da vontade coletiva também poderia cristalizar-se na ideologia nacional-popular, porém, esta seria impossível de consolidar-se e de gerar frutos sem a adesão das grandes massas. Mesmo a esses tipos de partido seriam necessárias certas doses de *jacobinismo* e *paixão política*, ou seja, de um espírito mais combativo na luta política. Uma tarefa importante que deveria ser prioridade do moderno príncipe seria a reforma intelectual e moral, logo, a preparação do terreno para o desabrochar organizado da vontade coletiva, a fim

de surtir uma forma superior e total de civilização moderna. Todavia, Gramsci chamava a atenção para o fato de que “uma reforma intelectual e moral não pode deixar e estar ligada a um programa de reforma econômica”, não de forma etapista, e sim simultânea, pois, argumentava: “os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias”. As crenças populares laicizadas teriam a mesma validade e força das condições materiais, e são estas que compõem o partido político (GRAMSCI, 2000: 16-19, 25, 49, 53).

Por tanto, o que pudemos perceber, até agora, à respeito da organização de esquerda que formou-se no início da década de 60 no Brasil, a Ação Popular, a partir de uma abordagem mais detalhada de toda a sua trajetória e de alguns de seus documentos teóricos principais, é que esta constituiu-se, sim, como um partido político. Mesmo enquanto movimento de Ação Católica, a JUC, através de suas ações e posicionamentos políticos, com a conquista de hegemonia da UNE e, logo, de todo o movimento estudantil nacional, já havia neste uma forte perspectiva partidária. Como pudemos observar, no início deste capítulo, mas também a partir do pensamento gramsciano, os próprios movimentos de Ação Católica, devido à sua laicização, vieram da necessidade de uma formação partidária para a Igreja Católica. Entretanto, muitos desses movimentos, posteriormente saíram do controle clerical, passando a empunhar ideais e perspectivas políticas próprias, demonstrando uma verdadeira intenção de representar e canalizar a vontade coletiva das classes sociais mais desfavorecidas. E assim surgiu, sob o viés inicial do *cristianismo da libertação*, a Ação Popular, um partido político que esteve próximo de constituir-se em um partido de massas, no Brasil.

A necessidade de problematizarmos este conceito veio do fato de que somente na metade da sua trajetória a organização passou a definir-se enquanto partido político, o que não aconteceu em nenhuma das outras tendências da nova esquerda brasileira. Muito provavelmente tal classificação foi estigmatizada, por remeter a um tipo de organização política à qual pretendiam distanciar-se e fazer oposição, começando pelo Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, como pudemos ver desde o início da trajetória do movimento, havia um método organizativo, uma divisão de tarefas bem definida, ainda não muito rígida, mas comum às entidades partidárias, especialmente à pensada e sistematizada por Lênin, fundamentada pelo marxismo-leninismo. Devido a isso, no estudo da trajetória da Ação Popular, em Goiás, utilizamo-nos do conceito de partido político principalmente como categoria de explicação à serviço do método narrativo escolhido, que é o *método da totalidade*. Este paradigma vislumbrado por Karl Marx, em O Capital, define que as diversas partes de uma exposição precisam “se articular de maneira a constituírem uma totalidade

orgânica e não um dispositivo em que os elementos se justapõem como somatório mecânico”, ou seja, os fatos e categorias devem ser expostos não na ordem linear e cronológica, e sim “conforme as relações internas de suas determinações essenciais”, no quadro da sociedade (GORENDER, 1996: 25). Diante disso, recorreremos com frequência ao termo *Partido* para referirmo-nos ao conjunto da militância da Ação Popular em Goiás, desde à sua criação até à sua desarticulação no estado.

CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DA AÇÃO POPULAR EM GOIÁS (1960-1967): DA JUC À INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO

2.1. A Juventude Católica em Goiás e seus campos de atuação (1960-1963)

2.1.1. Entre a fé e as práticas sociais

Como vimos na sessão anterior, a Juventude Universitária Católica oficializou o seu nascimento no ano de 1950, durante a Semana Interamericana JEC-JUC, ano no qual o movimento passaria a organizar-se nacionalmente, dentro da Ação Católica Brasileira, a partir de então, vindo a funcionar nas principais capitais e cidades do país, por exemplo em Goiânia. Essa rede de jovens da ACB organizava-se hierarquicamente em Equipe Nacional e Equipes Regionais, compostas por dirigentes e participantes leigos assistidos por padres. À partir do início da década de 1960, a equipe de Belo Horizonte passa a ter a direção do organismo, tornando-se o centro de referência do movimento, fazendo parte da Regional Centro-Oeste, da qual a Equipe de Goiânia fazia parte.

O Congresso Nacional de Comemoração aos 10 anos de JUC, ocorrido no Rio de Janeiro, em julho de 1960, segundo informação de Alda Maria Borges Cunha²² (2015) e às assinaturas contidas na ficha de inscrição de Maria José Jaime, a Bizéh, o evento contou com a participação de vários integrantes goianos da JUC (1960). Estavam presentes, dos integrantes de Goiânia, nessa ocasião a própria Alda, do curso de Pedagogia, da Universidade Católica de Goiás (hoje PUC-GO), e a Bizéh, do curso de História, ambas representando a Faculdade de Filosofia, o Padre Pereira, entre outros. Os simpósios temático ocorridos durante o evento abordavam tanto a realidade cotidiana dos universitários de classe média, com temas como *A política universitária*, *A mulher na universidade*, *A JUC nas faculdades*,

²² Alda Maria Borges Cunha (75 anos) foi integrante da JUC, em Goiânia, tendo atuado na coordenação estadual do MEB, à partir de 1962. Foi militante da Ação Popular de 1963 a 1967, tendo atuado no ICP (Instituto de Cultura Popular) e como dirigente do Comando Seccional do estado. Possui graduação em Pedagogia e especialização em Metodologia do Ensino Superior pela UCG (Universidade Católica de Goiás). É aposentada como professora universitária na PUC e anistiada política.

quanto demonstravam preocupação com a realidade de outras camadas sociais, com títulos *O universitário e o meio operário*, *O universitário e o mundo rural*, *O universitário e o meio independente*, *O estudante secundário e a Universidade*.

Para Cunha (2015), que assim que entrou para o curso de Pedagogia foi “nucleada” para a JUC, nesse movimento prevalecia uma nova forma de ver a questão da religião, ou seja, para eles ser cristão era um ato revolucionário, deixando clara a aplicação da ideologia do Cristianismo da Libertação (LÖWY, 2007) e acrescentava:

E era imprescindível para esse cristão, sendo revolucionário, ter um engajamento em relação às injustiças, às desigualdades sociais. Essa inserção em uma atividade, em um trabalho, era algo imprescindível e a própria visão que se tinha de salvação não era algo individual. Era uma coisa no plano coletivo. Então, há uma mudança aí, mesmo em termos de Igreja, mesmo em termos de visão religiosa. Era importante sim o engajamento, a inserção tendo em vista uma transformação necessária em relação as injustiças, desigualdades. [...] Quer dizer, é uma outra proposta de visão religiosa essa da JUC.

De acordo com Uassy Gomes da Silva²³ (2015), que era do curso de Engenharia da Universidade Federal de Goiás, assim que entrou para a faculdade e passou a fazer parte dos quadros da JUC em Goiânia, teve a oportunidade de descobrir a realidade e mazelas do Brasil e do mundo todo. Frequentemente aconteciam os grandes encontros de nível estadual e nacional, o que dava aos estudantes a oportunidade de conhecer várias regiões brasileiras e suas respectivas condições sociais. Segundo Silva, em dois anos no movimento, ele teve a oportunidade de conhecer quase todo o país. As atividades e reuniões da JUC, em Goiânia, seguindo as tendências do seu desempenho nacional, ocorriam semanalmente e eram divididos por faculdades (FILGUEIRAS, 2014: 79). Esses encontros, nos quais geralmente debatiam-se assuntos sobre religião, econômica, sociologia, temas voltados para o estudo da realidade brasileira, eram feitos na própria universidade, muitas vezes dentro dos Centros Acadêmicos, ou aconteciam em uma sala mantida pela Arquidiocese, que ficava na Av. Anhanguera, quase esquina com a Araguaia, que na época ficava em cima de uma sapataria famosa, chamada Futurista. As reuniões da JUC não tinham local fixo para ocorrer, entretanto, elas nunca realizavam-se nos domínios das igrejas ou da própria Arquidiocese (CUNHA, 2015; DAYRELL, 2015).

²³ Uassy Gomes da Silva (76 anos), formado em Engenharia Civil pela UFG (Universidade Federal de Goiás), era integrante da JUC, em Goiânia, tendo sido eleito a presidente da UEE (União Estadual dos Estudantes), em 1962. Foi diretor do ICP, em 1963, e o primeiro coordenador da Ação Popular, do estado de Goiás, desvinculando-se em 1965. É anistiado político.

A JEC também teve uma atuação muito expressiva em Goiás. Gilberto Franco Teixeira²⁴ (2015), que já tinha uma trajetória no movimento estudantil secundarista do estado e acompanhou o processo do nascimento da UGES (União Goiana dos Estudantes Secundaristas), mesmo depois de ter concluído o ensino secundário, já trabalhando como bancário, ingressou na JEC a convite de um colega. De início teria resistido um pouco, mas rapidamente concluiu que aquele não era apenas um movimento de igreja, mas também de engajamento político. Assim como a JUC, o movimento viria a eleger as presidências da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), entidade máxima dos estudantes secundários no Brasil.

No mesmo ano em que Aldo Arantes conquistou a presidência da UNE, Uassy, que era seu amigo de infância, em Goiânia, foi eleito para a UEE (União dos Estadual dos Estudantes), passando, então, a fazer parte do Conselho da UNE, que reunia-se todos os meses em uma cidade diferente. De acordo com Alda Cunha, a formação política daquele grupo que se formava era uma conjunção entre os fundamentos ideológicos da JUC e dos movimentos da juventude católica de ACB, que vinham da Doutrina Social da Igreja e da filosofia humanista cristã francesa, e bandeiras da UNE, sustentadas em todas as entidades estudantis.

Naquele momento, o Arcebispo de Goiânia, instância que detinha a competência da maior parte do território goiano, era D. Fernando Gomes dos Santos, escolhido pelo próprio Papa Pio XII, em 1957. O Metropolitano, primeiro como padre e depois como bispo, desde o seu trabalho no nordeste, era um líder religioso que privilegiava as atividades ligadas às comunicações, à educação e à Ação Católica. A preocupação do Papa na escolha do novo líder era de expandir e consolidar o poder da Igreja na região, que agora era alvo de imigrações e novos projetos político e econômicos, devido ao recebimento da nova Capital Federal no território. O Arcebispo atendia às expectativas, pretendendo aumentar a influência da instituição colocando-a à serviço do projeto de desenvolvimento e modernização da região, mantendo as relações de colaboração com o estado (DUARTE, 1996: 17-21).

O posicionamento de D. Fernando, que demonstrava grande preocupação em conservar o predomínio da Igreja nos diversos setores da vida social, com a manutenção da “fé e dos bons costumes” através do controle ideológico a ser centralizado pela Universidade

²⁴ Gilberto Franco Teixeira (74 anos) participou da JEC, em Goiânia, e, quando entrou para a Faculdade de Direito, da UFG, tornou-se presidente do Centro Acadêmico Onze de Maio. Foi dirigente seccional e regional da Ação Popular, também chefe da delegação regional da UNE. Entrou para a AP em 1963 e desvinculou-se em 1969, devido a ter sido preso em Alagoas, quando participava da política de integração na produção. É anistiado político.

Católica, desagradava a muitos estudantes, que taxavam-no de reacionário (DUARTE, 1996: 28). Grupos encabeçados principalmente pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, que naquela época funcionava na Rua 20 do Setor Central, passaram a encenar o ato simbólico de “enterro” do Arcebispo. Entre os “coveiros” do religioso, os alunos da Faculdade de Direito teriam convidado Guevara e Fidel Castro para serem paraninfos da turma, ainda durante o Governo de Jânio Quadros. Supostamente Guevara teria vindo à capital goiana e participado da posse do Centro Acadêmico de Direito (MARIA, 2013: 431).

Nesse mesmo período chega em Goiânia um Padre chamado José Pereira de Maria que foi designado para ser vigário da Vila Operária²⁵, onde desempenhou todo um trabalho social, inclusive entre os sem-terra. Dom Fernando, percebendo a simpatia e a ligação que o mesmo detinha junto aos jovens, nomeou-o como seu assessor e orientador da JUC e JEC. A partir daí, os estudantes pararam de encenar o enterro do Arcebispo, devido à sua ligação com o Padre Pereira, que era tido como progressista (MARIA, 2013: 431). Mário Sérgio Dayrell²⁶ (2015) e Gilberto Franco Teixeira, que foram respectivamente participantes da JUC e JEC, confirmam a visão dos estudantes da época que tinham D. Fernando como reacionário e direitista, pois dizia que os estudantes da ACB eram comunistas e o Padre Pereira os defendia, dizendo que não. Na verdade, a orientação de D. Fernando era essencialmente fundamentada na Doutrina Social da Igreja, que segundo Norberto Bobbio enunciava-se pelos “princípios da sociologia cristã, tendente a fundar uma ordem social baseada na renovação dos espíritos e na subordinação da economia à moral cristã”, como vimos na sessão anterior (BOBBIO, 1986: 382).

O Padre Pereira estava presente em quase todas as reuniões do grupo e, muitas vezes, estas se deslocavam para a Vila Operária, onde eles se reuniam com os trabalhadores. Lá, sob orientação do cônego, desenvolviam um trabalho de esclarecimento em torno dos direitos trabalhistas e civis, de alfabetização de adultos, de grupos de costureiras e trabalhos manuais. Fizeram também uma campanha pela utilização do filtro de barro, porque, devido ao alto povoamento que ocorrera na região as fossas eram construídas muito perto das cisternas,

²⁵ A Vila Operária ficava onde hoje encontra-se o Setor Centro-Oeste, próximo da região de Campinas. O seu povoamento deu-se em meados da década de 1940, seguindo as margens do córrego Capim Puba até Campinas. O local, que a princípio destinava-se à construção de uma área verde, segundo o projeto original de Atilio Correia de Lima, rapidamente foi ocupado por trabalhadores pobres que contribuíram na construção da capital goiana e não tinham condições de comprar casas de escritura regularizada (CARELLI, 2015).

²⁶ Mário Sérgio Dayrell (75 anos), graduado em Economia pela Universidade Católica de Goiás (UCG), era integrante da JUC, em Goiânia, tendo contribuído nas atividades do ICP. Foi Vice-Presidente da UEE, em 1964, sendo impossibilitado de terminar o mandato devido ao Golpe. Entrou para a Ação Popular, em 1963, como militante de base. Contribuiu com a organização até o seu total desmantelamento no estado, no início da década de 70, quando exerceu a função de contato para militantes que vinham de outros estados.

contaminando a água a ser utilizada. Os filtros, que foram conseguidos através da compra de uma fábrica que abria falência, era vendido aos moradores a um preço simbólico de 1 Cruzeiro, para que os moradores se sentissem proprietários daquela peça (DAYRELL, 2015; SILVA, 2015).

Esses programas iniciais, ainda muito vinculados aos trabalhos sociais da Igreja, eram fundamentalmente assistencialistas (FILGUEIRAS, 2014: 80; RABELO, 2015). Porventura, a grande maioria dos integrantes da JUC e dos outros movimentos da ACB tenderam à desvincular-se desse modelo imposto, pois, segundo as palavras de Annete Rabelo: “Nós víamos que esse tipo de atuação não mudava nada. A gente ajudava em determinada crise, passava o momento mais crítico, mas as dificuldades permaneciam e a estrutura social não mudava”. Tal preocupação influenciou, igualmente, a atuação de outros movimentos e projetos que contaram com expressiva participação dos universitários da Juventude Universitária Católica, processos estes que formaram as bases e abriram caminhos para o surgimento de um movimento político mais amplo e independente. Como já adiantamos, o MEB (Movimento de Educação de Base), o MCP (Movimento de Cultura Popular) e os CPCs (Centros Populares de Cultura) inserem-se nesse processo.

2.1.2. O MEB e a influência dos movimentos de Cultura Popular

Segundo José P. Peixoto Filho (1985: 54-58), a articulação e o processo de treinamento da primeira equipe para coordenar o movimento em Goiás deu-se em fevereiro de 1961, período em que o este ainda não havia se constituído nacionalmente. O recrutamento da primeira equipe de coordenadores, que foi escolhida a partir de uma nota lançada por D. Fernando, deu-se entre universitários e profissionais de várias áreas. Ao final dos primeiros treinamentos, que ocorreram no Brasil todo, é que criou-se o MEB, porque antes disso o programa chamava-se SETERGO (Sistema Educacional Tele-radiofônico de Goiás) – *tele* à pedido de D. Fernando, que pretendia incluir a iniciativa no projeto modernizador do estado, com a chegada da televisão naquele período. Com a criação do programa foi possível unificar nacionalmente todos os sistemas radiofônicos independentes de cada Diocese.

A atividade do MEB em Goiás, a partir daquele ano, concentravam-se em apenas quinze escolas radiofônicas, situadas nas cidades de Inhumas, Itauçu, São Geraldo e Trindade. O critério fundamental de escolha dos primeiros grupos de monitores, sob o intermédio dos párocos, é que fossem pessoas queridas pela comunidade, que tivessem uma

posição de liderança e que estivessem dispostas a fazer um trabalho voluntário, preferencialmente que já fossem professores (PEIXOTO FILHO: 59-60).

Os primeiros treinamentos de monitores, que ocorreram até o final de 1962, tinham a preocupação única e exclusiva de prepará-los para serem apenas alfabetizadores. Nesse período, no movimento, ainda não havia uma concepção clara de alfabetização enquanto instrumento de conscientização e emancipação política. Todavia, estando as escolas instaladas, a tendência foi vincular as disciplinas de educação cívica às de direitos fundamentais, na intenção de realizar um trabalho de conscientização dos direitos civis, explicitando a situação de dominação e exploração das classes populares. Esta concepção, não tardaria a entrar em conflito com aquelas defendidas pela Igreja. Essa tensão foi reforçada pelo fato de o Estado de Goiás ser essencialmente um Estado agropecuário e a maioria do seu território ser composta por latifúndios. O trabalho das escolas radiofônicas na região atingia inevitavelmente camponeses e lavradores, pois a emissão das ondas de rádio era captada em todas as áreas atingidas pela Rádio Difusora de Goiânia. O desenrolar dos fatos não agradou os grandes proprietários de terra, que através de ameaças aos alunos e membros da equipe do MEB tentaram impedir que as escolas continuassem a funcionar em suas propriedades. Para eles, o conteúdo daquelas aulas, que incitavam a organização dos trabalhadores em sindicatos e associações, significava um risco de sublevação dos trabalhadores e ameaçava a expropriação máxima da mais-valia no campo, devido às relações de produção predominantemente pré-capitalista nessas áreas (PEIXOTO FILHO: 61-62). O ex-lavrador da região de Itauçu, Oscavú José Coelho, para descrever o sistema de trabalho daquela época comparou-o com a escravidão:

Olha, para mim é adonde teve o sentido da minha vida como trabalhador foi dentro do MEB, né, porque até aí a gente não vivia uma experiência própria, que não era só eu não, [...] era uma vida mesmo escrava, né, na fazenda aquilo era uma escravidão tremenda, e era o esquema que a gente vivia, foi doutrinado para isso, né. E lá é que a gente começou a descobrir que o negócio era cada trabalhador tinha os seus direito e que não era respeitado, né. E aí a gente começou a [...] ir atrás disso, né, eu que consegui muita coisa (sic) (COELHO, 2004).

Durante o primeiro ano do MEB, o trabalho ficou reduzido em apenas 15 escolas, mas com a liberação do restante do recurso financeiro acordado pelo Governo Federal a instalação das novas classes foi agilizada. O ano de 1962 representou a expansão do programa. A equipe de formação do MEB, ora fazia treinamento com os monitores nas cidades de Morrinhos, Caldas Novas, Narzagão, Corumbáiba, Catalão, Goiandira, e regiões, ora havia grandes encontros em Goiânia, reunindo todos esses professores (CUNHA, 2015; COELHO,

2004: 63). Até o encerramento do programa o movimento chegou a ter 150 escolas, em Goiás, sendo responsável por ter influenciado o surgimento de 27 sindicatos rurais (FILGUEIRAS, 2014: 106).

Nesse ano o objetivo principal dessa iniciativa ainda estava centralizado no processo de alfabetização das pessoas do campo, onde o índice de analfabetismo era mais alarmante no país. Todavia, ao final daquele ano, no I Encontro de Coordenadores realizado no Recife, há uma mudança de orientação no movimento, como podemos ver no seguinte trecho extraído de um documento do encontro:

[...] considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir de modo decisivo para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, uma perspectiva de autopromoção que leve a uma transformação de mentalidades e estruturas. Essas transformações se nos afigura necessária e urgente no momento atual (apud PEIXOTO 1985: 65).

Tal redefinição teria alterado radicalmente a orientação dos trabalhos do MEB. Ao mesmo tempo, essa transformação teria coincidido com a formação do GRUPÃO, que foi o centro de articulação para o surgimento da Ação Popular, cujo o grosso dos fundadores e militantes eram originários dos movimentos de Ação Católica, principalmente da JUC.

A partir de então, o aparato ideológico do movimento se transformaria ao ponto de as equipes de coordenadores virem a buscar como monitores os primeiros adultos no meio rural a serem alfabetizados pelo projeto, ou aqueles lavradores que se voluntariassem para tal atividade. Passou-se, então, a compreender o MEB de fato como um movimento, como uma construção, que se deveria elaborar junto com os camponeses e os trabalhadores rurais. Alda Maria Borges diz à respeito desses novos monitores:

Era uma pessoa de comunicação fácil, que sabia ler e escrever e necessariamente alguém que trabalhava na terra [...]. Era sempre aquele arrendatário, meeiro, camponês, era quem vinha da própria classe trabalhadora, que vinha do meio popular e ele então tinha um primeiro momento de discussão, sobre o que era a realidade brasileira e que produzia aquela situação de onde ele morava, como era o sistema de plantio, de colheita, como aquilo se traduzia onde ele morava (CUNHA, 2015).

A partir do primeiro encontro, a alfabetização toma aspectos mais amplos, no intuito de servir à fins políticos e culturais. Naquele mesmo contexto, Paulo Freire, no Nordeste, elaborava uma metodologia que influenciou de forma determinante os trabalhos de educação popular desempenhados no Brasil, a partir daquele momento. Desse encontro surgiram questionamentos em torno da capacidade de *conscientização* através do método anterior, pois

as primeiras cartilhas foram julgadas obsoletas, o pessoal despreparado e o uso exclusivo das escolas radiofônicas foi considerado insuficiente (FILGUEIRAS, 2014: 69).

Logo após o processo de reflexões e autocrítica possibilitado nesse primeiro encontro, seria recrutada e treinada, em março de 1963, a segunda Equipe Central de Goiânia. Desse segundo treinamento participaram 27 pessoas, das quais várias eram integrantes da JUC, da recém criada Ação Popular, ou participavam de outros trabalhos na área de Cultura Popular. Ao final do processo, das sete pessoas selecionadas, duas eram jucistas: Alda Maria Borges e Eurípedes Dias. O fato teve reação por parte de D. Fernando, apenas pelo fato de eles serem da JUC. Todavia, após uma reunião entre a Equipe Nacional, Equipe Central e D. Fernando as contratações de ambas foram efetivadas. Todavia, o Arcebispo tinha razão em desconfiar e não querer a vinculação delas ao MEB, porque naquele momento os jucistas já estavam na Ação Popular, como a própria Alda diz: “Eu considero, então, que há uma coincidência de datas. [...] eu entro para a AP via movimento estudantil, não é via MEB, e somos nós que, sendo da AP e compondo o MEB, fazemos a ponte, depois, através do MEB também” (CUNHA, 2015; PEIXOTO FILHO, 1965: 74). Então, a juventude católica goiana, também fazendo parte do movimento estudantil, abarcou, ao mesmo tempo, várias frentes de atividades, de forma em que os métodos e os campos teóricos utilizados, tornavam-se praticamente indissociáveis:

É simultâneo. Então, JUC, CPC, movimento estudantil e convergindo, logo em seguida, entrando no MEB. E o MEB ele entra fortalecendo algumas leituras e tudo o mais, e que tinha tudo a ver com as leituras que a gente estava trazendo em uma bagagem obtida antes dele vir, ou durante, simultaneamente. A gente lia textos que nos chegavam e que alimentavam o nosso trabalho no MEB (CUNHA, 2015).

Depois desse contratempo na escolha da segunda equipe, veio a ocorrer, de certa forma, a seleção natural de uma *elite intelectual* dentro da equipe de coordenadores do MEB, pois aqueles integrantes que estavam engajados em outros movimentos políticos, ou eram militantes da JUC ou da AP (Ação Popular), acabaram se destacando dos demais, devido à já terem acesso à um material teórico mais amplo. Todavia, naquele momento a própria juventude católica começava a entrar em conflito com seu campo teórico privilegiado, dos padres e filósofos cristãos, considerando-o insuficiente para analisar e criticar a realidade brasileira, o que encaminhava para o criação daquele movimento não confessional, que era a AP.

Contudo, não foi apenas o MEB que se enveredou no projeto de erradicação do analfabetismo, no estado de Goiás, durante a primeira metade da década de 1960. Já havia um outro órgão, desta vez dentro da estrutura governamental, a desenvolver um trabalho de

alfabetização de adultos fundamentado no método Paulo Freire, com o qual o MEB inclusive desenvolveu trabalhos em conjunto, e este foi o ICP (Instituto de Cultura Popular).

2.1.3. A ligação da Juventude Católica com o Governo Mauro Borges e o nascimento da AP: o ICP

O Governo do Presidente Jânio Quadros foi incrivelmente controverso e breve. Após apenas sete meses de mandato veio a renunciar, em 1961, devido à uma série de problemas que assolaram o seu governo, como a irrefreável inflação, dificuldade na balança de pagamentos, retração do mercado interno no consumo de bens duráveis, tudo isso combinado à conflitos na malha burocrática e a má repercussão de seu posicionamento quanto às relações internacionais. Além de buscar aproximação com Cuba e China, o Presidente governava de forma imprevisível, também na tentativa de suplantar os desmandos na estrutura política e burocrática. Tais atitudes entravam em conflito com as elites no poder, o que levou a UDN (União Democrática Nacional), partido que sustentava seu governo, a retirar seu apoio. Devido à tais problemas, Jânio Quadros renuncia esperando que uma mobilização popular lhe conduzisse novamente ao mandato. O artifício não surtiu o efeito esperado (FAVARO, 2015: 54-55).

A partir de então, os ministros e origem militar, o Vice-Almirante Sílvio Heck (Marinha), Marechal Odylio Denys (Guerra) e Brigadeiro do Ar Grun Moss (Aeronáutica), buscaram articular uma saída que inviabilizasse a posse do vice-presidente eleito, João Goulart, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que naquele momento encontrava-se em ação diplomática na China. Esse grupo, então, declarou vago o cargo de Presidência da República, surgindo as tensões claras para um golpe (FAVARO, 2015: 55; FILGUEIRAS, 2014: 86).

Diante de tais acontecimentos, Aldo Arantes e sua equipe, presidente da UNE, encabeçando o movimento estudantil brasileiro, deslocou-se para o Rio Grande do Sul afim endossar a resistência intitulada *Rede da Legalidade*. O movimento, que tinha por objetivo garantir a posse do vice-presidente Goulart, que foi puxado e liderado pelo então governador do estado, Leonel Brizola, teve apoio em todo o país, inclusive em Goiás. No estado, o governador Mauro Borges projetou-se nacionalmente ao compor ao lado de Brizola em defesa da Constituição. O governador abdicou das diferenças ideológicas em favor de uma

linguagem comum daquele momento, que era a legalidade (FAVARO, 2015: 53; FILGUEIRAS, 2014: 87).

A juventude brasileira liderada pela UNE, em favor do movimento, saiu às ruas nas principais capitais do país. Em Goiânia, sob a liderança do governador, os estudantes participaram de treinamentos de tiro, na perspectiva de defender, com armas se fosse preciso, o cumprimento da Constituição. Gilberto Franco Teixeira, que na época era integrante da JEC em Goiânia, confirma o ocorrido (também noticiado pelos principais jornais da época), que inclusive teria contado com a participação de fração expressiva da juventude católica goiana: “Quando o Brizola lançou aquela resistência no Sul e o Mauro Borges acompanhou, mas houve uma adesão em peso da Ação Popular! Naquele momento ainda JUC e JEC, principalmente. Nós fizemos treinamentos, tem fotos, tem todos os documentos, aí” (TEIXEIRA, 2015).

A relação dos estudantes católicos com o Governo de Mauro Borges, de início, era predominantemente uma relação de apoio e confiança. Como esses movimentos eram carregados da ideologia *nacional-popular*, a primeira reação foi positiva perante o projeto desenvolvimentista do Plano Mauro Borges. Naquele momento, os estudantes ansiavam por uma mudança radical nas estruturas do país, principalmente na parte agrária, no entanto, nada mais ideal de que as reformas fossem feitas por dentro da ordem, à partir de um governante progressista, sensível e atento às necessidades das massas goianas e Mauro Borges parecia enquadrar-se nesse papel. Obstinado pela ideia do progresso, Mauro representava para Goiás a possibilidade de renovação e rompimento com a sociedade oligárquica (FAVARO, 2010: 3). Desse modo, Mário Sérgio Dayrell (2015), que na época fazia parte da JUC, diz como era a relação da juventude católica com o Governo:

Olha, era uma relação boa, muito boa. Teve a Marcha da Legalidade, onde o Brizola e o Mauro se levantaram e foi vitorioso, porque o Jango tomou posse. Depois veio o parlamentarismo, mas acabou o sistema. Então nossa relação com o Mauro era boa, tínhamos ele como uma pessoa *pra frente*.

E com relação a recepção do Plano de Governo:

Foi quando ele iniciou o governo, ele fez esse plano com a ajuda da Fundação Getúlio Vargas. Foi onde ele criou várias: METARGO, IQUEGO, IPASGO, ele criou tudo isso, essa infraestrutura do Estado. E ele mandou para nós. Eram dois volumes e ele mandou quatro para nós. Nós então debatemos, estudamos.

Todavia, essa juventude católica, que estava, ao mesmo tempo, intensamente envolvida no movimento estudantil de Goiânia, em determinados momentos, seguindo a tendência do movimento estudantil no contexto nacional, participou de ações reivindicatórias

mais radicais, de iniciativa fora da ordem. Em 1962, os estudantes universitários liderados pela UEE – que tinha como presidente Uassy Gomes da Silva, da JUC, que viria a ser Coordenador da AP, em Goiás – juntamente com os secundaristas encabeçados pela Uges (União Goiana dos Estudantes Secundaristas) – cujo presidente era Carlos Alberto Santa Cruz Serradourada, do PCB (Partido Comunista Brasileiro) – organizaram um ato de reivindicação para asfaltar a Rua 10, que liga o Setor Central ao Setor Universitário. Segundo Uassy, que nessa época era Técnico de Orçamento na Assembleia Legislativa, ele, com a ajuda de outros deputados, conseguiu inserir o projeto no orçamento daquele ano. Entretanto, o Governador alegou outras prioridades, o que fez com que os estudantes se revoltassem e fizessem uma barricada na Avenida Anhanguera impedindo a passagem de carros (SERRADOURADA, 2008: 63, SILVA, 2015). O ex-jucista e um dos primeiros dirigentes da AP em Goiás dá mais detalhes:

Juntamos tonéis de óleo cru, colocamos fogo e ficou aquilo a noite toda. A polícia chegou e a gente não arredava pé, e cheio de estudante, proibimos a passagem. Ninguém podia sair para Anápolis, para Brasília, a não ser que fosse pela Praça Universitária e constatasse que estava em péssimo estado e precisava de asfalto. No dia seguinte o Mauro Borges nos chamou e mandou tirar a barricada, e nós reivindicamos que só tiraríamos se ele asfaltasse aquele pedaço da Rua 10 até a praça, que já constava no orçamento (SILVA, 2015).

Euler Ivo Vieira²⁷, que naquela época ainda morava em Piracanjuba e cursava o ginásio (ensino fundamental), se lembra de ter visto uma fotografia no Jornal Folha de Goiás, mais ou menos no ano de 1963, que mostrava vários ônibus em chamas na Avenida Anhanguera de responsabilidade do movimento estudantil, o que indica que muito provavelmente trata-se do mesmo evento:

Mas antes de 64, eu acho que em 63 talvez, eu me lembro de uma fotografia do Jornal Folha de Goiás, de uma fila de ônibus fumegando, botaram fogo nos ônibus ali na Avenida Anhanguera, era o Santa Cruz Serradourada com o movimento estudantil, a Uges, que era muito forte aqui em Goiás (VIEIRA, 2015).

Mauro Borges, então, faz o asfalto na via que dava acesso à Universidade Católica e à saída para Anápolis. Segundo Uassy, foi depois desse evento que o governador o chamou para ser diretor do ICP.

²⁷ Euler Ivo Vieira (67 anos) entrou para a Ação Popular em 1966, a convite de Jackson Luís Pires Machado, quando ainda estudava no Colégio Lyceu de Goiânia. À partir de então, Vieira tornou-se presidente do Grêmio do Lyceu de Campinas, hoje chamado Colégio Estadual Professor Pedro Gomes. Foi um expressivo líder estudantil nas manifestações de 1968, em Goiânia. Ao final do mesmo ano, já visado pela polícia da cidade e eleito Vice-Presidente da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), saiu do estado, retornando apenas em 1979, para reconstruir o PCdoB, em Goiás, partido do qual é hoje Secretário de Formação. É anistiado político.

Dentro do CERNE, que ficava em um prédio de esquina com a Praça dos Bandeirantes, no Setor Central, funcionavam os jornais Diário Oficial, Diário de Goiás, a Rádio Brasil Central e o ICP. Esse organismo de cultura popular foi criado por Mauro Borges, segundo relatório de IPM, com o intuito de propiciar um contato direto com as massas populares, conscientizando-as e doutrinando-as politicamente. O superintendente da instituição, Fernando Cunha, enxergava este organismo como um serviço de *relações públicas* com o povo. No sentido de estreitar as relações entre governo-povo, Mauro Borges incentivou a organização dos trabalhadores rurais através dos sindicatos, ao mesmo tempo em que o organismo dava apoio às iniciativas desenvolvidas pelas entidades estudantis e principalmente do CPC (Centro Popular de Cultura).

Uassy G. da Silva, foi escolhido o diretor do ICP, em 1963, sendo, então, o responsável pela sua estruturação. Para auxiliá-lo nessa tarefa, o mesmo escolheu uma equipe composta majoritariamente por jucistas e militantes da AP, incluindo Mário Sérgio Dayrell e Alda Borges Cunha. Porém, esses participantes não atuavam enquanto funcionários do instituto, propriamente. Eram estudantes que contribuía, principalmente, de forma voluntária para esse trabalho, desenvolvido através da estrutura montada com recursos públicos. Como disse Mário Sérgio, que naquele momento era militante de base da AP: “Nós ficamos um mês lá trabalhando de graça” (CUNHA, 2015; DAYRELL, 2015).

Em entrevista ao Diário Oficial, Uassy, diretor do ICP e coordenador da AP, no período, disse que o objetivo do Instituto era: “conscientizar o povo, trazer à tona seus valores, suas necessidades ainda latentes e bloqueadas; elaborar a cultura popular que, nascida do povo, proporcione sua libertação” (FAVARO, 2015: 354 apud SILVA, 1963: 1). Segundo Favaro, essa fala claramente distanciada, que imprecava pela emergência de uma cultura autêntica do povo que o levasse a uma consciência política crítica, demonstra uma perspectiva de vanguarda intelectual comprometida com as massas, fala esta que enquadra-se totalmente na ideologia *nacional-popular*.

O Instituto trabalhava com uma série ampla de atividades centralizadas nas áreas de educação e cultura popular, através das quais pretendia-se a *conscientização política* das massas, no sentido de convocá-las a protagonizar as mudanças preconizadas pelo governo, porém de forma a afastar a possibilidade de manifestações mais radicais e de uma ruptura efetiva. Apropriando-se dos métodos e instrumentos utilizados pelo CPC de Goiás, agindo inclusive em consonância com o mesmo, o funcionários e atuantes do ICP, com recursos do órgão, correram o interior de Goiás apresentando peças de teatro, como a obra de Augusto Boal, chamada *Mutirão em Novo Sol*. Uassy dá mais detalhes dessas iniciativas que

relacionavam-se com os *Teatros Volantes*, estes que faziam parte de uma experiência acumulada por quase dois anos pelo CPC da UEE, sob a direção de Ney Rocha Cunha (também jucista), vinculado à UNE:

Através do ICP foi que nós montamos o que chamamos de *Teatro Volante*, que era uma carroceria de caminhão com todo um cenário de teatro. Fizemos a peça *Mutirão do Novo Sol* e levamos a várias cidades do interior de Goiás. E era uma festa para cada cidade, que não conhecia nem teatro e a gente chegava com o caminhão todo iluminado para fazer essa peça de teatro, mostrando ao trabalhador rural também os seus direitos. Então era uma peça de conscientização (SILVA, 2015).

De acordo com Tereza Cristina Favaro, a peça foi encenada também no I Encontro Camponês-Operário-Estudantil ocorrido no Instituto de Educação de Goiás (Setor Leste Universitário, Goiânia). O encontro que ocorreu entre 24 e 27 de outubro de 1963, cuja temática se dava em torno de uma *Reforma Agrária radical*, contou com uma comissão de 1.500 representantes, entre eles Mauro Borges, José Porfírio (líder camponês e Deputado Estadual), o Padre José Pereira, entre outros (FAVARO, 2015: 359-360).

O outro ramo de atividades do ICP, como já dissemos, concentrava-se no programa de alfabetização de adultos, mas dessa vez, desenvolvido na capital. Tal projeto educativo teve por fundamento teórico o Método de Paulo Freire, havendo o diretor do instituto viajado logo no início de sua convocação para Pernambuco, a fim de ter cursos com o pedagogo e manter contatos com o MCP, movimento impulsionado com o auxílio do governador Miguel Arraes.

Alda Maria Borges e Maria José Jaime, a Bizeh, que seriam importantes militantes da Ação Popular, no estado, formularam o *Livro de Leitura para Adultos* do CPC de Goiás, obra que posteriormente também seria utilizada pelo MEB. A produção desse livro foi possibilitada devido à participação de ambas as autoras, igualmente, em um curso de Paulo Freire, no Recife, e, ao mesmo tempo, por um amplo trabalho de pesquisa vocabular desenvolvido através do ICP. Para Peixoto, esse trabalho, assim como outros lançados pelos CPCs, foi inovador quanto ao método, pois desenvolvia um modelo de alfabetização de que partia “para alfabetizar diretamente da palavra, como unidade básica da língua que possui significado” (CUNHA, 2015; PEIXOTO FILHO, 1985: 193).

Esses trabalhos se afastaram das formas tradicionais de “infantilização de adultos e adolescentes analfabetos”, ao mesmo tempo em que traziam para a alfabetização, pela primeira vez, uma mensagem político-ideológica explícita, de acordo com o conjunto de palavras escolhidas para as aulas (PEIXOTO FILHO, 1985: 193). Uassy G. Silva (2015) exemplifica melhor como funcionava o método renovador daquele tipo de alfabetização:

[...] o que você aprendia na escola na época, mesmo na educação de adultos, era uma cartilha dizendo: *Ivo viu a uva*, essas coisas. E o método Paulo Freire ele mostrava para o adulto uma realidade que o adulto conhecia, então o adulto aprendia a ler com as palavras *tijolo*, *areia*, *cimento*, *argamassa*, ia aprendendo através dessas coisas quais as quais ele trabalhava. O carpinteiro ia aprender a escrever *martelo*, *foice*. Então, o lavrador, o trabalhador, todo mundo ia conhecer como se escrevia faca, garfo, colher, totalmente diferente do que a escola ensinava.

Através desse conhecimento adquirido, a equipe do ICP juntamente com o CPC, inicialmente, puseram em prática um trabalho de alfabetização de adultos que ocorria durante à noite nas salas ociosas da antiga Universidade Católica. Alda diz que eles conseguiram que as salas onde hoje funcionam as faculdades de Teologia, Filosofia e Pedagogia, que hoje é o prédio da FIT (PUC-GO), fossem usadas para esse trabalho e os Padres Jesuítas, que na época dirigiam a universidade não se opuseram (CUNHA, 2015). Todavia, a equipe do ICP tencionava que esse trabalho tomasse proporções maiores. Segundo Uassy G. Silva, a estrutura estava toda montada: foi feito um grande treinamento; haviam sido disponibilizados vários projetores de slides e para tal seriam utilizadas as salas das escolas públicas à noite. Nas vésperas do Golpe 250 professores, em Goiânia, recebiam o diploma do curso pelas mãos do próprio Paulo Freire, porém em poucos dias, a equipe do ICP era afastada e esse trabalho interrompido (SILVA, 2015).

É muito importante deixar claro que durante a maior parte do período de trabalho de Uassy e sua equipe no ICP, a JUC, a JEC, e outros grupos da juventude católica da ACB, em Goiânia, já estavam na Ação Popular, pois, como já vimos na sessão anterior, a organização foi formalizada em Fevereiro de 1963. De acordo com Otto Filgueiras, no encontro de oficialização da fundação do partido, no qual ocorreu a escrita do seu *Documento-Base*, haviam representantes de várias outras regiões do país, exceto de Goiás. Todavia, depois que o documento foi revisado, as cópias da versão final teriam sido impressas na gráfica do CERNE, a fim de serem remetidas para os outros estados, como Uassy mesmo disse:

Esse documento, inclusive, ele foi impresso em Goiânia, no CERNE, porque eu era diretor do Instituto de Cultura Popular e o Mauro Borges permitiu que a gente imprimisse o *Documento-Base* da AP, que era um caderninho, lá no CERNE e ele foi distribuído no Brasil todo (SILVA, 2015).

Uassy Gomes da Silva foi o primeiro coordenador da AP na regional de Goiás, integrando o Comitê Nacional da organização. Segundo Gilberto Franco Teixeira, que igualmente foi dirigente da organização, a reunião que oficializou a entrada da juventude católica (universitários e secundaristas) e também de alguns protestantes e independentes,

aconteceu na antiga sede da UEE, que ficava na Rua 9 do Setor Central. Nessa ocasião, na qual foi feita a leitura do Documento-Base, Teixeira estava presente, assim como outros dois militantes da AP que acabavam de chegar de Belo Horizonte para residir e trabalhar em Goiânia, Annete Scotti e Antônio Rabelo. Teixeira dá mais detalhes sobre a reunião:

Eu me lembro bem da reunião, que estava sendo coordenada pelo Uassy, era o pessoal universitário, e eu estava saindo da JEC para entrar na universidade, estava nesse período de transição, foi em 63 [...]. E aí foi isso: tinha secundarista, universitário, operário, tinha gente de toda matiz de atividade, de religiosidade (TEIXEIRA, 2015).

Nesse período, segundo Uassy, a atuação da AP, em Goiás, ficou concentrada em Goiânia, pois ainda não havia dado tempo de disseminarem os trabalhos pelo interior. Todavia, conforme afirma um documento confidencial expedido pelo Núcleo de Agência de Goiânia, em 1981, já em 1964, também havia um núcleo da organização em Anápolis. A informação que tratava dos antecedentes de uma suposta militante, atestava que naquele mesmo ano houve uma reunião de fundação da “organização subversiva” no município, sendo esta “coordenada por Cícero Porto e integrada por outros elementos de esquerda, tais como: José Danezi Piantini, Paulo Lopes Milhomem, Ademar Santillo, Fuad Siad, Célio Guimarães, Abel Pires da Silva e outros” (R0009714-1981, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1981: 1). Teriam participado igualmente da reunião o militante Godofredo Sandoval Batista e inclusive o próprio Uassy Gomes da Silva (R0040617-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 31). Referente aos antecedentes do coordenador Cícero e sobre a sua participação nessa reunião, tem-se a seguinte informação, contida em outro processo confidencial, de responsabilidade do Ministério do Exército: “Em 1964, tomou parte na cidade de Anápolis, de uma reunião em que foi lido um documento que explicava as linhas da Ação Popular AP. Desempenhou função de Coordenador Geral de todas as atividades políticas e objetivas da AP de Anápolis. Foi eleito Coordenador de Defesa do movimento” (R0036547-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1982: 6). Três anos depois, em 1967, Cícero Porto e Godofredo seriam indiciados no IPM ITAUÇU/AP, juntamente com vários outros estudantes e camponeses.

2.1.4. A repercussão do Golpe Militar sobre a AP, em Goiás

É pouco provável que Mauro Borges desconhecesse a participação de militantes de esquerda dentro de seu governo, pois na sua eleição informalmente fez-se uma aliança entre o governador e o PCB, tornando previsível a relação de proximidade também com as tendências

que surgiam. Para Tereza Cristina Favaro, a inclusão desses militantes foi uma tentativa de “acomodar conflitos, fechar acordos, integrar os gestores”, e a criação do CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado) veio em função disso, para ser o centro intelectual do corporativismo no estado. Do mesmo modo, o projeto de reformas protagonizado pelo governador, com o apoio dos intelectuais, também significava a tentativa de controle e evitar atos mais radicais. O governador propunha mudanças, porém dentro da legalidade e preservação da ordem (FAVARO, 2015: 351-352).

Entretanto, Mauro Borges compactuou e deu apoio à articulação do Golpe Militar de 1964, perdendo imediatamente o apoio dos estudantes. Ao mesmo tempo, seus adversários políticos buscaram expor uma imagem do seu governo próxima do comunismo, o que o desabonou perante a ala militar que, naquele momento, tomava o poder, no Brasil. Porém, quando vem a ser deposto no Palácio das Esmeraldas, pelas tropas do exército, reuniu-se uma multidão na Praça Cívica para reivindicar a sua permanência, como afirma Gilberto Franco Teixeira, ele que naquele mesmo ano entrava para o curso de Direito da UFG:

[...] no momento da cassação nós o apoiamos. Porque aí já era uma outra história. Já era o Golpe em Goiás tirando um poder legitimamente constituído. Não tinha nada a ver com o Mauro Borges [...]. Fomos lá para dentro, participamos, inclusive da resistência, do projeto de bombardear a ponte do rio Meia Ponte para o pessoal de Brasília não entrar aqui, do treinamento de luta armada, a AP todinha, todo mundo aderiu, inclusive em plano de Frente Única com os outros partidos de esquerda marxistas (TEIXEIRA, 2015).

Os trabalhos lançados pelo Instituto de Cultura Popular, antes mesmo da deposição do governador, rapidamente foram classificados subversivos e perigosos. Nesse momento o órgão foi surpreendido pela operação limpeza promovida pela Comissão de Sindicância nos Meios Administrativos do Estado de Goiás, instituída por Mauro Borges. A operação percorreu o segundo semestre daquele ano, quando foram instaurados os IPMs (Inquéritos Policiais Militares), sendo o CERNE uma de suas primeiras vítimas (FAVARO, 2015: 312).

Militantes e dirigentes da AP, em Goiás, assim como em todo o território nacional, inclusive a diretoria da UNE, foram perseguidos e presos. Em Goiânia, logo após o Golpe, muitos militantes do PCB foram presos, inclusive torturados, porém Mauro Borges teria protegido os militantes da AP até a sua deposição, negando-se a demitir Maria José Jaime (Bizeh) que trabalhava no setor de cultura popular na Secretaria de Educação de Goiás. Depois disso, um grupo grande de militantes, totalizando 146 indiciados em IPM, que “apurou as atividades comunistas no estado de Goiás, anterior à 31 de Março de 1964” (A0500112-1972, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 4; FILGUEIRAS, 2014: 254), foram

presos. Foi nesse quadro que Alda Maria Borges, já integrante da AP, foi presa pela primeira vez, poucos meses depois do Golpe, respondendo já a três processos vinculados a atuação do ICP. Alguns conseguiram fugir, como Antonio e Annete Rabelo, ficando a cargo do seu sobrinho, João Rabelo dos Santos²⁸, que ainda estava no primeiro ano do Ensino Secundário, no Colégio Lyceu de Goiânia, o trabalho de esconder livros e documentos que vinham sendo estudados pela organização: “Então, eu morava com o Rabelão. E em 64, quando houve o Golpe, eu mais um sobrinho meu, fomos usados para esconder os livros. Escondíamos livro no mato, no Setor Sul, que tinha muito lote vago. Ficamos lá uns dois dias escondendo livros” (SANTOS, 2015). Entretanto, mesmo com todo esse cuidado com relação ao material teórico da organização, os serviços de informação não tardariam a ter acesso a esses documentos devido à prisão de muitos militantes.

Anos depois do fechamento do instituto os órgãos da repressão continuaram expedindo documentos atualizados, com detalhamento dos antecedentes dos envolvidos, contendo muitos exageros, em alguns casos, fazendo constar sobre Uassy G. da Silva, ex-coordenador da AP:

[...] elemento que sempre esteve ligado aos grupos de esquerda, ao ponto de, em 1965, teve prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª RM por ser considerado comunista perigoso [...]. Difundiu suas atividades subversivas e comunizantes através dos órgãos de divulgação do Estado, como o CERNE, doutrinando os estudantes e o povo, militarizando-os em comum com os camponeses” (A0500112-1972, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 2, 4).

Outros funcionários do ICP também foram indiciados, devido à sua atuação na JUC, no ICP e na AP, como Elizabeth Hermano Cardoso, Alda Maria Borges e Nei Rocha Cunha. Sobre Elizabeth Hermano, afirmaram que era Diretora do Departamento de Arte Popular e de acordo com os projetos que desenvolvia, era comunista, de modo a ter sido fichada como uma das responsáveis pelo lançamento da peça *Mutirão em Novo Sol*. E continuavam: “É comunista. É agitadora. É subversiva” (E0098814-1981, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 2). Da mesma forma, Nei Cunha e Alda Borges, que posteriormente viriam a se casar, foram indiciados pela atuação no órgão, constando que o primeiro, além de diretor do CPC-Goiás foi Auxiliar de Tesouraria do CERNE e autor da poesia intitulada *O Voto do Analfabeto*, publicada no *Livro de Leitura para adultos* de Alda Borges e Maria José Jaime (E0068469-1981, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1978: 2).

²⁸ João Rabelo dos Santos (65 anos) entrou para a Ação Popular em 1965, como militante de base, quando morava com os tios Annete Scotti Rabelo e Antônio Rabelo, este último que foi dirigente regional da organização. Estudou no Lyceu de Goiânia, onde atuou no Grêmio Félix de Bulhões em 1967. Ao final de 1968 saiu da cidade para integrar-se na produção, indo primeiro para Anápolis e depois para Alagoas. É anistiado político.

No desenrolar desses acontecimentos, Uassy Gomes da Silva, junto com mais 15 pessoas, também foi preso, em março de 1965, sendo solto logo em seguida por *habeas corpus*, que era ainda era um recurso jurídico válido, naquele momento. Depois disso, tendo o primeiro coordenador da AP terminado o curso de Engenharia, já casado e havendo decidido abandonar a coordenação da Ação Popular, em Goiás, mudou-se para um lugar onde ninguém o conhecesse, refúgio encontrado na cidade de Brasília (SILVA, 2015).

De acordo com Otto Filgueiras, às vésperas do Golpe de abril de 1964, integrantes da Coordenação Nacional da AP, como Betinho e Isa Guerra, teriam se reunido e chegado à conclusão de deveriam se retrair por tempo determinado. Portanto, alguns dos principais militantes foram enviados para fora do país, como Herbert de Souza, no Chile; Paulo Stuart Wright e o Padre Alípio de Freitas, que foram para Cuba. Devido à isso, com a prisão e/ou afastamento de muitos dirigentes, o partido ficou *acéfalo* em muitas regiões (FILGUEIRAS, 2014: 251). Como já pudemos perceber, em Goiás, o partido também passou por um período de estagnação, com a saída do seu coordenador, Uassy Gomes, com a prisão de muitos militantes, como Alda Maria Borges e a fuga de outros, como Maria José Jaime, que já entra para a clandestinidade, em São Paulo. Todavia, no ano de 1966, Antonio Rabelo assume a direção regional, iniciando-se o trabalho de reestruturação do partido no estado.

2.2. A reestruturação do partido e a retomada das atividades

2.2.1. A atuação da AP por meio do MEB e o movimento de Itauçu

O ano de 1965 representou um hiato na trajetória da Ação Popular em Goiás. Com a saída do coordenador da organização no estado, Uassy Gomes da Silva, e o afastamento de outros importantes dirigentes, com a ida de Maria José Jaime para São Paulo, o partido demorou um breve período de tempo para se recompor do choque. Após o Golpe Militar também houve intensa perseguição aos estudantes, sendo implementada a Lei Suplicy que proibia as atividades políticas estudantis, colocando na clandestinidade a UNE e as UEEs, enquanto todas as demais entidades de representação estudantil ficavam submetidas ao MEC (Ministério da Educação). Nesse contexto, a AP tornava-se, igualmente, um movimento clandestino, fazendo com que seus dirigentes se atentassem para a questão da segurança, a ponto de esboçarem-se os primeiros sistemas. Todavia, a partir daquele momento, a

preocupação passa a ser tanta que houve um certo esvaziamento no repasse de documentos e informações junto aos militantes de base.

Alguns meses antes da aprovação da Resolução Política da Ação Popular, lançado em 1965 – documento de aspectos militaristas no qual a tônica era a reestruturação do partido e suas atividades, sob uma perspectiva de preparação da luta armada – dois integrantes da direção provisória nacional e treze outros militantes foram presos por agentes do DOPS, em 8 de março, no Bairro Perdizes, em São Paulo. A reunião foi invitada no intuito de reorganizar o movimento estudantil nacionalmente, meio no qual a organização era mais ativa, e também reorganizar o partido no país. Havia representantes do movimento estudantil e da AP que vinham do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Brasília e Goiás, inclusive um dos presos que representava o estado era Gilberto Franco Teixeira, universitário do curso de Direito da Universidade Federal de Goiás, naquele momento, um dos dirigentes seccionais da AP em Goiânia, e diretor do Centro Acadêmico 11 de maio (FILGUEIRAS, 2014: 281-282; TEIXEIRA, 2015).

No ano de 1966, depois de liberto e de ter respondido o processo de São Paulo, Gilberto Teixeira, já em Goiânia e presidente do CA 11 de Maio, teve de interromper o seu curso de direito na Universidade. Naquele mesmo ano foi lhe decretado novamente um mandato de prisão preventiva, sendo, então, orientado por militantes da direção regional e, inclusive, da nacional, a não se apresentar, pois não deveria ir novamente preso. Em meados daquele ano, então, o dirigente seccional entrava para a clandestinidade, sendo alojado, primeiramente, em um seminário sob a responsabilidade do Arcebispo Dom Fernando. O ex-militante pronuncia as seguintes palavras sobre o eclesiástico: “era muito reacionário, e ao longo do tempo foi modificando graças ao Padre Pereira. No final ele já estava com umas visões bem progressistas, escondeu gente. Eu mesmo fiquei escondido no seminário com ele quando eu fugi, fiquei lá alojado, ele me acolheu, escondeu” (TEIXEIRA, 2015). Depois disso, o mesmo ficou um tempo escondido em Anápolis, indo, em seguida, para São Paulo.

O novo Comando Regional R-10, do qual Goiás fazia parte, foi organizado por Antônio Rabelo, laboratorista e principal dirigente da organização na região, Marcos Castelli Panzera, engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura, encarregado da articulação junto aos militantes de Brasília, e Osvaldo Rocha, dentista. Depois do lançamento da Resolução Política, Osvaldo Rocha (o Badico), importante militante da AP em Goiás desde a época da JUC, cursando a faculdade de Odontologia, voltou à Goiás incumbido da tarefa de auxiliar na rearticulação o partido e iniciar a preparação da luta armada no estado. Devido ao afastamento do partido junto à política estudantil e outras atividades que vinham sendo desenvolvidas

pelos militantes da AP nos ramos profissionais liberais, com atuação junto aos sindicatos urbanos, como o Sindicato dos Bancários²⁹, passaram a ser priorizadas as atividades junto aos trabalhadores do campo e lideranças do MEB, que já vinham trabalhando com a organização sindicatos rurais antes do Golpe. Através desse movimento, a AP teve facilidade de penetração no meio rural, pois a maior parte dos seus coordenadores e supervisores, segundo documentação do Serviço Nacional de Informações, também pertenciam à AP, como Alda Maria Borges, Nazira Fátima Elias, Aparecida Siqueira, Maria Alice Martins, entre outros (FILGUEIRAS, 2014: 339-340, 419; R0026293-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1982: 7).

Todavia, por mais que a direção nacional estivesse apegada à sua última produção teórica, a Resolução Política, documento que preconizava explicitamente a necessidade de preparação revolucionária para a revolução armada (mesmo mantendo ainda um distanciamento crítico quanto ao marxismo), em Goiás as leituras que o grosso dos militantes da AP faziam ainda não tomavam esse aspecto, permeando ainda o *cristianismo da libertação*, como vimos no capítulo anterior. Segundo Alda Maria Borges, que desde 1964 fazia o curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal de Goiás, ficando, então, responsável pela abordagem teórica em algumas reuniões da Ação Popular, no estado, as leituras ainda fundamentavam-se predominantemente nos pensadores cristãos franceses, como Lebreton e Mournier, já tratados aqui. Um pouco mais adiante, o contato que teriam com marxismo e as estratégias revolucionárias viria mais dos textos de Régis Debray, alguns textos dentro do maoísmo e pelo intermédio de Althusser, não dos textos do próprio Marx ou outros marxistas mais conceituados (CUNHA, 2015). João Rabelo dos Santos diz que, quando ele entrou para o partido definitivamente, por volta de 1965, ainda se discutia os documentos do Papa, em Goiás (SANTOS, 2015). Gilberto Teixeira, ex-dirigente da organização, confirma: “[...] por um certo tempo, também na AP, era proibido ler Marx, pra você ver que absurdo! E a gente lia escondido, não vou dizer escondido, mas lia apesar da proibição e fomos então vendo que o mundo era outro, a realidade era outra [...]” (TEIXEIRA, 2015). Os documentos de formulação própria do partido chegavam, porém de forma esporádica, raramente chegando aos militantes de base, em si, ficando o seu conteúdo, geralmente, mantido na oralidade dos debates.

²⁹ Annete Scotti Rabelo havia se formado no curso de História da UFMG e assim que chegou em Goiânia começou a dar aulas no Colégio Lyceu, sendo uma representante da classe docente, ao mesmo tempo em que fazia trabalhos com grupos de mulheres da periferia. Naquele momento os principais militantes do partido na cidade já atuavam em áreas profissionais, tendo influência sobre os sindicatos, como Gilberto Franco Teixeira que havia sido presidente do Sindicato dos Bancários, na cidade (RABELO, 2015; TEIXEIRA, 2015).

Devido a isso, e à prioridade tática estipulada naquele momento, houve uma apropriação das estruturas e do material teórico utilizados no MEB, em Goiás. Os dirigentes da AP, alguns que estavam na coordenação do próprio MEB, à partir das novas perspectivas que o movimento vinha tomando, trataram de intensificar, através das aulas e dos instrumentos de cultura popular, as atividades de conscientização política e de incentivo à organização e fortalecimento dos trabalhadores. Segundo Alda, o plano ideológico da AP acabava sendo incluído e transmitidos, através dos coordenadores que faziam parte da AP, como ela mesma, Carlos Brandão, Maria Alice Brandão, José Peixoto, entre outros, até chegar em um ponto em que as perspectivas e os métodos se entrelaçavam e eram quase indissociáveis. Houve também militantes que não compunham a equipe do MEB, mas se aproximaram para reforçar o trabalho, como Annete Rabelo³⁰ diz: “Então esse movimento todo que foi de AP entra através do MEB também, com os monitores do MEB. Nós não éramos do MEB, mas dávamos apoio no trabalho. Vários militantes de AP, muitos participaram [...]” (CUNHA, 2015; RABELO, 2015).

Antes de entrar para a Ação Popular, Oscavú José Coelho fora monitor do MEB, escolhido entre as principais lideranças de lavradores da região de Itauçu, que residia na fazenda Serrinha. Quando o MEB foi extinto ele e seu irmão, Percival Moreira Coelho, entraram para a AP. Nesse momento, em 1966, o líder camponês diz que não sentiu muito estranhamento, explicando através de uma metáfora muito envolvente:

E aí a gente deixou um pouco esse mar do MEB e pulou pro mar, pro barco da Ação Popular, e inclusive eu tava aqui, não tive prejuízo com isso, porque a mercadoria que viajava no MEB era a mesma da AP. O barco era o mesmo e o caminho era, as veiz diferenciava, mas a chegada era a mesma (sic) (COELHO, 2004).

Nas terras dos arredores do município de Itauçu-GO, muitos lavradores moravam à mais de 30 anos e os fazendeiros, que apropriavam-se de metade ou um terço da sua produção agrícola, queriam expulsá-los alegando propriedade das terras, o que se intensificou após o Golpe de 1964. Tal prática era comum em toda a área rural de goiás, todavia, através da intervenção dos monitores do MEB, formou-se um núcleo de organização que congregava também outros municípios, como Damolândia e Nova Veneza. Segundo o lavrador e ex-

³⁰ Annete Scotti Rabelo (78 anos), no início dos anos 60, concluiu o curso de Licenciatura em História pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), quando ainda era participante da JUC. Entrou para a Ação Popular em 1963, quando veio para Goiânia junto com o marido Antonio Rabelo, este que viria a ser o principal Dirigente Regional do estado. Era militante de base, mas desenvolveu importantes atividades de Clubes de Mães nas periferias de Goiânia e de Itauçu, quando em 1967, vinculada nos inquéritos sobre atividades subversivas no município, teve o emprego de professora de OSPB, no Lyceu, cassado. No mesmo ano, juntamente com a família, saiu do estado para entrar na clandestinidade e integrar-se na produção, na Bahia. Foi professora titular no curso de Fonoaudiologia da UCG até 2005. É anistiada política.

monitor do MEB, Oscavú Coelho, antes, na região, havia um sindicato puxado por militantes do Partido Comunista Brasileiro, que era o Sindicato do Trabalhador Rural. Todavia, depois do Golpe, o que ocorreu em todo o Brasil, esse sindicato foi cassado, tornando ainda mais necessária a organização dos trabalhadores por outras vias. Ao mesmo tempo, a vinculação com o MEB também limitava a atuação dos trabalhadores e estudantes, pois a Igreja Católica não admitia a participação em atividades políticas, como os Sindicatos ou partidos, como o próprio ex-lavrador rural diz: “[...] e aí que a gente não podia pertencer de jeito nenhum, porque era duas coisa que a Igreja não permitia, né, além do trabalho sindical que era proibido também [...], não podia ter vínculo [...] misturar, né? (sic)”(COELHO, 2004).

Os principais dirigentes da regional, Osvaldo Rocha, Antonio Rabelo e Marcos Panzera, aproveitaram-se dessas condições subjetivas para arregimentar vários camponeses à fim de integrarem um movimento revolucionário que pretendia organizar trabalhadores em grupos armados. Segundo Oscavú José Coelho, as reuniões da Ação Popular no município eram clandestinas, mas frequentes. As mesmas eram marcadas com militantes da organização no município, como Zé Bento, através de códigos transmitidos pela Rádio Difusora, através da qual convocavam as reuniões em um local pré-determinado, como podemos ver na seguinte mensagem: “Alô, Boiadero Zé Bento, tô te avisando que no dia tal eu tô com uma boiada fechada na Fazenda Mangueira a tantas hora, e eu preciso que ocê traga um boiadeiro aqui pra nós, vê se a gente faz um negócio” (sic) (IDEM). Às vezes algum lavrador ficava doente e, então, vinham os estudantes da Universidade Federal ou da Católica com remédios. Também eram feitas várias confraternizações entre os militantes, de modo que não tardou com que os fazendeiros ficassem sabendo desse arranjo.

Annete Rabelo organizava Clubes de Mães e associações de mulheres camponesas na região, desempenhando um trabalho fundamentalmente de conscientização política enquanto ensinava uma série de trabalhos manuais (CUNHA, 2015; FILGUEIRAS, 2014: 419), como ela mesma diz:

Eu trabalhava muito com as mulheres. Eu fundei grupos de mães que faziam trabalhos manuais e através das conversas, enquanto nós estávamos fazendo esses trabalhos manuais, a gente ia discutindo as coisas em conjunto, com as mulheres. Mas não só isso, a questão também de higiene, de vacinação, nas questões da saúde e da educação, agente foi discutindo. Porque a gente acreditava nisso: que à medida em que as pessoas tomassem consciência, ter conhecimento de e se apossar disso, que seria um processo irreversível (RABELO, 2015).

Em maio de 1966, Oscavú foi à São Paulo participar do curso de capacitação política organizado pela direção nacional da Ação Popular. De volta à Goiás, houve um curso no qual participaram 20 pessoas num sítio arrendado pelo Engenheiro Agrônomo Marcos Panzera, em

Aparecida de Goiânia, do qual alguns integrantes da equipe do MEB também participaram. O curso que teve duração de dois dias, ocorrido no mês de julho de 1967, teve aulas ministradas por Osvaldo Rocha e Antonio Rabelo. Alda Maria Borges Cunha, sendo integrante da direção, também contribuiu na parte teórica, promovendo debates através da exposição de alguns textos. As aulas perpassavam temas em torno do sindicalismo rural, da exploração do trabalho no campo e da conjuntura política. Houve aulas também na área de primeiros socorros e estratégia militar, com a preparação de explosivos (CUNHA, 2015; FILGUEIRAS, 2015).

Naquele mesmo ano Antonio Rabelo já estava visado pela polícia militar devido ao motorista da transportadora Guedes, que distribuía clandestinamente exemplares do periódico para o Brasil todo, ter acionado as autoridades referente à descoberta de um pacote que continha exemplares do *Jornal Revolução da Ação Popular*. O pacote era destinado ao dirigente, que deveria retirá-lo numa banca de jornal chamada Revistolândia, na Rodoviária de Goiânia. Ao mesmo tempo, a polícia começava a receber denúncias vindas da região de Itauçu, principalmente de fazendeiros, pois, segundo Otto Filgueiras, a equipe dirigente, que já era conhecida em Goiânia, chegava de carro de madrugada nas fazendas, sem nenhum cuidado, levando em conta a correlação de forças desfavorável (FILGUEIRAS, 2014: 405-418).

Diante desse quadro, os órgãos de informação vinculados ao aparelho repressor do Estado, expediram um inquérito específico no intuito de averiguar o “Movimento subversivo de Itauçu”. Anexados a esse IPM foram remetidos uma série de documentos confidenciais, à partir de instituições militares diferentes, demonstrando conhecimento aproximado, outrora divergente, das atividades e estrutura do partido em Goiás, naquele momento. O documento oficial de 29 de setembro de 1967, de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica com origem na 11ª RM, com assunto “Movimento subversivo de Itauçu”, é um exemplo disso. Já no primeiro parágrafo conclui-se: “O IPM encarregado de esclarecer o movimento subversivo de Itauçu até o presente momento, já identificou como sendo atuação do movimento AP (Ação Popular)” (BR_AN_BSB_VAZ_038_0047, ARQUIVO NACIONAL, CISA, 1967: 1).

No processo são indicados os principais dirigentes da AP em Goiás naquele momento, juntamente com seus codinomes e antecedentes, estes que eram Osvaldo Rocha (Paulo e Wadico), Antonio Rabelo (Eugênio), Marcos Castelli Panzera (Carlos). Segundo as investigações o movimento já contava com a adesão de 20 lavradores, contando com integrantes dos municípios de Itauçu, Nova Veneza, Hidrolândia, Inhumas, Anápolis, Petrolina, Itumbiara, Jataí, Goiânia e Unaí em Minas Gerais. O documento tem como preocupação o desenrolar do curso ministrado na chácara de Aparecida de Goiânia, como

podemos ver: “Na quinzena de julho, os 3 líderes promoveram um curso de capacitação política e de guerrilhas; em uma chácara no Município Aparecida/GO”. Nesse curso teria sido distribuído exemplares do Jornal Revolução e a principal temática das exposições girava em torno de: “o problema da união dos camponeses, mudança do região por meios violentos, apoio aos estudantes o operários e rendimentos de instruções de guerrilhas (coquetéis *molotov*, bombas explosivas feitas com um pedaço de bambu, barricadas, deslocamentos rápidos, etc.)”. No intuito de dismantelar o movimento o quanto antes e de negativizá-lo mais ainda perante a sociedade civil, o serviço de informação da aeronáutica trata de aumentar as proporções da articulação da organização na preparação revolucionária: “A preparação já havia atingido um alto grau de adiantamento”, decretando, por fim, a prisão imediata dos três principais dirigentes, que naquele momento estavam foragidos (IDEM: 1-2).

Um outro documento, igualmente de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica, do departamento de Subchefia de Operações e Informações, de assunto “Operação Itauçu”, diz que na parte teórica do curso foram debatidas as questões sobre a realidade do trabalhador do campo, o imperialismo, as vantagens do socialismo, e a estratégia de “fazer reunião no interior para chamar a atenção da polícia e com isso os demais grupos formados por estudantes e operários tomariam o poder na capital e passariam a dominar a situação”. Segundo o processo, citando o depoimento de Marcos Panzera, então preso, foi explicado aos camponeses que as armas para o levante seriam conseguidas por meio de “elementos da polícia e de ataques aos quartéis e que o movimento contaria o apoio dos estudantes”, particularmente universitários de Goiânia e Anápolis³¹ (BR_AN_BSB_VAZ_055_0153, ARQUIVO NACIONAL, CISA, 1967: 2).

Os serviços de informação a serviço do aparato repressor do Estado demonstravam um conhecimento aproximado à respeito das origens da AP e seu funcionamento em Goiás, inclusive da posição hierárquica dos principais militantes envolvidos nas atividades junto aos lavradores. Todavia a instituição militar alegava a dificuldade na obtenção de tais informações devido ao alto grau de segurança do partido: “prosseguem as diligências em Brasília, Goiânia e São Paulo, para o levantamento da cúpula dirigente do Movimento AP, onde surgem sérias dificuldades pelo alto grau do segurança e uso do nomes *frios* pelos altos integrantes do movimento” (BR_AN_BSB_VAZ_038_0049, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1967: 1).

³¹ Naquele período específico, o movimento instalado em Itauçu deslocou toda a atenção do aparato repressor do Estado para a região rural, fazendo com que os militares acreditassem que a AP fosse uma organização de maioria universitária. Todavia, ao mesmo tempo que o trabalho junto aos camponeses era desenvolvido, desenrolava-se um processo de arregimentação de quadros entre os estudantes secundaristas do estado, o que em breve alteraria as proporções do quadro de militantes da Ação Popular em Goiás.

Como já vimos anteriormente, na pesquisa das regiões para orientar quais trabalhos seriam priorizados em cada uma delas, inclusive para averiguar as áreas ideais para uma futura inserção da organização na luta armada, cada regional ganhou um número e Goiás ficou alocada na região R-10. Os processos informavam que, naquela área, estavam sendo procurados Oswaldo Rocha (Paulo), dirigente do Comando Regional; Marcos Castelli Panzera (Carlos), dirigente do Comando Seccional/GO; Antonio Rabelo (Eugenio), dirigente do Comando Zonal/GO. Alda Maria Borges (Anita), dirigente do Comando Seccional/GO, já teria sido identificada e intimada a prestar depoimento. Porém já naquele momento estavam os envolvidos no processo: Juarez Ferraz de Maia, estudante e coordenador de célula, Oscavú José Coelho (Eduardo), lavrador e coordenador de célula, que teria confessado; Honestino Monteiro Guimarães, estudante e coordenador de célula, o qual também teria confessado (IDEM: 1-2).

Todavia, alguns dos indiciados nos documentos não tinham participação nenhuma naquele movimento camponês, como Honestino Guimarães e Juarez Ferraz de Maia (FILGUEIRAS, 2014: 423). De acordo com maia, por causa desse inquérito, foi preso e “espancado”. O mesmo diz não ter participado de nenhuma atividade na região, concentrando-se apenas nos eventos promovidos pelo movimento estudantil na cidade de Goiânia:

Eu não fui preso como líder estudantil. Fui preso como membro de uma base comunista, terrorista, revolucionária da Ação Popular. E todo o interrogatório meu se dá em torno disso, que para mim foi muito mais fácil, porque do ponto de vista psicológico se eu abrisse o bico e desse um nome das 50 ou 60 pessoas que faziam parte da minha base, tudo ia cair, tudo ia ruir. Não caiu ninguém, porque eu fui pressionado em cima do movimento comunista, terrorista, da AP em Itauçu (MAIA, 2015).

Aí encontra-se um dos limites do uso desse tipo de fonte: os processos expedidos pelos órgãos de informação da sociedade política³² brasileira, durante da Ditadura Militar, em

³² Os conceitos de sociedade civil e sociedade política ganharam um sentido novo e interdependente na teoria do ex-militante do Partido Comunista Italiano e cientista político, Antonio Gramsci, estando estes vinculados diretamente ao conceito de hegemonia. Segundo Virgínia Fontes, ao contrário do que diziam os antigos teóricos políticos, em Gramsci não existe uma dicotomia entre sociedade civil e o Estado, pois ela expressa “contradições e ajustes entre frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, nela se organizam também as lutas entre as classes”. Em contrapartida, a sociedade política, ou seja, o Estado, corresponde às estruturas de hegemonia, que são as instituições responsáveis por elaborar e moldar vontades (opiniões), disponibilizando as formas de dominação de dentro para fora, do Estado restrito ao Estado amplo (FONTES, 2009). Desse modo, de acordo com Gramsci, o convencimento não é estático, mas fluido, processual e histórico, vindo este do “consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social” ou “do aparelho de coerção estatal que assegura *legalmente* a disciplina dos grupos que não *consentem*, nem ativa nem passivamente”, coagindo toda a sociedade. Para ele, tais *funções* desempenhadas pela sociedade civil e a sociedade política, são “precisamente organizativas e conectivas” (GRAMSCI, 2001: 20-21).

nosso caso específico, os documentos confidenciais expedidos pelo SNI (Serviço Nacional de Informação), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica). É preciso que levemos em consideração que a aplicação do Terrorismo de Estado, no Brasil, acabou por atingir tanto alvos selecionados, quando aleatórios, devido à amplitude e flexibilidade da sua figura do *inimigo interno*. Por muitas vezes perseguia-se alvos tão genéricos, que qualquer um poderia ser enquadrado (PADRÓS, 2007: 4). Ou seja, geralmente preferiu-se “pecar por excesso”.

Por fim, os documentos relacionados ao *IPM/Itauçu-AP* determinavam a prisão de todos os envolvidos. De acordo com os processos, o “Movimento AP” era o mais preocupante do Brasil, naquele momento, pois desde a “Revolução de 31 de março de 1964” era o principal responsável pelas agitações ocorridas no país (A0969977-1967, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1967: 10). Praticamente todos os trabalhadores rurais que participaram das reuniões promovidas pela AP, inclusive Oscavú, foram presos naquele ano. Entretanto, ao final do mês de setembro, 12 lavradores foram soltos pelo fato de o IPM ter considerado desnecessária a manutenção de suas prisões, pois não representavam muita ameaça devido ao baixíssimo nível cultural da maioria, sendo, então, vítimas do aliciamento dos “espertos dirigentes com nível universitário” (BR_AN_BSB_VAZ_038_0049, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1967: 2). Quase 100 pessoas foram presas na cidade de Itauçu a fim de serem inquiridas no Quartel General da 10ª Região Militar, em Goiânia, sendo liberadas poucos dias depois.

De todos os dirigentes do Comando Regional envolvidos no IPM, o único a ser preso foi Marcos Panzera, que logo que teve uma oportunidade fugiu do prédio da Polícia Federal, antes mesmo de prestar depoimento. Todavia, Annete Scotti Rabelo e Alda Maria Borges foram presas em Goiânia, indiciadas no mesmo processo dos camponeses de Itauçu, ficando reclusa no 10º Batalhão de Caçadores. Borges Cunha foi presa naquele ano pela terceira vez, sendo retirada pelos militares de dentro da Universidade Federal de Goiás. A ex-coordenadora do MEB e dirigente da Ação Popular diz que, depois que saiu, diante da intensa perseguição que vinha sofrendo por parte do aparato repressor do estado, inclusive, de ter recebido ameaças, sai de Goiânia e vai para o Rio de Janeiro (CUNHA, 2015).

Quanto à Annete Rabelo, desde a queda do governador Mauro Borges vinha sendo perseguida. Com o emprego ameaçado, era seguida do colégio até em casa, chegando ao ponto de um dia seus filhos serem sequestrados por algumas horas:

Mas depois de meia hora, chegaram os meninos, com um mundo de bala na mão e foram deixados no mesmo lugar. Eu perguntei para o mais velho: o que foi, meu

filho? [...] Ele respondeu que perguntaram um monte de coisas, se o pai deles era comunista, e o nome das pessoas que vinham aqui em casa. Ele respondeu que eram títias e titios, porque eles chamavam todo o pessoal do grupo de títias e titios (RABELO, 2015).

Por fim, foi presa e seu emprego como professora de História e OSPB (Organização Social e Política do Brasil) do Lyceu de Goiânia, foi cassado. Quando saiu da prisão, Annete foi informada que seu marido estava refugiado em São Paulo, indo junto com os três filhos pequenos ao seu encontro, agora já na total clandestinidade (FILGUEIRAS, 2014: 429; RABELO, 2015).

Nesse processo de perseguição sistematizada, com vários militantes presos, entre camponeses, integrantes importantes, e a maioria dos líderes estarem foragidos, o movimento de aliança estudantil-camponesa, centralizado na área rural de Itauçu, em Goiás, ainda embrionário, ao contrário do que pretendiam fazer parecer os serviços de informação, foi completamente desmantelado.

Naquele contexto, ao mesmo tempo em que os principais militantes da organização estavam fichados e visados pela polícia, o partido entrava na fase da *integração na produção*, como já vimos anteriormente. A partir de então, Antonio Rabelo e Annete Scotti foram designados para a tarefa de pesquisa das regiões do Brasil, a fim de verificarem onde existiam as condições *subjetivas* e *objetivas* para a aplicação do modelo chinês da *guerra popular prolongada*, como condições do território, acirramento das contradições sociais e nível de consciência política, como diz Annete Rabelo: “Nós tomamos a deliberação de sair do campo para poder estudar essas regiões. Eu e meu esposo fomos para o norte de Goiás, para Rio da Conceição. Onde nós ficamos era seis quilômetros da cidade” (RABELO, 2015). Entretanto, de acordo com o documento confidencial expedido pelo Ministério da Aeronáutica, em setembro de 1971, ao final do ano de 1968, o casal teria passado primeiro pela região próxima do município de Anápolis, cujo local foi escolhido pelas seguintes condições: “por ser de difícil acesso, cercado de serranias, poucas estradas e ali existir contradições sociais. Contudo, somente vieram a permanecer naquele lugar pelo período de seis meses, pois as condições não eram favoráveis ao trabalho de massa; em seguida retornou à São Paulo” (BR_AN_BSB_VAZ_125_0014, ARQUIVO NACIONAL, CISA, 1971: 185).

2.3. O deslocamento dos militantes goianos em função da política de integração na produção

Depois de Annete ter ido ao encontro do marido, em São Paulo, engajaram-se na pesquisa das regiões prioritárias para a preparação da *guerra popular prolongada*, seguindo o modelo chinês. No entanto, era parte fundamental da etapa preparatória a política de *integração na produção*. Como em Goiânia, as principais lideranças já estavam visadas pela polícia, uma solução temporária foi distribuí-las na clandestinidade entre essas regiões. Depois disso, Annete Scotti e Antonio Rabelo foram para Salvador, Bahia, trabalhar na zona do Cacau, no ano de 1968, ao mesmo tempo em que desempenhava um trabalho de debates e politização com profissionais liberais da região (RABELO, 2015).

Gilberto Franco Teixeira, que fazia parte da direção em Goiás, também foi com a família se integrar em Pariconha, Distrito de Água Branca, na região de Alagoas, para trabalhar em uma cooperativa rural, enquanto sua esposa, Rosemery, fundava clube de mães. Segundo ele, militantes da própria direção nacional o propuseram que se deslocasse para o nordeste à fim de desempenhar um novo trabalho, dessa vez fora do movimento estudantil. Teixeira foi primeiro, gostou do viu, voltou, se casou e foi com a família para Pariconha: “Eu fui primeiro e fiquei um mês lá e achei ótimo. Voltei e aceitei a proposta, aí fui de vez. Casei e fui. Eu era solteiro. E assim foi com vários”. De acordo com Teixeira, o trabalho deles naquela região resumia-se essencialmente em uma organização política: “Então, era uma concentração política: cedo, de tarde e de noite. Arregimentando gente, criando núcleos, fazendo preparação armada, quer dizer, a diferença foi essa” (TEIXEIRA). O treinamento de guerrilha era feito, dentro do contexto específico, nos moldes da estratégia de treinamento repassada por alguns militantes que fizeram curso com o Exército Popular da China. Entretanto, o curso chinês era mais político e teórico, que de fato militar (FILGUEIRAS, 2014: 382-383). Ao mesmo tempo, não haviam os recursos necessários para os treinamentos, principalmente armamento. Todas as condições eram desfavoráveis à prosperidade da preparação, o que impediu um aprendizado adequado das técnicas militares, por parte dos camponeses.

Outros militantes, que não eram dirigentes em Goiás, também vieram a integrar-se na produção, como Maria Aparecida Guimarães Skorupski, João Rabelo dos Santos, e Euler Ivo Vieira.

Skorupski³³, que cursava Serviço Social, faculdade que foi um reduto expressivo da militância da AP, em Goiás, foi designada para trabalhar na Fábrica Matarazzo, localizada no

³³ Maria Aparecida Guimarães Skorupski (65 anos) entrou para a Ação Popular, como militante de base, em 1967, quando cursava a Faculdade de Serviço Social, vinculada à UCG, na qual foi eleita representante do

Alto do Pari, na Zona Leste de São Paulo. Ela abandonou o curso na universidade e mudou-se para lá, em 1969, a fim de trabalhar como operária na fábrica, onde sofreu um acidente de trabalho e por complicações cirúrgicas veio a perder o dedo anelar. De acordo com a professora da PUC, o trabalho clandestino que desenvolveu na fábrica envolvia, por mais que não tenha prosperado, devido ao pouquíssimo tempo de trabalho: “A gente levava panfletos, levava jornaizinhos, punha no vestiário, consegui formar uma célula dentro da fábrica, que era de militantes operários. Era ali que agente conseguia recrutar para a organização. Nós tivemos, inclusive, uma célula bem forte dentro da Metalúrgica Matarazzo” (SKORUPSKI, 2015).

João Rabelo dos Santos saiu de Goiânia para seguir a linha do partido, mais ou menos, em finais de 1968 e início de 1969. A princípio trabalhou em um frigorífico, em Anápolis, participando, então, de um sindicato abrangente, centralizado no Sindicato da Construção Civil, dirigido por remanescentes do PCB. Nesse período, o ex-militante ajudou a puxar uma greve em uma fábrica têxtil de propriedade de chineses, todavia, hoje acredita que essa paralização foi incorreta, da forma como foi feita, pois, ao final, vários trabalhadores foram demitidos, como ele diz:

Nessa época eu fui pra lá com uma companheira de lá e nós conseguimos fazer uma greve do lado de fora, sem ser funcionário, só panfleto e conversando na porta da fábrica. Nós fizemos uma greve que foi errado, porque não deu em nada e mandaram um pessoal que estava começando tudo embora, um pessoal tudo oriundo do campo, bem simples, sem consciência de classe, só se sentiam explorados. E era uma época que não tinha muito emprego, você está percebendo? Só de ser fábrica de chineses fugidos da revolução já eram grandes inimigos nossos (SANTOS, 2015).

Depois dessa experiência, João Rabelo foi para o Nordeste, passando por várias cidades até ser mandado para Pariconha, região de Água Branca, Alagoas, a fim de dar continuidade no trabalho que estava sendo desenvolvido por Gilberto Franco Teixeira e Aldo Arantes, que haviam sido presos.

Euler Ivo Vieira, seguiu a determinação do partido, depois de ter retornado do Curso de Capacitação Política feito na China³⁴, por volta de 1970, 1971, indo para o sertão da Bahia,

Centro Acadêmico. No ano de 1969 saiu de Goiânia para ingressar na política de integração na produção, em São Paulo, na Metalúrgica Matarazzo. Possui mestrado em Ciência Política pela PUC-SP, sendo professora titular no Curso de Relações Internacionais da PUC-GO. É anistiada política.

³⁴ Euler Ivo Vieira diz não saber ao certo qual cargo chegou a desempenhar na organização, mas lembra-se que era algo próximo da direção. Todavia, de acordo com Otto Filgueiras, os militantes que foram escolhidos para ir à China não eram meros militantes de base, pois foram selecionados entre os militantes com melhor nível teórico e disciplinar. Vieira conta que, depois que saiu de Goiânia, em finais de 1968, início de 1969, e entrou definitivamente na clandestinidade, residindo em São Paulo e no Rio de Janeiro, aproximou-se da direção nacional da AP e ia para o apartamento de Pedro Wilson, também ex-militante da organização, para ler o livro *A ideologia alemã*, de Karl Marx, porque durante o Regime Militar era difícil e perigoso ter acesso à esse tipo de

em Livramento de Nossa Senhora e Brumado, onde trabalhou na roça, na alfabetização e depois montou uma farmácia, integrando-se e auxiliando a comunidade local (G0118412-1985, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 5; VIEIRA, 2015).

Como já vimos na primeira sessão, muitos militantes da Ação Popular desligam-se quando esta definiu pelo seguimento da linha chinesa, mais especificamente quando lançou-se à política de integração na produção, esta que, em teoria, era obrigatória para todos os militantes, como os próprios Aldo Arantes e Haroldo Lima confirmavam (1984). Todavia, como pudemos perceber, através de um balanço feito à partir das experiências dos entrevistados que se integraram, tal prerrogativa não foi imposta da mesma forma para todos. Alguns integrantes alegaram a não obrigatoriedade da medida, pois, nesse caso, foram convidados a participar. Para eles, ir de encontro à estratégia do partido, naquele momento, dependia mais da consciência política individual e do nível de adesão ideológica de cada um. Militantes como Annete Rabelo, Gilberto Franco Teixeira e Euler Ivo Vieira disseram ter sido consultados antes de lançarem-se na experiência, os primeiros com conjugues e filhos. Annete Rabelo, mas tinha proximidade com a direção, fala sobre tal definição: “Não, por exemplo, a da integração foi explicada e uns concordaram e outros não. Então, houve uma cisão, mas foi uma opção de cada um. A gente achou que era justo realmente, porque não pode estar do lado de fora dando palpite em uma luta que você não está participando” (RABELO, 2015). Entretanto, muitos militantes que não aceitaram integrar-se continuaram dando suporte financeiro à organização na forma de apoio e outros continuaram vinculados da mesma forma, como a universitária do Serviço Social, Márcia Jorge, ainda que a organização já estivesse em fase de incorporação ao PCdoB (JORGE, 2015). Gilberto Franco Teixeira diz sobre a orientação: “Com relação ao projeto de integração na produção, eu por exemplo, fui porque eu quis, fui convidado. Eu fui lá, fiquei um mês, e já estava sendo procurado, não podia voltar” (TEIXEIRA, 2015).

As pessoas mais próximas da direção do estado afirmam que questão da segurança, para aqueles militantes que já estavam muito visados pela polícia no estado, também foi crucial para a adoção da medida. Entretanto, alguns integrantes que eram menos perseguidos também tiveram de se integrar, como Maria Aparecida Guimarães Skorupski, então militante de base. Para ela, a medida não foi facultativa, mas imposta, e explica:

livro: “Eu sei que eu fui duas ou três vezes no apartamento dele, lá inclusive que eu tomei contato com um livro de Marx que é o Ideologia Alemã. Eu fiquei querendo ir para a casa do Pedro Wilson pra acabar de ler aquele livro. Eu lembro que eu não dormia a noite lendo aquele material, aqueles livros dele [...]” (VIEIRA, 2015).

Foi uma política adotada e que veio de cima para baixo. Veio do Comitê Nacional, que decidiu que a revolução se faria sob a égide da vanguarda do proletariado, que no caso seria o operariado urbano e os camponeses, em aliança com os camponeses. [...] Acontece que foi uma coisa, que não foi muito discutida na base. Então, já foi definido e foi traçado o mapeamento de quem iria para o campo, quem iria para a cidade, quem faria o que. Então, para mim foi determinado que eu iria para São Paulo para o Movimento Operário. Eu abandonei o curso, a universidade e fui procurar emprego em fábrica (SKORUPSKI, 2015).

Diante da análise de tais depoimentos, podemos perceber que o desenrolar do processo da integração na produção teve várias contradições e, às vezes, um certo autoritarismo, pois alguns militantes alegaram ter lhes sido imposto um prazo máximo para que conseguissem emprego e comesçassem a trabalhar, e tal exigência existiu independentemente do posto em que o militante se encontrava. Em Goiás, essa rigidez faria que uma importante dirigente seccional viesse a deixar o partido. Alda Maria Borges Cunha teve de sair às pressas de Goiânia, ao final de 1967, depois de relacionada no IPM Itauçu, de ter sido presa e continuar sob a vigilância da polícia. Borges Cunha, então, vai para São Paulo, na clandestinidade, reunir-se com Aldo Arantes. Segundo a ex-militante, o goiano, que então era dirigente nacional da Ação Popular, comunicou-lhe sobre o novo programa do partido, porém, no seu caso, não foi feito um convite, e sim uma convocação. Como naquele momento a militante estava noiva de Ney Rocha Cunha, o antigo presidente do CPC de Goiás e também militante da organização, acreditou que a chamada era para ambos, o que percebeu não ser verdade:

E eu falo: pois é mas eu vou me casar no mês que vem. Então, vou com o meu marido. E o Aldo: não! Essa convocação é só para você, não é para o seu marido. [...] Então, nesse momento você vê, também, que a organização tem essa coisa meio caótica, porque convoca um mas o outro não. Eu deveria ir sozinha. Aí eu falei: não, não vou sozinha. Eu vou me casar no mês que vem. Há todo um projeto de luta que permanece e eu não vou separada dele, a gente vai se casar no mês que vem. Eu não vou. Aí o Aldo: Bom, você pode continuar fazendo a militância do jeito que você julgar que é possível, mas já fora da organização. Eu falei: então, eu estou fora (CUNHA, 2015).

E assim, devido à uma incoerência de conduta, uma contradição na tomada de decisões do partido, a Ação Popular perdia uma importante militante da esfera teórica, em Goiás. A alguns militantes foi permitido casar-se antes de ir para o campo, mas não no caso de Alda, o que causa-nos maior estranhamento, pois a mesma fazia parte da direção seccional. Se a razão para tal determinação, dogmática e autoritária, não fora hierárquica, qual foi?

Na verdade, segundo Cristina S. Wolff, em citação ao depoimento de Derlei de Luca, a Ação Popular separou muitos casais, no Brasil todo, durante a política de integração na produção. Como a direção nacional tinha a visão de que para as mulheres era mais fácil viver nas cidades, mandava-as para as fábricas, para tornarem-se operárias. Já os homens,

costumavam ser enviados para as zonas rurais, no interior do país. Como naquele momento a estratégia do partido era “o cerco da cidade à partir do campo”, seguindo a teoria maoísta, para essas regiões foram enviados aqueles que eram considerados os melhores militantes. No entanto, apesar deste ditame, algumas mulheres, como foi o caso de Annete Rabelo, esposa do ex-Dirigente Zonal, Antônio Rabelo, foram enviadas para as regiões rurais junto com os maridos, à fim de aparentarem um casal normal de camponeses, evitando suspeitas.

Para a organização, em prol da revolução socialista, não deveria haver distinção entre a missão pessoal e a missão política. Os militantes deveriam, de fato, se sacrificar em função do partido e da revolução socialista. E assim a organização o fez, “separando noivos, namorados e casais” (DE LUCA apud WOLFF, 2010: 142). Quanto a esta conduta dogmática do partido, podemos fazer relação com a célebre frase, em teoria, pronunciada por Mao Tse-Tung, cujo Livro Vermelho, de acordo com alguns militantes da AP, era seguido como a Bíblia:

A revolução não é o convite para um jantar, a composição duma obra literária, a pintura dum quadro ou a confecção de um bordado; ela não pode ser assim tão refinada, tão branda, tão afável e cortês, comedida e generosa. A revolução, é uma insurreição, é um ato de violência pelo qual uma classe derruba a outra (apud LIMA, 2008).

CAPÍTULO III – DA REORGANIZAÇÃO À CRISE FINAL: A AP RESTRITA AO MOVIMENTO ESTUDANTIL (1967-1971)

3.1. A reorganização do movimento estudantil e da AP, em Goiás

3.1.1. A importância dos estudantes secundaristas

No período em que as atividades da direção do partido concentraram-se na organização do movimento camponês no estado, as atenções dos aparelhos de repressão e vigilância do estado distanciaram-se do movimento estudantil. Esse desvio de atenção possibilitou a reestruturação do movimento estudantil em Goiás e, por sua vez, a reabilitação da Ação Popular dentro dele. Todavia, entre 1965 e 1968, seguindo a tendência do desenvolvimento da organização no território nacional, como vimos no Capítulo I, a mesma se reergueu sustentada na atuação de estudantes independentes, que não fizeram parte dos movimentos da Ação Católica Brasileira, quadro de militantes que seria composto fundamentalmente por estudantes secundaristas dos principais colégios de Goiânia.

A maior preocupação do regime, à princípio, era a contenção do movimento estudantil universitário, pois, segundo um artigo publicado em *O Estado de São Paulo* e distribuído pelo MEC como documento confidencial às principais universidades do Brasil, tendo sido acatado pelo então reitor da Universidade Federal de Goiás, Farnese Dias Maciel Neto, intitulado *Subversão na Escola*, a atuação dos comunistas era mais forte nos meios universitários, completando:

Finalmente, os líderes das esquerdas católicas universitárias aliaram-se aos comunistas, formando a chamada Frente Única [...]. Entretanto, através de técnicas inteligentes e bem conduzidas, propagou-se entre os universitários intensa contaminação ideológica, transformando aquelas agremiações em fortes linhas auxiliares, manobradas e lançadas de acordo com as intenções e as conveniências do movimento comunista internacional (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1970: 4).

Devido à essa preocupação, a lei de coerção ao movimento estudantil nacional, de nº 4464, ou Lei Suplicy de Lacerda, implantada em 9 de novembro de 1964, concentrou-se na extinção das entidades máximas de representação política dos estudantes universitários, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), as UEEs (União Estadual dos Estudantes) e os DCE (Diretório Central dos Estudantes), substituindo-as pelo DNE (Diretório Nacional dos Estudantes), à fim de que os Estado tivesse controle total sobre elas. Ao mesmo tempo, eram firmados discretamente, de modo que vieram a ser explicitados somente em 1966, os Acordos MEC-Usaid, que ameaçavam a autonomia e politização dos universitários, pois tinham por objetivo reformar a educação brasileira nos moldes do ensino norte-americano, passando a ser concebida somente enquanto formação de trabalhadores, e não como fundamento de emancipação individual e social (SANTOS, 2009: 104-105).

Devido à isso, praticamente foram as entidades estudantis universitárias, de início, a serem mais prejudicadas pela Ditadura. As instituições de organização dos estudantes secundaristas continuaram a ter uma certa autonomia, possibilitando que o movimento

tomasse nova impulsão sustentada por esse grupo de estudantes, em Goiás. O mesmo artigo distribuído pelo MEC afirma que após um período de “rearticulação e reformulação dos esquemas de ação, os agentes da subversão comunista voltaram a atuar, com crescente intensidade e novos métodos, nos meios educacionais, com particular interesse no setor secundarista” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1970: 5). O documento cita que as organizações de esquerda voltaram-se para esse setor específico por ser uma “massa de manobra ideal por sua imaturidade, idealismo, desprendimento, [...] e pela natural simpatia que os jovens despertam em todas as camadas da população”. Ao mesmo tempo, a maioria dos estudantes do movimento secundarista tinham uma vantagem que os universitários não tinham: estarem acobertados pela legislação que protegia o menor.

Nesse contexto, os principais colégios da região central da capital goiana foram espaço privilegiado da formação desses sujeitos políticos, tendo papel de destaque o Colégio Lyceu de Goiânia, juntamente com o Lyceu de Campinas, que hoje é o Colégio Pedro Gomes, o Instituto de Educação, e o Colégio Rui Barbosa. Dessas instituições de ensino saíram expressivas lideranças do movimento estudantil secundarista e militantes da Ação Popular, em Goiânia, como João Rabelo dos Santos, Jackson Luís Pires Machado, Juarez Ferraz de Maia, Euler Ivo Vieira e Olga D’Arc Pimentel. Segundo João Rabelo dos Santos, sobrinho de Antonio Rabelo e Annete, que inclusive morava com os dois antes de terem entrado para a clandestinidade, o Grêmio estudantil do Lyceu de Goiânia, que naquela época chamava-se Félix de Bulhões e principal colégio da cidade, à partir de 1966 foi regido, principalmente, por militantes da Ação Popular, a começar pela gerência de Júnior de Andrade. O próprio João Rabelo fez parte desse grêmio, em 1966, tendo um cargo de assistência (SANTOS, 2015).

Ao final da década de 1950, de acordo com Gilberto Franco Teixeira, que na época era ainda estudante secundarista, houve uma fusão entre as duas principais entidades de representação dos estudantes secundaristas em Goiás: a UESG (União dos Estudantes Secundaristas de Goiás) e a FLEG (Frente Legalista dos Estudantes de Goiás). O novo organismo, que era vinculado diretamente à Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), entidade que congregava os estudantes secundaristas brasileiros, com sede no Rio de Janeiro, passou, então, a chamar-se Uges (União Goiana dos Estudantes Secundaristas). Em pouco tempo a entidade tornou-se muito fechada e restrita aos militantes do Partido Comunista Brasileiro, limitando a participação dos demais estudantes na política estudantil, como diz Teixeira: “[a Uges] não deixava a gente participar, pois estava na mão de um grupo que se consolidou lá durante muitos anos e a JEC não tinha chance de participar”

(TEIXEIRA, 2015). Diante desse quadro, João Rabelo afirma que, por volta de 1964, quando ele ainda cursava o Admissão (série preparatória ao Ensino Secundário) no colégio Ateneu Dom Bosco, o Padre Lelis arregimentou os alunos para ajudarem a tomar a direção da Uges, que era do PCB, com eventual presença de militantes da POLOP. Esse ato de derrubada, que teria contado com a participação de integrantes da JUC e da JEC, segundo Rabelo dos Santos, não foi muito bem explicado para os alunos, levando em conta que ele tinha apenas 13 anos de idade, preferindo ficar de fora, no momento da investida (SANTOS, 2015). Por fim, o prédio da Uges foi tomado e no lugar dela foi criada a CGE (Central Goiana dos Estudantes), que de início foi um organismo estudantil de linha nacionalista e centro-esquerda, segundo as palavras de Juarez Ferraz de Maia. Gilberto Franco Teixeira participou da fundação da entidade e diz que hoje acredita não ter sido isso uma boa coisa, alegando: “Eles não abriam mão, mesmo, e nós fundamos uma entidade paralela que não foi uma grande, na minha concepção, não foi um papel muito bom que nós desempenhamos, não. Foi um, eu acho até que foi um movimento um pouco direitista” (MACHADO, 2015; MAIA, 2015; TEIXEIRA, 2015). Então, essa nova instituição dos estudantes secundaristas goianos, de início, segundo alguns ex-militantes seguiu uma linha mais à direita. Com o Golpe Militar, em 1964, as duas entidades estudantis de Goiânia sofreram abalos, e o prédio da CGE, que situava-se no Lago das Rosas, ficou dois anos abandonado. Em 1967, um grupo de jovens secundaristas, militantes da Ação Popular, reocuparam a instalação, e foi quando a instituição passou a se posicionar mais à esquerda, de fato.

Jackson Luiz Pires Machado³⁵, entrou no Colégio Lyceu de Goiânia a fim de cursar o Científico do Ensino Secundário. Naquele mesmo ano, João Rabelo dos Santos, sobrinho de Antonio Rabelo, também estudava naquele colégio e ambos tinham aulas com a professora de História e OSPB, Annete Scotti Rabelo. Segundo Machado, as aulas ministradas pela professora iam bem ao encontro do espírito de efervescência política que permeava a juventude daquele momento, atenta e influenciada por todos os acontecimentos mundiais. Segundo Annete Rabelo, hoje com 78 anos, das três professoras que ministravam aquelas matérias no colégio, todas foram cassadas, porque naquele momento não se podia ensinar da forma como elas faziam, por exemplo “que o Brasil ainda não era uma democracia, que

³⁵ Jackson Luiz Pires Machado (67 anos) veio da cidade de Piracanjuba para estudar no Colégio Lyceu de Goiânia, onde foi presidente do Grêmio Félix de Bulhões em 1967, tornando-se importante liderança do movimento estudantil secundarista, em Goiás. Entrou para a Ação Popular em 1966 e desvinculou-se no início de 1969, quando ingressou no COLINA, que logo transformava-se em VAR-PALMARES. É formado em Ciências Econômicas e Ciências Sociais pela UNB (Universidade de Brasília). Aposentou-se no IBAMA, como Analista Ambiental. É anistiado político.

metade da população era analfabeta” (RABELO, 2015). De acordo com Jackson Luiz, ela era a professora mais combativa que eles tinham, e complementa:

[...] ela era uma pessoa que tinha uma cultura bastante envolvente, bastante grande, que permitia a ela não só se misturar com os secundaristas como também com os universitários e ela já era formada. Eu me lembro de uma vez que ela me chamou pessoalmente: você não quer ir amanhã (era uma sexta-feira) lá para a Praça Universitária dançar com a gente *Zorba o grego* (MACHADO, 2015)?

Conforme Jackson Luiz Machado, logo no primeiro ano em que ele entrou no Lyceu, foi convidado por algumas pessoas a entrar para a Ação Popular, momento em que o movimento estudantil, ainda estava adormecido, no estado. Eram pessoas geralmente do meio universitário, uma delas era a Elizabeth Hermano, ex-funcionária do CERNE, que iam chamá-lo para palestras, encontros, conversas. Machado não conhecia esses militantes, mas acredita que provavelmente foram enviados pela Annete Rabelo, porque um dia ele escreveu uma redação de tema livre que a teria impressionado muito, intitulada *A não existência de deus* (MACHADO, 2015). João Rabelo dos Santos também diz que um dia perguntou para a tia, Annete Rabelo, o que era comunismo e ela respondeu:

O comunismo é um regime onde não há distinção de classe, tudo é dividido. Mas tem uma coisa: o comunismo não acredita em deus. E eu pensei, como um *trem* tão bom desse pode não acreditar em deus? Mas realmente era indiferente pra mim, porque desde menino esse negócio de deus nunca entrou muito na minha cabeça, não (sic) (SANTOS, 2015).

Ao final daquele primeiro ano, Jackson Luiz se candidatava à Presidência do grêmio estudantil Félix de Bulhões, tendo a sua chapa eleita, da qual também fazia parte João Arnolfo Carvalho de Oliveira, com cargo de Diretor do Departamento de Imprensa do grêmio, ambos da AP (R0094857-1984, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 12). De acordo com Annete, ela sabia que alguns estudantes do grêmio eram da Ação Popular e a organização ficava responsável apenas por dar apoio, nunca intrometer-se diretamente nas questões estudantis, como ela dizia: “Aquilo já era outra entidade e agente respeitava. Mas nós tínhamos militantes dentro dessas entidades” (RABELO, 2015).

Geralmente quem repassava as orientações do partido para os militantes secundaristas era Antonio Rabelo, dirigente do Comando Regional, mas, de acordo com Euler Ivo, eram designações genéricas, que estavam alinhadas com as tendências do movimento estudantil da época, por exemplo, as pichações contra o regime, a arregimentação de novos integrantes, entre outras medidas (VIEIRA, 2015). De acordo o ex-militante, que naquele momento ainda estudava no Lyceu, um dia entrou em sua sala uma menina, que depois ele viria a ficar

sabendo que era uma das dirigentes da AP, envolvida com o movimento camponês e que fora igualmente instrutora do MEB, a Isa Jubé, chamando para uma palestra sobre socialismo: “Ô gente, nós vamos fazer uma palestra. Quem já ouviu falar sobre o socialismo”? Euler Ivo foi na palestra que aconteceu no próprio colégio em um domingo de manhã, contando com a presença de 200, 300 pessoas e, dessa forma, muitos estudantes secundaristas, de vários colégios, foram arregimentados para a AP.

Euler Ivo Vieira era amigo de Jackson Luiz desde que eles moravam na cidade de Piracanjuba e quando o segundo foi eleito à presidência do grêmio do Lyceu, segundo Vieira, este fez o convite: “Ô, Ivo, [...] tem aqui uma organização, uma associação, que é também contra esse governo, defende o Brasil, é patriota e é comunista. [...] Só que a AP, ninguém manda nela. É só brasileira, patriota, então você podia participar de AP e vir participar de nossas reuniões” (VIEIRA, 2015). Mal sabia Jackson que em muito pouco tempo a AP aderiria ao marxismo-leninismo, submetendo-se ao modelo chinês. Naquele meio tempo, Euler Ivo levaria para a organização suas irmãs Marina Vieira da Paz e Joana D’Arc. Dessa forma, como diz Jackson Luiz: “a coisa foi crescendo”.

Todavia, dias depois daquele convite, após uma série de reuniões, pichações e panfletagens, Euler Ivo recebeu a sua primeira tarefa, que era deixar o Lyceu de Goiânia e matricular-se no Lyceu de Campinas, que hoje é o Colégio Pedro Gomes, à fim de candidatar-se à presidência do grêmio daquela instituição de ensino. Euler diz que naquele momento ainda nem sabia o que era grêmio, tendo Jackson explicado que era uma espécie de *sindicato dos estudantes*. Aquela não era uma orientação vinda da Ação Popular, porém, como militantes da AP também estavam na direção das principais entidades estudantis do país, aquele projeto de conquista dos principais colégios da cidade, à fim de fortalecer levantar o movimento, estava em consonância com as atividades do movimento estudantil nacional. E assim fez Euler Ivo, que, mesmo não conhecendo ninguém daquele Colégio conseguiu ser eleito à presidente do Grêmio, depois de ter feito uma campanha, passando pessoalmente na casa de cada um dos estudantes. João Rabelo dos Santos o acompanhou nessa tarefa, no período de férias escolares (SANTOS, 2015; VIEIRA, 2015).

Juarez Ferraz de Maia³⁶, diz que saiu da cidade de Itaberaí, em 1965, no intuito de também estudar no Lyceu de Goiânia. Ele até conseguiu passar na prova preparatória do

³⁶ Juarez Ferraz de Maia (68 anos) foi presidente da CGE (Central Goiana dos Estudantes) e importante líder estudantil, na época de estudante secundarista, principalmente nas manifestações que ocorreram em 1968, na cidade de Goiânia. Entrou na Ação Popular por volta de 1966 e desvinculou-se dela no início de 1969, entrando logo em seguida no COLINA, que imediatamente tornava-se VAR-PALMARES. É jornalista com doutorado em

colégio e chegou a estudar lá por volta de dois meses, porém o seu histórico e comprovante de matrícula sumiu misteriosamente do arquivo. Então, o aluno se matriculou em outro colégio no turno da noite, que chamava-se Dom Marcos de Noronha, uma instituição de ensino pequena, mas que tinha um grêmio progressista, para o qual ele se candidatou e também veio ser eleito. Maia participava de grupos de discussão na JEC, nos quais eles discutiam a situação do país e as possibilidades de atuação após o Golpe de Estado. Desse modo, o aluno passou a ter ligação com a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e, naquele meio tempo, Juarez, que agora já fazia parte do grupo congregado pelos presidentes de grêmio da cidade, também passava a integrar os quadros da Ação Popular (MAIA, 2013: 287). De acordo com as palavras do mesmo, a sua entrada para a organização não se deu através do convite de algum militante, mas de uma forma muito natural e não oficializada:

Por exemplo esse meu amigo Jackson Machado e o Allan Pimentel, que era também expoente, esse pessoal era muito ligado a uma pessoa que não sei se falaram para você: Francisco Montenegro. Então, ali essas pessoas eram ligadas ao Chico Montenegro e aí o Rabelão (Antonio Rabelo) começou a trabalhar com a gente diretamente, cuidar da gente, dos meninos, dos *bebês*. [...] Então, nunca houve um dia em que alguém me perguntou se eu queria ser da AP. Eu já era. [...] A gente ouvia falar de AP o dia inteiro. Reunião aqui, reunião dali, reunião de estudantes, reunião da AP, muitas vezes a gente não sabia se era reunião da AP, ou se era reunião de estudantes. (MAIA, 2015).

Entretanto, de acordo com um documento confidencial do SNI, expedido pela Agência de Goiânia, atualizado e encaminhado em 1982, Juarez teria sido recrutado para a organização em agosto de 1967 pelo próprio Antonio Rabelo. O mesmo teria sido instruído a fazer propaganda do concurso da UNE, recebido material para pichamentos e orientado a não dar nomes caso fosse preso. Na mesma ocasião, o militante teria recebido os exemplares dos seguintes documentos: *Normas de segurança*; *Problemas ideológicos*, *A atual política na América Latina*; *Histórico do imperialismo*; *Esterilização de mulheres na Amazônia* e o jornal *A Revolução* (R0040617-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1982: 15). Dentre esses documentos, um era de formulação própria da Ação Popular, como o exemplar do periódico, *A Revolução*, entretanto, de acordo com Juarez Maia e Jackson Luiz, eles, que eram estudantes secundaristas, raramente tiveram acesso a esse material teórico, o que não significa que eventualmente não o recebessem.

Houve alguns encontros de formação, geralmente ministrados em chácaras nos arredores de Goiânia, que tinham o intuito de orientar político-ideologicamente os principais militantes da cidade. Esses eventos, que reuniam cerca de 20 integrantes do movimento, entre

universitários e secundaristas, dos quais Jackson Machado e Juarez Maia dizem ter participado, eram coordenados por Osvaldo Rocha (odontólogo), este que era mais responsável pela parte teórica, e, eventualmente, o próprio Antonio Rabelo (laboratorista). Todavia, na visão de ambos, esses cursos, ao final, mostraram-se muito insuficientes, pois, nestes, apenas faziam algumas leituras e debatiam sobre a Revolução Cultural chinesa e a importância de Mao Tse-Tung para a revolução, não surtindo um conhecimento profundo e concreto, mesmo do contexto chinês. De acordo Jackson Luiz P. Machado: "Fizeram uma reunião conosco e eu sei que nós passamos de um dia para o outro somente lá e acabou. Pareceu que não aconteceu inteiramente. Ficou um negócio meio assim [...] não foi uma coisa marcante. Eram falas genéricas" (MACHADO, 2015). Juarez Ferraz de Maia tem uma concepção do processo que vai também nessa linha: "Eu lia mais sobre a China nos jornais do que os recortes que eles passavam. Eram umas bobagens, umas ilusões sobre o presidente Mao, entendeu? [...] aquilo estava longe da nossa realidade. Tão longe que você não conseguia captar. Aquele negócio servia mais como cultura geral do que como formação teórica" (MAIA, 2015).

Para Maria Aparecida G. Skorupski, que na época cursava Serviço Social e era militante de base da organização, de fato, os debates teóricos, em Goiânia, eram muito fracos. As informações chegavam, contendo as novas posições da direção nacional, porém de forma não muito frequente e as reuniões eram superficiais, o que podia ser devido à falta de uma formação política sólida no estado, não só por parte da Ação Popular, mas de todos os outros partidos. Segundo a ex-militante, o compromisso com o debate teórico nunca teria sido um forte da atuação do partido em Goiás, como ela mesma diz:

Era muito fraco o debate. Tudo chegava, porque o que acontecia: existia uma comunicação, mas o debate era muito fraco. A gente conversava a respeito, e tudo, mas eu acho que também a formação política aqui como ela era frágil, aí você não tinha esse cabedal que era suficiente pra um debate político melhor (SKORUPSKI, 2015).

No entanto, entre tais visões negativas sobre o processo de formação teórica da Ação Popular, em Goiás, por volta de 1966, 1967, há também impressões positivas, como a de João Rabelo dos Santos. De acordo com o ex-militante, foi à partir de uma palestra do Osvaldo Rocha, ministrada no Colégio Externato São José, que ele começou, de fato, a ter uma participação mais organizada na AP: "E foi aí que eu comecei em uma participação mais organizada, fazendo parte de discussões sobre política, sobre as estruturas do Brasil, essas coisas todas, estrutura econômica, questão internacional" (2015). A experiência de Rabelo dos

Santos de fato foi muito frutífera, porque, de acordo com ele, de 30 pessoas que estavam na palestra de Rocha, no externato, só ele permaneceu na organização.

De acordo com João Rabelo dos Santos, não havia muitas reuniões ou debates mais coletivos, de forma que os poucos documentos que chegavam eram repassados e estudados no interior de cada célula (SANTOS, 2015). Mas, com o acirramento da repressão em Goiás, principalmente depois do IPM de Itauçu, muitas vezes era difícil manter a própria reunião das células:

em determinado momento ficava mais difícil porque geralmente quase todas as células tinha um pessoal com atividade política que era conhecido. Ou era presidente de grêmio, ou era de participação estudantil. Então, ficava conhecido, um cara manjado, então se sabia. E tinham outras pessoas que já vinham de trabalhos mais antigos, que a polícia vinha detectando, como Rabelão, a Annete, pela qualidade da aula que ela dava, o que ela falava nas aulas. O Rabelão pelo trabalho que ele desenvolveu em Itauçu e outras coisas. E uma pessoa aqui e outra acolá, e vai indo. [...] Então a dificuldade era por aí.

Com as poucas reuniões de formação e a precariedade de acesso aos documentos teóricos da AP, que continham as teses e orientações estratégicas gerais do partido – se por preocupação com a segurança, ou por alguma outra razão – não é de se espantar a debilidade teórico-ideológica do grosso dos militantes da organização, em Goiás. De toda forma, a trajetória do partido no estado, e pensando nesses termos, talvez mesmo nos demais, exceto em São-Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde estava centralizada a direção nacional do partido, não conseguiu seguir a premissa do documento de 1967, *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*, que dizia: “Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária, não é possível dirigir corretamente a luta revolucionária” (AÇÃO POPULAR, 1967: 6).

Em Goiânia, como dissemos anteriormente, no ano de 1967 vinha se formando um núcleo grande de estudantes secundaristas sob a liderança dos presidentes de grêmios dos principais colégios de Goiânia e esse grupo reuniu-se para reocupar o prédio da CGE, que estava abandonado. Os alunos ocuparam o prédio, que fica à margem do Lago das Rosas, limparam o terreno, ocuparam o espaço físico, limparam, pintaram, fizeram campanha na rua. Daí já se podia perceber a efervescência que tomaria a juventude goiana, diga-se secundarista, nos meses seguintes. Participaram da reestruturação da entidade Jackson Luiz (presidente do grêmio estudantil de Colégio Lyceu de Goiânia), Euler Ivo (presidente do grêmio do Colégio Lyceu de Campinas), Juarez Ferraz, João Rabelo dos Santos, Allan Kardec Pimentel, Olga D’arc Pimentel (presidente do grêmio do Instituto de Educação), entre muitos outros. De acordo com Juarez Maia, formou-se ao redor daquelas pessoas, um grupo de mais de 50 pessoas, que, segundo João Rabelo dos Santos, não limitavam-se aos militantes da AP,

congregando também militantes independentes, do PCB e alguns da POLOP (Política Operária). Todavia, quem foi o presidente escolhido para a entidade, sem nenhuma votação, naquele momento de reabertura, foi Juarez Ferraz de Maia, um militante de base da AP (MACHADO, 2015; MAIA, 2015; SANTOS, 2015; VIEIRA, 2015).

Jackson Luiz diz que antes mesmo de ser eleito para o grêmio Félix de Bulhões, marcou uma reunião com todas as esquerdas do colégio, da qual saiu uma chapa de composição com Partido Comunista Brasileiro. Segundo o ex-militante da AP, inesperadamente ele encontrou no Partidão um posicionamento muito mais fechado e sectário que da Ação Popular, sendo que foi o primeiro que idealizou o sistema de Frente Única, no Brasil (MACHADO, 2015). No entanto, a iniciativa de integração que Jackson Machado demonstrou, naquele momento, ia em consonância com a política da organização desde a sua época de JUC, quando buscava composição com os militantes do PCB, à fim de se consolidar na liderança do movimento estudantil nacional e, posteriormente, de manter a sua hegemonia. Como diz o documento *Esquema Geral*, da AP, lançado em 1966, deveria ser combatida “a visão grupista, estreita e sectária da organização” (AÇÃO POPULAR, 1966). João Rabelo dos Santos (2015) também relata uma experiência de ações conjuntas com os militantes do PCB, na época:

No decorrer do tempo da minha militância, aqui no movimento estudantil, a gente convivia com o PCB e não foram uma, nem duas vezes, que nós secundaristas da AP fizemos pichações junto com os secundaristas do PCB. Tudo junto, fazendo pichação juntos, à noite. Eu tinha uma convivência com esse pessoal e grande maioria do pessoal da AP não tinha esse negócio contra o PCB.

O documento também reforçava a importância do MCD (Movimento Contra a Ditadura), como forma de atuação conjunta, ao qual nos referimos na primeira sessão, como tática importante de contribuição para a luta, naquele contexto específico. De acordo com os ex-militantes da AP, em Goiás também houve um núcleo importante de atuação do MCD, integrando não apenas militantes dos partidos de esquerda, mas também independentes. Já que o movimento não levava o nome de nenhum partido, fazendo apenas oposição explícita contra o Regime Militar instaurado no país, em teoria, poderia ampliar e fortalecer o seu campo de atuação, dentro da legalidade (MACHADO, 2015). Gilberto Franco Teixeira, que foi dirigente seccional e regional da AP, confirma as atividades de Frente Única que foram puxadas pelo MCD, em Goiás: “O MCD foi um movimento nacional, pregando a não participação nas eleições, enfim, uma série de palavras de ordem, que era um ato de frente única nacional. E aqui em Goiânia nós fizemos a mesma coisa” (TEIXEIRA, 2015).

3.1.2. A Ação Popular e o espírito da juventude de 1968

O ano de 1968 representou o ápice de efervescência política, social e cultural de uma geração de jovens no mínimo *apaixonada*, como diz Zuenir Ventura (1988: 14). Em contrapartida, ao final daquele mesmo ano, mais precisamente em 13 de dezembro de 1968, seria decretado, no Brasil, o AI-5 (Ato Institucional nº 5), ato que intensificara, a nível sem precedentes, o processo de vigilância, repressão e *saneamento* por parte do Regime Militar. O decreto e lei, ao desvincular-se dos empecilhos legais, perturbou as ilusões de uma resistência parlamentar, levando uma fração considerável da juventude brasileira a lançar-se na militância política, dessa vez buscando lutas não conciliatórias, nem reformistas. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de levar em consideração o dinâmico contexto internacional daquele período, condicionado pela bipolarização causada pela Guerra Fria e cheio de inspirações revolucionárias como as Revoluções Cubana, Chinesa e principalmente a Guerra do Vietnã que estava em andamento (TIERRA, 2010: 4-5).

Para a sociedade cubana e uma fração da juventude latino-americana, aquele foi o ano do “Guerrilheiro Heroico”, dado em homenagem a Ernesto Che Guevara, assassinado pela CIA em 9 de outubro de 1967. A morte do guerrilheiro, o qual os textos eram admirados e cada vez mais lidos entre os militantes da esquerda, abalou profundamente a juventude brasileira (ZAPPA; SOTO, 2008: 11). No entanto, de acordo com Hamilton Pereira, cujo pseudônimo artístico é *Pedro Tierra*, poeta e ex-militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), a aproximação daquela juventude com as organizações militaristas seguiu um processo no qual foi mais determinante a vontade de ir, de forma mais radical, contra o regime imposto, que propriamente a vinculação teórica e metodológica escolhida, ou a análise que faziam sobre sociedade capitalista brasileira.

Ao mesmo tempo, o cenário político-ideológico internacional continuava polarizado pelo contexto da Guerra Fria, que lançava as duas principais potências, Estados Unidos e União Soviética num combate inaudito entre capitalismo e socialismo. A guerra não foi deflagrada entre elas, entretanto, suas zonas de influência estavam em pleno vapor, como o Vietnã, dividido entre Norte e Sul, no Sudeste Asiático. Em consonância com a reprovação conflito, os jovens criticaram o mundo dividido, os valores sociais atrasados, o falso moralismo, a repressão sexual e as desigualdades sociais. Na Europa também estava dividida pela “cortina de ferro”, o que não impedia que os jovens se manifestassem dos dois lados. Mesmo do lado oriental, principalmente na Polônia, na Romênia e na atual Tchecoslováquia,

onde imperavam a precariedade das condições de vida e a constante repressão política, havia protestos contra a censura e o autoritarismo e burocratização do chamado “socialismo real”, à contragosto da União Soviética (ZAPPA, SOTO, 2008: 12-13).

Como vimos na primeira sessão, o ano de 1968, na China, foi atravessado pela Revolução Cultural Proletária chinesa, a qual mobilizou mais de 20 milhões de jovens, que, munidos do *Livro Vermelho* de Mao Tse-Tung, combatiam tradicionais estruturas culturais, ideológicas e produtivas. No entanto, a incursão fugiu ao controle, tendo a milícia civil, autointitulada os *guardas vermelhos*, perseguido e assassinado antigos líderes e intelectuais. Templos, esculturas, manuscritos e livros foram destruídos pela falta de elementos revolucionários.

Os protestos juvenis mobilizaram jovens do mundo todo, durante o ano de 1968, no entanto, nenhum país aproximou-se das dimensões do ocorrido na França. O que começou como uma reivindicação de universitários de Paris, pelo direito de moças e rapazes dividirem os mesmos alojamentos, transformou-se em uma grande manifestação, com 10 milhões de operários em greve e a cidade sitiada.

No entanto, foi provavelmente no âmbito do comportamento, da cultura, ou *contracultura*, que a geração de 1968 exerceu maior influência. No Brasil, uma talentosa geração de músicos chegava aos palcos através dos festivais, revolucionando a MPB, como Caetano Velozo, Gilberto Gil e Geraldo Vandré. No teatro e no cinema José Celso Martinez Corrêa e Glauber Rocha causavam admiração e abriam novos espaços para a arte nas telas. Tais manifestações artísticas, na verdade, carregadas de protesto desagradava aos militares, que fizeram represália na forma da censura e ataques terroristas nos teatros (ZAPPA, SOTO, 2008: 13).

Seguindo a tendência internacional, os estudantes brasileiros tomaram as ruas, durante aquele ano, enfrentando a repressão e a Ditadura Militar. O mesmo aconteceu nas principais cidades goianas, especialmente em Goiânia, cujo movimento estudantil vinha se articulando e recobrando força, depois do Golpe, sob a hegemonia da Ação Popular.

O movimento estudantil goiano, no ano 1967, ainda era, em grande parte, composto pelos militantes da AP, pois, representantes dos secundaristas do Brasil todo, naquele ano, participaram do Congresso da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) para eleger o seu presidente, da qual cerca de 80% eram militantes da AP³⁷, do qual participaram,

³⁷ É importante que tenhamos consciência de que falar de movimento estudantil, naquele momento, em questões numéricas, era falar de movimento estudantil secundarista, pois no estado ainda só existiam duas universidades: a UCG (Universidade Católica de Goiás) e a UFG (Universidade Federal de Goiás), esta última sendo

representando Goiás, Euler Ivo Vieira e Jackson Luiz Machado. Todavia, na virada para o ano de 1968, de acordo com Jackson Luiz Machado, durante um congresso para eleger a nova diretoria da CGE, do qual participaram representantes dos principais grêmios estudantis de Goiânia e do interior, um militante do Partido Comunista Brasileiro levou a presidência, como diz Machado: “Por exemplo, nós fizemos um congresso uma vez para eleger a diretoria do CGE. Nós íamos para lá e tinha eu, o Juarez e outras pessoas, e a gente discutia quem ia dirigir a CGE. Aí o Partidão ganhou de nós a eleição” (MACHADO, 2015). De acordo com o documento confidencial expedido pela Agência de Goiânia do SNI, o novo presidente era Léo Lynce do Carmo Rodrigues, orador oficial do grêmio Félix de Bulhões do Lyceu, todavia foi preso em flagrante em abril do mesmo ano, quando participava de uma célula do PCB (R0026347-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 1, 3). Jackson Luiz, militante de base e ex-presidente do grêmio estudantil do Colégio Lyceu, afirma que a AP começou a perder a hegemonia que adquirira no estado à partir dessas eleições.

Naquele momento os principais dirigentes estaduais da AP já haviam entrado na clandestinidade à fim de fugir da mira dos órgãos de repressão do Regime, já preparando-se para integrarem na produção. Desse modo, o quadro de liderança do estado ficou vago, sendo suprido temporariamente por um grupo centralizado na liderança de José Renato Rabelo, estudante de Medicina na UFBA (Universidade Federal da Bahia)³⁸, e outros militantes, que muito provavelmente seriam o Padre Alípio de Freitas e os secundaristas Maria do Socorro Gomes Coelho (Helps) e Francisco de Assis Rodrigues (Chico Preto), este que viria a ser seu conjugue³⁹.

oficialmente fundada no início da década de 1960, congregando algumas faculdades que já existiam, como as Faculdades de Direito e de Medicina (BRASIL, 2008:4). Os estudantes universitários estavam em menor número devido à quantidade limitada de vagas em todos os cursos, visando a formação de uma elite intelectual, no Estado. Esse fato gerou uma das bandeiras mais fortes e recorrentes entre as reivindicações de reformas universitárias lideradas pela UNE, reclamando maior acesso à universidade para classes sociais subalternas. Todavia, por mais que numericamente o movimento estudantil goiano tivesse mais força no movimento estudantil secundarista, geralmente as lideranças dos partidos eram escolhidas entre os universitários, profissionais liberais ou camponeses, mais especificamente no caso da Ação Popular.

³⁸ De acordo com o site oficial do PCdoB, Renato Rabelo, ex-Presidente Nacional do Partido, foi incorporado ao Comitê Central em 1972, tendo sido eleito membro do mesmo desde o 6º Congresso, ocorrido em 1966 (COMITÊ CENTRAL DO PCDOB). Tal informação, que foi confirmada por Marta Alves, Assessora da Presidência Nacional, comprova a existência da política de dupla militância aplicada por alguns dirigentes da Ação Popular, que, então, cooptados pelo partido comunista, puseram em prática o projeto oculto de incorporação dos quadros desta, de forma individual.

³⁹ A montagem aproximada desse quadro foi feita à partir da comparação dos depoimentos de alguns militantes, que são João Rabelo dos Santos, Jackson Luiz Machado, Mário Sergio Dayrell e Nilva Maria Gomes Coelho, pois há uma lacuna de informações sobre a direção desse período específico. Um dos problemas que impede uma montagem mais precisa desse quadro é que, além da escassez de documentos oficiais expedidos pelo sistema de investigação, com relação à essa fase, a maior parte do entrevistados que consentiram em colaborar com a autora foram lideranças do movimento estudantil e/ou militantes de base. Ao mesmo tempo, naquela etapa específica da trajetória da AP, a mesma vinha aprimorando o seu sistema de segurança, de modo que já se entrava com nomes

Independentemente da direção dos partidos políticos que existiam na cidade, o movimento estudantil tinha *vida própria*, ou seja, agia de forma independente a todos eles, o que não significa que estes não tenham atuado igualmente através das ações e entidades estudantis, que sempre foi o caso da Ação Popular. Naquele ano, as manifestações estudantis, em Goiânia, foram vertiginosas, de forma que algumas delas tiveram, inclusive, visibilidade internacional. Desde o segundo semestre do ano anterior, o movimento estudantil vinha envolvendo-se em manifestações cada vez mais radicais em oposição ao Regime Militar, desde às pichações, panfletagens, assembleias e greves frequentes, aos eventos de enfrentamento direto com a polícia, como o que ocorreu no desfile do dia 7 de setembro de 1967. De acordo com João Rabelo dos Santos, os estudantes, principalmente os estudantes secundaristas, resolveram boicotar o desfile (SANTOS, 2015). Alguns secundaristas, que teriam entrado no meio do desfile vestidos de padre, um deles o Euler Ivo, em determinado momento retiraram as batinas de jesuítas e expuseram as palavras de ordem escritas nas camisetas: *Abaixo à Ditadura; Fim da Guerra do Vietnã*; entre outras. A partir daí, a polícia foi para cima dos militantes, e vice-versa, e o desfile acabou: “Então foi uma manifestação do 7 de Setembro e foi repressão, o pau quebrou, acabamos com o desfile, o desfile acabou. Virou um tumulto o desfile de 7 de setembro de 67” (VIEIRA, 2015). João Rabelo fala sobre o enfrentamento no desfile:

[...] o governo militar gostava de usar o 7 de setembro pela questão do nacionalismo e tal. Como eles não deixavam a gente fazer passeatas, batiam na gente, então decidimos boicotar. Aí era pau (risos). Não tinha esse quebra-quebra que tem hoje, mas era enfrentamento direto: era no estilingue, na pedrada, pegava um policial, principalmente na polícia do DOPS. Metíamos o cacete! (SANTOS, 2015)

Depois desses eventos, Euler Ivo e outros militantes caíram na mira da polícia militar, em Goiás, assim como praticamente em todos os estados brasileiros. O estopim foi a morte do estudante secundarista Edson Luiz no restaurante *Calabouço*, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968 (MAIA, 2015). Como Euler Ivo disse que naquele ano estava na *moda* fazer muita manifestação, quando a morte do estudante foi noticiada no rádio, imediatamente as principais lideranças estudantis da cidade e muitos outros estudantes reuniram-se em assembleia no Centro de Goiânia, mais precisamente na Praça do Bandeirante, onde foi marcada a manifestação para o dia 1º de abril. Naquele dia, alguns estudantes estavam

falsos, podendo ter contato apenas com os companheiros da célula e dois militantes de nível acima e outros dois de nível abaixo. De acordo com Euler Ivo, o sistema de segurança que passou a ser utilizado pela Ação Popular era melhor, inclusive, que o do PCdoB: “Então, a Ação Popular desenvolveu uma técnica de resistência de clandestinidade que quando a AP integrou-se ao PCdoB nós viemos a nos deparar com o fato de que a técnica de AP era muito mais sofisticada do que as técnicas do PCdoB” (VIEIRA, 2015).

marcados para morrer e um deles era Euler Ivo. Essa passeata tomou proporções amplas, com muito impacto na sociedade goianiense, inclusive entre advogados e outros profissionais liberais. De acordo com João Rabelo, nela estavam presentes, inclusive, militantes da direção seccional, regional e igualmente alguns da direção nacional da Ação Popular. O movimento começou no Centro de Goiânia, na Praça do Bandeirante, protestando contra o Regime Militar, ao mesmo tempo em que levantava uma série de bandeiras anti-imperialistas, de temas nacionais e internacionais, como a *Esterilização da mulheres no Amazonas*⁴⁰, os *Acordos MEC-Usaid* e a *Guerra do Vietnã*. Logo deu-se o enfrentamento com a polícia, como descreve Juarez Maia, que na época era importante líder estudantil e militante de base da AP:

Havia um grupo de 100 meninos barrando o pelotão inteiro no *cacete*, entendeu? E os caras prendendo. Eu lembro que uma das prisões foi a da *Helps*. Ela foi presa nesse dia, mas, ao ser presa, como ela mesma diz, deu uma *baianada* no cara da polícia e saiu correndo. [...] aquela bomba de efeito moral, [...] a gente pegava e jogava neles de novo (MAIA, 2015).

Não demorou muito tempo, a manifestação foi dispersada, porém ainda permaneciam alguns focos de resistência no Centro, um deles ficava na praça de frente o Teatro Goiânia, onde estavam Juarez Ferraz e várias outras pessoas. Contudo, Euler Ivo havia sumido. Horas depois era noticiada a sua morte nas rádios da cidade, todavia quem foi assassinado pela polícia com um tiro na cabeça, de frente ao edifício Partenon Center, da Rua 4, fora um lavador de carros muito parecido com o estudante, chamado Ornalino Cândido da Silva. Euler Ivo Vieira fugiu e conseguiu se esconder em um prédio em construção na Avenida Goiás, como ele descreve: “Eu sei que eu descii pra Goiás, na Rua 4 com a Goiás. Aquele edifício Bemosa estava em construção. [...] Eu subi naquele edifício, fiquei lá em cima e vi a repressão atirar em muita gente” (VIEIRA, 2015).

Naquele mesmo dia, alguns representante do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em Goiás, e alguns estudantes perseguidos pela política, procuraram o Arcebispo Dom Fernando para interviesse e acalmasse os ânimos. Em negociação, o Secretário de Segurança Pública, Coronel Pitanga Maia, responsabilizou-se em retirar as tropas da rua,

⁴⁰ De acordo com Juarez Ferraz de Maia, o tema da “Esterilização das mulheres na Amazônia”, que foi levantado porque um grupo de missionários norte-americano estava apresentando o DIU, método contraceptivo, para as mulheres no norte do país, foi causa de muita agitação entre os estudantes. Essa pauta faz-nos perceber como a ideologia *nacional-popular* ainda era forte na sociedade brasileira, principalmente entre os jovens, como Ferraz de MAIA (2015) explica: “Então, o DIU para nós foi, assim, um caso de guerra. Porque nós batemos no governo militar por estar aceitando que os americanos viessem esterilizar as mulheres brasileiras. E houve manifestações fortes contra isso. Eu mesmo fiz um escândalo nessa cidade contra o DIU, entendeu? Terrível! [...] mas nós achávamos que aquilo tinha dois objetivos. Primeiro, para evitar o aumento da população no norte do país, e, segundo, que os missionários americanos estavam fazendo pesquisas biológicas com cobaias brasileiras, principalmente as empresas farmacêuticas, com o DIU e essas coisas todas”.

enquanto o Arcebispo garantia o retorno pacífico dos estudantes às suas casas. Entretanto, naquele mesmo dia a polícia marchou contra a Faculdade Direito, que ficava na Rua 20, tendo o Metropolitano Dom Fernando de intervir novamente (DUARTE, 1996: 51-52). Tal acontecimento surtiu muita repercussão em Goiás e no Brasil todo devido às fortes denúncias feitas pelos MDB, ao ponto de saírem matérias diárias nos jornais sobre a intensão de assassinato de um estudante. Devido à isso, Euler teve de sair de Goiânia, vindo a conhecer lideranças da AP e da UNE a nível nacional: “O fato foi que minha família apavorou e eu tive que sair daqui. Aí nessa época eu vim conhecer AP a nível nacional. Eu já tinha relações, por exemplo, o Luiz Guedes, que era da UNE, reunia muito aqui” (VIEIRA, 2015).

No dia seguinte (DUARTE, 1996: 52), os estudantes saíram novamente em passeata, mas dessa vez, para protestar contra a morte do lavador de carros. Nesse ínterim, os estudantes foram perseguidos novamente pela polícia e, na dispersão, um grupo correu e refugiou-se dentro da Catedral de Goiânia. Policiais à paisana ordenados pela instituição, que alegou que os estudantes estavam armados com coquetéis *molotov* e haviam prendido um sargento da PM, entraram dentro do templo e feriram à tiros os estudantes Telmo Farias e Maria Lúcia Jaime, universitária da Faculdade de Filosofia, irmã de Maria José Jaime, a *Bizeh*, sendo também militante da Ação Popular. Jackson Luiz dá mais detalhes sobre o episódio:

É porque a Faculdade de Direito era do lado, na Rua 20, pertinho da catedral, e estava tendo uma mobilização por lá. Eu sei que chegou a polícia e o pessoal foi se esconder dentro da igreja. E nessa de se esconder dentro da igreja, um policial lá deu um tiro em um rapaz lá que se chamava Telmo, deu um tiro no Telmo e esse tiro pegou na bunda dele e a bala terminou pegando a mão da Lúcia (MACHADO, 2015).

O clima da cidade era de tensão e, ao mesmo tempo, a polícia militar já dava indícios de endurecimento dos métodos de repressão, não apenas contra os estudantes, mas igualmente à toda a sociedade civil que viesse a fazer alguma oposição, inclusive eclesiásticos. Na tarde do dia 2 de abril, antes do horário marcado para o acontecimento missa que seria celebrada em homenagem à Ornelino Cândido da Silva, toda a Praça Dom Emanuel, da Catedral, e a Rua 20, incluindo a residência episcopal foram cercadas por policiais na intensão de impedir a realização daquela missa. A somatória desses incidentes, principalmente o evento dos estudantes baleados dentro da catedral surtiram a indignação do Arcebispo, que enviou uma carta para o atual Presidente da República, o General Costa e Silva, pedindo providências. (DUARTE, 1996: 52). Na verdade, o ato também expressava, implicitamente, uma

preocupação do Arcebispo com a ameaça de perda de autonomia da Igreja brasileira perante o Estado.

A cidade virou palco de agitações de todos os tipos. As manifestações aconteciam praticamente toda semana, intercalando-se com outras formas de protesto estudantil, como as greves, as pichações, os comícios-relâmpago, as manifestações culturais e assembleias no DCE (Diretório Central dos Estudantes). De acordo com Jackson Luiz P. Machado, o DCE da UFG – que naquele momento localizava-se em uma pracinha, que ficava no meio de uma viela que conecta a Rua 3 com a Avenida Anhanguera, paralela à Avenida Araguaia – centralizava as principais manifestações da juventude goiana, inclusive culturais, estando lá na véspera do AI-5 o cantor e compositor Geraldo Vandré, famoso pela música de protesto *Para dizer que não falei das flores*. De fato, segundo uma matéria da Rádio UFG, no dia 12 de dezembro de 1968 o polêmico cantor da música popular brasileira estava em Goiânia fazendo o show de nome censurado *Socorro! A poesia está matando o povo*. Em teoria, como afirma Wilmar Ferraz, as apresentações na cidade teriam sido um dos últimos shows do cantor antes de sua prisão pelos militares, de forma que é muito provável que Vandré tenha estado, de fato, na entidade estudantil da UFG, naqueles dias (MACHADO, 2015; MAIA, 2015; R0094857-1984, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 12).

Os DCEs, como um todo, foram centros importantes de movimentação estudantil naquele ano, não restringindo-se apenas aos universitários, mas também aos estudantes secundaristas. O DCE da UFG, de acordo com Jackson Luiz, era liderado por militantes do PCB, porém o DCE da UCG, que havia sido fechado em 1967, devido à extinção das UEEs e da UNE, foi reaberto naquele mesmo ano com a participação de estudantes das faculdades de Arquitetura, Belas Artes, Ciências Sociais, como a ex-militante de base da Ação Popular, Maria Aparecida G. Skorupski, que atuou na direção da entidade (SKORUPSKI, 2015; PAZ, 2009: B4). Sobre essa reabertura, Skorupski diz: “Então, na reabertura eu fui da primeira diretoria, que trabalhamos com muita precariedade, funcionando na ilegalidade, porque não era reconhecido como entidade” (SKORUPSKI, 2015).

Das manifestações e passeatas de rua que eram puxadas pelo movimento estudantil, em Goiânia, as forças eram somadas entre estudantes universitários e estudantes secundaristas, porém, principalmente naquele ano de muitas atividades, de acordo com a fala de alguns ex-militantes, certas diferenças entre essas duas classes estudantis ficaram claras. Naquele período, o movimento secundarista ainda era o mais forte, sendo o responsável pela hegemonia da Ação Popular no movimento estudantil, em Goiás, como já dissemos anteriormente, até por questões numéricas, pois a proporção de alunos no ensino secundário

era muito maior que a proporção de universitários. Um outro argumento para essa pujança, é que geralmente eram os estudantes secundaristas quem iam para o enfrentamento direto com a polícia, transformando as ruas de Goiânia em verdadeiros *campos de guerra*, fazendo com que as movimentações de rua da capital fossem noticiadas nos principais jornais e comentadas no Brasil todo. Eram sempre os secundaristas quem faziam os comícios-relâmpago e aquelas atividades mais voluntárias, sem nenhuma orientação prévia, enquanto os universitários usualmente se misturavam durante as pichações e as grandes manifestações, transparecendo ao ex-presidente do grêmio Félix de Bulhões um comportamento um tanto elitista (MACHADO, 2015). Entretanto, por mais que os grupos mais combativos e mais numerosos fossem compostos por esses membros da classe média, com faixa etária entre 15 e 18 anos, geralmente os membros do quadro diretor eram escolhidos entre universitários e/ou profissionais liberais, muito provavelmente por uma questão de idade e maturidade. Todavia, como em qualquer processo de hegemonia, de acordo com o conceito gramsciano, a direção do partido, em Goiânia, também levou em consideração os “interesses e tendências” dos grupos dirigidos, deixando que os estudantes secundaristas agissem de forma muito livre, autônoma, ao mesmo tempo em que alguns dos militantes dos seus quadros eram escolhidos para atuar junto à direção, como *Helps* e *Chico Preto*. Nilva Maria G. Coelho⁴¹, que foi escolhida para a função de Formação Teórica dentro da AP, no início da década de 1970, fala sobre essa diferença entre os níveis estudantis:

É porque era aquela história: a direção não dava conta de coordenar do jeito que ela queria, porque as vezes eles achavam que não era bem assim. Por exemplo: bolinha de gude. É certo? Despistar? É. Os secundaristas tinham tudo isso e sabiam como fazer. Os universitários, como já eram uma elite, muitos deles não sabiam nem por qual rua se passava. Ficavam igual você, procurando no GPS e não acha. E os secundaristas sabiam andar por todo canto. Os secundaristas dominavam a cidade (COELHO, 2015).

Todavia, esse espírito, permeado pelo *Voluntarismo Revolucionário* que entranhou-se na juventude brasileira e latino-americana, que, no caso específico de Goiás, estava mais presente entre estudantes secundaristas, seria o responsável pela perda da hegemonia da Ação Popular no movimento estudantil. Esse pensamento, que, no caso da América Latina, desenvolveu-se sob a influência da obra e imagem de Che Guevara e os discursos de Fidel

⁴¹ Nilva Maria Gomes Coelho (69 anos) entrou para a então Ação Popular Marxista-Leninista em 1970, quando cursava Ciências Sociais na UFG (Universidade Federal de Goiás). Compôs os quadros da direção seccional, de Goiânia, recebendo a função de Formação Teórica. Teve intensa participação nas atividades da UNE, tendo inclusive ajudado a organizar o Congresso que ocorreu em Goiânia, em 1971. No mesmo ano, toda a direção da regional foi presa, encerrando-se a sua militância na APML. Possui mestrado em Educação pela UCG e atualmente aposentou-se como Professora de Sociologia pela PUC-GO. É anistiada política.

Castro, sobretudo o exemplo da Revolução Cubana, se opunha à todo “determinismo passivo e fatalista” e empurrava os militantes para uma prática revolucionária empírica independentemente da sua fundamentação teórica, tornando-se mais importante a *ação* política (LÖWY, 2012: 46). Principalmente a Primeira e Segunda Declaração de Havana, proferidas por Castro em 1960 e 1962, teriam repercutido amplamente nas organizações da nova esquerda desde o início daquela década, especialmente o seguinte trecho da segunda declaração: “O dever de todo o revolucionário é fazer a revolução. Sabemos que a revolução será vitoriosa na América e no mundo, mas é indigno de um revolucionário sentar-se na porta da sua casa e esperar que passe o cadáver do imperialismo” (CASTRO, 1962 apud LÖWY, 2012: 46). Entretanto, foi o trabalho do filósofo francês Régis Debray, *Revolução na Revolução?*, de 1966, o responsável por difundir uma visão unilateral e espontaneísta da Revolução Cubana, priorizando o aspecto militar perante o político e teórico, conhecido como *teoria do foco*. De acordo com Jacob Gorender, tal teoria partia da afirmação do amadurecimento das condições objetivas para a vitória da revolução em toda a América Latina, por exemplo, a consolidação do capitalismo. Se já haviam as condições objetivas, de acordo com o marxismo, nesse caso, determinista, faltavam apenas as condições subjetivas, logo, “a vontade de fazer a revolução”, ou *Voluntarismo Revolucionário* (GORENDER, 1986: 79-80; LÖWY, 2012:47; SACHS, 1968). No entanto, Gorender advertia que, independentemente do advento do espírito voluntarista, as constantes derrotas das esquerdas para o aparelho repressivo do Estado e o distanciamento perante os movimentos de massas, como ocorreu em Goiás, após o IPM Itauçu, impeliram a esquerda brasileira para as cisões e a dispersão

Esse voluntarismo, que foi tão combatido pelos documento da AP, levou a grande maioria dos estudantes secundaristas da capital para as novas organizações que se enveredaram pelo caminho da luta armada, no Brasil, como o COLINA (Comando de Libertação Nacional) e a VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). De acordo com Juarez Ferraz de Maia, ele que também entrou para a organização militarista, a arregimentação desses militantes deu-se da seguinte forma:

Nós íamos passar para a ALN, do Marighela. Mas aí o cara sumiu e veio aqui em Goiânia um tal de *Breno*, que tem um livro muito bonito sobre ele, o Carlos Alberto Soares de Freitas, que foi assassinado. O Carlos Alberto esteve aqui e estava criando esse grupo da Dilma⁴² lá em Belo Horizonte, que é o COLINA, Comando de Libertação Nacional, que depois foi para o Rio de Janeiro esse grupo e fundou-se a Var-Palmares, da qual eu fiz parte (MAIA, 2015).

⁴² Dilma Vana Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), atualmente está no segundo mandato da Presidência da República Federativa do Brasil.

Os estudantes secundaristas os quais temos a informação de que continuaram na AP e trilharam a nova linha política do partido, que naquele momento passava a chamar-se APML (Ação Popular Marxista-Leninista), foram: João Rabelo dos Santos; Euler Ivo Vieira; Maria do Socorro Gomes Coelho (Helps) e Francisco de Assis Rodrigues (Chico Preto). Contudo, todos esses militantes tinham uma proximidade relativa junto aos dirigentes antigos e temporários do estado e do município, ou até mesmo desempenharam funções de liderança para suprir as posições vagas. Enquanto aqueles militantes mais próximos da direção continuaram dentro do partido, os demais estudantes secundaristas, que eram militantes de base, como Jackson Luiz Pires Machado, Juarez Ferraz de Maia, Allan Kardec Pimentel, João Arnolfo Carvalho de Oliveira e muitos outros centralizados naquele grupo, desvincularam-se, porque, independentemente do clima da juventude da época, também sentiram um certo esvaziamento das orientações do partido, que, de fato, naquele momento estava defasado. De acordo com Jackson Luiz: “acho que coincidiu mais ou menos com um certo distanciamento da direção local e a aproximação da direção do pessoal da POLOP (COLINA, VAR-PALMARES), sabe? Uma estava distanciando e a outra chegando” (MACHADO, 2015). Maria Aparecida G. Skorupski, na época militante de base, também afirma que no estado o movimento estudantil secundarista foi esvaziado porque, naquele momento, havia pouquíssimos quadros dirigentes e estes não preocuparam-se em manter esses militantes: “o movimento secundarista aqui também foi esfacelado. Não há uma continuidade do ponto de vista da direção de AP, não” (SKORUPSKI, 2015).

Já Juarez Ferraz de Maia, acredita que a decisão tomada pela maior parte dos secundaristas goianos, de abandonar a AP e filiar-se às organizaç, deveu-se mais à um fenômeno ideológico, que verificamos estar relacionado com o *voluntarismo revolucionário*, de fato:

[...] já começamos, à partir de janeiro de 69, fevereiro de 69, a nos distanciar da Ação Popular, porque achávamos engraçado aquele negócio de ter de virar operário, *integrar na produção*. Achávamos uma bobagem! Queríamos é dar tiro nos militares e não integrar na produção! [...] E o pessoal de São Paulo da AP falava em construir o partido, integrar na produção, ser operário para levantar a classe operária. A gente queria ir atrás do Marighela, dar tiro no povo, assaltar banco, sequestrar o povo aí (MAIA, 2015).

À partir do início de 1969, então, combinando com a saída de muitos militantes importantes e da grande maioria dos estudantes secundaristas, como a maior parte das atividades políticas de esquerda, naquele momento, concentrava-se no meio estudantil e docente, a Ação Popular perdia definitivamente a hegemonia política, no estado.

2.3. O PRT, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores

A dissidência que veio a formar-se no seio da Ação Popular, em meados de 1968, ou seja, o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), encabeçado pelo dirigente Vinícius Caldeira Brant, que ganhou adesão de importantes militantes, como o Padre Alípio de Freitas (responsável pela frustrada tentativa de atentado ao Coronel Costa e Silva no Recife), também possuiu alguns núcleos de atuação no interior do estado de Goiás, principalmente na área rural próxima às cidades de Trombas e Formoso, antiga região de resistência, sob a inflexão do Partido Comunista Brasileiro. O partido, decididamente militarista, pretendia instalar nessas regiões focos guerrilheiros que integravam, como sujeito principal do levante, os camponeses e trabalhadores rurais. Ao contrário das sessões trabalhadas até aqui, neste trecho, recorreremos somente aos documentos oficiais e confidenciais dos serviços de informação, mais especificamente os expedidos pela Agência de Brasília do SNI, porque, como o PRT trata-se de uma dissidência, praticamente todos os ex-militantes entrevistados pela autora não tem conhecimento do projeto.

Essa parte específica, igualmente será breve, por não faz parte do objeto principal de nosso trabalho, pois, afinal, trata-se de uma outra organização e a sua atuação foi bastante rápida, pois o processo de desmantelamento do partido já iniciou-se em maio de 1970, com a prisão do Padre Alípio de Freitas no Rio de Janeiro, principal articulador do movimento em Goiás (SILVA, s.d: 128).

Devido à perseguição em massa aos principais dirigentes da AP de Goiás, após a apuração do IPM-Itauçu, culminando com a entrada de todos eles na clandestinidade e saída do estado, o ex-Padre Alípio Cristiano de Freitas foi designado pelo Comando Nacional da AP para assumir o Comando Regional da área que abrangia o Distrito Federal e Goiás (CR-10) e reestruturar a organização. O militante de base e contato da Ação Popular, Mário Sérgio Dayrell (2015), confirma a estadia do Padre Alípio em Goiânia nessa época: “E ele (Padre Alípio) comprava as fazendas aí pro interior e tal, e eu sabia assim, mas também se perguntasse ele não falava, não. [...] Então eu acolhi dois lá em casa: o padre Alípio e o Renato Rabelo. Foi assim, quase que uma aventura. O Jurandir morava quase a 50 metros de mim, que era o delegado do DOPS”. Todavia, o dirigente estava mais interessado em saber em que pé andava o trabalho da AP na região de Trombas e deslocou-se para lá à fim de ter com José Porfírio, ex-Deputado cassado, para ter notícias sobre os resultados dos trabalhos de “aliciamento e recrutamento realizados na região”. O ex-Padre também pretendia saber, através de Porfírio, que naquele momento fazia parte da Ação Popular, sobre o paradeiro das

armas enterradas na região após o Golpe. Contudo, José Porfírio encontrava-se no Maranhão e passou a seguinte informação através de um contato: “que os elementos recrutados por José Porfírio passariam ao controle do ex-Padre Alípio, embora a região de Trombas, já viesse sendo coordenada por Manoel de Souza Castro, irmão do ex-Deputado” (R0072850-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 1; CMDP-BR_DFANBSB_AT0_0084_0009, ARQUIVO NACIONAL, DOPS: 2).

Por volta de setembro, de 1968, o ex-Padre, passa, então, a fazer parte do PRT, tendo continuado a arregimentar quadros, no intuito de atingir o maior número possível de municípios no norte do estado, incluindo Brasília. Ao final do inquérito instaurado à fim de averiguar as atividades do partido em Goiás e Brasília, comprovou-se: “a existência de um grupo subversivo que estava se organizando naquela região do norte de Goiás (Pedra de Amolar em Serra Dourada), e que tinha ligações com outro grupo com origem em Brasília-DF, cujo objetivo era a derrubada do governo através da luta armada” (R0072850-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 45). A articulação do movimento ainda estaria na fase de organização desses grupos, composto em maioria por camponeses ainda muito prejudicados pelas questões da posse de terra, visando, então, iniciar uma guerrilha naquela região, por possuir as condições topográficas que facilitariam ações desse tipo.

Entretanto, de acordo com o documento, na região de Trombas e Formoso o partido não atuava sozinho. Havia uma colaboração entre o PRT e o PCB, respectivamente ambos sob a liderança de Manoel de Souza Castro e Amado Luiz Guerreiro, de forma que eram lidos e debatidos textos extraídos dos exemplares do jornal pecebista “Voz Operária”, em função de objetivo comum que era a derrubada do governo pela luta armada, intenção de praticamente todas as organizações da nova esquerda, naquele período. Consta que eram militantes do grupo de colaboração do PRT e PCB em Trombas, nessa ordem: Manoel de Souza Castro; Arão de Souza Castro, Thomaz; Francisco do Sinézio; Vicente Gazo; Amado Luiz Guerreiro; João Rufino; Francisco Geraldo Pina; Nazarezão; Antônio Millome; José de Castro; Ildesino e Filadelfino (R0072850-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 45, 47). Esses grupos tinham contato com militantes do partido residentes em outros municípios (alguns continuam a fazer parte de Goiás, enquanto outros passaram a fazer parte do estado do Tocantins), como Porto Nacional, Formoso, Tocantinópolis, Uruaçu, Porangatú, Anápolis, Goiânia, Imperatriz-MA. Em Goiânia, o principal contato do partido chamava-se Gileno de Tal (Ari), graduado em Ciências Sociais, e havia também uma célula em Ceres, que funcionava na Colônia Agrícola, composta por três lavradores, sob a coordenação de José Diana, e uma outra em Dianópolis,

na Vila Nova da Conceição, cujo coordenador da célula chamava-se José da Conceição (R0031781-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 2).

Pelos nomes citados pudemos perceber que movimento ainda havia conseguido arregimentar uma quantidade ínfima de militantes, todavia, a agência do SNI ressaltava: “Devido à quantidade enorme de elementos envolvidos, foi aberto um outro IPM a fim de apurar a participação dos militantes do PRT”. Contudo, de acordo com a imagem construída por Régys Debrey sobre a Revolução Cubana, muitos passaram a acreditar que poucos indivíduos poderiam fazer a revolução, fazendo com que o Regime intensificasse o processo de *saneamento* de todos os partidos. A seguinte afirmação é um exemplo de como o regime percebia a estratégia do PRT: “O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) pretende iniciar a luta com os elementos disponíveis e com a luta e durante a luta, ampliar seus quadros” (R0072850-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI:67).

Como já antecipamos, sobre a curta vida do PRT, devido principalmente à intensificação do cerco de repressão após o AI-5, o processo de derrubada do partido iniciou-se com a prisão do Padre Alípio e de outros militantes no Rio de Janeiro, o que possibilitou, precocemente, a obtenção de muitas informações. Em agosto de 1970, o principal líder da organização, Vinícius Caldeira Brant (Rolando) foi preso em São Paulo e, em 1971, foi capturado o último dirigente importante, Altino Dantas Jr. Com todos os dirigentes presos, devido à sua frágil estrutura, não foi preciso a prisão dos demais militantes do partido para que este desaparecesse (SILVA, s.d: 128).

3.4. O segundo hiato rompido pelos universitários e a derrocada definitiva.

Após decretado o AI-5, o cerco começou a fechar-se para os militantes da Ação Popular, no estado e no Brasil todo, da mesma forma que para os outros partidos de esquerda e para o movimento estudantil. Com a saída de praticamente todos os estudantes secundaristas da organização, e aqueles que não desvincularam-se já se encontravam fora do estado, na clandestinidade ou fazendo parte da integração na produção, houve um esvaziamento considerável de quadros, em Goiás, fazendo com que a AP perdesse a liderança numérica que detinha entre as esquerdas. Com o desmantelamento das demais frentes de atuação do partido, que vislumbravam uma atuação junto às massas, principalmente das únicas duas estruturas que visavam a deflagrar guerrilha rural no interior do estado, a atuação do partido resumir-se-ia definitivamente ao movimento estudantil, retornando às suas raízes universitárias, à partir

de 1970, contrariando as novas orientações da direção nacional do partido, que, entendendo a AP como uma organização proletária, pretendia bloquear, ou diminuir consideravelmente a admissão de estudantes (AÇÃO POPULAR, 1971).

Maria Aparecida Guimarães Skorupski, que até então era militante de base, confirma que houve o esvaziamento e enfraquecimento da organização no estado, à partir desse período, e alega que isso deveu-se ao fato de que a direção nacional retirara a região do plano estratégico, ao mesmo tempo em que o movimento estudantil deixava de ser a prioridade:

Então, o movimento estudantil aqui, que era forte acabou enfraquecendo muito e [...] não houve investimento na formação de novos militantes em Goiás. Porque Goiás também não era, na leitura do nacional, uma prioridade. Prioridade eram os estados que possuíam maiores contradições, como os estados do nordeste. Tinha uma coisa com a questão agrária, muito forte, e a questão dos estados industrializados, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, que foi para lá que o pessoal foi mandado. Então, aqui, ficou meio esfacelado. Nem na universidade, nem no movimento secundarista, não tiveram grandes... houve um certo retrocesso, sim. E a organização ela ficou praticamente dissolvida aqui (SKORUPSKI, 2015).

Por mais que, de acordo com Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984: 111-112), Goiás estivesse entre as áreas escolhidas para o projeto de *integração na produção*, praticamente todos os militantes do estado foram designados para fora, com exceção de curtos períodos de experiência mal sucedida, como a vivenciada por João Rabelo dos Santos, no frigorífico de Anápolis. Alguns dirigentes nacionais da organização, como José Renato Rabelo, que vinha da Bahia, juntamente com sua esposa Conchita e a filha pequena, e José Luís Guedes (ex-presidente da UNE) e José Arruti chegaram a integrar-se, em julho de 1968, na região de Trombas e Formoso. Porém, a tentativa só durou sete meses devido ao difícil acesso do vilarejo e à situação de miséria pela qual passavam (RABELO, 2013: 223). À partir de então, a estratégia de preparação da *guerra popular prolongada* da Ação Popular, foi ficando cada vez mais distante, muito provavelmente devido ao processo de aproximação e anexação junto ao PCdoB, que já preparava a Guerrilha do Araguaia.

No ano de 1969, a Ação Popular vem a redefinir a sua linha política, aderindo definitivamente ao marxismo, passando, então, a orientar-se através dos paradigmas do marxismo-leninismo chinês. Diante de tal resolução, a organização passaria a chamar-se APML, Ação Popular Marxista-Leninista, conclamando a unificação de todos os verdadeiros partidos marxista-leninistas em torno do PCCH (Partido Comunista Chinês). Segundo Skorupski, essa medida, ao mesmo tempo que selava a filiação do partido à China e, inevitavelmente com o PCdoB” (SKORUPSKI, 2015).

Diante desse contexto, de nova baixa dos quadros da organização, a Ação Popular vem a se reestruturar, em Goiás, através do fundamento organizativo do centralismo-democrático, modelo de partido político clandestino idealizado por Lênin. De acordo com o *Programa Básico* da APML, lançado em 1971, tal fundamento metodológico essencial do partido teria por aspectos principais: detalhamento, rigidez e hierarquização (AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA, 1971: 20).

Com respeito à hierarquização, a APML passava a organizar-se por instâncias muito próximas das determinadas pelo partido bolchevique e transplantadas, de forma mecânica, inicialmente pelo Partido Comunista Brasileiro, no país. Conforme o documento, o partido passava a acomodar-se basicamente nas seguintes estruturas, em ordem decrescente de importância e autoridade: Birô Político, Comitê Central, Comitê Regional, Comitê Seccional e Célula de Base. Skorupski fala sobre o centralismo democrático adotado pela AP: “O centralismo era adotado e havia subordinação, sim. A hierarquia era muito forte. Muitas vezes predominava o centralismo e o *democrático* ficava um pouquinho esquecido, porque essas coisas não funcionam de uma forma linear” (2015). Gilberto Franco Teixeira, ex-dirigente seccional da AP em Goiás, que naquele momento estava no nordeste, tem uma visão realista sobre a hierarquia no partido: “Não! Nenhum partido faz isso. Nem o velho PSD de Minas. Vem tudo de cima para baixo, nem o Pczão, nem o PCdoB. Não existe essa democratização. As grandes orientações, por exemplo, isso vinha de cima para baixo” (TEIXEIRA, 2015). Márcia Jorge⁴³, que era uma militante de base, afirma sobre a impressão que tinha sobre as instâncias dirigentes:

Isso, vinha de lá. Aqui também tinha um grupo, mas a gente não sabia, não tinha muito contato. Agente só recebia as questões através dessa pessoa que estava mais inserida. [...] a pessoa que estava mais inserida trazia essas coisas. Eu tinha impressão que tinha reunião entre eles e que cada estado tinha o seu comitezinho, mas de agente saber, não (JORGE, 2015).

Essa é uma das questões do critério da rigidez. Tal premissa foi importante principalmente para o aperfeiçoamento do sistema de segurança clandestino da Ação Popular. Ricardo de Azevedo, ex-militante da organização, dá mais detalhes sobre essas normas:

Depois do AI-5 [...], a barra tinha pesado mais ainda. A organização baixara novas normas de segurança a serem rigorosamente cumpridas. Nenhum militante deveria ir à casa de outro ou entrar diretamente em local de reunião, pois existia sempre a

⁴³ Márcia Jorge (68 anos) é formada em Serviço Social, pela instituição vinculada à UCG, e através dessa Faculdade ingressou na APML, em 1968, como militante de base. Atuou no movimento estudantil e na célula de base até a sua prisão, em 1971, quando também todo o movimento foi desarticulado devido à prisão dos dirigentes. Atualmente é Diretora de Formação Sindical do SINTSEP-GO (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal).

hipótese de que aquele local tivesse *caído* e a repressão estivesse esperando para prender quem chegasse. Todos os encontros tinham que ser feitos na rua, em locais que não chamassem a atenção, como pontos de ônibus ou padarias. [...] Sentar em praças públicas nunca. [...] Evitar ao máximo locais como rodoviárias e estações de trem, que se supunha serem mais estritamente vigiados. Deixar de frequentar bares, cinemas e teatros conhecidos como locais de gente de esquerda [...]. Num bar ou restaurante, nunca sentar de costas para a porta, de maneira a se ter sempre o controle de quem entrava. Nos pontos, a orientação era bastante clara: não esperar mais que dez minutos. Se o companheiro não chegasse, ir embora. Havia sempre uma alternativa, para o dia seguinte ou no máximo dali a quarenta e oito horas. Eventualmente, uma terceira chance. Mas se o companheiro não aparecesse nem na alternativa, a ordem era imediatamente desativar todos os esquemas e “limpar” as casas, pois provavelmente ele teria sido preso. E evitar ao máximo carregar documentos da organização, textos marxistas ou panfletos, enfim, qualquer material que pudesse ser considerado *subversivo*, porque a qualquer momento poderíamos ser surpreendidos por uma batida policial de rua (AZEVEDO, 2010: 17).

Mário Sérgio Dayrel, dá um exemplo que demonstra como a questão da segurança tornou-se fundamental: “Para o pessoal que vinha de fora eu era um contato, então tinha senha. A Bizéh mesmo um dia chegou, a minha filha recém nascida, e falou ‘Ah, eu vim visitar a sua filha’, aí me chamou no canto e falou a senha, e eu ‘Uai, Bizéh?’ E ela ‘Não! nós temos que ter segurança!’” (DAYRELL, 2015). Márcia Jorge diz não se podia saber nome de nenhum integrante, com resguardo maior para os membros da direção: “Porque na época, a gente não queria saber nem nome de ninguém. E aí, a gente às vezes cumprimentava as pessoas, mas sem falar em nome” (JORGE, 2015). Até mesmo Nilva Maria Gomes Coelho, ex-dirigente que possuía a função de Formação Teórica, em Goiânia, dizia que não podia saber de nomes: “Eu não podia conhecer, o perigo de cair todo mundo, eu podia conhecer os quatro aqui (lideranças) era a garantia, os outros eu não podia saber nome” (COELHO, 2015).

Tais noções de segurança não restringiam-se à sobrevivência da estrutura do partido, mas também às atividades no meio estudantil. As próprias entidades estudantis e seus militantes vinham desenvolvendo técnicas de enfreteamento e fuga para serem recorridas nos momentos de confronto com a polícia, como dá exemplo Nilva Coelho: “[...] quando a gente vinha de reunião da UNE, eu tinha bolinha de gude no bolso. Nós íamos, aqui em Goiânia, lá para onde hoje é a Assembleia. Ali nós treinávamos. Ia ter uma passeata, nos levávamos bolinha de gude. [...] A gente tinha que jogar de um jeito que eles não percebessem ali na multidão” (COELHO, 2015).

Todavia, esse conceito de *rigidez* que criou-se dentro do partido, muito provavelmente também foi o responsável por algumas deformações, como a definição dogmática de um comportamento revolucionário ideal. Segundo Maria Aparecida G. Skoruski, isso ocorreu em decorrência da política de integração na produção, pois foi transplantado, de forma mecânica e artificial, um ideal de operário e camponês que não correspondia com a realidade brasileira.

A partir de então, o militante da AP deveria seguir um padrão comportamental que, em teoria, o identificasse com a classe trabalhadora. Logo, havia cobranças na forma de se vestir, de se divertir, de namorar. Qualquer atitude fora desse padrão era, então, considerada uma conduta *pequeno-burguesa*. Essa preocupação em expurgar as origens de classe da organização são explícitas no *Programa Básico*, de 1971, como podemos ver: “Surgiu de um partido pequeno-burguês, fundado em 1962, que se transformou de um partido pequeno-burguês reformista (1962-1964) num partido pequeno-burguês revolucionário (1965-1967), e depois, através de uma árdua luta teórica e prática (1967-1969), numa organização marxista-leninista (a partir do segundo semestre de 1969)” (AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA, 1971). Márcia Jorge, que era militante de base, reclama desse problema da última geração do partido:

Então era muito difícil, porque a organização, inclusive a questão de namoro, de vaidade, de dançar, que eu gostava muito e não podia. Às vezes, por exemplo, eu tinha de namorar escondido, porque não permitiam namorar, a não ser da própria tendência, da própria AP. [...] Então, a diferença do emocional para o racional, a gente tinha que ser racional o tempo inteiro, não podia fazer nada, nem chorar, nem nada que envolvesse afetividade agente não podia manifestar, então era muito rígido, mesmo. [...] Eu era criticada constantemente, pelo namoro e por essa vaidade, de gostar de dançar no DCE, todo sábado eu ia dançar, mas eles não aceitavam (JORGE, 2015).

Outros militantes já não concordam que tenha havido tal atitude dentro da organização, pois nunca sofreram represálias quanto ao comportamento, indo à várias festas, em Goiânia, principalmente no DCE. Entretanto, esses militantes ou faziam parte do quadro diretor da organização, ou estavam em uma posição muito próxima à ele, como Nilva Maria Gomes Coelho e Annete Scotti Rabelo. Scotti Rabelo ressalta uma diferença que é importante levarmos em consideração: “na clandestinidade, a gente não participava de nada, porque não podia ter vida social. Mas antes, era vida normal, mesmo. Não tinha essa restrição, não. Deus me livre! Eu sempre fui muito livre. Não dou conta disso” (RABELO, 2015). No entanto, tal medida acabou, inevitavelmente, extrapolando a ala clandestina do partido, generalizando-se.

O rígido sistema de segurança que desenvolveu-se, e que, obviamente, não deixou de ter suas falhas, como veremos mais adiante, é um dos problemas que nos impedem de ter uma noção mais precisa dos quadros dirigentes e da sua atuação, nessa época, não significando que os demais períodos igualmente não foram reorganizados à partir de uma análise parcial, demonstrando um dos limites de nossa pesquisa. Os militantes que podiam saber dos nomes dos principais líderes, e como o partido articulava-se regional e nacionalmente, não eram militantes de base, e esta era a função da maior parte de nossos entrevistados. Além destes limites, não podemos deixar de levar em consideração os problemas de trabalhos com a

oralidade, pois, como lembra Michael Pollak, o pesquisador deve estar preparado para uma série de silêncios no trabalho com estas fontes, pois essencialmente toda a memória é seletiva, dependendo este enquadramento diretamente da conjuntura atual, social e individual, além de este tipo de memória, com o qual estamos lidando, tratar-se especificamente de uma recordação traumática (POLLAK, 1989: 3, 11).

De todos os que atuaram nessa última fase da AP, no estado, só tivemos acesso à duas ex-militantes: Márcia Jorge, militante de base, que cursava a Faculdade de Serviço Social; e Nilva Maria Gomes Coelho, dirigente e responsável pela Formação Teórica, estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás. A célula da qual Márcia Jorge participava era composta por militantes advindas dos cursos da área de Ciências Humanas da Universidade Católica e também da Faculdade de Serviço Social, e dentro desta, havia uma pessoa mais experiente que trazia as questões e repassava os debates para as instâncias superiores. A militante diz que naquele momento já começaram a abordar alguns textos de Marx, porém a parte teórica continuava sendo um problema, principalmente devido à vigilância, pois o acesso aos documentos era muito difícil, mas a fala também demonstra os textos não eram repassados com tanta frequência pela direção do partido: “Quando a gente podia, quando conseguia um texto, porque naquela época era muito difícil, não tinha texto à vontade. Então, quando conseguia um texto agente estudava. Quando alguém conseguia, mandava, agente reproduzia, era tudo muito escondido” (JORGE, 2015).

Nilva Maria Gomes diz que ficou responsável por essa parte teórica, cabendo a ela fazer uma análise de quais textos seriam distribuídos para a formação em cada célula. A ex-militante diz que teve acesso a alguns exemplares do Jornal Libertação da AP, que era rodado em Belo Horizonte, inclusive havia sido convidada a participar da equipe de edição, entretanto, o tempo em que esteve na organização foi muito curto e muitas pessoas já estavam *caindo*, não tendo tempo de desenvolver um trabalho maior. Nilva diz que concomitantemente fazia parte da equipe de reprodução de textos da UNE, em Goiás, manuseando mimeógrafos em uma sala no Jardim América e cita um erro de segurança simplório que cometiam, relacionando-o a outros erros cometidos por militantes da Ação Popular: “mas a burrice era tão grande que a gente ia com as mãos sujas para a universidade. Veja se pode! Isso é um projeto de criação, que muita gente critica a AP, que não prepararam agente, que não fizeram uma formação de questionamento maior, como o PCdoB, PCB” (COELHO, 2015). Se a ex-militante refere-se à parte teórica, como pudemos ver até aqui, isso é fato. Como pudemos ver no Capítulo 1, com relação à AP no plano nacional, os documentos existiam, e aos montes,

porém, como percebemos na trajetória específica de Goiás, raramente eles chegavam às bases do partido.

Como nossas fontes orais, referente à esta fase do partido, são reduzidas, recorreremos à alguns documentos oficiais do regime, que foram formulados à partir da *queda* da casa de Paulo Cesar Fonteles de Lima (Peixoto), em Brasília, onde foi recolhida “farta documentação”, inclusive um papel que continha os nomes dos principais militantes da regional, culminando com a prisão de todo o Comitê da Regional Centro-Oeste (Distrito Federal e Goiás). Os relatórios de IPM também não são ricos em detalhes, referente aos cargos dos envolvidos, porém nos possibilitam a construção de um cenário aproximado, relembrando a necessidade do posicionamento crítico quanto a essas fontes. Como afirma um documento confidencial expedido pela Agência de Goiânia do SNI, sobre o desenrolar da APML naqueles anos de 1970 e 1971, em Goiás, as ações seguiam em consonância com as atividades do movimento estudantil, da mesma forma em Brasília (R0027789-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 16), etc. À esse quadro Nilva acrescenta também as greves estudantis e a atuação no Congresso da UNE, que ocorreu em Goiânia naqueles anos. O serviço de informação ressaltava que a organização, nesses estados: “desenvolveu maior ritmo de infiltração na universidade de Brasília – UNB; Universidade Federal de Goiás – UFGO e Universidade Católica de Goiânia, bem como em bairros operários de Brasília, DF” (C0063691-1982; ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 12). Tal documentação. Os documentos demonstram uma preocupação particular com a APML, pois, dentre todas as outras organizações da esquerda brasileira daquele período, a AP era a que apresentava a menor vulnerabilidade, quanto ao sistema de segurança, e, ao mesmo tempo, possuía mais chances de expansão, sendo necessária a sua coerção imediata para não haver crescimento de adeptos:

Ao contrário das organizações castristas, muito atingidas pela ação dos responsáveis pela segurança interna, a APML do B apresenta condições de expansão. Sua forma de atuação oferece menor vulnerabilidade que aquelas. [...] Tais atividades poderão aumentar à curto prazo, se de imediato não foram coibidas, e com elas crescerá o número de seus adeptos (R0027789-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 6).

Os documentos alegam que a atuação recente do partido, naqueles estados, estava mais focada nas atividades do movimento estudantil universitário. Nilva Maria G. Coelho conta que, em 1969, foi do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, da UFG, e trabalhou um período com a UNE, e foi, a partir de tal entidade estudantil que ela entrou para a AP, em julho de 1970, quando, então, tornou-se dirigente responsável pela Formação Teórica. Os relatórios afirmam que, em 1970, a APML se reestruturou, em Goiânia, sob o quadro dirigente,

integrado por: Nilva Maria Gomes Coelho (Rita), “estudante do quarto ano de Ciências Sociais da UFGO” e “Professora de cursinho de vestibular na cidade de Inhumas-GO”, com o cargo de “Dirigente de Formação Teórica”; Ana Maria Gomes Coelho (Carmem), “Recreadora Infantil”, “Dirigente de Agitação-Propaganda”; Ademar Alvarenga Prado (Lucio), “estudante do quinto ano de Medicina na UFGO”, “Dirigente de Organização”; e Valdi Camárcio Bezerra (Samuel), “universitário do quinto ano de medicina na Faculdade Federal de Goiás”, “Dirigente Político”. De acordo com o relatório de investigação, estes integrantes, que vieram a fazer parte dos quadros do partido por volta do ano de 1970, compunham a “Célula de Base (CB) de Goiânia”, mas sabemos que também faziam parte do Comitê Seccional da APML, em Goiás (C0063691-1982; ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972; R0027789-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 16). Esse grupo teria sido o responsável por coordenar e participar das principais atividades do partido no estado, em 1970 e 1971, que resumiam-se:

Ações de estudo, planejamento, organização, discussão, formação e, enfim, medidas preparatórias para levar à prática os objetivos de luta e conquista do poder. [...] Ações de agitação – propaganda junto às massas – [...] reivindicações estudantis, pichações, panfletagens, selagens, [...] murais e prioridades, [...] ações de finanças, ampliações e recrutamento (R0027789-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 16-17).

O órgão do serviço de informação ressalta – baseado no depoimento, de Marina Vieira da Paz, sequestrada e presa em 1971, submetida à intensas torturas – a flexibilidade dessa forma de luta devido à inserção de membros da APML, de Goiânia, na recriação, então ilegal, do Comitê da UNE no estado, sendo composto por Ademar Prado, Nilva Maria Coelho e Marina da Paz (IDEM: 17). O XXXI Congresso da Une, que aconteceu em Goiânia, em Novembro de 1971, teria sido coordenado por esses militantes, todavia, Nilva Maria Coelho nega a participação de Marina da Paz, que, segundo a mesma, quase morreu na tortura por negar-se a dar informações, assumindo a responsabilidade pelo Congresso: “Mas a Marina, eu não sei porque, disse que era ela e nem no Congresso ela estava. Ela quase morre, porque não queria dizer as coisas e dizia que era” (COELHO, 2015). Sobre não ter aberto o nome dos demais companheiros, Marina da Paz diz: “Eu não disse nada. Não tinha nada para dizer. [...] Não por lealdade a ninguém, além de mim mesma. Eu estava exercendo a minha liberdade. Mesmo que falasse, as torturas iam continuar e os que eu entregasse também seriam torturados. As torturas não iam acabar” (PAZ, 2009: B4). Márcia Jorge fala do clima de tensão dessa época: “Então todo esse sofrimento dos nossos companheiros a gente sentia muito. Matavam um, a gente ficava chateado e ficava sabendo do outro, da mesma forma.

Porque apesar de a gente não conhecer, nós tínhamos muita ligação. Era uma solidariedade muito grande e eu não vejo isso hoje, né?” (JORGE, 2015).

No mês anterior a esse Congresso da UNE, precisamente em 6 de Outubro de 1971, tiveram prisão preventiva, em Brasília, Paulo Cesar Fontelles de Lima (Peixoto), Dirigente Seccional e estudante de História e Direito na UNB, e Hecilda Mary Veiga Fontelles de Lima (Maria), estudante de Ciências Sociais também pela UNB. Na residência do casal a polícia veio a encontrar, devido a um claro erro de segurança, “farta documentação” da APML, inclusive papéis que continham informações sobre boa parte da estrutura do Comitê Regional, com nomes dos dirigentes de Goiânia (C0063691-1982; ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 2, 10). A partir daí, todos da direção seriam presos, gradativamente, culminando, de imediato, com a prisão preventiva de Ana Maria Gomes Coelho, tendo uma das coordenadoras do Congresso utilizado a oportunidade para denunciar a prisão da irmã e de outros companheiros:

[...] aí eu peguei o microfone, começamos a falar. Nessa fala, eu tinha uma irmã presa [...]ela já estava presa e eu denunciei a prisão deles. Se eles não chegassem naquela hora é porque eles estavam presos. E foi a salvação nossa, porque mesmo assim, agente foi preso no dia 18, dia 19 nós já estávamos no PIC de Brasília (Pelotão de Investigações Criminais do Exército). Fomos transferidos para Brasília, porque Goiânia era um pouco perigoso (COELHO, 2015).

Pouco tempo depois, Nilva Maria era presa, em Goiânia. A ex-militante revê o episódio e afirma que mesmo com toda a rigidez imposta pelo partido ainda foram cometidos muitos erros de segurança, o que causou a queda da estrutura da APML em Goiânia:

Nós estávamos em um negócio em que ninguém podia vacilar, e mesmo assim ainda *caímos*. E eu digo que ainda foi burrice. E eu fui presa, eu ia para um noivado. Em vez de ir direto nós passamos na Rua 4, compramos uma pinga, um limão, entramos no taxi e *se mandamos*. Quando nós estamos chegando no noivado, lá perto do Colégio Bandeirante, fecharam a gente com metralhadoras, pior que assalto a carro forte, jogaram a gente para dentro. E já foram pondo capuz. E uma menina foi ingênua, porque ela desceu com a gente e não tinha nada. Para você ver, que com toda essa rigidez ainda vazou. Mas a gente não achou nada de mais (sic) (COELHO, 2015).

Quando Nilva e outros responsáveis pelo Congresso foram presos, conseguiram garantir a soltura de vários outros militantes, como Marina Vieira da Paz e Márcia Jorge, porque admitiram a autoria, isentando os demais. Marina Vieira foi brutalmente torturada na prisão, sendo o seu caso denunciado internacionalmente, tendo recebido, em 2009, um pedido de desculpas do Estado brasileiro, por meio de declaração formal da Comissão de Anistia. Todavia, mesmo aqueles militantes que dizem não terem sido tão seviciados quanto a

historiadora e artista plástica, sofreram perseguições, ameaças e torturas psicológicas, afinal, todas essas táticas faziam parte do complexo de coerção, sistematizado na prática da tortura.

Com a prisão de todo o quadro dirigente, aparentemente a APML foi completamente desarticulada em Goiás. Entre todos os documentos oficiais e confidenciais expedidos pelos serviços de inteligência e informação acessados no Arquivo Nacional de Brasília, não consta continuidade das atividades da APML, no estado, após a prisão do quadro dirigente de 1971. De acordo com o processo penal de número 155/72, disponível *Sumário do BNM (Brasil Nunca Mais) 018*, em sentença de 17 de julho de 1972, o processo de Marina Vieira da Paz foi suspenso para que a mesma fosse submetida à perícia neuro-psiquiátrica, Ana Maria Gomes Coelho e Nilva Maria Gomes Coelho foram condenadas à 8 meses de reclusão, Valdi Camércio Bezerra foi condenado à 1 ano e 2 meses e Ademar Alvarega Prado condenado à pena de 1 ano e 6 meses (BNM DIGITAL, Auditoria da 11ª CJM – Brasília, 1972). Como podemos ver, enquanto os membros da equipe estavam presos, a maioria dos dirigentes nacionais decidiram pela incorporação da APML ao PCdoB, e forma que quando saíram da prisão não havia mais Ação Popular. Segundo Márcia Jorge, depois que os dirigentes e outros militantes da AP, de Goiânia, foram presos, ela ficou muito “isolada”, ninguém mais falava no partido depois disso, como a mesma diz: “a dedicação total à militância e, de repente, você ficou solto, não tinha ninguém pra você nem conversar. Foram momentos muito difíceis, tiveram pessoas que entraram em depressão, porque a vida da gente era aquilo [...]” (JORGE, 2015). Todavia, o PCdoB, em Goiás, só foi rearticulado depois da anistia, decretada em 1979, quando Euler Ivo voltou à Goiânia, então responsável por essa função. Muitos ex-militantes da AP não filiaram-se ao organismo, outros já enveredavam no caminho da construção do Partido dos Trabalhadores, como Valdi Camércio, mas alguns ajudaram na reestruturação do partido, como Márcia Jorge, Mário Sérgio Dayrell e Nilva Maria Gomes Coelho. Contudo, a Ação Popular deixara de existir, em Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quase sempre, enquanto movimento, organização ou partido, a Ação Popular seguiu as tendências do seu desenvolvimento no âmbito nacional. Assim como na maioria dos estados brasileiros onde percebeu-se uma militância significativa da AP, em Goiás ela consolidou-se à partir dos movimentos de jovens da ACB, com destaque para os militantes da JUC. Como já pudemos ver, a primeira equipe goiana da AP foi composta

predominantemente por universitários, contando com a participação importante de estudantes secundaristas, operários e protestantes. São integrantes dessa primeira fase da organização, no estado, Uassy Gomes da Silva, Alda Maria Borges Cunha, Gilberto Franco Teixeira e Mário Sérgio Dayrell. Esses militantes, atentos à conjuntura política e social, não apenas nacional, mas internacional, descobriram seu primeiro meio de reivindicação política no movimento estudantil, principalmente da UNE. Diante de um contexto internacional especificamente propício, com o impacto da Revolução Cubana e do encaminhamento ideológico da Doutrina Social da Igreja, o jovem cristão brasileiro acrescentou um novo princípio na doutrina religiosa, ancorado no método do *ver, julgar e agir*. Omitir-se diante das desigualdades sociais é que passou a ser o grande *pecado* (CUNHA, 2015). Esses jovens cristãos, que ansiavam por um engajamento político profícuo junto às classes trabalhadoras, compreendendo os limites da sua atuação na Igreja e nas entidades estudantis, decidiram, então, criar a Ação Popular.

Em Goiás, uma das primeiras atividades dos militantes do partido deu-se ora através das entidades do movimento estudantil, ora por meio das instituições governamentais, como foi o caso do ICP (Instituto de Cultura Popular), órgão vinculado ao CERNE, criado por Mauro Borges com a função de construir e divulgar uma imagem positiva de seu governo junto à população goiana. Tal atuação, aparentemente, seguiu a mesma linha política demonstrada pelos militantes da organização em outros estados, pois, de acordo com Otto Filgueiras, em outubro de 1963, no Rio de Janeiro, apenas sete meses depois de a AP ter sido criada, a direção, expediu um informe oficial dirigido principalmente aos coordenadores municipais. O relatório alegava que a maioria dos participantes não havia assimilado adequadamente o *Documento Base*, demonstrando desvios ideológicos expressados em uma conduta conciliadora e colaboracionista com governantes tidos por progressistas, sem uma orientação política prévia, condenando tal comportamento (FILGUEIRAS, 2014, apud AP/ CIRCULAR 3.63: 182-183).

Com o Golpe, em abril de 1964, a Ação Popular sofreu um grande abalo, em Goiás, assim como no Brasil todo, culminando com a interrupção dos trabalhos de cultura popular e alfabetização que vinham sendo desenvolvidos. Uma quantidade significativa de militantes rapidamente desvinculou-se do partido, inclusive o seu Coordenador, Uassy Gomes da Silva. A AP, então, passou por um período de recolhimento e reestruturação, voltando às atividades, então, por intermédio do MEB, com destaque para a região da cidade de Itauçu, e, respectivamente, com a adesão de boa parte dos estudantes secundaristas do estado, que

tornavam-se cada vez mais combativos e dominavam os movimentos de rua da capital goiana, tendo, inclusive, visibilidade nacional.

Em contrapartida, enquanto os movimentos de rua, protagonizados pela juventude brasileira tornavam-se mais radicais, os métodos de coerção utilizados pelo Estado Militar tornavam-se cada vez mais violentos. Ao final do ano de 1968, fase de maior efervescência, política e cultural dos estudantes, o Regime decreta o AI-5, alavancando o sistema de investigação e repressão à quaisquer práticas tidas por subversivas, enquadradas na Lei de Segurança Nacional. Em contrapartida, enquanto a organização sofria um novo abalo, a grande maioria dos estudantes secundaristas que deram corpo ao movimento, de 1966 até aquele ano, em Goiás, movidos por um ideal imbuído do *voluntarismo revolucionário*, dele desvincularam-se para aderir às organizações militaristas. Dessa forma, o partido, que passava a chamar-se APM, teve um esvaziamento substancial em Goiás, tanto pelo deslocamento provocado pela política de integração na produção, quanto pela transição da maioria dos secundaristas para as organizações militaristas. No entanto, para Jacob Gorender, a fragmentação e defasagem das organizações de esquerda que vinham desde o início da década de 60, foi uma tendência, devido ao acirramento da repressão e, concomitantemente, ao seu afastamento perante o movimento de massas (GORENDER, 1986: 79). Do mesmo modo ocorreu com a Ação Popular em Goiás, como pudemos ver.

Com relação às possíveis particularidades na atuação da Ação Popular, em Goiás, durante esse período o estado foi palco de duas tentativas de articulação da luta armada no meio rural: a primeira centralizada nas imediações do município de Itauçu, por meio do MEB, que vinha desenvolvendo um trabalho sólido e influente, naquela área; e a segunda na região de Trombas e Formoso, de interesse do PRT devido à tradição de luta camponesa daquele território. Todavia, ambas foram rapidamente derrubadas devido à atuação do *Terrorismo de Estado*, no Brasil, restando ao partido uma atuação concentrada fundamentalmente no meio estudantil, em Goiás. Não havia muitas possibilidades de atuação entre as massas, porque além de o estado, naquele momento, ter uma produção essencialmente agrária, todas as cidades ainda eram muito pequenas, o que facilitava a repressão por parte da polícia política.

À partir de 1966, o movimento se reergue sob o amparo dos secundaristas goianos, que chegaram a representar, em número, a maior parte da militância da AP no estado, até o ano de 1968. Sendo estes os militantes mais combativos da organização, foram os responsáveis pela visibilidade nacional, e, ocasionalmente, internacional, quanto aos movimentos de rua em Goiânia. Geralmente vinham do interior do estado para estudar na capital e eram oriundos de uma pequena classe média em ascensão, ao contrário de muitos

universitários da organização, que vinham da sua fase mais religiosa e pertenciam a uma classe média mais abastada. Euler Ivo diz que, depois que saiu de Goiânia e teve mais contato com pessoas inclusive da direção nacional, percebeu claramente essa diferença de classe: “Esses lugares que tinham um pessoal mais culto. [...] O pessoal lá fora era mais rico, entendeu? As casas, as cadeiras, as coisas. O mundo de AP em São Paulo e no Rio de Janeiro era um mundo mais rico do que aqui em Goiás. [...] Eu me lembro de muitas casas que eu frequentava e eu ficava admirado” (VIEIRA, 2015). O ex-militante não relaciona essa discrepância social ao nível de formação desses integrantes, porém alguns fatos levando-os a fazer tal suposição, levando em consideração que a maior parte dos militantes com os quais ele mantinha contato na cidade eram estudantes secundaristas e muitos universitários do período inicial da AP ou já haviam saído do estado ou da própria organização. Jackson Luiz Pires Machado, acredita que tenha existido algo em torno de um elitismo intelectual e cultural, em Goiânia: “Então sabia-se quem devia saber. Não é que existiam militantes de classe A, classe B e classe C. Não posso te dizer isso. Mas o fato é que eram os universitários quem ficavam sabendo das coisas, o que significa, reconhecidamente, que era um pessoal mais bem instruído” (MACHADO, 2015). No entanto, fica claro que esse elitismo também era condicionado pelo econômico, pois sabemos que, nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil, os meios universitários eram frequentados, predominantemente, pelas classes mais abastadas, principalmente durante o Regime Militar, com a redução do número de vagas das instituições públicas (ZAPPA; SOTO, 2008: 50-53). Ao mesmo tempo, o economista e sociólogo afirma que, quando eles, os principais líderes do movimento estudantil secundarista do estado decidiram sair da AP, não foram abordados por nenhum dirigente (universitários), mesmo que temporário, pedindo que repensassem a saída. Apenas Euler Ivo Vieira teria tentado trazer de volta o amigo, mas não era dirigente.

Com relação à formação político-ideológica dos militantes, como pudemos perceber, até agora, nos primeiros anos da militância da AP, em Goiás, houve, sim, uma preocupação maior com a seleção e divulgação de um material teórico que fundamentasse a prática revolucionária, mas não especificamente dos documentos formulados pelo partido. Tal tarefa, inicialmente, era desempenhada por Alda Maria Borges Cunha, Maria José Jaime (Bizeh), Elizabeth Hermano, Osvaldo Rocha, entre outros, mas eram Antonio Rabelo e Osvaldo Rocha os dois dirigentes que geralmente ficavam responsáveis por ministrar os cursos de formação realizados em Goiânia, entre camponeses e estudantes. No entanto, os encontros de formação eram raros e os documentos escassos, provavelmente devido à perseguição do regime e à precariedade dos sistemas de distribuição, condicionados à rígida clandestinidade. Mesmo em

1970, quando Nilva Maria Gomes Coelho foi designada para a função de Formação Teórica, tendo reproduzido alguns documentos da UNE e do *Jornal Libertação*, da AP, no mimeógrafo, a situação não melhorou muito, pelo contrário, devido ao recrudescimento do sistema de repressão.

Como pudemos ver, no Capítulo 3, com a desarticulação dos movimentos de massas, especialmente do movimento de Itauçu, a Ação Popular, em Goiás, passou a agir unicamente no movimento estudantil, perdendo inclusive, com o deslocamento de militantes na integração, o seu campo de atuação entre profissionais liberais. O último Comitê Seccional da Ação Popular, organizado à partir de 1970, por mais que a organização entrasse em uma fase em que praticamente não se admitia estudantes, toda a direção era composta por universitários, inclusive a grande parte dos militantes de base. Podemos ver tal orientação do partido em seus estatutos, um de seus últimos documentos: “Pode ser membro da organização todo o operário urbano, assalariado agrícola, camponês pobre”. Eram permitidos estudantes, mas a sua importância era desmerecida. No entanto, estava vedada a entrada de militantes menores de 18 anos, fechando o caminho aos estudantes secundaristas: “Em casos excepcionais, poderão ser recrutados candidatos a militante com menos de 18 anos de idade, a critério do Comitê imediatamente superior” (AÇÃO POPULAR, 1971: 16).

Contudo, como já pudemos ver, os documentos de formulação própria do partido raramente chegavam às mãos dos militantes de base ou dos coordenadores de células. Pudemos ver na primeira sessão que os dirigentes da AP desenvolveram vários textos de orientação ideológica, como o Documento Base (1963), Cultura Popular (1963), Resolução Política (1965), Programa Básicos (1963), entre outros, mas que a grande maioria deles, pelo menos não era distribuída, exceto alguns exemplares dos jornais *Revolução* e *Libertação*. É verdade que o aparato repressivo do Regime tornava-se cada dia mais eficaz e violento, tendo desmantelado o esquema de distribuição de documentos, em 1967, que funcionava pela transportadora Guedes, dificultando ainda mais o acesso da organização a esses documentos, aumentando a preocupação dos dirigentes com a segurança. Ademais, nesses anos de chumbo da história do Brasil, as orientações políticas da Ação Popular, inclusive das outras esquerdas, mudavam muito rapidamente, de forma que o clima de efervescência política, às vezes, nem mesmo possibilitava a leitura e os debates. Na Ditadura Militar brasileira, a divulgação de documentos do partido poderia colocar em jogo a estrutura do partido, o que foi prorrogado por 10 anos, com os sistemas de segurança. Dessa forma, para nós, a precarização da formação político-ideológica, da Ação Popular, em Goiás, deveu-se muito mais à conjuntura política desfavorável que propriamente à negligência do partido.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais escritas

AÇÃO POPULAR. *Ação Popular*. Belo Horizonte, 1ª quinzena, 1962. CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP, consultado em: 09 Jan. 2015.

_____. *Documento-Base*. 1963a. Fundo Duarte Pacheco Pereira. AEL/UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

_____. *Cultura Popular*. 1963b. Centro Memória Viva. NEDESC/UFG, consultado em: 19 Fev. 2015.

_____. *Jornal Libertação*. 1964. CC-CEDEM/UNESP, consultado em: 09 Jan. 2015.

_____. *Resolução Política*. 1965. Fundo Duarte Pacheco Pereira. AEL/UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

_____. *Esquema Geral*. 1966. Fundo Duarte Pacheco Pereira. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

_____. *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*. 1967. Fundo Duarte Pacheco Pereira. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

_____. *Os Seis Pontos*. 1968. Fundo Duarte Pacheco Pereira. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA. *Programa Básico* In: Estatutos de Ação Popular marxista-leninista do Brasil. 1971. Fundo Duarte Pacheco Pereira. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

_____. *Estatutos de Ação Popular marxista-leninista do Brasil*. 1971. Fundo Duarte Pacheco Pereira. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

AZEVEDO, Ricardo. *Por um triz: memórias de um militante da AP*. 1ª edição, São Paulo: Plena Editorial, 2010.

COMITÊ CENTRAL DO PCDOB. Comitê Central. *PCdoB: o partido do socialismo*. Disponível em: <<http://www.pcdob.org.br/membroscc.php?membro=1>>, acesso em 18 out. 2015.

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA. Ficha de Inscrição. *Congresso dez anos de JUC*. Juventude Universitária Católica. Rio de Janeiro, 1960.

MAIA, Juarez F. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). *Memórias transcritas: depoimentos*. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013.

MARIA, Marcos Antônio P. O Padre Pereira. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). *Memórias transcritas: depoimentos*. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013.

RABELO, José Renato. Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985). São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013, p. 219-234.

SERRADOURADA, Carlos Alberto S. C. Ditadura anestesiou a geração atual. In: SALLES, Pinheiro (Coord.). *A Ditadura Militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-Set e Digital, 2008.

A0969977-1967, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1967.

A0500112-1972, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1972.

C0063691-1982; Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1972.

E0068469-1981, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1978.

E0098814-1981, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1972.

G0118412-1985, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1970.

R0009714-1981, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1981.

R0026293-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1982.

R0026347-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1982.

R0027789-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1983.

R0031781-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1970.

R0036547-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1982.

R0040617-1983, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1983.

R0072850-1983, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1971.

R0094857-1984, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1984.

BR_AN_BSB_VAZ_038_0047, Arquivo Nacional, Fundo CISA, 1967.

BR_AN_BSB_VAZ_055_0153, Arquivo Nacional, Fundo CISA, 1967.

BR_AN_BSB_VAZ_125_0014, Arquivo Nacional, Fundo CISA, 1971.

BR_DFANBSB_AT0_0084_0009, Arquivo Nacional, Fundo CMDP, 1965.

BNM DIGITAL. Ação Penal n. 155/72. Apelação STM n. 39.618. Auditoria da 11ª CJM – Brasília, 1972. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/018.html>>, acesso em 08 Nov. 2015.

Fontes documentais orais

COELHO, Oseavú José. Entrevista concedida à Leuza Alves de Moura Silva. Goiânia, 07 de julho de 2004.

COELHO, Nilva Maria G. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 06 de abril de 2015.

CUNHA, Alda Maria B. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 02 de junho de 2015.

DAYRELL, Mário S. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 22 de janeiro de 2015.

JORGE, Marcia. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 17 de abril de 2015.

MACHADO, Jackson Luiz P. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Brasília, 29 de maio de 2015.

MAIA, Juarez F. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 20 de março de 2015.

PAZ, Marina Vieira. Entrevista concedida à Gislene Tiago. Correio de Uberlândia, 17 de maio de 2009, p. B4.

RABELO, Annete Scotti. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 20 de março de 2015.

SANTOS, João Rabelo. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 03 de fevereiro de 2015.

SILVA, Uassy G. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Pirenópolis, 07 de fevereiro de 2015.

SKORUPSKI, Maria Aparecida G. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 18 de março de 2015.

TEIXEIRA, Gilberto Franco. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 30 de janeiro de 2015.

VIEIRA, Euler Ivo. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 28 de abril de 2015.

Bibliografia:

- AMARAL, Deivison G. Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 56-74, jun. 2007. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4740664.pdf>>, acesso em 02 Jun. 2015.
- ARNS, D. Paulo E. *Brasil Nunca mais: Um relato para a história*. 17. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BOBBIO, Norberto et all. *Dicionário de Política*. Trad. João Ferreira, Carmem C. Varrialle e outros. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2. ed. 1986.
- BRANDÃO, Carlos R. O que é Método Paulo Freire. *Rosa dos Ventos*. Disponível em: <http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf>, acesso em 02 Jun. 2015.
- BRASIL, Edward M. O ideal da criação da UFG. *UFG Afirmativa*, n. 2, novembro de 2008.
- CAMARMO, Aspásia. História das Ligas Camponesas. *Memorial das Ligas Camponesas*. Disponível em: < http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>, acesso em 20 jan. 2016.
- CARELLI, Leon. Vila Operária: um pedaço da história de Goiânia. *Jovens Jornalistas*. Goiânia: FIC-UFG, 2015. Disponível em: <<https://webnoticias.fic.ufg.br/p/9902-vila-operaria-um-pedaco-da-historia-de-goiania>>, acesso em 30 set. 2015.
- CNV. Órgãos e procedimentos da repressão política In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol. 1. Brasília: CNV, 2014, pág. 111-174
- COMITÊ CENTRAL DO PCB. Declaração sobre a política do PCB. 1958. *Marxists Internet Archive*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>, acesso em 01 Agos. 2014.
- DIAS, Reginaldo B. *Sob o Signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.
- DÓRIA, Carlos A. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira In. MORAES, João Q. (Org.). *História do Marxismo no Brasil*, Vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 201-239.
- DUARTE, Hugo V. *A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)*. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade

Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1418.pdf>>, acesso em: 18 Jun. 2015.

DUARTE, Teresinha M. *Se as paredes da Catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968/ 1985)*. 1996. 224f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/DUARTE_Teresinha_Maria_1996.pdf>, acesso em: 11 Nov. 2015.

FAVARO, Tereza Cristina P. *O Governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

_____. *Tecnocracia e planejamento no governo Mauro Borges (Goiás: 1961 – 1964)*. Anais do VI Simpósio Nacional Estado Poder: Cultura. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT11/GT11-TEREZA.pdf>>, acesso em 04 out. 2015.

FERRAZ, Wilmar. Socorro – a poesia está matando o povo. *Rádio Universitária AM 870 – UFG*. Disponível em: <<https://www.radio.ufg.br/n/63609-socorro-a-poesia-esta-matando-o-povo>>, acesso em 19 out. 2015.

FICO, Calos. *Como eles agiam*. O subterrâneo da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto: uma história da Ação Popular*. Volume 1. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

FONTES, Virgínia. Sociedade Civil. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socciv.html>>, acesso em 11 out. 2015.

GAVIÃO, Fábio P. Religião e reformas sociais: uma leitura do discurso da esquerda católica brasileira no campo político do Pré-Golpe (1960-1964). *Revista Brasileira de História das Religiões*, Ano I, no. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf1/06%20Fabio%20Pires%20Gaviao.pdf>> acesso em 15 Jun. 2015.

GORENDER, Jacob. Apresentação In: MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Korth. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José R. (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 43-66.

_____. “Reflexões metodológicas”. In: *O escravismo colonial*. 3 Edição. São Paulo: Ática, 1980b, p. 15-50.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais*. O princípio educativo. Jornalismo. Vol. 2. 2ª edição. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. A Santa Sé, disponível em: < http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>, acesso em: 18 Mai. 2015.

LÊNIN, Vladimir I. Que fazer? Estugarda: Editorial Dietz, 1902. In: *The Marxists Internet Archive*, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/>, acesso em: 18 Jun. 2015.

LIMA, Raymundo. Revolução ou revolta? - I - (Um retorno a Albert Camus em seis pontos). *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 86, Jul. 2008.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. 2. Edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

LÖWY, Michael. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina In: *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*, Org. LOWY, Michael. 3 edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. Cristianismo da Libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO; Daniel Aarão (Orgs). Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 411-438.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MEMÓRIAS REVELADAS. Apresentação In: Centro de referência das lutas políticas no Brasil (1964-1985). Disponível em: < <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2>>, acesso em 14 Fev. 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. A subversão na escola. São Paulo, 19 nov. 1970. Disponível no Arquivo Nacional.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE

HISTÓRIA, 2007. Associação Nacional de História – ANPUH. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0755.pdf>>, acesso em 02 Nov. 2015.

PAULA, Gil César C. *A atuação da União Nacional do Estudantes – UNE: do inconformismo à submissão do Estado*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 97-189.

PEIXOTO FILHO, José P. *A travessia do popular na contradança da educação*. 1985. 280 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8987>>, acesso em 30 Set. 2015.

PEREIRA, Duarte. *Missão no Brasil: um personagem esquecido de nossa história recente*. Margem Esquerda, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv346.htm>>, acesso em: 01 Jun. 2015.

PIO XII. *Decretum Contra Communismum* In: *Associação Cultural Montfort*, disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=anticomunismo&lang=bra>>, acesso em: 18 Mai. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudo Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em 07 Nov. 2014.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e marxismo In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel A. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 5. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 227-302.

SACHS, Éric. *Luta Armada e Luta de Classes*. Revista Marxismo Militante, n 1, 1968, disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/sachs/1968/mes/luta.htm>>, acesso em: 18 Jun. 2015.

_____. *Partido Vanguarda e Classe*. Revista Polêmica, nº 1, julho de 1982. Original de 1968. SACHS, Eric, “Marxismo e luta de classe”; Editora Práxis, 1ª edição, Salvador, 1987, p. 63-85. Transcrito por Pery Fálcon. Centro de Estudos Victor Meyer. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/sachs/1968/mes/partido.htm>>, acesso em 18 Jun. 2015.

SANTOS, Jordana de S. A repressão ao movimento estudantil na Ditadura Militar. *Aurora*, Marília, v. 3, n. 1, 101-108, 2009. Disponível em:

<<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>>, acesso em 13, out. 2015.

SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60: a geração de Betinho*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

_____. *Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil*. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 29, p. 95-104, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000200008&lng=en&nrm=iso>, acesso em 01 July 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782007000200008>.

SILVA, Antonio O. *Histórias das tendências do Brasil: origens, cisões e propostas*. 2ª edição e ampliada. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s.d.

SILVA, Fábio B. Teilhard de Chardin: a ideia de evolução e vida pessoal. *Revista Eletrônica Metavóia*, São João del-Rei, n. 1, p. 31-42, jul. 1998/1999, disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portalsepositorio/File/lable/revistametanoia_material_revisto/revista01/texto03_evolucao_teihard_de_chardin.pdf>, acesso em 01 Jul. 2015.

SOFIATI, Flávio M. *Juventude Católica: O novo discurso da teologia da libertação*. São Carlos: Edufscar, 2012.

TIERRA, Pedro. Prefácio para uma vida em curso. In: AZEVEDO, Ricardo. *Por um triz: memórias de um militante da AP*. São Paulo: Plena Editorial, 2010, p. 3-9.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1988.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

WOLFF, Cristina S. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina S. (Orgs). Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.